



Organização dos Anais:

Maria Ivonete Barbosa Tamboril
Láisy de Lima Nunes
Neffretier Cinthya R. A. S. Clasta
Fábio Biasotto Feitosa

ANAIS DO



Comunicações Orais

Minicursos

Porto Velho, 2019



REALIZAÇÃO

Departamento de Psicologia
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

APOIO



COMISSÃO ORGANIZADORA DO EVENTO

Ana Cavalcante Feitosa – UNIR
Dagmara Yuki Vieira Tomotani Myrria – UNIR
Fábio Biasotto Feitosa – UNIR
Maria Ivonete Barbosa Tamboril – UNIR
Junior Cesar Minin – UNIR
Neffretier Cinthya Rebello André dos Santos Clasta – UNIR
Valéria de Oliveira – UNIR

Arte do evento:

Karina Thaís Damasceno dos Santos

Apoio na organização dos anais:

Matheus Mendonça de Vasconcelos
Karina Thaís Damasceno dos Santos



COMISSÃO CIENTÍFICA

Alayde Maria Digiovanni Pinto – UNICENTRO
Alessandro de Oliveira dos Santos - USP
Ana Karina Amorim Checchia – UNIP/SP
Ana Maria de Lima Souza – UNIR
Fábio Biasotto Feitosa - UNIR
Iolete Ribeiro da Silva - UFAM
Iracema Neno Cecílio Tada – UNIR
Jandilson Avelino da Silva – UFPel
José Carlos Alchieri – UFRN
José Humberto da Silva Filho – UFAM
José Juliano Cedaro – UNIR
Juliana da Silva Nóbrega – UNIR
Junior Cesar Minin - UNIR
Láisy de Lima Nunes – UNIR
Lílian Caroline Urnau - UNIR
Luís Alberto Lourenço de Matos – UNIR
Marcelo Domingues Roman – UNIFESP
Marcelo Gustavo A. Calegare – UFAM
Marcelo Xavier de Oliveira - UFAC
Maria Ivonete Barbosa Tamboril – UNIR
Marilda Gonçalves Dias Facci – UEM/PR
Marli Lucia Tonatto Zibetti – UNIR
Neffretier Cinthya R. A. S. Clasta – UNIR
Paulo Renato Vitória Calheiros – UNIR
Renan Pereira Monteiro – UFMT
Sonia Mari Shima Barroco – UEM/PR
Vanderleia de L. D. C. Schlindwein – UNIR

04, 05 e 06
NOVEMBRO
2019



REALIZAÇÃO:
PPGPSI+DEPSI

Local: Campus José
Ribeiro Filho
Porto Velho - RO



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Fundação Universidade Federal de Rondônia
Gerada mediante informações fornecidas pelo(a) autor(a)

S471 Seminário de Psicologia – Sétima Edição.

Anais do sétimo seminário de psicologia avaliação psicológica: formação estudos e pesquisa, 4 a 6 de Novembro de 2019, Porto Velho / Organizado por: Maria Ivonete Barbosa Tamboril, Laisy de Lima Nunes, Neffretier Cinthya R. A. S. Clasta e Fábio Biasotto. - Porto Velho, RO, 2019.

326 p.; il.

ISSN: 2237-0137

1. Avaliação psicológica. 2. Formação acadêmica. 3. Atuação profissional
4. Psicologia da Saúde. I. Tamboril, Maria Ivonete Barbosa. Org – Departamento de Psicologia Programa de Pós-Graduação em Psicologia. II. Fundação Universidade Federal de Rondônia.

CDU 159.9(058)

Bibliotecário Luã Silva Mendonça

CRB 11/905



AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos palestrantes e participantes das diferentes localidades e estados que se dispuseram a estar conosco no evento contribuindo com a construção coletiva e reflexiva da psicologia.

Agradecemos à Universidade Federal de Rondônia pelo apoio na realização do evento.

Agradecemos àqueles e àquelas que assumiram conosco o desafio de organizar esse evento, pela dedicação e responsabilidade do corpo docente do DEPSI e do PPGPSI, funcionárias, funcionários e estudantes que integraram as comissões e, com empenho, atenderam às demandas apresentadas.



SUMÁRIO

Apresentação.....	13
Minicursos	
Identificação de problemas de validade e normatização em instrumentos de avaliação psicológica	15
<i>Marcelo Xavier de Oliveira</i>	
Tipos psicológicos na visão Junguiana.....	19
<i>Daniella de Souza e Pereira</i>	
Avaliação psicológica para procedimentos cirúrgicos: Laqueadura, vasectomia e bariátrica.....	24
<i>Daniele Mejia Cavalcante</i>	
Eixo temático: Psicologia Escolar/Educacional	
Educação brasileira: Perspectivas a partir do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) ..	30
<i>Paulo Ricardo Afonso Mendes</i>	
<i>Fernanda Ramires de Arruda</i>	
O projeto político pedagógico de uma escola na zona rural de Rondônia: Analisando as entrelinhas.....	35
<i>Patrícia Cavalcante Pessoa Ávila Marques</i>	
<i>Gabriela Carriço Horeay</i>	
<i>Iracema Neno Cecilio Tada</i>	
“Salto” para o abismo: análise de uma política pública para correção de fluxo escolar no estado de Rondônia.....	40
<i>Érica Mopes Caldeira dos Santos</i>	
<i>Maria Eduarda da Silva Freire Pereira</i>	
Militarização das escolas em Rondônia: a quem será que se destina?	45
<i>Naára Balbino Guimarães</i>	
<i>Irla Micaele Moreira Linhares</i>	
<i>Maria Ivonete Barbosa Tamboril</i>	
Reintegrar e Transformar: Um estudo sobre o projeto asas do saber	50
<i>Felipe Ferreira Costa</i>	
<i>Wilverson Anuniação Paes</i>	
Educação inclusiva: Um levantamento bibliográfico de dissertações da Universidade Federal de Rondônia.....	55



Cibelle Amaral Maia

Luiza Maria Stelo De Mattos

Formação de professores a distância para atuação em sala de recursos multifuncionais..... 60

Fernanda de Castro Borges Trindade

Neffretier C. R. A. dos Santos Clasta

“Quem quer saber de professor?”: Subjetividade docente e municipalização do ensino em Porto Velho/RO 64

Eudeir Barbosa de Oliveira

Marli Lúcia Tonatto Zibetti

Colhendo frutos do “Projeto Açã”: estudo de um projeto de formação de docentes indígenas em Rondônia 69

Maria Celeste da Silva Nascimento

Marques Pereira Silva de Aquino

Stress infantil e dificuldade de aprendizagem: uma investigação com crianças de Porto Velho/RO 74

Marcos Henrique Figueira de Mello

Irla Micaele Moreira Linhares

Fátima Queiroga

Transtorno de déficit de atenção/ hiperatividade (TDAH) no olhar bivalente para a análise do comportamento e da neuropsicologia 79

Mônica Lima

Fabiula A. Nunes

Dificuldade de aprendizagem e stress infantil: Uma investigação com crianças de Porto Velho/RO 84

Irla Micaele Moreira Linhares

Marcos Henrique Figueira de Mello

Fátima Queiroga

Eixo Temático: Psicologia da Saúde

Vivências de estágio em um Centro de Atenção Psicossocial/CAPS: Um relato de experiência..... 90

Tauana Cristina Santana

“A vida não para”: Ansiedade como significante do sofrimento psíquico discente no ensino superior..... 95

Mell Liz de Sá Maia

Maria Liliane Gomes dos Santos

Perfil dos pacientes de um instituto oncológico do estado de Rondônia..... 100



Elis Monique de Vasconcelos Galvão

Paulo Renato Vitória Calheiros

Pedro de Tarique Crispim

Implantação e avaliação de um programa para controle do tabagismo na UBS Afonso Mansur 105

Claudete Dias Soares

Edna Mônica Wobeto

Cuidados paliativos: A importância da atuação do psicólogo no Serviço de Assistência Multidisciplinar Domiciliar (SAMD) de Porto Velho/RO..... 109

Marcos Henrique Figueira de Mello

Naára Balbino Guimarães

Vivian Susi Assis Canizares

Ansiedade, depressão, estresse em pacientes com câncer na Região Norte..... 114

Elis Monique de Vasconcelos Galvão

Paulo Renato Vitória Calheiros

Pedro de Tarique Crispim

O uso de substâncias psicoativas entre pessoas vivendo com o vírus HIV na região central do estado de Rondônia..... 119

Fernanda Miranda Cavalcante

Paulo Renato Vitória Calheiros

Edson dos Santos Farias

Influência de fatores psicossociais nos sintomas do paciente com dor lombar 124

Deyse Corrêa de Azevedo

Douglas Maquart Otto

Vitângela Freitas Figueiredo

O mal-estar e o sujeito universitário: uma leitura psicanalítica do sofrimento de estudantes universitários 128

Regis Albuquerque Henrique

Talita Mortari Montysumaleite

Relato da campanha de prevenção ao suicídio em Ji-Paraná/RO..... 133

Renata da Costa Ferreira

Leopoldina Veiga Guimarães Ferreira

Iracly Amorim de Souza Freitas

Eixo: Psicologia Hospitalar

E agora o que vai ser da minha vida? terapia de aceitação e compromisso com pacientes amputados..... 139



Micaela Alves de Araújo
Gabriela Gomes Santos
Cristiano de Almeida Fernandes

Qualidade de morte ao paciente oncológico em finitude: reflexões dos profissionais de saúde 142

Jéssica de Oliveira Pomaroli Moreira
Caio Fernando Modtkwski
Hélen Rimet Alves de Almeida

Inserção do psicólogo em instituição pública de saúde: Um relato de experiência 147

Mayra Rodrigues Leite
Nádía Maria Silva Montelo

Atuação da psicologia hospitalar: Um relato de experiência 152

Bruna Suyane Fernandes Vilela
Natasha Souza Matos
José Juliano Cedaro

Eixo: Psicologia Clínica

Reestruturação familiar cognitiva: Uma análise integrativa focada na terapia do esquema. 158

Victor Hugo Coelho Rocha
Fabiula De Amorim Nunes

Contribuições da teoria do apego de Jown Bowlby no processo de reestruturação familiar cognitiva 163

Victor Hugo Coelho Rocha
Fabiula De Amorim Nunes

Assédio moral e suicídio: Um estudo de caso de estresse pós-traumático relacionado ao trabalho 168

Camila Gutieres dos Santos Soares Costa
Edcarlos Alfaia Galeno Barbosa
Vanderléia de Lurdes Dal Castel Schilindwein

Imagens da memória: conflito de interpretações entre Jacques Lacan e Henri Bergson 173

Rodrigo Tavares Godoi

Triagens psicológicas grupais como alternativa à vasta demanda em um serviço-escola de psicologia 178

Maria Liliane Gomes dos Santos
Andreia Caroline da C. Alves

Escuta clínica do sofrimento/adoecimento psíquico relacionado ao desemprego: Um estudo de caso no serviço de psicologia de uma clínica-escola 183



Mariana Oliveira da Silva

Mirian Rocha de Almeida

Vanderléia de Lurdes Dal Castel Schlindwein

Sobreviventes: Narrativas e subjetividades de experiências de tentativas de suicídio 188

Ana Paula Costa Silva

Isabella Carvalho Teixeira Lemes Da Fonseca

Mírian Oliveira De Souza Simões

Relação entre masoquismo moral e violência doméstica contra a mulher..... 194

Fernanda Alves de Carvalho

O caso nz e a importância da avaliação nosográfica dinâmica e da planificação de tratamento em psicoterapia breve 199

Neffretier Cinthya Rebello André dos Santos Clasta

Fernanda de Castro Borges Trindade

Eixo: Psicologia do Trabalho e das Organizações

Relação do trabalho e saúde à luz da psicodinâmica dejouriana 205

Amanda da Silva Araújo

Fabiula de Amorim Nunes

Saúde mental do trabalhador: revisão integrativa de publicações nacionais 210

Tatiane de Magalhães Bento

Washington Luiz Moita

Gracielly de Oliveira e Silva Costa

Aspectos do trabalho docente no ensino superior relacionados ao sofrimento psíquico: Uma revisão de literatura psi..... 215

Arthur Antunes Gomes Queiroz

Nikolli Evelyn Gubert

Qualidade de vida no trabalho: Um estudo bibliográfico 220

Eliana Ariele Vieira Sandes

Vitória Regina Alves de Almeida

Gracielly de Oliveira e Silva Costa

Clima organizacional: Uma revisão integrativa da literatura 225

Paloma Auricélia da Silva Valente dos Santos

Williane Soares Santos

Gracielly de Oliveira e Silva Costa

Análise sistemática sobre a Síndrome de Burnout em docentes universitários..... 230

Nadya Machado Barbosa

Ágata Cristiam Tavares



A organização prescrita do trabalho dos monitores de uma comunidade terapêutica do estado de Rondônia..... 236

Natalí Máximo dos Reis

Luís Alberto Lourenço de Matos

Luciana Fernandes Duarte

Eixo: Psicologia Social/Comunitária

Adolescentes que vivem nos arredores do lixão e o compromisso da psicologia 242

Eliane Aparecida Michelin

Iracema Neno Cecilio Tada

O cotidiano como parte da análise de uma pesquisa sobre escolarização e movimentos migratórios 247

Maquézia Suzane Furtado dos Santos

Implicações da psicologia social acerca do racismo no Brasil: uma revisão sistemática da literatura 252

Jéssica de Oliveira Pomaroli Moreira

Caio Fernando Modtkwski

Hélen Rimet Alves de Almeida

Populações em situação de rua em Porto Velho/ Rondônia: comportamentos e relações sociais 257

Nilson Coelho de Melo Júnior

Relato de experiência: Projeto flautear para encantar 262

Leopoldina Veiga Guimarães Ferreira

Recomendações para projetos acadêmicos de docentes com vistas a promoção do bem-viver de estudantes negros e indígenas no ensino superior 267

Alessandro de Oliveira Dos Santos

Eixo: Sexualidade e Gênero

Alguém disse que o curso de pedagogia é exclusivo para meninas? 273

Alberlândia de Lima Bernardo

Fabiana Soares Fernandes Leal

O conceito de gênero na perspectiva de alunos do ensino médio 278

Daivane Azevedo de Almeida

Fabiana Soares Fernandes Leal

Eixo: Forense/Jurídica

Os restos de amor: um estudo psicanalítico e psico-jurídico 283



Ágata Cristiam
Zeno Germano

Relato de experiência na associação de proteção e assistência ao condenado de Ji-Paraná/RO 288

Leopoldina Veiga Guimarães Ferreira

Eixo: Avaliação Psicológica

Inteligência emocional – Uma revisão sistemática 294

Sara Ferreira Silva
Fabiula de Amorim Nunes

Inteligência emocional – Caracterizações de instrumentos psicométricos 299

Sara Ferreira Silva
Fabiula de Amorim Nunes

Eixo: Formação Em Psicologia

Atuação profissional dos psicólogos (as) egressos (as) da unir..... 305

Mirian Rocha de Almeida
Esthela Bianchini Hipólito da Silva
Luís Alberto Lourenço de Matos

Perfil sociodemográfico dos psicólogos e psicólogas egressos da unir 310

Mirian Rocha de Almeida
Esthela Bianchini Hipólito da Silva
Luís Alberto Lourenço de Matos

Eixo: Orientação Vocacional

Orientação vocacional: relato de experiências da disciplina de estágio básico IV 316

Amanda Caroline Soares Rodrigues
Maria Lúcia Costa Souza
Rute Cândido da Silva

Eixo: Psicologia Do Desenvolvimento

Repertório de habilidades sociais em acadêmicos de psicologia de uma faculdade particular do município de Cacoal–RO..... 321

Júlia Fonseca
Kimberlin de Miranda da Silva
Raiane Legora Bozi



Apresentação

Entre os dias 04 e 06 de novembro de 2019, o **Programa de Pós-Graduação em Psicologia e o Departamento de Psicologia** da Universidade Federal de Rondônia (PPGPSI/DEPSI/UNIR) realizaram a sétima edição do Seminário de Psicologia (SEP). Esta edição teve como temática geral “*Avaliação Psicológica: formação, estudos e pesquisas*” e possibilitou discussões sobre a psicologia enquanto ciência e profissão. O Seminário foi configurado com atividades diversificadas, contando com momentos culturais, conferências, palestras, mesas-redondas, minicursos e comunicações orais.

As atividades científicas apresentaram diferentes matrizes teóricas, diversos métodos e técnicas, e evidenciaram também a necessidade do compromisso ético e social na formação e atuação da psicóloga e psicólogo. O VII SEP oportunizou divulgação de pesquisas e compartilhamento de experiências pessoais, profissionais e acadêmicas entre pesquisadores de diferentes instituições de Rondônia e de outros estados.

Destacamos ainda a importância da realização do SEP no cenário brasileiro atual e, particularmente, na região Norte, por estar mais afastada dos grandes centros e principais intercâmbios institucionais. Eventos como este, que buscam potencializar o diálogo entre pesquisadores e a formação de estudantes, evidenciam a relevância e a necessidade de defesa da educação no Brasil. É nosso papel defender e desenvolver espaços nos quais as questões são discutidas a partir de evidências científicas e comprometidas com a democracia, a ética e a construção do conhecimento.

Diante desse compromisso, apresentamos esses Anais que sistematizam os trabalhos apresentados no VII Seminário de Psicologia, os quais proporcionaram contribuições em diferentes áreas da ciência psicológica, desde temas mais clássicos a questões polêmicas da atualidade. Nesta edição, os trabalhos estão disponíveis por meio de resumos expandidos, oportunizando uma publicação detalhada sobre as pesquisas realizadas e a ampliação dos relatos.

A comissão organizadora



MINICURSOS



IDENTIFICAÇÃO DE PROBLEMAS DE VALIDADE E NORMATIZAÇÃO EM INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

Marcelo Xavier de Oliveira
Universidade Federal do Acre
mar_celoxoliveira@yahoo.com.br

Resumo: A avaliação psicológica possui como ferramenta indicadores que possibilitam a verificação de sua qualidade. Os indicadores psicométricos evidenciam o quanto e quais destas qualidades constituem instrumentos de avaliação psicológica. O minicurso proposto teve como objetivo apresentar a aplicabilidade do conhecimento de indicadores psicométricos no desenvolvimento de instrumentos de avaliação psicológica e sua utilização na prática profissional. A identificação de problemas de validade e normatização em instrumentos de avaliação psicológica constitui uma dimensão necessária na formação em Psicologia. O Código de Ética Profissional do Psicólogo estabelece responsabilidade quanto a dimensão ética e técnico-científica da atividade profissional, enquanto que a Resolução 009/2018 do Conselho Federal de Psicologia estabelece diretrizes para a realização de avaliação psicológica, além de condições objetivas para utilização de testes psicológicos no exercício profissional da Psicologia. Assim, para fins dos objetivos propostos se utilizará como recursos: aula expositiva com apresentação em datashow, manuais de instrumentos psicológicos, apresentação de artigos que evidenciaram os aspectos psicométricos, papel A4 e lápis. Ao final do minicurso se espera que o participante identifique os problemas existentes em diferentes tipos de validade e processos de normatização descritos em estudos de instrumentos de avaliação psicológica.

Palavras-chave: Psicologia. Avaliação Psicológica. Psicometria. Testes Psicológicos.

Objetivos

Objetivo Geral

Apresentar a aplicabilidade do conhecimento de indicadores psicométricos no desenvolvimento de instrumentos de avaliação psicológica e sua utilização na prática profissional.

Objetivos Específicos

- Identificar evidências de validade no desenvolvimento de instrumentos de avaliação psicológica;
- Identificar diferentes formas de estabelecimentos de normas em instrumentos de avaliação psicológica;
- Identificar potencialidades e limitações de instrumentos de avaliação psicológica.



Justificativa

CONSIDERANDO que a utilização de métodos e técnicas psicológicas constitui função privativa da psicóloga e do psicólogo, com base nos objetivos previstos no parágrafo 1º, do art. 13, da Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, e no art. 4º, do Decreto nº 53.464/1964.

CONSIDERANDO que é responsabilidade do psicólogo e da psicóloga “prestar serviços psicológicos de qualidade, em condições de trabalho dignas e apropriadas à natureza desses serviços, utilizando princípios, conhecimentos e técnicas reconhecidamente fundamentados na ciência psicológica, na ética e na legislação profissional” (CFP, RES nº 010/05, Art. 1º, c).

CONSIDERANDO que a psicóloga e o psicólogo têm a prerrogativa de decidir quais são os métodos, técnicas e instrumentos empregados na Avaliação Psicológica, desde que devidamente fundamentados na literatura científica psicológica e nas normativas vigentes do Conselho Federal de Psicologia (CFP). (Res nº 009/2018, Art. 1º, §2)

Temos a necessidade de qualificação no reconhecimento e escolha de instrumentação qualificada para o desenvolvimento de processos avaliativos em Psicologia. A Resolução nº 009/2018, Art. 1º, traz que “avaliação psicológica é definida como um processo estruturado de investigação de fenômenos psicológicos, composto de métodos, técnicas e instrumentos, com o objetivo de prover informações à tomada de decisão, no âmbito individual, grupal ou institucional, com base em demandas, condições e finalidades específicas”. De modo que não se faz necessário a utilização de testes psicológicos para caracterização de um processo de avaliação psicológica, no entanto, devido aos objetivos aqui elencados, se enfocará acerca de conhecimento necessário para utilização destes em um processo avaliativo.

Urbina (2014, p. 2) estabelece que teste psicológico é um “[...] procedimento sistemático para coletar amostras de comportamentos relevantes para o funcionamento cognitivo, afetivo ou interpessoal e para pontuar e avaliar essas amostras de acordo com normas”. É importante destacar que na Resolução nº 009/2018, Art. 1º, §1, a definição de testes psicológicos compreende: escalas, inventários, questionários e métodos projetivos/expressivos.

A partir do reconhecimento da complexidade e transversalidade da avaliação psicológica, tem-se a necessidade de uma formação básica nessa área de aplicação da Psicologia (HUTZ; BANDEIRA; TRENTINI, 2015). E parte desta formação básica deve dotar o aplicador



de testes psicológicos de conhecimento técnico-científico do material que será utilizado no processo de avaliação psicológica (PASQUALI, 2001).

A Resolução nº 009/2018, Art. 6º, reforça a necessidade de consistência técnico-científica para que testes psicológicos sejam reconhecidos para uso profissional de psicólogas e psicólogos e elenca entre requisitos mínimos obrigatórios:

“V- a apresentação de evidências empíricas de validade e estimativas de precisão das interpretações para os resultados do teste, caracterizando os procedimentos e os critérios adotados na investigação; VI – apresentação do sistema de correção e interpretação dos escores, explicitando a lógica que fundamenta o procedimento, em função do sistema de interpretação adotado”. Do item V apenas a evidência de validade é objeto deste minicurso, enquanto que o item VI é referente ao processo de normatização.

Método

O minicurso que tem por objetivo apresentar a aplicabilidade do conhecimento de indicadores psicométricos no desenvolvimento de instrumentos de avaliação psicológica e sua utilização na prática profissional, utilizará a metodologia da aprendizagem significativa, que permite desenvolver novos conhecimentos a partir da organização e integração de material novo a estrutura cognitiva do aprendiz (MOREIRA, 2011).

Para Ausubel (2000) a aprendizagem significativa ocorre quando uma nova informação ancora-se a conceitos ou predisposições relevantes, preexistentes na estrutura cognitiva e assim formando uma hierarquia conceitual, na qual, elementos mais específicos de conhecimento são ligados (e assimilados) a conceitos mais gerais. Neste contexto, estrutura cognitiva é uma estrutura hierárquica de conceitos que são representações de experiências sensoriais do indivíduo.

As condições necessárias para ocorrência de aprendizagem significativa são: (1) utilização de material a ser aprendido que seja relacionável à estrutura cognitiva do aprendiz; e, (2) aprendiz manifestante de disposição para relacionar-se de maneira substantiva com o novo material, potencialmente significativo (MOREIRA, 2011).



Recursos

Aula expositiva, data show, quadro branco, pincel atômico, papel A4, lápis, artigos e manuais de testes psicológicos.

Referências

AUSUBEL, D. P. **The Yacquisition and retention of knowledge: a cognitive view**. Dordrecht: Kluwer Academic Publisher, 2000.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de ética do psicólogo**. Brasília, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução no 009/2018**. Brasília, 2018.

HUTZ, C.S., BANDEIRA, D.R., & TRENTINI, C. M. **Psicometria**. Porto Alegre: Artmed, 2015.

MOREIRA, M. A. **Teorias de Aprendizagem**. 2. ed. São Paulo: E.P.U, 2011.

PASQUALI, L. **Técnicas de Exame Psicológico – TEP: manual**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.



TIPOS PSICOLÓGICOS NA VISÃO JUNGUIANA

Daniella de Souza e Pereira
Faculdades Integradas Aparício Carvalho
Grupo de Psicologia Analítica de Rondônia
danipsi2006@gmail.com

Resumo: Carl Gustav Jung foi um dos autores que mais estudou a personalidade humana, interessado e preocupado com as relações do homem com o mundo externo e com a comunicação entre as pessoas. Em 1921, Jung trouxe uma contribuição fundamental para o entendimento da tipologia humana, ao escrever um de seus mais importantes trabalhos, o livro “Tipos Psicológicos”, fruto de mais de 20 anos de observação e do exercício da Medicina Psiquiátrica e da Psicologia Prática. Desde a publicação da teoria dos tipos psicológicos de Jung instrumentos têm sido desenvolvidos para avaliar a tipologia psicológica com base em suas ideias. No Brasil Zacharias (1999) publicou o Questionário de Avaliação Tipológica (QUATI), que permite a obtenção de três escores, a saber: pensamento-sentimento, intuição-sensação e extroversão-introversão. Desta forma, o curso abordará a teoria dos tipos e sua contribuição para a avaliação psicológica na psicologia clínica, organizacional e vocacional. Como recursos didáticos serão utilizados aula expositiva e dialogada, discussão de casos clínicos e a apresentação do QUATI como instrumento validado pelo Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI). Estima-se que o minicurso possa auxiliar psicólogos e estudantes de Psicologia, no conhecimento introdutório da teoria dos tipos de Jung, sua contribuição e aplicabilidade.

Palavras-chave: Tipos Psicológicos. Psicologia Analítica. Teoria da Personalidade.

Introdução

Após o rompimento da amizade que ligava Jung a Freud com a publicação do livro *Metamorfose e Símbolos da Libido*, houve um período longo em que Jung trabalhou nas imagens do seu próprio inconsciente (1913-1917). Depois de um considerável período de isolamento, ele começou a trabalhar na confecção do livro dos Tipos Psicológicos, quando se perguntava sobre o que diferenciava sua elaboração teórica das concepções de Freud e Adler, inicia então, sua fala sobre os tipos. Para ele é o tipo que traduz e limita os julgamentos do homem. Para Jung (1971) o tipo indicaria uma disposição geral, que nos ajuda a caracterizaras pessoas quanto ao seus interesses, referências e habilidades, assim, poderíamos entender como a psique estaria preparada para agir ou reagir nas diversas situações.



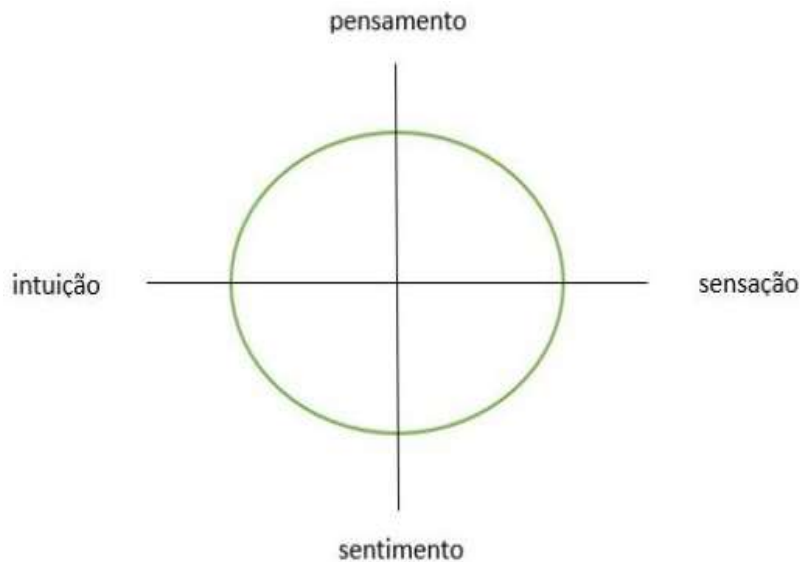
Ao se referir ao livro “Tipos Psicológicos” publicado em 1921, diz que o livro trata “principalmente do confronto do indivíduo com o mundo, das suas relações com homens e coisas. Nele descrevo os diferentes aspectos da consciência, as possibilidades de sua atitude em relação ao mundo”. (JUNG, 1975, p. 182-183). Para ele o livro também possibilitou perceber que o julgamento das pessoas fica limitado ao seu tipo de personalidade, portanto toda a maneira de ver é relativa. Ao chegar nessas conclusões ele passa a encaminhar seus esforços e pesquisas para discutir a ideia de unidade e de compensação, que passou a desenvolver com base na noção chinesa de *Tao*.

Jung buscou discutir a questão das dificuldades de relação e comunicação apresentando sua contribuição por meio da teorização dos tipos, para que pudéssemos nos orientar melhor dentro dos quadros de referência do outro. Segundo Nise (1981), ele modestamente, escreveu sobre não acreditar que sua classificação dos tipos pudesse ser a única e verdadeira possível.

Conforme Silveira (1981), Jung distinguiu duas formas de atitudes das pessoas em relação ao objeto: a pessoa que prefere focar a sua atenção no mundo externo de fatos e pessoas (extroversão), e/ou no mundo interno de representações e impressões psíquicas (introversão). Enfim, Jung (1971) chamou os tipos gerais de disposição introvertida e extrovertida e, segundo ele, nenhum ser humano é exclusivamente introvertido ou extrovertido, ambas as atitudes existem dentro dele, mas só uma delas foi desenvolvida como função de adaptação.

A respeito da introversão e extroversão, Silveira (1981) comenta que não só o homem comum pode ser enquadrado numa dessas duas atitudes típicas. Igualmente os filósofos, por meio de suas concepções do mundo revelam seus tipos psicológicos, bem como os artistas, por intermédio de suas interpretações da vida. Jung se intrigava que os mesmos fenômenos psíquicos fossem vistos e compreendidos tão diferentemente por homens de ciências, cada um de seu lado, honestamente convencido de haver descoberto a verdade única.

Ainda, Jung nomeou as funções de percepção, sensação e intuição e as funções de julgamento, pensamento e sentimento e chamou estas últimas de racionais. Porém, para Whitmont (2014) elas podem ser melhor qualificadas como função de julgamento, de apercepção ou interpretação. Assim, teríamos dois pares de opostos: sensação-intuição e pensamento-sentimento, sendo que qualquer uma dessas quatro funções pode exprimir-se de maneira introvertida ou extrovertida. Uma representação sobre este inter-relacionamento pode ser feita por meio de uma cruz, onde qualquer uma das funções que ocupe o topo indica a mais consciente. (WHITMONT, 2014).



O oposto da função do topo da cruz, a mais favorecida pela consciência, Jung denominou a função inferior. Esta permanecerá funcionando de forma inconsciente, muitas vezes interferindo em aspectos do consciente. (WHITMONT, 2014).

Da combinação das duas atitudes (introversão e extroversão), com as funções psíquicas (sentimento, pensamento, intuição e sensação) Jung denominou oito tipos psicológicos básicos. (WHITMONT, 2014).

No entanto, mesmo tendo publicado uma extensa pesquisa, com documentos a respeito dos tipos em diversas áreas do conhecimento, ele tomou cuidado em nos alertar sobre o fato de que nenhuma classificação é absoluta, ou é a única possível. (JUNG, 1971)

Objetivos

Auxiliar psicólogos e estudantes de psicologia no conhecimento introdutório da teoria dos tipos de Jung, sua contribuição e aplicabilidade.

Socializar leituras e reflexões produzidas no grupo de estudos sobre os tipos psicológicos propostos por Jung.



Justificativa

Apesar do livro ter sido publicado há quase 100 anos, a teoria dos tipos proposta por Jung ainda continua sendo utilizada por diversos psicólogos no mundo e também em muitos testes psicológicos, como o QUATI e o *Myers-Briggs Type Indicator* (teste MBTI), que avaliam a personalidade.

Além disto, a importância de estudar esta obra também reside na necessidade de pensar características de personalidade, como forma de entender a psique humana, pois há tempos busca-se encontrar semelhanças nas pessoas, por meio da construção de tipologias que possam facilitar a atuação do psicólogo em consultórios, empresas, grupos, entre outros.

Assim, na clínica os tipos nos ajudam a conhecer melhor como o paciente atua nas relações com o mundo externo e interno, nas dificuldades de adaptação nos diversos setores da vida e nas terapias de famílias e casais, neste último, no conhecimento dos tipos de parceiros, permitindo uma análise mais qualificada dos conflitos. Já na psicologia organizacional, contribui como forma de conhecer melhor o funcionário e pensar atividades adequadas ao seu tipo psicológico. Na educação também pode auxiliar como forma de trabalhar a relação do aluno com a aprendizagem e ainda, na orientação profissional, sendo utilizada para nortear as pessoas de acordo com seu tipo psicológico.

Metodologia

O minicurso será iniciado com um breve histórico da construção da obra, contextualizando com a vida de Jung. Depois teremos uma aula dialogada sobre as atitudes, introversão e extroversão e as funções: sentimento, pensamento, sensação e intuição. Após, faremos a aplicação de um exercício reflexivo de identificação de características tipológicas.

Encerrado este momento de exposição temática introdutória, será abordado um caso clínico do próprio Jung, visando ilustrar a aplicabilidade clínica da proposta teórica. Após, será apresentada uma pesquisa realizada na FIMCA, com alunos de psicologia, sobre a escolha pelo estágio clínico com o enlace na temática dos tipos.



Recursos

Os recursos a serem utilizados serão: *datashow*, exercício de reflexão sobre os tipos individuais, casos clínicos e canetas.

Referências

JUNG, C. G. **Tipos Psicológicos**. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Vozes, 1971.

_____. **Memórias, sonhos e reflexões**. Compilação e Prefácio de Aniela Jaffé, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

SILVEIRA, N. da. **Jung: vida e obra**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

WHITMONT, E. C. **A busca do símbolo: conceitos básicos de Psicologia Analítica**. São Paulo: Cultrix, 2014

ZACHARIAS, J. J. de M. **QUATI - Questionário de Avaliação Tipológica - Versão II - Manual** (3. ed. rev. amp.). São Paulo: Vetor, 1999.



AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA PARA PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS: LAQUEADURA, VASECTOMIA E BARIÁTRICA

Daniele Mejia Cavalcante
Faculdades São Lucas
Clínica Integrada Casulo
danielemejiaestevao@gmail.com.br

Resumo: Este trabalho procurou descrever o processo de avaliação psicológica de pessoas com obesidade que serão submetidas a uma cirurgia bariátrica e candidatos a cirurgia de laqueadura/vasectomia apontando os aspectos psicológicos que devem ser vislumbrados no processo de avaliação. A metodologia utilizada foi de um estudo bibliográfico onde se percebe a necessidade de um trabalho ético alinhado à prática do psicólogo nesta área, levando em conta as peculiaridades de cada sujeito.

Palavras-chave: Avaliação psicológica. Laqueadura. Vasectomia. Bariátrica.

Introdução

Enquanto método sistemático, a avaliação psicológica tem por objetivo obter informações sobre o comportamento e inferir características psicológicas do sujeito (PRIMI, 2018). Sua atuação perpassa vários contextos, tendo em vista o seu potencial de descrever características, premeditar futuros comportamentos, classificar diagnóstico, planejar intervenções e monitorar as variáveis psíquicas, sempre buscando inferenciar um construto do avaliado.

Apesar de sua importância ainda hoje, muitas pessoas se perguntam sobre a necessidade da avaliação psicológica pré-operatória, sem perceber as nuances implicadas neste processo.

A avaliação, deve identificar alterações psicológicas e ou aspectos emocionais que possam prejudicar o sucesso do tratamento, bem como analisar se o paciente encontra-se em bom estado de saúde mental, favorecendo sua participação ativa no período pós-operatório e que seja capaz de seguir as orientações para a tranquilidade de sua vida diária.

A metodologia utilizada foi de estudo bibliográfico onde se evidencia a importância da avaliação em processos tão utilizados atualmente, que geram mudanças profundas no âmbito orgânico, psicológico e social do indivíduo. Desta forma, este trabalho procurou descrever o processo de avaliação psicológica de pessoas com obesidade que serão submetidas a uma cirurgia bariátrica e candidatos a cirurgia de laqueadura/vasectomia apontando os aspectos psicológicos que devem ser vislumbrados no processo de avaliação.



Avaliação psicológica

Bueno e Peixoto (2018) apontam que a área de Avaliação Psicológica tem uma importância histórica no desenvolvimento como ciência e profissão. A partir dos anos 90 iniciaram-se diversas práticas reflexivas e propositivas sobre o tema.

No ano de 2018 houve a regulamentação de uma nova resolução do Conselho Federal de Psicologia que sistematizou todas as resoluções (nº 002/2003, nº 006/2004 e nº 005/2012) e notas técnicas (01/2017 e 02/2017) que tratavam sobre Avaliação Psicológica, consequentemente revogando-as. Desta forma, a nova resolução (nº 09/2018) traz consigo todas as informações referentes à Avaliação Psicológica e ao Sistema de Avaliação Psicológica (Satepsi).

Nela, a avaliação psicológica é definida como “[...] um processo estruturado de investigação de fenômenos psicológicos, composto de métodos, técnicas e instrumentos, com o objetivo institucional, com base em demandas, condições e finalidades específicas” (CFP, 2018, p. 2).

Pode-se dizer, afinal, que a avaliação psicológica é um conjunto de métodos e técnicas que permitem produzir diagnósticos sobre uma pessoa ou um grupo (HUTZ, p. 11). A testagem é parte da avaliação, sendo caracterizada como “instrumento que avalia (mede ou faz uma estimativa) construtos (também chamados de variáveis latentes) que não podem ser observados diretamente” (HUTZ, p. 12), que permite a contextualização do resultado. São fundamentais para o processo de avaliação, mas não produzem isoladamente um diagnóstico. A bateria de testagem só é capaz de produzir um resultado quando este está contextualizado com a realidade, tempo, cultura e história de vida do (s) sujeito (s) avaliado (s).

Hoje, a avaliação psicológica se configura de forma contextualizada, ética e vinculada aos direitos humanos. Os diagnósticos produzidos estão articulados com o contexto social dos sujeitos, e isso representa um aspecto transformador, pois:

É importante citar que a Avaliação Psicológica possui várias áreas, e neste trabalho especificamente a área de Laqueadura, Vasectomia e Bariátrica.

Cada cirurgia traz consequências específicas a vida do sujeito, sejam elas transitórias ou permanentes em que a avaliação pressupõe a predição do comportamento diante das diversas



demandas que podem surgir tais como separação, falecimento de um dos filhos, proximidade da velhice, etc.

A lei 9262/96 do planejamento familiar no Art. 10 aponta que:

Somente é permitida a esterilização voluntária nas situações em homens e mulheres com capacidade civil plena e maiores de vinte e cinco anos de idade ou, pelo menos, com dois filhos vivos, desde que observado o prazo mínimo de sessenta dias entre a manifestação da vontade e o ato cirúrgico, período no qual será propiciado à pessoa interessada acesso a serviço de regulação da fecundidade, incluindo aconselhamento por equipe multidisciplinar, visando desencorajar a esterilização precoce. (BRASIL, 1996).

Neste processo o psicólogo irá avaliar além das demandas conscientes, verificar a possibilidade de arestas no emocional de cada um.

No que tange a obesidade, hoje é registrada como um grave problema de Saúde Pública não só no Brasil, mas, em diversos outros países do mundo. Recentemente o tratamento mais eficaz vem sendo a cirurgia bariátrica no que envolve a obesidade mórbida.

De acordo com a resolução nº 1766/05 do Conselho Federal de Medicina (2005), o psicólogo passou a integrar a equipe multidisciplinar ponderado por oferecer assistência ao paciente durante o pré-operatório e pós-operatório. Composto o resto da equipe multiprofissional juntamente com cirurgião com formação específica, clínico, nutricionista, psiquiatra, fisioterapeuta, anesthesiologista, enfermeiros e auxiliares de enfermagem.

O processo de Avaliação Psicológica é uma entre as plurais formas de aplicação da Psicologia, que se propõe a analisar os fenômenos reais e simbólicos latentes ou manifestos, organizando-se de forma propositiva para “categorizar, comparar, analisar ou constatar dados quantitativos ou qualitativos, obtidos por meio de diversas técnicas” (AVOGLIA, 2012, p. 182). Nos processos de avaliação, busca-se uma visão global dos indivíduos através dos testes psicológicos e de outros procedimentos, ferramentas e artifícios clínicos que, juntos, configuram e integram a visão do sujeito como um todo.

A importância da avaliação psicológica no pré-operatório é determinar se o paciente possui a compreensão acerca das mudanças que a cirurgia irá acarretar em sua vida bem como riscos e benefícios inclusos, além de verificar se há histórico de quadros psicóticos ou demenciais. (FLORES, 2014; BRASIL, 2010).

Com o objetivo de verificar a aptidão às cirurgias, o psicólogo deve avaliar diferentes aspectos da vida do candidato. Cabe ao profissional observar se o mesmo compreende as



implicações da cirurgia, as mudanças de vida necessárias, as expectativas quanto aos resultados, a habilidade de aderir às recomendações médicas, o comportamento, as morbidades psiquiátricas, e também, as razões que o levaram a realizar tal procedimento cirúrgico.

Além disso, essa análise deve verificar as contraindicações que possam haver referentes ao suporte social do sujeito, uso de substâncias, funcionamento cognitivo, qualidade de vida, ideação suicida, transtornos psicóticos, depressão entre outros fatores, resultando uma anamnese bastante profunda e complexa. Durante o processo de avaliação do candidato, o psicólogo deve estar preparado para averiguar os aspectos emocionais, psiquiátricos e cognitivos que possam interferir no processo da cirurgia.

A primeira etapa da avaliação psicológica é a entrevista clínica que serve para conhecer melhor o paciente e nortear o profissional na condução das sessões. A testagem psicológica é uma ferramenta que pode ser utilizada com o paciente no sentido de proporcionar reflexão, muito útil na coleta de dados subjetivos, e ainda, quando é necessária uma comprovação para laudo.

A preparação para a cirurgia é um lugar onde o conhecimento da psicologia se aplica muito bem, pois é necessário que o paciente receba todos os esclarecimentos de como será a sua vida pós-cirurgia, e a elaboração de estratégias para que a alteração no qual o mesmo foi submetido seja uma ponte para a recuperação da qualidade de vida. Além do trabalho multidisciplinar da equipe de saúde, por meio do olhar sincronizado com as demandas afetivas e socioculturais dos indivíduos.

Referências

AVOGLIA, H. R. C. **O sentido da avaliação psicológica no contexto e para o contexto**: uma questão de direito. *Psicólogo inFormação*, 2012, n.16.

BUENO, J. M. H.; PEIXOTO, E. M. Avaliação Psicológica no Brasil e no Mundo. **Psicologia, Ciência e Profissão**, v. 38, n. esp., p. 108-121, 2018.

BRASIL, Constituição Federal. **Lei N° 9.263/1996**.

Conselho Federal de Medicina. (2005). **Resolução n° 1.766**, de 13 de maio de 2005. Brasília, DF.

Conselho Federal de Psicologia. (2005). **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Brasília, DF.



FLORES, C. A. **Avaliação psicológica para cirurgia bariátrica: práticas atuais.** Porto Alegre, v. 27, n. 1, p. 59-62, 2014.

PRIMI, R. **Avaliação Psicológica no Século XXI: de onde viemos e para onde vamos.** Psicologia: Ciência e Profissão, 2018, v. 38, p. 87-97.



Eixo temático: Psicologia Escolar/Educacional



EDUCAÇÃO BRASILEIRA: PERSPECTIVAS A PARTIR DO PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO (PNLD)

Paulo Ricardo Afonso Mendes
Universidade Federal de Rondônia
paulokrdo@gmail.com

Fernanda Ramires de Arruda
Universidade Federal de Rondônia
ferarrudaa@gmail.com

Resumo: Este trabalho analisa e discute o impacto do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) na educação brasileira. O PNLD trata-se de uma importante ferramenta para a democratização do ensino, sendo ele o responsável pela aquisição e distribuição de livros e outros materiais didáticos por todo o território nacional. Tendo como base a investigação bibliográfica e documental, apresenta-se as principais mudanças ocorridas no programa entre 1985 e 2019, pontuando as séries atendidas, os critérios de seleção dos livros, bem como as repercussões disso no processo de ensino-aprendizagem das escolas públicas. Por fim, apontamos para a importância do PNLD enquanto um termômetro da situação política e democrática no Brasil.

Palavras-chave: PNLD. Livro didático. Educação. Democracia.

Introdução

Essa pesquisa tem como objetivo principal a reunião de dados a respeito do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e a discussão dos mesmos. Buscamos com isso desenvolver uma visão geral do impacto causado por essa política federal no âmbito do acesso ao ensino, assim como também fomentar a importância do livro didático e literário no cenário da educação pública brasileira.

Partimos da perspectiva do livro enquanto instrumento essencial no processo de ensino-aprendizagem, sendo sua universalização no cotidiano das escolas públicas brasileiras uma conquista lograda ao longo de muitos anos. Para além disso, entendemos a escola como um espaço democrático por excelência, o que nos leva a considerar a necessidade de conteúdos literários e didáticos que tenham pela diversidade um apreço.

Dito isso, esperamos conseguir estabelecer as relações existentes entre as ações efetuadas pelo PNLD e os objetivos para a educação apregoados na Constituição Federal de 1988, principalmente no artigo 205:



A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Em relação ao livro didático no Brasil, devemos citar a criação do Instituto Nacional do Livro (INL), em 1929, como o primeiro órgão com poderes específicos para legislar sobre as políticas desse tema, o que contribuiu para a legitimação do livro enquanto instrumento pedagógico, estimulando o aumento de sua produção e disseminação.

Porém, o PNLD, em sua face moderna, surge apenas com a edição do Decreto nº 91.542/1985. A partir de então, fica estabelecido como objetivo principal do programa a disponibilização gratuita de obras literárias, pedagógicas e didáticas às mais diversas instituições públicas de ensino no território brasileiro.

No Decreto nº 91.542/1985 estão dispostas mudanças e avanços a respeito do funcionamento da política nacional do livro didático. As mais importantes resoluções foram: a) a indicação do livro didático pelos professores; b) a reutilização do livro e o aperfeiçoamento das especificações técnicas para garantir uma maior durabilidade; c) a extensão da oferta aos alunos de 1ª e 2ª séries das escolas públicas e comunitárias; d) o fim da participação financeira dos estados, passando o controle do processo decisório para a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) e garantindo o critério de escolha do livro pelos professores.

No decorrer de três décadas, diversas mudanças, entre avanços e recuos, foram sendo implementadas no programa. Discutiremos a respeito dessas questões em tópicos posteriores.

Metodologia

Adotamos como método de pesquisa o estudo documental e bibliográfico acerca do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). De acordo com Severino (2016), a investigação documental é aquela que tem como fonte textos originais que ainda não passaram por tratamento analítico, diferente da pesquisa bibliográfica que utiliza de textos já trabalhados por outros pesquisadores. Isto é, utilizamos tanto documentos oficiais que regulamentam o programa, como artigos e outros materiais que se mostraram pertinentes à discussão sobre a utilização do livro didático em território brasileiro.

Analisamos primeiramente os conteúdos de ordem governamental, como os decretos nº 91.542, de 1985, e nº 9099, de 2017, além da Resolução nº 15, de 2018. Na procura por artigos, priorizamos as discussões a respeito do histórico do PNLD, mas também ampliamos as buscas



por questões a respeito do livro didático em si, principalmente sobre sua importância, seus critérios de avaliação de qualidade e o conteúdo concernente à diversidade dos seres humanos.

Resultados e discussão

Ao longo dos anos, especialmente a partir dos anos 2000, as ações de fortalecimento do livro didático foram intensificadas através da progressiva universalização de sua distribuição. Não obstante, outros materiais, principalmente os oriundos de inovações tecnológicas, foram sendo incluídos nas escolas brasileiras.

A respeito disso, a pesquisa de Albuquerque e Ferreira (2019) contribui ao trazer as perspectivas das professoras quanto a organização do cotidiano em sala de aula. De acordo com as autoras, “o livro didático era considerado, para a maioria das professoras, como um complemento junto a outros recursos, como os livros do PNLD - obras complementares, os jogos e fichas de atividades que as professoras elaboravam” (2019, p. 263).

Essa constatação nos leva a considerar que a utilização de apenas um instrumento pedagógico não pode abarcar as demandas do processo de ensino-aprendizagem. Apesar da importância fundamental do livro, novas formas de apresentação do conteúdo devem ser integradas em sala de aula, por isso consideramos um avanço necessário o Decreto nº 9099, de 2017, que atribuiu ao PNLD a distribuição de outros materiais didáticos fundamentais aos alunos e professores.

Entretanto, ao considerarmos as mudanças nos critérios de escolha dos livros didáticos e literários, levantamos que houve avanços e recuos nessa área desde 1996, ano em que se inicia a avaliação pedagógica dos livros inscritos para o PNLD. Historicamente, era papel das escolas e dos professores a solicitação e a escolha do material a ser utilizado durante o ano letivo, mas a Resolução nº 15, de 26 de junho de 2018, atribui essa função aos gestores municipais e estaduais.

Na prática, o que antes era um instrumento para a autonomia e criatividade do ensino pode se tornar um caminho para validar a censura. Em relação a isso, citamos o caso do prefeito de Ariquemes (RO), Thiago Flores, que, em 2016, mandou retirar de circulação os livros que faziam alusão ao respeito pela diversidade sexual e de gênero. Ações como essa têm ganhado força através do prisma ideológico do movimento Escola Sem Partido, que prega fundamentalmente a alienação das crianças acerca da pluralidade de formas de existir no mundo, seja por meio do gênero ou da sexualidade.



Além disso, Albuquerque e Ferreira (2019, p. 266) apontam para outro fator que enfraquece a liberdade do professor em sala:

Parece haver uma tendência, na edição do PNLD 2019, à aprovação e disponibilização de obras que contenham orientações aos professores, com indicações de planejamento e avaliação das atividades a serem desenvolvidas por eles ao longo do ano letivo (em cada bimestre).

Sendo o livro didático um instrumento pedagógico protagonista em sala de aula, é imprescindível que sua escolha e utilização abarque a realidade particular de determinada turma. Ao tornar o professor um mero aplicador da cartilha governamental vigente, entendemos que essa medida repercute negativamente no processo de ensino-aprendizagem, este que deveria ser comandado exclusivamente pelo docente.

Considerações finais

Nossas considerações acerca do PNLD apontam para a validação de suas ações que contribuem para a ampliação do direito fundamental à educação. Para além da aquisição e distribuição de livros e materiais didáticos, damos ênfase para o caráter termométrico do programa: seus avanços e retrocessos são proporcionais à situação geral da política e do clima democrático no Brasil. Assim sendo, alertamos para o perigo do uso da Resolução nº 15 no sentido distorcido da antidemocrática e defendemos o papel ativo do educador na organização de suas próprias aulas.

Referências

ALBUQUERQUE, E. B. C. de; FERREIRA, A. T. B. **Programa nacional de livro didático (PNLD): mudanças nos livros de alfabetização e os usos que os professores fazem desse recurso em sala de aula.** Rio de Janeiro, Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 27, n. 103, p. 250-270, junho de 2019.

BRASIL. Decreto nº 91.542, de 19 de agosto de 1985. **Institui o Programa Nacional do Livro Didático, dispõe sobre sua execução e dá outras providências.** Brasília, DF, agosto de 1985.

BRASIL. Decreto nº 9.099, de 18 de junho de 2017. **Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático.** Brasília, DF, junho de 2017.



BRASIL. Resolução nº 15, de 26 de julho de 2018. **Dispõe sobre as normas de conduta no âmbito da execução do Programa Nacional do Livro e do Material Didático.** Brasília, DF, julho de 2018.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CARLOS, J. **Prefeitura manda tirar trechos de livros escolares com união entre gays.** Disponível em: <http://g1.globo.com/ro/ariqueemes-e-vale-dojamari/noticia/2017/01/prefeitura-manda-arrancar-paginas-de-livros-escolares-sobre-homossexuais.html>. Acesso em: 10 de agosto de 2019.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 24. ed. rev. e atual. São Paulo, Cortez, 2016.



O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DE UMA ESCOLA NA ZONA RURAL DE RONDÔNIA: ANALISANDO AS ENTRELINHAS

Patrícia Cavalcante Pessoa Ávila Marques
Universidade Federal de Rondônia
avilaques@gmail.com

Gabriela Carriço Horeay
Universidade Federal de Rondônia
gabrielahoreay@gmail.com

Iracema Neno Cecilio Tada
Universidade Federal de Rondônia
iracematada@gmail.com

Resumo: O Projeto Político Pedagógico (P.P.P.) consiste em um documento fundamental que deve ser construído junto à comunidade escolar, com a finalidade de elucidar a proposta educacional da escola. O objetivo deste trabalho é de analisar o Projeto Político Pedagógico de uma escola de educação infantil e fundamental I da zona rural de Rondônia, a fim de compreender como se desenvolve a relação da escola com seus estudantes e com a comunidade na qual encontra-se inserida. Este estudo é feito como parte de análise da pesquisa “O processo de ensino e aprendizagem em uma escola da zona rural de Porto Velho/RO” aprovado em Comitê de Ética. Os resultados parciais encontrados demonstram incoerências no que deveria propor o P.P.P., pautado em preconceitos e informações equivocadas sobre a população atendida.

Palavras-chave: Escola. Zona Rural. Projeto Político Pedagógico. Preconceito Escolar.

Introdução

A escola, sendo norteadora do desenvolvimento de uma aprendizagem sistemática que permite assimilar conhecimentos vividos, utiliza de um projeto que direciona a sua atuação com os estudantes e a comunidade. Este projeto é chamado Projeto Político Pedagógico.

Segundo Asbahr (2006, p. 81):

o projeto político pedagógico deve nortear as finalidades, os objetivos e os compromissos da prática educativa, sendo o elemento estruturante da identidade da instituição. Requer, portanto, um amplo trabalho de construção coletiva que exige domínio técnico pedagógico, clareza quanto ao compromisso ético-profissional de educar e quanto às finalidades da educação.

Entende-se que no conceito de coletividade esteja inserida também a comunidade, pois a sua atuação precisa estar de acordo com as diversas formas de pensar, se aproximando dos



aspectos histórico e culturais da comunidade a que se destina. A construção coletiva é imprescindível para a elaboração do P.P.P tendo em vista que este documento norteará o processo de ensino e aprendizagem.

Em estudo sobre as políticas públicas educacionais e as relações entre a escola e a família de seus estudantes, Lima e Zibetti (2018, p. 45) abordam alguns dos direitos das famílias:

Participar: em conselhos escolares e outros espaços institucionais; na definição das propostas educacionais; **na elaboração, no desenvolvimento e na avaliação do PPP**; na elaboração do regimento escolar e currículos; em atividades cotidianas; na avaliação de docentes e gestores escolares. (Grifo nosso).

Com relação aos deveres da escola, as autoras destacam a importância do “diálogo e a escuta cotidiana” com as famílias dos estudantes, bem como, a necessidade de informar “as famílias sobre” o processo pedagógico de seus filhos (p. 45).

Para que isso ocorra é fundamental que a relação entre a escola e a comunidade na qual ela encontra-se inserida seja de parceria, para que efetive-se o processo de escolarização com sentido e significado para seu estudante, por meio de uma prática pedagógica intencional, como defende Facci (2007), para a promoção das funções psicológicas superiores dos estudantes, com destaque para a atenção voluntária, memória, raciocínio abstrato, humanizando-os (DUARTE, 2007; MARTINS, 2011). Para tanto, se faz necessário que as relações estabelecidas entre professor – estudante, escola – comunidade, não seja mediada por preconceito da clientela atendida, preconceito esse denunciado por Patto em 1990, com seu livro “A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia” reeditado em 2015.

A presente pesquisa tem como objetivo analisar o Projeto Político Pedagógico de uma escola da zona rural de Rondônia. A escola possui as seguintes séries: Pré-Escolar I e II, Ensino Fundamental - Regular do 1º ao 5º Ano e a modalidade de Educação Especial.

Metodologia

O método consiste em pesquisa documental desenvolvida a partir da leitura do Projeto Político Pedagógico homologado e em vigor do ano de 2019 pertencente a uma escola da zona rural de Rondônia. A pesquisa foi aprovada no Comitê de Ética em Pesquisa/CEP da Fundação Universidade Federal de Rondônia sob o número 146486195.0000.5300.



Resultados e discussão

A leitura do P.P.P. revelou que a escola apresenta uma ideologia absorta pelo preconceito. A família parece ser vista como o maior entrave para o aprendizado do estudante. Na descrição dos estudantes há informações de que muitas crianças trabalham, cuidam dos irmãos menores e realizam outras atividades. Existe a equivocada ideia, no entanto, que estas atividades são escolhas e não necessidades de uma comunidade pobre, que não possui saneamento básico, água encanada, precárias condições de trabalho e de sobrevivência.

Collares e Moyses (2016, p. 175) afirmam que:

Em uma sociedade que prega a igualdade entre os homens e que se funda na desigualdade, crer em mitos e preconceitos que coloquem nas pessoas a responsabilidade por sua desigualdade é essencial para a manutenção desse sistema.

Dessa forma, pode-se refletir como os preconceitos cristalizados nas práticas colocam barreiras que impedem uma visão que vai além da escolha do estudante. Encontram-se fatores sociais, culturais e históricos que deveriam ser analisados para compreender os problemas enfrentados por essas famílias, que lutam para manterem seus filhos na única escola da comunidade.

O P.P.P. traz ainda caracterizações preconceituosas, como dizer que a maioria dos estudantes traz histórico de pais separados, que moram com parentes e que, a maioria dos adultos não são alfabetizados.

Em relação ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), por exemplo, o colégio não alcançou a meta de 3,6, chegando à 3,3 em 2017, com aumento de 0,6 comparado a ao índice de 2013 de 2,8, conforme dados disponíveis pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP.

Há de observar-se ainda o número de alunos evadidos da escola. De acordo com o P.P.P.:

Analisando o contexto em anos anteriores observa-se que no ano de 2014, tivemos um total de 175 alunos matriculados, entre eles, 142 foram aprovados ao término do ano letivo, 21 apenas reprovados e 12 evadidos da escola. No ano de 2015 tivemos uma queda no número de matriculados passando de 175 para 162 alunos matriculados, entre eles, 125 foram aprovados ao término do ano letivo, apenas 12 reprovados e uma alta de 25 evadidos. Já em 2016, ainda em queda de número de matriculados, tivemos o total de 145 alunos matriculados, destes 123 aprovados ao término do ano letivo, apenas 04 reprovados e 18 evadidos. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - Escola da Zona Rural)



Diante desse triste quadro, pode-se considerar que o processo de escolarização dessa escola, encontra-se pautado no preconceito por atender estudantes de uma zona rural, filhos de uma família tida como desestruturada, com pais/responsáveis sem escolarização, compreensão pautada na Teoria da Carência Cultural que ainda perdura na sociedade de classe, como denunciado por Patto (2005).

Dessa forma, a escola contribui para a formação de indivíduos alienados que se submetem à condição de pobreza, como se fosse culpa deles mesmos e não de uma educação pautada pelo preconceito de menos valia, não se constituindo como um lugar acolhedor, que promova uma convivência prazerosa, com prática pedagógica intencional, como defendido por Duarte (2007) e Facci (2007) para promover o processo de humanização do indivíduo.

Considerações finais

Os resultados parciais dessa pesquisa indicam que o Projeto Político Pedagógico da escola encontra pautado na Teoria da Carência Cultural, não atendendo à sua real finalidade.

Referências

ASBAHR, F. S. F. Sobre o Projeto político-Pedagógico: (im)possibilidades de construção. In: VIÉGAS, Lígia de Sousa; ANGELUCCI, Carla Bianchi. (Org.). **Políticas públicas em educação: uma análise crítica a partir da Psicologia Escolar**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

COLLARES, C.; MOYSÉS, M. A. **Preconceitos no cotidiano escolar: ensino e medicalização**. Edição revista e atualizada. eBook Kindle, 2016. São Paulo: Cortez; Campinas: UNICAMP; Faculdade de Educação; Faculdade de Ciências Médicas, 1996.

DUARTE, N. **Educação escolar, teoria do cotidiano e a escola de Vigotski**. Campinas/S.P.: Autores Associados, 2007.

FACCI, M. G. D. “Professora, é verdade que ler e escrever é uma coisa fácil?” Reflexões em torno do processo ensino-aprendizagem na perspectiva vigotskian. In: MEIRA, M. E. M.; FACCI, M. G. D. **Psicologia Histórico-Cultural: contribuições para o encontro entre a subjetividade e a educação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 135-156.

LIMA, L. P.; ZIBETTI, M. L. T. A relação escola-família e as políticas públicas educacionais no Brasil. In: NEGREIROS, F.; ZIBETTI, M. L. T.; BARROCO, S. M. S. (Org.). **Pesquisas em psicologia e políticas educacionais: desafios para enfrentamento à exclusão**. Curitiba, PR: CRV; Teresina, PI: EDUFPI, 2018. p. 35-50.



MARTINS, L. M. Pedagogia Histórico-Cultural e Psicologia Histórico-Cultural. In: MARSIGLIA, A. C. G. (Org.). **Pedagogia Histórico-Crítica: 30 anos**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011. p. 43-58.

PATTO, M. H. S. **Exercícios de indignação: escritos de educação e psicologia**. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 2005.



“SALTO” PARA O ABISMO: ANÁLISE DE UMA POLÍTICA PÚBLICA PARA CORREÇÃO DE FLUXO ESCOLAR NO ESTADO DE RONDÔNIA

Érica Mopes Caldeira dos Santos
Universidade Federal de Rondônia
ericamopes@hotmail.com

Maria Eduarda da Silva Freire Pereira
Universidade Federal de Rondônia
mariafreire24.mf@gmail.com

Resumo: O projeto salto é um programa para correção de distorção série-idade que funciona em parceria com a fundação Roberto Marinho executado na rede pública estadual de educação. Este trabalho analisa a funcionalidade do projeto em consonância com seus propósitos tendo como referência a pesquisa documental e bibliográfica. Elege-se como fonte dos dados documentos e pesquisas que discorrem a respeito da implantação e efetivação do programa. Verifica-se que apesar de estar há anos funcionando, o projeto ainda enfrenta dificuldades de atuar de forma efetiva.

Palavras-chave: Projeto Salto. Correção de Fluxo. Políticas Públicas.

Introdução

A educação, em nossa Carta Magna é um direito de todos e dever do Estado e da família, que visa o desenvolvimento da pessoa para seu crescimento individual e o preparo para o exercício da cidadania e para qualificação do mercado de trabalho. (BRASIL, 1988). A cidadania é formada ao se desenvolver a criticidade dos acontecimentos que os cercam, não havendo apenas um depósito de informações que passam a ser reproduzidas sem que haja uma reflexão posterior, de acordo com Saviani (2017) como vivemos em uma democracia é de suma importância o processo educativo, tanto para exercer o poder como para escolher quem irá nos governar.

No dia 22 de setembro de 2015 o governo do Estado de Rondônia publicou a portaria nº 3736/2015, que implantou o projeto de correção de fluxo escolar nas classes de aceleração de aprendizagem por meio da metodologia Telessala e curso Telecurso, para as fases finais do ensino regular e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A correção de fluxo com a metodologia Telessala foi implementada com o nome “Salto” e tem como objetivo de acordo com o §1º do art.1 da referida portaria “proporcionar a



aceleração da aprendizagem para estudantes de idade/ano escolar de dois anos ou mais” (RONDÔNIA, 2015).

Esse trabalho tem como principal finalidade analisar a política pública de correção de fluxo do estado de Rondônia denominada “salto” usando como base pesquisas que abarcavam tal tema produzida no âmbito da Universidade Federal de Rondônia.

Metodologia

O presente trabalho foi feito por meio de levantamento bibliográfico no repositório institucional da Universidade Federal de Rondônia, utilizando a palavra-chave “correção de fluxo”, para localizar pesquisas realizadas sobre a temática. Foram encontradas duas dissertações do Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Das pesquisas localizadas apenas uma foi utilizada neste trabalho já que a outra trata do assunto mas tem como base a experiência no estado do Acre. Também recorremos a pesquisa documental, especificamente os diários oficiais do estado de Rondônia, em que foi localizada a portaria nº 3736, publicado no dia 22 de setembro de 2015, que implantou o projeto salto no referido Estado. A busca no site¹ do Telecurso ajudou a conhecer melhor como eles exercem tal metodologia. De posse desses elementos faremos uma análise acerca da correção de fluxo.

Resultados e discussão

A Fundação Roberto Marinho é uma companhia de parcerias com instituições públicas e privadas, com quem forma um sistema de cooperação em benefício da educação. Os projetos que são desenvolvidos pela fundação têm o intuito de enfrentar os principais desafios educacionais brasileiros que impactam nas avaliações nacionais, assim, o projeto Salto de correção de fluxo é resultado de uma parceria público-privada, entre a Fundação Roberto Marinho e o governo do estado de Rondônia.

O projeto possui atuação nas modalidades de ensino regular e EJA da educação básica. O currículo é constituído de componentes curriculares da Base Nacional Comum e parte diversificada, numa perspectiva interdisciplinar e contextualizada. Quanto ao ingresso do estudante no programa, este se dá a partir dos seguintes critérios: defasagem de idade/ano escolar de dois anos ou mais na fase final do Ensino Fundamental nas modalidades de ensino

¹ <http://www.telecurso.org.br/>



Regular e EJA e estar regularmente matriculado em uma escola da rede pública estadual de ensino.

A metodologia utilizada neste projeto é diferente da utilizada na sala de aula regular, desde a composição da sala, número de docentes, pois enquanto no ensino regular, ou mesmo na EJA há vários professores de diferentes áreas para ministrar as aulas, no projeto Salto é a unicodência, em que o professor funciona como um mediador para todas as disciplinas. Ou seja, o Projeto se estrutura da seguinte forma: primeiramente o professor mediador realiza uma problematização para instigar estudantes, na sequência assistem uma vídeo-aula contextualizando o assunto a ser trabalhado naquele dia e aberto espaço para outros questionamentos.

De acordo com Nogueira (2017), a principal razão de haver apenas um professor nesse modelo seria principalmente, para que houvesse uma formação de laços entre o grupo, e com o estabelecimento de vínculos o estudante queira estar na escola, facilitando o processo de aprendizagem e com isso havendo um resgate de sua autoestima, superando o rótulo do fracasso escolar.

Uma das dificuldades apontadas por Nogueira (2017) sobre o processo de apropriação do conteúdo é justamente o fato de haver apenas um único professor para ministrar todas as disciplinas, e que em muitas ocasiões encontram dificuldades para ministrar determinados conteúdos, e no caso em particular do estado de Rondônia, mesmo com a portaria na qual há uma previsão de haver uma equipe multidisciplinar para auxiliar os profissionais da educação esclarecendo dúvidas acerca do conteúdo ministrado, não havia equipe alguma para auxiliar os docentes quanto a tais questões e mesmo com um curso de formação semestral não era para elucidar dúvidas quanto ao conteúdo, mas apenas reforçando como o método deveria ser utilizado. (NOGUEIRA, 2017).

E quanto a ideia de tirar rótulos é uma situação ainda mais complicada, pois, primeiramente esses estudantes foram segregados do restante da escola para ingressarem em um outro formato de ensino, que ao invés de ajudar a tirar tais estereótipos, fazem reforçar a ideia de que são indesejáveis, como nos alerta Patto (2005, p. 21):

Revelou também que reunir “repetentes”, “díficeis”, “indisciplinados”, “atrasados”, “meninos de alto risco” – os filhos maltratados do Ciclo Básico – numa única sala de aula, para evitar que fossem rotulados em classes comuns, pode ser um tiro pela culatra, pois as classes de aceleração passaram a ser vistas como perigosas, pois foco de indesejáveis.



Segundo Patto (2005) o fato de termos altos índices de reprovação e defasagem escolar é um sintoma de problemas nas políticas educacionais, porém o estado ao invés de revisar o que pode ser modificado para termos uma melhora na nossa educação, apenas manipula os sintomas, deixando as suas causas ainda intocadas. E quem ganha com isso não é a população, mas quem comercializa esse método de ensino, sendo os estudantes cada vez mais prejudicados ao se apropriarem dos conhecimentos científicos.

Outro ponto de extrema relevância que foi observado ao ser feita a análise desse projeto em questão é a falta de informações a respeito da continuidade dele, não se pode ter uma análise completa sobre o projeto porque os dados referentes ao ponto de vista de estudantes egressos sobre o programa são escassos, não se tendo certeza se para eles a experiência foi efetiva ou não.

Considerações finais

O projeto Salto apresenta várias lacunas a respeito da sua efetivação, o que se pode observar a partir dos dados obtidos foi uma incongruência entre os objetivos propostos e o que é realmente feito. Ademais, a falta de informações sobre egressos do programa e até mesmo a respeito de um feedback de todos os envolvidos na sua implantação, torna ainda mais difícil afirmar com exatidão a importância ou a eficácia do projeto. Depreende-se a partir disso a importância de se haver pesquisas com o intuito de analisar políticas públicas na área de correção de fluxo escolar na área da educação para que assim seja possível compreender suas inexistências e buscar uma melhoria fazendo com que a educação sempre caminhe para a superação e em busca de novos horizontes.

Referências

NOGUEIRA, P. G. **O projeto “salto” de correção de fluxo e o acesso ao conhecimento: um estudo em Porto velho/RO.** Porto Velho, Rondônia, 2017, 137 p.

PATTO, M. H. S. **Exercícios de indignação:** escritos de Educação e Psicologia. 2 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

RONDÔNIA. Secretaria de Estado da Educação. **Portaria n.º 3736/2015 GAB/SEDUC.** Implanta projeto de correção de fluxo escolar nas classes de aceleração de aprendizagem-CAA nas escolas da rede pública de ensino, por meio da metodologia Telessala e curso



Telecurso da fase final do Ensino Fundamental Regular e EJA. Porto Velho: Secretaria de Estado da Educação, 2015.

SAVIANI, D. A crise política no Brasil, o golpe e o papel da educação na resistência e na transformação. In: LUCENA, C.; PREVITALI, F. S.; LUCENA, L. (Org.). **A crise da democracia brasileira**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017. v. 1. p. 215-232.

TELECURSO. **O que é o telecurso?**. Disponível em: <http://www.telecurso.org.br>. Acesso em: 23, Set., 2019.



MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS EM RONDÔNIA: A QUEM SERÁ QUE SE DESTINA?

Naára Balbino Guimarães
Universidade Federal de Rondônia
nrguimaraess@gmail.com

Irla Micaele Moreira Linhares
Universidade Federal de Rondônia
irla.micaele@gmail.com

Maria Ivonete Barbosa Tamboril
Universidade Federal de Rondônia
ivonetetamboril@unir.br

Resumo: Trata-se de um trabalho que busca conhecer o processo de militarização das escolas em Rondônia à luz das pesquisas realizadas sobre a temática, discutindo questionamentos e posicionamentos a respeito desse modelo de ensino que tem se mostrado controverso na visão de diferentes autores. Essa discussão se dá por meio de uma visão crítica, pensando o papel da escola no processo de socialização de um saber sistematizado que deve ser democrático e ter sentido com o mundo real vivido pelos atores escolares. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, em especial o Repositório Institucional da UNIR, SciELO e a Biblioteca Digital de Segurança Pública. Os dados mostram que, com o atual contexto brasileiro, a militarização tem ganhado força como uma resposta à violência dentro do ambiente escolar, buscando uma solução através da disciplina e da hierarquização do poder. Portanto, se tornam necessárias maiores reflexões e discussões com a comunidade e a escola, compreendendo o contexto social que estão inseridas e os reais interesses por trás dessa “Escola dos Sonhos”.

Palavras-chave: Militarização. Escola. Rondônia.

Introdução

Atualmente, no Brasil, por iniciativa do Ministério da Educação em parceria com o Ministério da Defesa, foi criado o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares que, nada mais é, do que o processo de militarização em curso na educação brasileira.

Esse programa tem por objetivo implantar 216 escolas Cívico-Militares em todo o país até o ano de 2023 defendendo “um conceito de gestão nas áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa com a participação do corpo docente da escola e apoio dos militares” (BRASIL, 2019). A justificativa do programa é o alto nível dos colégios militares e, por isso, defendem a implantação do modelo em um número maior de escolas pelo país como estratégia de melhoramento do processo de ensino-aprendizagem e fortalecimento da segurança pública.



Em Rondônia, esse processo já vem acontecendo desde 2014 e se efetivou com a aprovação da Lei nº 649/2017 no Governo de Confúcio Moura, autorizando a criação de unidades de Colégios Tiradentes da Polícia Militar, as quais passariam a integrar a estrutura organizacional da Polícia Militar do Estado de Rondônia, e, também, transformar escolas estaduais já existentes com base nesse modelo (RONDÔNIA, 2017).

Assim, é possível visualizar o rápido fortalecimento da proposta de militarização das escolas no Brasil e em Rondônia, apontando a necessidade de estudar e discutir conjunta e democraticamente essa proposta educacional com foco em suas características e impactos na vida do brasileiro. Também consideramos tratar-se de uma mudança significativa que deve ser pensada com base nos valores da democracia e do sentido da escola defendido pela constituição cidadã brasileira.

Existem controvérsias, a exemplo de Silva e Araújo (2018), que apontam essa proposta como inconstitucional por ferir a liberdade de expressão e o respeito à diversidade humana, princípio presente na Lei nº 9.394/1996 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, além da não gratuidade do ensino através da cobrança de taxas para manutenção da infraestrutura escolar e o elevado valor investido nos uniformes característicos das escolas militares.

Por isso, esse trabalho busca conhecer o processo de militarização das escolas em Rondônia à luz das pesquisas realizadas sobre a temática, discutindo questionamentos e posicionamentos a respeito desse modelo de ensino que tem se mostrado controverso na visão de diferentes autores. Essa discussão se dá por meio de uma visão crítica, pensando o papel da escola no processo de socialização de um saber sistematizado que deve ser democrático e ter sentido com o mundo real vivido pelos atores escolares.

Metodologia

Este texto resulta de um processo de pesquisa bibliográfica e documental, realizada por meio de bases de dados, o Repositório Institucional da Universidade Federal de Rondônia, SciELO e a Biblioteca Digital de Segurança Pública, buscando estudos que tratassem sobre o tema. Também foram utilizadas como base para discussão legislações que versam sobre a educação no Brasil, como a Constituição Federal de 1988, a LDB, e as legislações que regulamentam a militarização do ensino, como a Lei Estadual nº 3.161, de 27 de agosto de 2013, e o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares.



Resultados e discussões

O processo de militarização tem caminhado rapidamente no Brasil como uma tentativa para conter a violência no ambiente escolar e na sociedade. Tal postura pode ser acentuada através da liderança militar do atual governo, que tem como pauta programas como a Escola Nacional Cívico-Militar, que pretende implantar mais de 200 escolas militares durante sua execução.

Ao se pensar políticas públicas voltadas para os problemas na educação e segurança pública, deve-se levar em consideração que a desigualdade social e a violação de direitos são fatores importantes no entendimento da violência social. Assim, a estratégia de militarização pode tornar-se duvidosa, visto que se pauta em um ideal de ajustamento social que não leva em consideração o contexto em que a escola está inserida.

Segundo Souza (2016) a indisciplina nas escolas, que é um dos problemas usados para justificar o militarismo como forma de controle e correção de comportamentos, é resultado do processo de desumanização da educação que se mostra pela falta de estrutura, saneamento básico, alimentação adequada, condições de trabalho, profissionais preparados e dentre outros problemas a nível social, político e econômico. Essas problemáticas não são fatores isolados da escola, pois refletem o modelo capitalista que rege a sociedade atual, que marca as relações pela competição e seleção dos “mais capazes” em detrimento da exclusão dos “menos capazes”.

Com base no que foi dito, é possível refletir e questionar qual é a função da escola na sociedade e se esse modelo cumprirá de fato com esse papel. Se a educação é um direito de todos e para todos e tem como objetivo a socialização do saber para exercício pleno da cidadania, seria lógico baseá-la em um modelo meritocrático que não valoriza as diferenças e a liberdade de expressão?

Esse modelo não acaba distanciando as reflexões e discussões a respeito da realidade que perpassam o ambiente escolar, no sentido de focar somente na violência e não no processo de escolarização e de estrutura da sociedade como um todo? A militarização dentro do ambiente escolar reflete o mundo real dos atores escolares? Se a força militar não conseguiu resolver a problemática de violência na sociedade, conseguirá fazer isso nas escolas?

Assim, a militarização de escolas públicas tem se mostrado uma proposta que acentua a verticalização das políticas públicas, em que não há diálogo com os atores escolares e a comunidade para a tomada de decisões, sendo que estes são muitas vezes excluídos do processo por questões socioeconômicas e de interesse de um grupo particular (SILVA; ARAÚJO, 2018).



Defendemos que o saber precisa ter sentido na vida de quem se beneficia da educação, é o instrumento que humaniza para as relações em sociedade e deve ser feita de maneira democrática e libertadora, não de forma opressiva e mediada por relações hierarquizadas de poder que usam da autoridade e da coerção para adquirir condutas desejadas.

Considerações finais

Os dados mostram que, com o atual contexto brasileiro, a militarização tem ganhado força como uma resposta à violência dentro do ambiente escolar, buscando uma solução através da disciplina e da hierarquização do poder. Os autores que se opõem a essa medida afirmam que o modelo não permite o pluralismo político de ideias ou garante o acesso de todos ao sistema de ensino público, se caracterizando como inconstitucional e antidemocrático.

Portanto, se tornam necessárias maiores reflexões e discussões com a comunidade e a escola, compreendendo o contexto social que estão inseridas e os reais interesses por trás dessa “Escola dos Sonhos”. Considerando essas controvérsias, há a necessidade de mais pesquisas a respeito do fenômeno de militarização, seus alcances e limites.

Referências

BRASIL. **Constituição**, de 5 de outubro de 1988. **Constituição** da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: out. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece a Diretrizes e Bases da Educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: out. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019**. Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Disponível em: http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/images/pdf/legislacao/decreto_n10004_de_5_de_setembro_de_2019_dou_pecim.pdf. Acesso em: out. 2019.

RONDÔNIA. **Autógrafo de Lei Nº 649/2017**. Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, 2017. Disponível em: <http://ditel.casacivil.ro.gov.br/COTEL/Livros/Files/L4058-PL.pdf>. Acesso em: out. 2019.

SILVA, C. A. da; ARAÚJO, E. R. **A militarização das escolas públicas: vantagens e desvantagens trazidas pela disciplina e hierarquia militar**. Disponível em: <http://dspace.pm.go.gov.br:8080/pmgo//handle/123456789/992>. Acesso em: out. 2019.



SOUSA, S. G. de. **A Indisciplina na Escola: Um Estudo com Alunos de Escola Pública Considerados Indisciplinados.** 2016, 88p, Dissertação (Mestrado em Psicologia) Universidade Federal de Rondônia campus José Ribeiro Filho, Porto Velho, 2016.



REINTEGRAR E TRANSFORMAR: UM ESTUDO SOBRE O PROJETO ASAS DO SABER

Felipe Ferreira Costa
Universidade Federal de Rondônia
felipeferreiracosta03@gmail.com

Wilverson Anunciação Paes
Universidade Federal de Rondônia
wilverson15@gmail.com

Resumo: Este trabalho analisa o projeto “Asas do Saber” promovido pela Secretária de Estado da Educação de Rondônia, que visa implementar um novo modelo educacional, promovendo a emancipação do estudante, a partir de um projeto pedagógico diferenciado, voltado a atender indivíduos que sofreram qualquer tipo de exclusão social e que abandonaram o ensino médio. A metodologia utilizada foi a pesquisa documental, com base em documentos relacionados ao projeto. Segundo relatório anual do Projeto, os objetivos foram alcançados, no entanto, identifica-se a necessidade de reformulações no projeto para que atenda a realidade dos estudantes. O relatório também relata dificuldades na execução das atividades em função dos recursos financeiros. O projeto Asas do Saber carrega grande esperança para a resolução de um problema grave que envolve a juventude do estado de Rondônia, mas que precisa de melhor visibilidade e mais investimentos para a melhoria e expansão do projeto.

Palavras-chave: Asas do Saber. Educação. Emancipação. Ensino Médio.

Introdução

Perrenoud (1998) discute sobre as normas de excelência e as práticas de avaliação na maneira como estudantes são classificados a partir do seu êxito ou fracasso no contexto escolar, baseado em exigências feitas por docentes e demais atores envolvidos na construção e manutenção das diretrizes impostas pelo sistema de educação na sociedade.

Diferente dessa perspectiva educacional, o Projeto Asas do Saber tem como objetivo a reintegração de estudantes evadidos, que são categorizados dentro do fracasso escolar, com isso levando em consideração não só o projeto pedagógico, mas também a realidade enfrentada por cada indivíduo do corpo discente, sendo, a partir disso um projeto flexível que está em constante reavaliação e readaptação para alcance de melhores resultados e uma melhor integração desses sujeitos ao contexto educacional.

O Projeto Asas do Saber, implantado na Escola Estadual de Ensino Médio Lydia Johnson, aprovado pela Resolução Nº. 1217/17-CEE/RO, surge com o propósito de remodelação da estrutura educacional vigente, visando alcançar alunos com idade dispare (15



a 26 anos) que estão em vulnerabilidade social, habitantes de periferia de todas as zonas de Porto Velho e de Candeias do Jamari, comunidade LGBTs, PCDs e outros indivíduos que vivem a exclusão ou discriminação social (RONDÔNIA, 2017).

Esses sujeitos que são excluídos pela sociedade acabam apresentando dificuldades de se encaixar no modelo tradicional e metodológico que têm como princípio a excelência e o êxito escolar, contribuindo a partir disso para um número elevado de estudantes evadidos e com baixo rendimento.

De acordo com a Secretaria de Estado da Educação (RONDÔNIA, 2017, p. 8) o Projeto Asas do Saber tem a intencionalidade de:

Oferecer uma formação com equidade que prepare o estudante para a construção da autonomia individual, sendo capaz de bem exercer a cidadania, além de obter a adequada capacitação e qualificação para o mercado de trabalho, tem sido uma temática sempre presente nas discussões sobre educação, acompanhado do reconhecimento integral do indivíduo. Implica dizer, que as oportunidades no atendimento escolar, não podem estar restritas somente às competências básicas, conhecidas como intelectuais, mas devem considerar todas as competências do Século XXI, divididas nos três grandes domínios mencionados anteriormente, cognitivos, afetivos e socioculturais.

Para alcançar seus objetivos a escola Lydia Johnson, procura desenvolver no estudante as potencialidades humanas nos seus aspectos: cognitivos, afetivos e socioculturais, objetivando a criação de condições para uma jornada diária ampliada, promovendo uma reorganização curricular que garanta uma maior aprendizagem a partir de realizações de atividades que fomentem a reflexão, a pesquisa, a investigação, a experimentação, o pensamento crítico, resolução de problemas, comunicação, colaboração, criatividade, inovação e a emancipação do indivíduo.

Metodologia

A metodologia utilizada foi a pesquisa documental, que de acordo com Severino (2016) refere-se a uma ampla fonte de documentos, como gravações, documentos legais e outros, que ainda se encontram em forma de matéria prima, ou seja, não sofreram nenhum tipo de processo analítico, dando base para os estudos do objeto de investigação.

A fim de analisar os valores e a importância do Projeto Asas do Saber foi solicitado a diretora Débora Macedo de Oliveira, da escola Lydia Johnson onde o projeto é executado, documentos oficiais sobre projeto. Foram disponibilizados uma cópia digital via e-mail do



projeto original que explica as bases do Asas do Saber e juntamente uma cópia impressa de um relatório que informa os resultados do programa dentro de um ano de execução.

Os documentos disponibilizados foram lidos e analisados, dando maior enfoque a informações primordiais que revelavam a essência do projeto, dando base para reflexões e críticas sobre o mesmo.

Resultados e discussão

O Projeto Asas do Saber é espelhado nos ideais de educação ensinados por pensadores brasileiros como Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro que acreditavam que o processo educativo tem um compromisso com a realidade experienciada por cada indivíduo, especialmente para aqueles que estão em condições vulneráveis, em classes menos favorecidas, que estão excluídos de alguma forma pela sociedade e que a partir disso não cursaram ou não concluíram o ensino básico (RONDÔNIA, 2017).

A partir da reformulação do sistema educacional baseados nos princípios mencionados, com a implantação e execução do projeto Asas do Saber, na escola Lydíia Johnson no exercício do ano de 2018, alcançaram-se resultados satisfatórios acerca dos objetivos do projeto, através das atividades que foram realizadas dentro e fora da instituição e ao decorrer da execução foram pontuadas e reformuladas algumas questões pertinentes no projeto (RONDÔNIA, 2018)

Segundo o relatório foram realizadas diversas atividades integradoras dentro e fora da escola, como: Projeto Eu Sou Vencedor, JILD'S, dia do desafio, jogos da copa, festa do estudante, gincana do conhecimento, apresentação cultural do dia do folclore, participação na feira do estudante de Rondônia, desfile sete de setembro, aniversário da escola Lydíia Johnson (um ano de execução do projeto Asas do Saber), hora cívica, dia da consciência negra, visita ao lar do idoso e outras.

As atividades realizadas tinham a intencionalidade de promover o resgate da autoestima, aprendizagem de novos valores, a importância da prática esportiva, a busca por uma saúde melhor, a integração não só dos estudantes, mas como também a integração dos diversos atores presentes na escola, incentivo da aprendizagem prazerosa e motivadora, resgate e valorização da cultura nacional, as diversas oportunidades para o meio acadêmico e profissional, atividades propostas que visem sempre contemplar os aspectos em níveis cognitivos, afetivos e socioculturais nos indivíduos envolvidos no projeto Asas do Saber.



Com a execução de um ano de projeto houve uma redução no número de alunos evadidos da escola, manutenção de alunos, aumento de novos alunos matriculados e um aumento de interessados em estudar na escola Lydia Johnson criando a partir disso uma lista de espera. (RONDÔNIA, 2018)

Inicialmente a proposta do projeto era de um ensino médio integral regular de três anos, todavia, no primeiro ano de execução houveram alguns números de evasão, que justificaram a evasão por conta de 3 anos de ensino médio não se adequarem a realidade deles por já estarem irregulares. Nessa perspectiva surgiu a necessidade de otimização da carga horária, remodelando o projeto para um ensino médio integral de três semestres, ou seja, com a duração total de um ano e meio, com isso adequando o projeto a realidade dos estudantes. (RONDÔNIA, 2018)

Considerações finais

O Projeto Asas do Saber pode ser considerado uma ação no âmbito das políticas públicas em educação que visa amenizar a falha presente no sistema educacional tentando corrigir a desigualdade social que promove péssimas condições de vida para uma maioria da sociedade, causando exclusão de várias formas, não garantindo os direitos fundamentais preconizados pela Constituição brasileira.

A partir dessa realidade vivida, o Projeto, desde a sua execução, tem alcançado os objetivos estipulados, promovendo a emancipação e autonomia de estudantes, fomentando uma nova perspectiva de vida e estimulando o senso crítico.

Com base na análise da documentação sobre o projeto, fica evidente que ele tem sido bem-sucedido, no entanto para mensurar a grandeza do impacto do programa, faz-se necessário estudos mais profundos, pesquisa em campo com envolvidos no projeto. Com base no relatório apresentado, é perceptível que a ampliação desse programa em outras escolas, é um importante passo para uma transformação que se faz necessária no sistema educacional vigente no país.

Em virtude dos fatos mencionados, é necessário um maior investimento nesse projeto, assim como uma maior visibilidade pela população e também pelos gestores da política atual, para que os alunos já envolvidos no Projeto Asas do Saber, assim como outros jovens que se enquadram no projeto possam alcançar voos mais altos.



Referências

PERRENOUD, P. **Avaliação: da excelência à regulação da aprendizagem** – entre duas lógicas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

RONDÔNIA (Estado). Secretaria de Estado da Educação. **Projeto Asas do Saber**. Porto Velho: Secretaria de Estado da Educação, 2017. 67 p.

_____. **Relatório: Projeto Asas do Saber**. Porto: Secretaria de Estado da Educação 2018.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016.



EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO DE DISSERTAÇÕES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

Cibelle Amaral Maia
Universidade Federal de Rondônia
cibelleamaral98@outlook.com

Luiza Maria Stelo de Mattos
Universidade Federal de Rondônia
luizastelo.2201@gmail.com

Resumo: Este artigo apresenta um levantamento bibliográfico das produções no Repositório Institucional da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) sobre educação inclusiva. Foram localizadas dez dissertações defendidas entre os anos de 2012 a 2017 e a análise destas produções indica um grande apanhado de leis e projetos referentes a educação inclusiva contrapondo-se com a enorme dificuldade da implantação e implementação de políticas públicas voltadas para as pessoas com deficiência. Atribui-se a uma série de questões históricas enraizadas em preconceitos e estigmatização para com essa população. É necessário pensar em formas de conscientizar profissionais de todas as áreas para um debate que leve em conta a responsabilidade de toda a sociedade na desconstrução desse tipo de preconceito e repensar o papel do profissional da psicologia frente a essas políticas públicas de educação inclusiva. Aponta-se a relevância e a continuidade de pesquisas sobre o tema na perspectiva dos beneficiários das políticas educacionais que visem o atendimento de pessoas com deficiência.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Políticas públicas educacionais. Preconceito.

Introdução

O objetivo deste artigo é apresentar dados de um levantamento das produções a respeito da educação inclusiva e políticas públicas educacionais realizadas no estado de Rondônia, baseando-se em dissertações produzidas por pesquisadores e pesquisadoras no Programa de Pós-graduação da UNIR (Universidade Federal de Rondônia), procurou-se analisar de que forma o tema vem sendo pesquisado, além de resgatar também uma reflexão do papel do profissional da psicologia diante da educação inclusiva.

De acordo com Martins (2015) a educação inclusiva, como modalidade de ensino, é uma educação que tem como objetivo remover as barreiras da exclusão, transformando e descortinando o modelo de escola que temos na atualidade, rompendo as possíveis barreiras de aprendizagem e reflexões na práxis docente.

Foram diversas resoluções, leis, conferências e debates na questão da educação especial pautada em uma perspectiva inclusiva, porém é necessário refletir como essas propostas estão



inseridas no contexto atual, para isso, apresentaremos também algumas políticas gerais no Brasil e no estado de Rondônia, obtidas a partir da análise das dissertações.

Metodologia

O método utilizado para esse estudo foi de pesquisa bibliográfica que se caracteriza por ser uma pesquisa de levantamento e análise de produções de trabalhos. A base utilizada foi o Repositório Institucional da Universidade Federal de Rondônia (dissertações de mestrado e artigos), produzidos pelo Programa de Pós-Graduação da UNIR (Universidade Federal de Rondônia). A busca foi feita através da palavra-chave “Educação inclusiva”, restringindo às produções ao campus de Porto Velho – RO. Foram encontradas dez dissertações de mestrado, publicadas entre os anos de 2012 a 2017, e a seleção foi feita a partir da leitura dos resumos, sendo que todas as produções encontradas foram selecionadas para este artigo, e a área de pesquisa onde houve maior produção foi na de educação (sete), seguidos da área de psicologia (três).

Resultados e discussões

Todas as dissertações resgatam um contexto histórico da educação no Brasil, e de como as políticas de educação inclusiva foram inseridas nesse cenário, trazendo toda uma reflexão da importância de uma educação para todos. Apesar disso, ressalta-se a enorme dificuldade das implantações das políticas públicas e como esse processo envolve significativas mudanças que de certa forma são negligenciadas pelo Estado e pela sociedade em geral.

De acordo com a pesquisa de Silva (2014), na pauta da educação inclusiva, é importante se levar em conta, além da inserção de alunos com deficiência nas escolas, as condições que a instituição regular oferece ao professor, isto é, como realizar uma prática docente satisfatória e que atenda às necessidades de seus alunos sem possuir, na maioria das vezes, suporte técnico e gestão favorável ao trabalho além da questão da formação continuada e cursos para educação especial, que esse professor só tem acesso após a graduação, e lhes é cobrado uma formação extra que muitas vezes não pode realizar devido a jornadas longas de trabalho.

A pesquisa de Aimi (2012), no estado de Rondônia, aponta que o processo de implementação das políticas públicas de educação inclusiva também se deu de forma gradativa, com alguns projetos: Educação Inclusiva - Direito a Diversidade (2003), Série Educação Inclusiva (2004), Programa BPC na Escola (2007) Programa Escola Acessível (2007), entre



outros. Para a pesquisadora, esses programas tiveram dificuldades na implementação por falta de recursos, estrutura profissional, aderência dos municípios, aprofundamento do material. Conclui que somente a existência de leis e resoluções sobre educação inclusiva não são garantias para sua efetivação.

Segundo Santos (2014) em sua dissertação sobre a educação inclusiva no município de Ji-Paraná-RO explica que, em maio de 2004, começa o AEE para estudantes com deficiência e na época três surdos foram atendidos pela professora da Sala de Recursos Multifuncionais. O aprendizado da Língua de Sinais foi estabelecido como meta com a intenção de melhorar a comunicação com os estudantes surdos em atendimento.

Costa (2016) afirma que o público que necessita destas políticas de inclusão muitas vezes se sente culpado por se enquadrar no padrão de normatização desempenhando comportamentos compatíveis com pessoas que não possuem deficiência. Além disto, as causas para o suposto fracasso escolar são sempre depositadas no aluno reforçando o estigma mencionado anteriormente.

A pesquisa de Albuquerque (2016) salienta a importância do campo da Psicologia Escolar e Educacional no processo de escolarização afirmando que objetivo vai muito além do atendimento psicológico dos estudantes e produção de diagnósticos, ela envolve uma série de pesquisas e intervenções às queixas escolares, planejamento e discussão do Projeto Pedagógico da escola, fomento à inclusão, compreensão dos processos de aprendizagem, dentre outras estratégias que favorecem a educação no geral.

Considerações finais

Nesse contexto é importante repensar o papel do profissional da psicologia, e que principalmente na questão das pessoas com deficiência não seja mais um meio reprodutor de preconceito e exclusão. Isso inclui também práticas voltadas aos crescentes diagnósticos de alunos absolutamente normais, com as chamadas “deficiências intelectuais” para assim justificar o fracasso escolar causado por um sistema educacional falho.

As pesquisas demonstram a necessidade de intervenções que incentivem o diálogo entre professores e gestores da educação, levando em consideração que muitas vezes esses profissionais são negligenciados e não tem acesso a uma formação contínua e voltada às práticas da realidade, perpetuando construções tecnicistas e pouco reflexivas. Somado a isso, é importante que a questão da educação inclusiva seja discutida e compartilhada com a sociedade.



E por fim, é necessário salientar que mais pesquisas relacionadas ao tema devem ser realizadas, especialmente pela área da psicologia, que através da busca no repositório institucional da Unir foi possível perceber uma carência de dissertações em detrimento da área educacional. A psicologia deve se tornar mais presente na abordagem de temas como este, considerando a intrínseca relação da área com a educação inclusiva e sua importância na desconstrução de estigmas que dificultam a implantação de políticas públicas educacionais voltadas às pessoas com deficiência.

Referências

AIMI, D. **Políticas públicas para educação especial em Rondônia**. 2012. 177 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2012.

ALBUQUERQUE, K. **“Asinhas da Florestania” e o processo de escolarização de crianças amazônicas**. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Porto Velho, 2016.

BATISTA, S. **Práticas pedagógicas no contexto da inclusão no IFRO Campus Porto Velho Calama**. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Escolar) – Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar – UNIR, Porto Velho, 2017.

COSTA, M. **A inclusão escolar sob a ótica do aluno com surdez: subsidiar reflexões para a psicologia e a educação**. 2013. 127 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2013.

COSTA, M. **A inclusão pelo olhar do incluído: a acessibilidade nos campi do Instituto Federal de Rondônia (IFRO)**. 2016. 190 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2016.

FERRAZZO, G. **Educação especial inclusiva versus instituições especializadas: uma abordagem histórico-crítica das políticas educacionais em Ariquemes- RO**. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho. 2014

MARTINS, N. **A identidade profissional do professor formador de professores para a educação inclusiva: formação docente e práticas pedagógicas**. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-graduação em Educação, Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho. 2015

NUNES, N. **Formação continuada em Educação Inclusiva**. 2013. 130 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós - Graduação Mestrado em Psicologia. Universidade Federal de Rondônia - UNIR, Porto Velho, 2013.



SANTOS, J. Os desafios da formação docente na aprendizagem dos alunos com surdez da rede municipal de Ji-Paraná/RO .2014. 165 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico em Educação-PPGE, Universidade Federal de Rondônia - UNIR, Porto Velho, 2014.

SILVA, S. Formação docente para os desafios da educação inclusiva: um estudo a partir das Salas de Recursos Multifuncionais em Porto Velho/RO. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-graduação em Educação, Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Porto Velho, 2014.



FORMAÇÃO DE PROFESSORES A DISTÂNCIA PARA ATUAÇÃO EM SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

Fernanda de Castro Borges Trindade
Universidade Federal de Rondônia
fernandatrito@gmail.com

Neffretier C. R. A. dos Santos Clasta
Universidade Federal de Rondônia
neffretier@gmail.com

Resumo: O presente trabalho tem como objeto de pesquisa a formação de professores mediada pela Educação a Distância (EaD) e como objetivo a análise da formação continuada de professores para atuarem nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM). O referencial teórico foi a Teoria Crítica, sobretudo, as categorias de Adorno sobre Educação, Formação e Semiformação, e o método de análise a Dialética Negativa. A pesquisa de caráter qualitativo, utilizou-se de questionário e entrevista semiestruturados para coleta de dados. Participaram 12 professoras de 11 onze escolas municipais de Porto Velho. Os resultados apontam para uma formação predominantemente teórica, desarticulada das necessidades de atuação das docentes e do público que utiliza as SRM's. A formação obtida não fornece, ainda, os elementos necessários para a apropriação das tecnologias aplicadas neste contexto, representando um distanciamento da prática profissional mais esclarecida e emancipada, o que colabora na reificação do sujeito e na semiformação do processo crítico das práticas educacionais na SRM.

Palavras-chave: Educação a distância. Formação de professores. Sala de Recursos Multifuncionais. Teoria Crítica.

Introdução

No Brasil, a formação acadêmica realizada através da educação a distância tem crescido consideravelmente nos últimos anos, havendo um aumento de 15,4% de 2007 para 33,3% em 2017 (INEP, 2018). E os números seguem apontando para a tendência de ampliação dessa modalidade educacional. Diante deste cenário, a formação docente na área de Educação Especial realizadas em parcerias com o Ministério da Educação e as Universidades públicas brasileiras, procuram auxiliar as formações continuadas na perspectiva de subsidiar os docentes e outros agentes educacionais que fazem parte do processo de inclusão nas escolas. Esta pesquisa teve como objetivo geral analisar como vem sendo realizada a formação continuada de professores mediada pela EaD para o atendimento nas SRM's, a partir da percepção dos docentes, tendo como destaque os elementos formativos para a apropriação da tecnologia de forma crítica da teoria e da prática e não uma instrumentalização imediatista. Esta pesquisa



possui um olhar voltado para a percepção do professor sobre a formação recebida, levando em consideração a baixa expressividade de estudos direcionados à essa temática na região Norte, em específico no Estado de Rondônia. Possui ainda relevância social e humana na medida que permite ampliar as reflexões acerca da formação docente e de sua atuação direta na oferta de educação para uma população que vive a exclusão de forma direta e sistemática.

Metodologia

A pesquisa possui caráter exploratório e qualitativo. A revisão bibliográfica foi realizada a partir das plataformas *online* (SciELO, BDTD e Periódicos CAPES) a fim de respaldar a pesquisa com autores sobre a temática central. O referencial teórico adotado foi a Teoria Crítica que tem uma visão que direciona o homem, de acordo com Vilela (2006) como sendo um agente histórico, para um esclarecimento das relações que estão submetidos, impulsionando-os a fim de mobilizá-los para uma ação transformadora. Adorno, compreende essa ação educacional como sendo uma formação direcionada para uma educação política em que “a relação entre teoria e prática [...] é na realidade uma abordagem formativa, e a reflexão educacional constitui uma focalização político-social” (2006, p. 15).

Para subsidiar a análise dos dados utilizamos o método da Dialética Negativa que compreende um processo reflexivo e crítico, em que a contradição e a negativa das situações expostas pela ordenança social, contribuem para a superação da alienação do sujeito constituinte da sociedade moderna. Uma vez que, para o sujeito se tornar esclarecido, é necessário que teoria e práxis não percam suas relações de interdisciplinaridade, de forma que a crítica direcionada para a sociedade capitalista e os seus modos de produção venham incidir no pensamento do homem para uma clarificação daquilo que o impede de ser emancipado, como aponta Horkheimer: “O indivíduo resistente se oporá a qualquer tentativa pragmática de conciliar as exigências da verdade e as irracionalidades da existência [...] ele insistirá em expressar em sua vida tanta verdade quanto possa, tanto na teoria quanto na prática (2002, p. 116-117).

Resultados e discussões

Todas as professoras pesquisadas são mulheres, em média com 36 a 40 anos, em sua maioria formadas em Pedagogia e atuação nas SRM há mais de seis anos. As docentes optaram pela EAD em virtude da flexibilidade de tempo e horário e pelas condições financeiras mais acessíveis que os cursos presenciais; avaliam a formação e o uso dos recursos tecnológicos



(microcomputador, *softwares*, Tecnologia Assistiva – TA) de forma positiva, porém relatam não terem suporte técnico para utilizar esses recursos; afirmam que isso acarretou a necessidade no uso de outras alternativas pedagógicas como, os materiais recicláveis, em detrimento dos *softwares* e das TA, prevalecendo, como afirma, a intuição prática para o atendimento nas SRM. Destacam ainda, o déficit entre a teoria e prática nos cursos EaD e o caráter teórico repetitivo acerca das deficiências, baseando as práticas em estudos de casos e anamneses, o que para elas não caracteriza uma prática que auxiliem nas demandas reais do cotidiano das SRM.

Considerações finais

Com base nas percepções das professoras podemos analisar o quanto a formação mediada pela EaD, possui um caráter muito mais teórico que prático, o que contempla apenas uma parte do processo de formação, configurando uma semiformação, na medida que, o processo formativo ofertado não promove a adaptação às novas tecnologias e recursos aplicados nas SRM e nem desenvolve o processo de interpretação que vai além da adaptação e manejo, que seria a capacidade de apropriar-se e intervir na produção de novas tecnologias. A formação permite a familiarização dos conteúdos, mas não sua apropriação. A ênfase em categorias teóricas descontextualizada das realidades práticas, novamente lança o professor para o acúmulo de elementos massivos de informação sem o teor crítico e reflexivo para operar a transformação de sua realidade; e a intuição na produção de recursos manuais e tecnológicos sem o rigor científico, não permite a reflexão crítica acerca de sua extensão e aplicabilidade. As duas situações colaboram para a manutenção da semiformação, pois reduzem o processo de formação e educação a um conjunto de reprodutibilidade, agravada pela mediação da EaD, que reforça a formação em serviço e o acúmulo de atividades, pois justifica a atividade de formação vinculada ao trabalho no interior do seu espaço e tempo privativo, invadindo outras esferas da vida do indivíduo.

Referências

- ADORNO, T. W. **Educação e Emancipação**. Tradução Wolfgang Leo Maar. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.
- HORKHEIMER, M. **Eclipse da Razão**. Tradução de Sebastião Uchôa Leite. São Paulo: Centauro, 2002.



INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da Educação Superior 2017**. Brasília: INEP, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/setembro-2018-pdf/97041-apresentac-a-o-censo-superior-ultimo/file>. Acesso em: 14 out. 2019.

VILELA, R. A. T. **A teoria crítica da educação de Theodor Adorno e sua apropriação para análise das questões atuais sobre currículo e práticas escolares**. Minas Gerais, 2006.

Agência Financiadora

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES



“QUEM QUER SABER DE PROFESSOR?”: SUBJETIVIDADE DOCENTE E MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO EM PORTO VELHO/RO

Eudeir Barbosa de Oliveira
Universidade Federal de Rondônia.
debarbosaloss@gmail.com

Marli Lúcia Tonatto Zibetti
Universidade Federal de Rondônia.
marlizibetti@yahoo.com.br.

Resumo: Trata-se de uma pesquisa de campo que analisou uma das etapas do processo de municipalização do Ensino no município de Porto Velho. Como objetivo geral, buscou investigar as implicações da política de municipalização do ensino sobre a carreira e o trabalho docente. Especificamente, objetivou compreender as percepções dos sujeitos sobre o processo e os impactos provocados sobre a carreira, trabalho e a identidade docente, considerando as particularidades e as singularidades das envolvidas. Participaram da pesquisa 15 professoras da rede estadual, cedidas para a rede municipal de ensino. O campo envolveu seis escolas, incluídas no acordo de cooperação por atenderem exclusivamente os anos iniciais do Ensino Fundamental e Educação infantil. Os dados foram produzidos por meio de entrevistas semiestruturadas, complementadas pelas anotações do diário de campo e a análise dos documentos que regulamentam a municipalização do Ensino. Os resultados indicam que, embora os discursos oficiais atribuam aos professores o papel de protagonistas nos processos educacionais, na concepção e implementação das políticas, não houve envolvimento docente, e os espaços de participação nas escolas não se constituíram em contextos capazes de contribuir para a formação democrática. A ausência desses espaços interfere na constituição da consciência crítica e altera a compreensão crítica que caracteriza a essência docente, favorecendo a condição de alienação.

Palavras-chave: Municipalização. Participação democrática. Subjetividade. Docência.

Introdução

Esta pesquisa é parte da dissertação de mestrado que tomou como objeto de investigação uma das etapas do processo de municipalização da educação, em Porto Velho/Rondônia que teve início com o Decreto Governamental (RONDÔNIA, 2014) e o termo de cooperação educacional assinado em 2015 e em vigor em 2019. O decreto determinou a transferência de escolas de educação infantil e anos iniciais da rede estadual para a responsabilidade da rede municipal e o termo de cooperação estabeleceu a forma como se daria essa transferência. (RONDÔNIA, 2015).



A pesquisa teve por objetivo investigar as implicações da política de municipalização do ensino, em Porto Velho, sobre a carreira e trabalho docente, considerando o movimento histórico e social, as particularidades e as singularidades dos sujeitos envolvidos.

O texto traz uma síntese da constituição da identidade docente frente às novas concepções que as políticas neoliberais trouxeram para a profissão. Além das legislações e políticas públicas que amparam a categoria, discutimos os conceitos de participação democrática, recorrendo às contribuições de Paro (2017), Gadotti (1989) e Freire (2001). Aos estudos dos teóricos que tratam das definições de identidade e da atividade docente, como Martins (2010; 2015), Oliveira (2010; 2014). Consideramos ainda o conceito e as determinações históricas que definem o trabalho enquanto atividade humana, defendidos por Tomanik (2009) e Martins e Lavoura (2018).

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa de campo, de abordagem qualitativa. O campo envolveu seis escolas que atendem exclusivamente os anos iniciais do Ensino Fundamental e a Educação Infantil. Participaram da pesquisa 15 mulheres professoras da Rede Estadual de Ensino, cedidas para a Rede Municipal, as quais vivenciaram o processo nas suas rotinas de trabalho.

Os dados foram produzidos por meio de entrevistas semiestruturadas, as quais foram gravadas e posteriormente transcritas e complementadas pelas anotações do diário de campo. Também foram analisados os documentos que regulamentam a municipalização do ensino.

Resultados e discussões

Procuramos, não apenas descrever o modo como as participantes se expressaram sobre o fenômeno, mas também compreender os motivos que contribuíram para a compreensão que construíram acerca dele, a partir das vivências pessoais. Os resultados e discussões estão organizados em três categorias, nomeadas por trechos retirados das falas das professoras.

VENDIDAS DE “PORTEIRA FECHADA”: O PROCESSO SOB A PERSPECTIVA DOSSUJEITOS

Embora, após a abertura política dos anos 1980, a educação brasileira tenha imprimido um caráter participativo e democrático à gestão pública, a vivência democrática é um processo



longo que precisa ser construído historicamente para ser apropriado pelos sujeitos como valor a ser defendido. Os dados mostraram que nem todas as participantes têm o conhecimento de que o processo de transferência das escolas entre as redes de ensino é parte da municipalização do ensino. Algumas delas entendem essas mudanças como uma prática complexa e confusa, que atende interesses partidários e eleitorais.

“QUEM QUER SABER DE PROFESSOR?”: SENTIMENTOS E IMPACTOS PROVOCADOS

A práxis humana, aqui representada pelo trabalho docente, é constituída pelas transformações sociais e culturais, permeadas por sentimentos e emoções vivenciadas nas relações cotidianas. Entre os vários sentimentos percebidos nas falas das participantes, o que mais aparece é o medo provocado pela falta de informação e a baixa expectativa quanto ao futuro da carreira. As docentes parecem não compreender de forma ampla as instâncias nas quais as políticas são decididas. Este desconhecimento indica o alheamento vivido no contexto escolar, no qual são executoras de decisões pensadas em outras instâncias.

O contexto do trabalho docente se define pelas transformações políticas, históricas e econômicas, marcado ainda pelas relações capitalistas que alienam. Nesse sentido, é importante compreender a quem interessa a passividade das professoras e o alheamento às informações e aos seus direitos.

“NÃO TEMOS PARA ONDE FUGIR”: REAÇÕES AOS IMPACTOS PROVOCADOS PELO PROCESSO DE MUNICIPALIZAÇÃO

De uma perspectiva mais humana, Martins (2015) entende que o trabalho docente influencia diretamente a personalidade e que a ação exercida pelo trabalho, enquanto atividade, determina a subjetividade do sujeito, que por sua vez é refletida nas ações e reações diante dos conflitos.

Dúvidas e falta de informações deixam as professoras angustiadas, com insegurança quanto ao futuro. No entanto, as reações de passividade nos remetem a duas perspectivas preocupantes: a primeira diz respeito ao grupo de professoras que se encontra próximo à aposentadoria, portanto, não demonstram preocupação em relação ao futuro profissional; a



segunda remete a um sentimento de segurança em função da estabilidade na carreira, que faz com que as professoras acreditem que a Secretaria de Educação “dará um jeito”.

Para além da aparência, é importante analisar a essência desses comportamentos revelados na ausência de iniciativas de auto-organização para o entendimento das mudanças ou mesmo em função da garantia de direitos.

Considerações finais

Os dados indicam que, embora os discursos oficiais atribuam aos professores o papel de protagonistas nos processos educacionais, na concepção e implementação dessa política educacional não houve envolvimento docente e os espaços de participação nas escolas não têm se constituído em contextos de vivência capazes de contribuir para a formação democrática. Essa realidade foi explicitada pelas docentes ouvidas, que se sentem excluídas dos processos decisórios e têm uma compreensão limitada do alcance e da origem das transformações decorrentes da municipalização.

Embora os direitos da carreira e da jornada de trabalho tenham sido mantidos, o processo implicou em situações de instabilidade e falta de informação no que se refere à formação docente e funcionamento das escolas.

Segundo a Psicologia Histórico-Cultural, a constituição da consciência requer a compreensão do contexto em que são produzidas as relações humanas na sociedade em que estamos inseridos. Para isso são necessários processos formativos e espaços de atuação que desenvolvam e requeiram ferramentas e conhecimentos que garantam a leitura crítica da realidade.

Referências

FREIRE, Paulo. **Política e educação**: ensaios. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GADOTTI, Moacir. Sistema Municipal da Educação. in: GADOTTI, Moacir. ROMÃO, Eustáquio (Org.). **Município e Educação**. Editora Cortez. São Paulo, 1989.

MARTINS, Lígia Márcia. O legado do século XX para a formação de professores. In:

MARTINS, Lígia Márcia; DUARTE, Newton (org.). **Formação de professores**: limites contemporâneos e alternativas necessárias. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.



MARTINS, Lígia Márcia. **A formação social da personalidade do professor: um enfoque vigotskiano**. Campinas: Autores Associados, 2015.

MARTINS, Lígia Márcia; LAVOURA, Tiago Nicola. Materialismo histórico-dialético: contributos para a investigação em educação. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 34, n. 71, p. x233-239, set/out, 2018.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Os trabalhadores da educação e a construção política da profissão docente no Brasil. **Educar em Revista**. Editora UFPR, Curitiba, n. especial, p. 17-35, 2010.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A política educacional brasileira: entre a eficiência e a inclusão democrática. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 28, n. especial, p. 225-243, 2014.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. Ática. São Paulo, 2017.

RONDÔNIA. Governadoria. **Decreto 19.077/2014**. Institui o Programa de Ação de Parceria Educacional Estado-Município, para atendimento à Educação Básica. Porto Velho: Governadoria, 2014. Disponível em: <http://ditel.casacivil.ro.gov.br/COTEL/Livros/Files/DEC19077.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2019.

RONDÔNIA. Secretaria de Estado da Educação. **Termo de Cooperação Técnica e Educacional 36//2015**. Dispõe sobre a implantação do Programa de Parceria Educacional Estado-Município. Porto Velho: Seduc/RO, 2015. Disponível em: http://www.diof.ro.gov.br/data/uploads/2016/01/Doe_-_30_12_2015.pdf>. Retificado pela Portaria 42/2016-GAB/SEDUC. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/107723214/doero-21-01-2016-pg-42>. Acesso em: 26 out. 2017.

TOMANIK, Eduardo A. O sujeito humano e o conhecimento: constituição psicossocial e complexidade. In: TOMANIK, Eduardo A.; CANIATO, Ângela Maria Pires; FACCI, Marilda Gonçalves Dias (Org.). **A Constituição do sujeito e a historicidade**. Campinas: Alínea, 2009.



COLHENDO FRUTOS DO “PROJETO AÇAÍ”: ESTUDO DE UM PROJETO DE FORMAÇÃO DE DOCENTES INDÍGENAS EM RONDÔNIA

Maria Celeste da Silva Nascimento
Universidade Federal de Rondônia
celestenascimento99@gmail.com

Marques Pereira Silva de Aquino
Universidade Federal de Rondônia
marques.pereira7@gmail.com

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo a análise da continuidade do Projeto Açaí, uma proposta desenvolvida pela Secretaria de Educação do Estado de Rondônia (SEDUC/RO) que tem como intuito a formação de professores indígenas para a atuação dentro de suas comunidades. A pesquisa foi realizada por meio de revisões documentais e bibliográficas, a partir de leis, decretos e pareceres como fonte primária, assim como uma dissertação de mestrado e uma de tese de doutorado, encontradas nos arquivos de Mestrado em Letras da Universidade Federal de Rondônia e no Repositório Institucional da Universidade Estadual Paulista. Como resultado foi possível perceber a incipiência de estudos realizados sobre o assunto, além da desatualização do acompanhamento de seu andamento. Apesar dos avanços promovidos pelo programa, os estudos concluem pela necessidade de se eivar esforços no sentido de que a educação indígena seja, de fato, promovida a fim de efetivar os princípios de educação inclusiva. Necessário ainda, seja promovida uma formação docente no ensino superior que coadune com as propostas pedagógicas do Projeto, bem como o aumento de recursos financeiros.

Palavras-chave: Educação Indígena. Professores Indígenas. Projeto Açaí.

Introdução

O Projeto Açaí é uma proposta para a formação de professores indígenas, inserido no Programa de Educação Indígena, instituído por meio do Decreto nº 8516/98 e desenvolvido pelo Governo do Estado de Rondônia, no período de 1998 a 2004.

De acordo com o Portal do Governo do Estado de Rondônia (2019), o Projeto Açaí é um plano construído com a participação de técnicos e professores da SEDUC/RO, de entidades governamentais e não governamentais e indígenas que compõem o Núcleo da Educação Escolar Indígena de Rondônia (NEIRO).

Nesse sentido, não podemos esquecer que o projeto se constitui em resultado direto da luta do movimento indígena por uma educação de qualidade nas suas comunidades. É destinado ao cidadão indígena que atua ou pretenda atuar como professor, tendo como objetivo maior



promover o desenvolvimento de habilidades próprias ao exercício docente nos anos iniciais do ensino fundamental I, em sua primeira etapa.

O projeto é realizado em módulos, em ciclos de cinco anos, com etapas intensivas anuais de aproximadamente 35 dias, com carga horária de aproximadamente 250 horas por etapa.

De acordo com a Coordenação-Geral do Núcleo de Educação Escolar Indígena, o Projeto está na sua terceira fase e já formou 220 profissionais em diversas etnias. Este feito se tornou fundamental para suprir as carências da demanda de professores e conteúdo nas escolas indígenas que são distribuídas em Rondônia. Atualmente, conta com um total de 231 professores indígenas que atuam em 114 escolas de aldeias e, aproximadamente, 4 mil estudantes indígenas estão matriculados nas unidades.

A primeira formação foi denominada Projeto Açáí I e teve duração entre os anos de 2000 a 2006. O Projeto Açáí II ocorreu entre os anos de 2009 a 2014, com 114 docentes formados e no ano de 2015 deu-se início ao Projeto Açáí III, com uma matrícula inicial de 120 cursistas.

O Projeto Açáí III foi organizado para atender alunos de diversas origens, pertencentes aos municípios de Alta Floresta, Cacoal, Espigão D'Oeste, Extrema, Guajará Mirim, Jaru, Ji-Paraná, Mirante da Serra, Nova Mamoré, Pimenta Bueno, Porto Velho, São Francisco do Guaporé, Seringueiras e Vilhena.

Nota-se assim, que a importância da formação de professores indígenas está na necessidade de construção de um ensino intercultural, com vistas a tornar a educação escolar uma ponte para a cientificidade sem prejuízos aos costumes e valores das comunidades, conservando-se a pluralidade das culturas indígenas.

O presente estudo demonstra a necessidade de análise acerca das políticas públicas de educação voltada aos povos indígenas, sua funcionalidade, desenvolvimento e possível ampliação. Por esse motivo, buscou-se entender como o Projeto Açáí foi implantado e como ele vem se desenvolvendo.

Metodologia

A metodologia utilizada foi a pesquisa documental e bibliográfica. Foram usados leis, decretos e pareceres como fonte primária, bem como uma dissertação de mestrado encontrada no Repositório do Mestrado em Letras da Universidade Federal de Rondônia e uma tese de doutorado no Repositório Institucional da Universidade Estadual Paulista. As duas pesquisas



foram encontradas utilizando-se as palavras-chave “Projeto Açaí”. A escolha teve como critério o desenvolvimento da formação de professores indígenas no Estado de Rondônia, sendo escolhidos a partir de seus conteúdos quanto aos saberes indispensáveis para o entendimento e sequência do Projeto.

Resultados e discussões

A implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, foi um marco no sentido de garantir aos povos indígenas o desenvolvimento de programas integrados de ensino, com vistas à oferta de uma educação escolar bilíngue e intercultural.

No ano de 1998, o Estado de Rondônia se sobressaiu com a execução do Projeto que apresentamos, buscando formar professores indígenas para lecionar diretamente em suas comunidades, podendo suprir a carência de professores nas escolas e garantir o direito a uma educação intercultural.

Paralelamente, em 2008 foi instituído o curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural, ofertado pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR) em Ji-Paraná, com o objetivo de formar professores para lecionar dentro do próprio projeto.

Já em 2010 passaram a ser realizados os concursos para o reconhecimento de educadores tradicionais nas comunidades indígenas, com a garantia de um plano de carreira. Somente em 2015 os programas e cursos destinados à formação inicial e continuada de professores indígenas foram regulamentados em âmbito nacional, por meio das diretrizes nacionais.

Conclui-se dos estudos apresentados por Venere (2011) e Santos (2015), que o projeto foi desenvolvido em módulos de estudo com objetivo de proporcionar o ensino dos conteúdos didáticos, científicos e críticos aos estudantes indígenas, com a ajuda de um professor nativo, que busque efetivar uma educação indígena de qualidade, bilíngue e atenta às necessidades da comunidade local.

A flexibilização do ensino e a apresentação de propostas pedagógicas preocupadas com as especificidades étnicas, culturais e linguísticas trouxe avanços à educação indígena, permitindo a emancipação e atuação apropriada à realidade nas escolas das aldeias. Contudo, é necessário que sejam realizadas investigações e reflexões sobre os processos que envolvem a implantação e implementação do Projeto Açaí.

As políticas públicas voltadas aos povos indígenas ainda sofrem um estranhamento por parte da sociedade. Especificamente com relação à educação, é possível constatar que ainda



existe muita resistência da confirmação das conquistas indígenas pela sistematização não-indígena.

Além disso, as aulas ministradas para os futuros docentes ainda são realizadas, em grande parte, na língua portuguesa, sendo uma dificuldade no processo. Constata-se ainda que os recursos são poucos, devendo ser destinados para sua promoção para a adequação das atividades de acordo com as orientações das políticas públicas.

Torna-se indispensável pensar como é possível avançar para o êxito da inclusão da diversidade na educação escolar indígena além dos papéis formais, refletir sobre a realidade e o cotidiano dos diferentes povos e aprimorar os projetos pedagógicos para o alcance real das particularidades.

Considerações finais

O Projeto Açaí vem sendo aperfeiçoado ao longo do tempo e sua continuidade é reflexo da constante busca pelo fortalecimento do ideal de educação que respeita a diversidade e cultiva a interculturalidade.

O programa é reconhecido como uma conquista e sua atuação tem sido de grande importância para se instituir o cumprimento dos direitos estabelecidos pela Constituição (1988).

Fica evidente a demanda de mais pesquisas sobre a efetividade do Projeto Açaí, pois são encontrados poucos trabalhos a seu respeito. Os avanços que foram obtidos carecem de maior repercussão, tanto para o esclarecimento da importância que tem na conservação de culturas, quanto para que sirva de exemplo, na implantação de programas semelhantes.

Problemas como preconceito, falta de estrutura e recursos, além dos sentidos produzidos pelos participantes do projeto também podem ser objetos de estudos futuros.

Referências

BRASIL. LEI Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**, Brasília, DF, dez 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_1dbrn1.pdf. Acesso em outubro de 2019.

BRASIL. Resolução nº 1, de 7 de janeiro de 2015. **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras providências**, Brasília, DF, jan 2015. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16870-res-cne-cp-001-07012015&Itemid=30192. Acesso em outubro de 2019.



SANTOS, Sandra Maria da Silva de Souza. **Projeto Açaí: colonização e descolonização**. 126 p. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Letras, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, RO, 2015.

VENERE, Mario Roberto. **Projeto Açaí: uma contribuição à formação dos professores indígenas no estado de Rondônia**. 2011. 204 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/101513>. Acesso em: outubro de 2019.

FARIAS, Vanessa. Projeto Açaí vai formar mais de 90 novos professores indígenas para atender em aldeias de Rondônia. **Portal do Governo do Estado de Rondônia**, Porto velho, 20 de agosto de 2019. Disponível em: <http://www.rondonia.ro.gov.br/projeto-acai-vai-formar-mais-de-90-novos-professores-indigenas-para-atender-escolas-em-aldeias-de-rondonia/>. Acesso em: outubro de 2019.



STRESS INFANTIL E DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM: UMA INVESTIGAÇÃO COM CRIANÇAS DE PORTO VELHO/RO

Marcos Henrique Figueira de Mello
Universidade Federal de Rondônia
marcoshedm@gmail.com

Irla Micaele Moreira Linhares
Universidade Federal de Rondônia
irla.micaele@gmail.com

Fátima Queiroga
Universidade Federal de Rondônia
fatima.queiroga@unir.br

Resumo: Trata-se de um trabalho com o objetivo de expor os resultados da pesquisa intitulada “A relação entre as capacidades fundamentais para o desempenho escolar e o stress em estudantes das séries iniciais do ensino fundamental I em escolas públicas de Porto Velho/RO”. Utilizou-se como metodologia a aplicação da Escala de Stress Infantil (ESI) e a aplicação do Teste de Desempenho Escolar (TDE) em estudantes de 6 a 14 anos matriculadas no ensino fundamental I de escolas públicas de Porto Velho/RO, que não possuísem laudo médico. Os resultados da Escala de Stress Infantil (ESI) foram analisados com os resultados do Teste de Desempenho Escolar (TDE). Participaram da pesquisa 31 alunos, sendo que a maioria se encontrava no 4º ano, possuíam 9 anos e eram do sexo masculino. Dos participantes, 51,6% apresentaram níveis de stress e desses, 75% apresentaram desempenho Inferior no TDE, 25% desempenho Médio-Inferior e 25% desempenho Médio. Conclui-se que o stress pode estar relacionado à dificuldade de aprendizagem, mas que não pode ser visto isoladamente do contexto da criança. Percebeu-se a importância da avaliação psicológica que deve ser tratada de forma ética para evitar a propagação de preconceitos e rótulos.

Palavras-chave: Stress. Aprendizagem. Dificuldade.

Introdução

Segundo Lipp (2004), o stress pode ser considerado uma reação do corpo diante de situações difíceis e que pode acontecer com qualquer pessoa, independentemente de idade, raça, sexo e situação socioeconômica. Logo, é um fenômeno muito comum atualmente visto que tem-se uma sociedade imediatista e que cobra certos valores e padrões.

Diante disso, Lipp e Romano (1991) afirmam que o stress infantil se assemelha muito ao stress no adulto, pois é exigida da criança, diante de situações de desafios, uma adaptação que inclui mudanças psicológicas, física e química em seu corpo.



Em relação as fontes de stress, pesquisas revelam que essas podem ser categorizadas como fontes internas e externas. As fontes internas são caracterizadas pela ansiedade, depressão, timidez, medo, baixa autoestima, entre outros. Enquanto, as fontes externas são caracterizadas por mudanças significativas, excessos de responsabilidades e atividades, brigas e separações dos pais, morte, doença, nascimento de irmãos, entre outros. (LIPP, 2004).

A partir dos fatos apresentados, acredita-se que é preciso haver uma preocupação ao fenômeno stress e como ele se manifesta na relação da criança com a aprendizagem visto que é um processo que coloca a criança ao enfrentamento de novos desafios. Partindo dessa ideia, consolida-se, assim, a justificativa desse trabalho somado a necessidade de se ter pesquisas, do tipo, na cidade de Porto Velho/Rondônia, pois a cidade está situada na Amazônia Ocidental que acaba sendo negligenciada e ignorada, muitas vezes, pela ciência brasileira.

Metodologia

O presente trabalho tem como metodologia adotada do ponto de vista da forma de abordagem uma pesquisa quantitativa como também qualitativa, que significa ao traduzir as informações encontradas serão analisadas e classificadas, considerando-se que existe uma relação entre o meio e o participante. É importante ressaltar que, na pesquisa qualitativa, o pesquisador considera a realidade pesquisada associada aos pressupostos teóricos que norteiam a sua pesquisa, não ocorrendo, portanto, o risco de se realizar uma análise aleatória dos dados. (BIASOLI, 1992).

Foram convidadas quatro escolas públicas de ensino fundamental para participar da pesquisa, sendo que cada escola indicou 25 alunos, com idade entre 6 a 14 anos, matriculados no ensino fundamental I, que apresentassem queixas de dificuldade de aprendizagem e que não possuíssem laudo médico. Após os procedimentos éticos, foram aplicados dois instrumentos psicométricos, o ESI (Escala de Stress Infantil) e o TDE (Teste de Desempenho Escolar) nos alunos que aceitaram participar da pesquisa.

A aplicação dos instrumentos foi realizada individualmente, em salas cedidas pelas escolas participantes da pesquisa. Essas salas não poderiam ter interferência internas ou externas, tiveram controle de ruídos, climatizadas e com boa luminosidade. Foi explicado o objetivo dos instrumentos e dadas as instruções gerais conforme estão nos manuais de cada instrumento. E ao final das aplicações foram analisados individualmente os cadernos de aplicação de cada instrumento.



Resultados e discussões

É importante ressaltar que o processo diagnóstico da dificuldade de aprendizagem e das diferentes fases e reações de stress infantil fazem parte de um processo amplo denominado de Avaliação Psicológica. Geralmente, são feitas entrevistas antes da aplicação dos testes psicológicos o que facilita o trabalho do psicólogo, pois possibilita a criação de vínculo (GUZZO, 2001). Diante disso, é responsabilidade do psicólogo utilizar esses instrumentos e técnicas de forma ética buscando a não patologização do sujeito e não contribuir para a propagação de preconceitos e estigmas.

Foram convidados 100 alunos para participar da pesquisa e destes trinta e um alunos cumpriram os critérios de inclusão, sendo que 22 eram matriculados na escola da zona oeste e 9 na escola da zona sul. Dessa amostra, 45% eram do sexo feminino e 55% dos alunos do sexo masculino.

Destaca-se que a maioria dos alunos se encontram no 4º ano, possuem 9 anos de idade e são do sexo masculino. Dessa amostra, 51,6% apresentaram níveis de stress e desses, 75% apresentam desempenho Inferior no TDE, 25% desempenho Médio-Inferior e 25% desempenho Médio.

A partir das análises das fases de stress infantil evidenciaram-se as reações que levam a criança a desenvolver sintomas de stress. Do total de participantes da pesquisa, 51,6% apresentaram níveis de stress e observou-se que 6,3% apresentavam reações físicas, 56,3% apresentavam reações psicológicas, 25% apresentam reações psicológicas com componentes depressivos e 12,5% apresentam reações psicofisiológicas.

Partindo dos resultados apresentados, destacam-se alguns pontos importantes a serem discutidos. O primeiro está relacionado ao preconceito no cotidiano escolar. Ao longo da coleta de dados observou-se que, em algumas escolas, a relação escola-aluno era mediada pelo preconceito. Atitudes, por parte de alguns professores, revelam essa cristalização das relações que por vezes acabavam patologizando e rotulando o aluno que não aprende.

Collares e Moysés (1996, p. 26), apontam que “o cotidiano escolar é permeado pelo preconceito e juízos prévios sobre os alunos e suas famílias, que independem e não são abalados por qualquer evidência empírica que os refute racionalmente.”

O segundo ponto a ser discutido é em relação ao fato que a maioria dos alunos, que participaram da pesquisa, estão matriculados no 4º ano e que segundo a recomendação do



Ministério da Educação (MEC) as escolas não devem reter os alunos nos três primeiros anos do ensino fundamental I. Ou seja, essas crianças estão tendo suas queixas de dificuldades de aprendizagem ignoradas durante três anos e quando chegam ao quarto ano, às vezes não alfabetizadas, começam a serem vistas de outra forma.

O terceiro ponto está relacionado com fato de que 53,6% dos participantes manifestaram reações psicológicas. Esse resultado vai ao encontro de Zakabi (2004) que afirma que a maior parte do nosso stress é mental e que o stress psicológico é uma invenção recente da sociedade moderna. O sistema capitalista, que prega a disputa e o lucro, faz com que os seres humanos vivenciem situações estressantes diariamente, gerando assim, sofrimento psicológico.

Considerações finais

É válido repensar a própria avaliação psicológica, pois, em sua história encontra-se más interpretações por parte de profissionais que não agiram de forma ética no momento da avaliação. Sendo assim, a responsabilidade ética deve pautar o trabalho em uma avaliação psicológica, pois o psicólogo tem o poder de ajudar ou ferir, ainda mais, seu cliente/paciente.

Reflete-se ainda que a pesquisa cumpriu além dos seus objetivos propostos, pois a coleta de dados, em alguns momentos, teve um caráter terapêutico para as crianças atendidas. Percebeu-se que elas se sentiam acolhidas, à vontade para falar sobre suas angústias e seu vínculo com a escola e que, às vezes, pediam para serem atendidos novamente. O que leva a reflexão da importância do profissional de Psicologia inserido no contexto escolar e educacional.

Acredita-se que os resultados desta pesquisa são de grande importância para a sociedade, pois contribui para que se tenham alguns avanços e supre uma carência que infelizmente ainda existe. Eles servem para delinear intervenções efetivas para com essas crianças, além de nortear as escolas sobre o trabalho do psicólogo e como esse profissional pode contribuir no contexto escolar e educacional.

Referências

BIASOLI, A. Z. M. M. **Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta**. São Paulo: Paidéia, 1992.

COLLARES, C.; MOYSÉS, M.A **Preconceitos no Cotidiano Escolar: ensino e medicalização**. São Paulo: Cortez; Campinas: UNICAMP; Faculdade de Educação; Faculdade de Ciência Médicas, 1996.



GUZZO, R. S.; PASQUALI, L. Laudo psicológico: a expressão da competência profissional. In: PASQUALI, L. (Org.) **Técnicas de exame psicológico – TEP. Manual**. Vol. I: fundamentos das técnicas psicológicas. São Paulo: Casa do Psicólogo / CFP, 2001.

LIPP, M. N. (Org.). **Crianças estressadas: causas, sintomas e soluções**. São Paulo: Papirus, 2004.

LIPP, M.E. N.; SOUZA, E.A.P. S.; ROMANO, A.S. F.; COVOLAN, M.A. **Como enfrentar o stress infantil**. São Paulo: Ícone, 1991.

ZAKABI, R. **Stress**: ninguém está a salvo desse mal moderno, mas é possível aprender a viver com ele. Revista Veja, v. 37, n-6, p.66-75, 11 fev. 2004.



TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO/ HIPERATIVIDADE (TDAH) NO OLHAR BIVALENTE PARA A ANÁLISE DO COMPORTAMENTO E DA NEUROPSICOLOGIA

Mônica Lima
Faculdade de Educação e Meio Ambiente
limamonica942@gmail.com

Fabiula A. Nunes
Faculdade de Educação e Meio Ambiente
fabiulanunes@outlook.com

Resumo: O transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) é muito discutido popularmente, no Brasil existe uma subdiagnostificação dessa patologia em contexto escolar. Este resumo pretende descrever e analisar dois processos bivalentes: Alguns conceitos envolvidos no campo teórico-prático TDAH no âmbito infantil tendo como embasamento teórico a Análise do Comportamento e da neuropsicologia, e aspectos escolares envolvendo as necessidades estruturais de cada aluno. Trata-se de uma revisão bibliográfica de forma integrativa e de cunho descritivo (GIL, 2010). Usando materiais dos 2006 ao ano de 2017, pesquisas nas bases de dados como Google Scholar e livros que específicos ao tema e o método de inclusão, sendo materiais com embasamento teórico da Análise do Comportamento e de neuropsicologia. Tendo uma viabilidade do estudo do campo teórico-práticos logo que o Transtorno tem caráter genético, e em seu aspecto geral oferece danos desde sua manifestação, logo que na medida em que aparece a diluição de sintomas acontece alterações de funcionamento desses pacientes em atividades do dia-a-dia.

Palavras-chaves: TDAH. Neuropsicológica. Análise do comportamento.

Introdução

O transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) se põe em âmbito escolar como uma problemática de uma subdiagnostificação do mesmo. Saboya (2007) traz em seus escritos do comprometimento funcional encontrado no TDAH que envolve uma diversidade de comportamentos, nas quais os vínculos de causa ainda se estendem a não estar bem esclarecidos. O Transtorno, no geral, é caracterizado como fator genético, que repercute sobre a vida social, familiar, relação afetiva, acadêmica e principalmente, profissional. Quando envolve o contexto escolar, o diagnóstico equivocado do TDAH torna-se responsável por uma boa parcela dos problemas, comprometendo significativamente ao desempenho escolar. Conforme Linck Graeff e Vaz (2008) A avaliação cuidadosa de uma criança com suspeita de TDAH é necessária frente à popularização das informações, nem sempre claras para a população em geral, e, principalmente, no meio pedagógico. Este resumo pretende descrever e analisar alguns



conceitos envolvidos no campo teórico-prático TDAH em âmbito infantil tendo como embasamento teórico a Análise do Comportamento e da neuropsicologia para aspectos escolares envolvendo as necessidades estruturais de cada aluno.

Metodologia

A revisão bibliográfica de forma integrativa foi realizada com busca na base de dado Google scholar, usando os descritores “TDAH”, “Neuropsicológica” e “Análise do comportamento”, foram levantamentos onze artigos. Usou-se materiais dos 2006 ao ano de 2017. Aos limites foi delimitada referente ao idioma preferindo a língua padrão brasileira. Para seleção dos artigos que foram utilizados nesta descrição, incluíram-se os sobre a temática da análise do comportamento. As buscas realizadas no mês de agosto do ano de 2019.

Resultados e discussão

A contextualização referente ao TDAH é diretamente ligada a escola, logo que uma boa parcela das manifestações é observada em criança na fase escolar inicial e na adolescência em período de puberdade, tendo características triangulada a desatenção, a hiperatividade e a impulsividade, levando a uma defasagem no contexto social, familiar, acadêmico e ao profissional do indivíduo. (SOUZA; INGBERMAN, 2000 *apud* VITAL; HAZIN 2008). Em algumas bibliografias o transtorno é de fins neurobiológico, advindo de causas genéticas. Segundo Miranda-Casas e colaboradores (2006), os déficits nas funções executivas, englobam os processos responsáveis de organizar e integrar os aspectos cognitivos, explicariam a alta relação do TDAH com as dificuldades de aprendizagem. O diagnóstico referente ao transtorno é essencialmente clínico baseada em critérios estabelecidos em sistemas de classificação como o DSM-V e o CID-10 (ROHDE & HAPER, 2004 *apud* WAGNER; ROHDE; TRENTINI, 2016).

Nas avaliações neuropsicológicas abrangentes pode levar a compreensão não só da testagem da atenção em suas diversas modalidades, como o ato de vigilância, atenção sustentada, seletiva e alternada, mas também do caráter de inteligência, memória e funções executivas (DA COSTA; MAIA FILHO; GOMES, 2009). O desenvolvimento dos modelos neuropsicológicos envolvendo o transtorno proporciona avanços delimitante para o entendimento do TDAH, quando referimos em especial, ao reconhecimento de que múltiplas redes neurais estão envolvidas no transtorno e de que muitos dos déficits estudados não estão



presentes em todos os indivíduos com TDAH possibilitando assim uma classificação mais específica (NIGG, 2005 *apud* WAGNER; ROHDE; TRENTINI, 2016).

Além da neuropsicologia, existem outros modelos explicativos que agregam para o reconhecimento do TDAH, e entre eles Análise do Comportamento (AC), se estrutura nos pressupostos do Behaviorismo Radical. Os comportamentos de desatenção e hiperatividade que se voltam para caracterizar o transtorno são emitidos mediante estímulos reforçadores ambientais, ou seja, qualquer outro comportamento estaria voltando a se repetir por conta dos reforçadores. Segundo Staats e Staats (1973 *apud* FAVORITO et al., 200-), uma classe de respostas é praticável quando, o reforçamento de uma resposta na classe deixa mais forte outras respostas nesta mesma classe. Em AC o ambiente é o fator que influencia diretamente a maneira no qual o comportamento irá ser emitido novamente, ou seja, a relação entre o organismo e o ambiente e o comportamento. Dentro da abordagem, há a definição do comportamento operante, tendo o comportamento produzido por estímulo e consequências, afetando o ambiente e sendo afetado por ele. (MOREIRA e MEDEIROS, 2007). Essa consequência constrói situações reforçadoras aumentando a probabilidade de o comportamento voltar a ocorrer. A extinção desse comportamento se representa como reforçador, ou seja, no caso do TDAH, posterior ao diagnóstico é necessário mapear o contexto dos comportamentos característicos do transtorno, como são emitidos, para os quais os comportamentos, as consequências dos mesmos estão reforçadoras ou não (FAVORITO et al., 200?).

De acordo com a Associação Brasileira do Déficit de Atenção (ABDA), o tratamento ideal para cuidado de pessoas com TDAH deve ser multidisciplinar, envolvendo a criança e sua família, escola e profissionais de saúde, logo que a intervenção deve se suceder pela prescrição de medicamento quando for necessário. A Portaria SMS/G n°986 (2014 *apud* EFFGEM, 2008) da cidade de São Paulo, por exemplo, indica que o medicamento só deve ser administrado em situações em que o tratamento psicoterapêutico não farmacológico, não esteja sendo efetivo.

Considerações finais

O atendimento infantil na perspectiva analítico comportamental ocupa-se da investigação de comportamento, ou seja, de definir aqueles comportamentos, considerados incentivos que são revestidos de certo tipo de reforço, tentando uma subtração do comportamento que repercute negativamente para o meio social e ao contexto escolar. Na AC



a intervenção pode ser com os processos de modelagem do comportamento e extinção em aspectos gerais a situações ambientais onde a criança possui maior problemática.

Em relação à neuropsicologia, possíveis envolvimento do TDAH com alterações funcionais e neuroquímicas do sistema nervoso central, que para a atualidade são frequentes para o estudo cognitivistas envolve abordagem para o tratamento múltipla, englobando intervenções psicológicas, psicofarmacológicas, como também psicoeducacional, uma vez que o TDAH apresenta problemas que interligam diferentes áreas da vida, o que se refere aos sintomas primários do transtorno. Dessa forma notou-se em questões de avaliação e tratamento do TDAH, possibilitando a troca de informações importantes entre as abordagens a fim de ser estabelecido um melhor tratamento, e um protocolo de diagnóstico e de tratamento mais adequado, de acordo com as necessidades específicas de cada paciente com TDAH.

Referências

ABDA. **Associação Brasileira de Déficit Atencão**. 2017. [Online] Disponível em: <https://tdah.org.br/tratamento/>. Acesso em: Ago. 2019.

BARKLEY, R. (Org.). **Transtorno de déficit de atenção/hiperatividade: manual para diagnóstico e tratamento**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

DA COSTA, C. R. C. M.; MAIA FILHO, H. D. S.; GOMES, M. D. M. Avaliação clínica e neuropsicológica da atenção e comorbidade com TDAH nas epilepsias da infância: Uma revisão sistemática. *Journal of Epilepsy and Clinical Neurophysiology*, 2009. vol.15, n.2, pp.77-82. ISSN 1676-2649. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1676-26492009000200006&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: ago. 2019.

EFFGEM, V. et al. A visão de profissionais de saúde acerca do tdah – processo diagnóstico e práticas de tratamento. 2008. *Revista Construção Psicopedagógica*, 25 (26): 34-45. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542017000100005. Acesso em: ago. 2019.

FAVORITO, J.L. et al. **Análise do comportamento: compreendendo o TDAH**. (200-). Disponível em: http://www.cesuap.edu.br/anais/congresso-multidisciplinar-2016/psicologia/analise_do_comportamento_compreendendo_o_tdah.pdf. Acesso em: ago. 2019.

LINCK GRAEFF, R.; VAZ, C. E. Avaliação e diagnóstico do transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) *Psicologia USP*, vol. 19, núm. 3, julho-setembro, 2008, p. 341-361 Instituto de Psicologia São Paulo, Brasil. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542017000100005. Acesso em: ago. 2019.

MIRANDA-CASAS, A.; et al. Dificuldades e nela aprendizagem de matemáticas e niños contrastorno por déficit de atención e hiperactividad. *Rev. Neurologia Clínica*. (2006), 42



(supl. 2), 163-170. Disponível em: <http://elcajondekrusty.com/wp-content/uploads/2016/07/Dificuldades-en-el-aprendizaje-de-matem%C3%A1ticas-en-ni%C3%B1os-con-TDAH.pdf>. Acesso em: ago. 2019.

MOREIRA, M.; MEDEIROS, C. A. **Aprendizagem pelas Consequências**: o Reforço. In: Princípios Básicos de Análise do Comportamento. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. Cap.3, p.47-62.

SABOYA, E. et al. Disfunção executiva como uma medida de funcionalidade em adultos com TDAH. J. bras. Psiquiatria. [online]. 2007, vol.56, suppl.1, pp.30-33. ISSN 0047-2085. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S004720852007000500007&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: ago. 2019.

VITAL, M. ; HAZIN, I. Avaliação do desempenho escolar em matemática de crianças com transtorno de déficit de atenção/hiperatividade (TDAH): um estudo piloto. **Ciências & Cognição** 2008; v. 13, n.3. Disponível em: <http://www.cienciasecognicao.org/revista/index.php/cec/article/view/59>. Acesso em: ago. 2019.

WAGNER, F.; ROHDE, L. A.; TRENTINI, C. M. Neuropsicologia do Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade: Modelos Neuropsicológicos e Resultados de Estudos Empíricos. **Psico-USF**, Bragança Paulista, v. 21, n. 3, p. 573-582, set./dez. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-82712016210311>. Acesso em: ago. 2019.



DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM E STRESS INFANTIL: UMA INVESTIGAÇÃO COM CRIANÇAS DE PORTO VELHO/RO

Irla Micaele Moreira Linhares
Universidade Federal de Rondônia
irla.micaele@gmail.com

Marcos Henrique Figueira de Mello
Universidade Federal de Rondônia
marcoshedm@gmail.com

Fátima Queiroga
Universidade Federal de Rondônia
fatima.queiroga@unir.br

Resumo: Trata-se de um trabalho com o objetivo de expor os resultados da pesquisa intitulada “A relação entre as capacidades fundamentais para o desempenho escolar e o stress em estudantes das séries iniciais do ensino fundamental I em escolas públicas de Porto Velho/RO”. Utilizou-se como método a aplicação do Teste de Desempenho Escolar (TDE) e a aplicação da Escala de Stress Infantil (ESI) em estudantes de 6 a 14 anos. Os resultados do TDE foram analisados com os resultados do ESI. Participaram da pesquisa 31 alunos, sendo maioria do 4º ano, com 9 anos e do sexo masculino. Dessa amostra, 77% dos participantes obtiveram resultado Inferior e 9,67% obtiveram resultado Médio Inferior segundo o TDE, caracterizando dificuldade de aprendizagem. Desses que apresentaram dificuldades de aprendizagem, 51,9% apresentaram stress de acordo com os resultados do ESI. Portanto, é possível afirmar que pode existir relação entre a dificuldade de aprendizagem e o stress. Porém, essa relação pode estar permeada por inúmeras variáveis do contexto da criança, por isso a importância da avaliação psicológica como processo amplo que deve ser executado de forma ética para evitar a propagação de preconceitos e rótulos.

Palavras-chave: Aprendizagem. Dificuldade. Stress.

Introdução

Segundo Weiss (1994), a dificuldade de aprendizagem é resultado de inúmeros fatores, desde a metodologia utilizada no ensino-aprendizagem, o seu significado, a forma como é aplicado à criança, ansiedade gerada na escola, assim como outros. A autora explica que a dificuldade em grande maioria se dá pela não consonância entre a qualidade do que o aluno pode produzir e a exigência a que ele está submetido na escola, podendo existir uma exigência por parte dos professores que o aluno tenha “prontidão” para adquirir os conhecimentos ensinados, sem se dar conta que essa aquisição precisa ter sentido e deve ser construído na relação ensino-aprendizagem. Esse “desrespeito”, dito pela autora, ao ritmo de construção da



criança, pode acabar por estancar o processo de aprendizagem e de alfabetização gerando ansiedade e recusa para desenvolver as atividades.

Para avaliar as capacidades fundamentais para o desempenho escolar dos estudantes, foi aplicado o TDE que indica quais as áreas do desempenho escolar que estão preservadas e quais estão prejudicadas. As áreas que se apresentam como prejudicadas são denominadas dificuldades de aprendizagem.

Diante disso, acredita-se que tendo esse conhecimento, sobre a dificuldade de aprendizagem e a relação com o stress, há um melhor planejamento de intervenções junto à escola, aos pais e à criança, criando condições favoráveis para o desenvolvimento das capacidades fundamentais (leitura, escrita e aritmética) que estão prejudicadas e elaborando planejamentos de ensino-aprendizagem mais adequados. Partindo dessa ideia, consolida-se, assim, a justificativa desse trabalho somado à necessidade de se ter pesquisas dessa área na cidade de Porto Velho/Rondônia.

Metodologia

Essa pesquisa caracteriza-se por adotar uma metodologia de abordagem quantitativa e também qualitativa. O que significa dizer que ao traduzir as informações, estas serão analisadas e classificadas considerando-se a existência de uma relação entre o meio e o participante. Na pesquisa qualitativa, o pesquisador considera a realidade pesquisada associada aos pressupostos teóricos que norteiam a sua pesquisa, não ocorrendo, portanto, o risco de se realizar uma análise aleatória dos dados. (BIASOLI, 1992).

Foram convidadas quatro escolas públicas de ensino fundamental para participar da pesquisa, sendo que cada escola indicou 25 alunos, com idade entre 6 a 14 anos, matriculados no ensino fundamental I, que apresentassem queixas de dificuldade de aprendizagem e que não possuíssem laudo médico. Após os procedimentos éticos, foram aplicados dois instrumentos psicométricos, o TDE e o ESI nos alunos que aceitaram participar da pesquisa.

A aplicação dos instrumentos foi realizada individualmente, em salas cedidas pelas escolas participantes da pesquisa, climatizadas, com controle de ruídos, com boa luminosidade e sem interferências internas ou externas. Foi explicado o objetivo dos instrumentos e dadas às instruções gerais conforme estão nos manuais de cada teste. E ao final das aplicações foram analisados individualmente os cadernos de aplicação de cada instrumento.



Resultados e discussões

Todo o processo diagnóstico da dificuldade de aprendizagem e das diferentes fases e reações de stress infantil fazem parte de um processo amplo denominado de Avaliação Psicológica (GUZZO, 2001). Diante disso, é responsabilidade do psicólogo utilizar esses instrumentos e técnicas de forma ética buscando não contribuir para a propagação de preconceitos e estigmas no contexto escolar.

Foram convidados 100 alunos para participar da pesquisa e, destes, 31 cumpriram os critérios de inclusão, sendo 22 matriculados na escola da zona oeste (central) e 9 na escola da zona sul. Dessa amostra, 45% eram do sexo feminino e 55% dos alunos do sexo masculino.

Destes 31 alunos, 77% obtiveram resultado Inferior no TDE para as capacidades fundamentais de leitura, escrita e aritmética, sendo que destes 54% tiveram como resultado no ESI “Não se aplica”, ou seja, não apresentaram sintomas suficientes que caracterizassem a presença de stress. Ainda os que obtiveram resultado Inferior, 33,33% estavam na Fase de Alerta que, segundo Lipp e Lucarelli (2017), é considerada a transição do stress, mas que não pode ser vista como envolvendo o stress emocional permanente ou grave e sim a representação de uma reação do organismo no momento. E, por fim, 12,50% restantes que obtiveram resultado Inferior, estavam na Fase de Resistência que, segundo as mesmas autoras, é quando há a presença atuante por muito tempo de fontes de stress no cotidiano da criança e que são agentes causadores dos sintomas.

Do total de 31 alunos, 9,67% obtiveram resultado Médio-Inferior no TDE para as capacidades fundamentais. Destes, 66,66% estavam na fase de Alerta e 01 na Fase de Quase Exaustão, que tem como característica o agravamento do stress, onde a criança não consegue mais resistir aos agentes estressores e começa a adoecer fisicamente ou psicologicamente (LIPP; LUCARELLI, 2017).

Da amostra total, 9,67% obtiveram resultado Médio no TDE para as capacidades fundamentais. Destes, 33,33% não apresentaram sinais de stress em nenhuma das fases (Não se aplica), 33,33% estava na Fase de Alerta e 33,33% estava na Fase de Resistência.

Da amostra total, 3,22% obtiveram resultado Superior no TDE para as capacidades fundamentais e não apresentaram sinais de stress segundo o ESI.

Partindo dos resultados apresentados, é possível afirmar que pode existir relação entre a dificuldade de aprendizagem e o stress. Porém, esta pode estar permeada por inúmeras variáveis



do contexto da criança, por isso a importância da avaliação psicológica como processo amplo que deve ser executado de forma ética para evitar a propagação de preconceitos e rótulos.

Outra questão pensada foi que a maioria dos alunos participantes da pesquisa estava matriculada no 4º ano, o que nos levou a refletir sobre o fato do Ministério da Educação (MEC) recomendar que as escolas não retenham os alunos nos três primeiros anos do ensino fundamental I. Ou seja, essas crianças estão tendo suas queixas de dificuldades de aprendizagem ignoradas durante três anos e quando chegam ao quarto ano, às vezes não alfabetizadas, começam a serem vistas de outra forma e com inúmeras queixas relacionadas à aprendizagem.

Diante do exposto, destaca-se a importância de se fortalecer os estudos a respeito dessa temática a fim de construir cada vez mais estratégias eficazes de enfrentamento no quesito dificuldade de aprendizagem e stress infantil.

Considerações finais

Diante dos resultados obtidos, é importante destacar que esses fenômenos não podem ser vistos de forma isolada do contexto do aluno no sentido de que existem inúmeras variáveis capazes de influenciar o processo de aprendizagem e que não foram mapeadas por conta dos objetivos desta pesquisa. Isso abre possibilidades para novos estudos, no sentido de ampliação da amostra para dar suporte na compreensão da relação entre dificuldade de aprendizagem e stress infantil.

Reflete-se que a pesquisa cumpriu além dos seus objetivos propostos, pois a coleta de dados, em alguns momentos, teve um caráter terapêutico para as crianças atendidas percebendo-se que elas se sentiam acolhidas, à vontade para falar sobre suas angústias e seu vínculo com a escola e que, às vezes, pediam para serem atendidos novamente. O que evidencia a importância do profissional da Psicologia inserido no contexto escolar e educacional.

Acredita-se que os resultados desta pesquisa são de grande importância para a sociedade, pois contribui para avanços na área educacional e para superar uma carência de pesquisas que infelizmente ainda existe. Servem para delinear intervenções efetivas para com essas crianças, além de nortear as escolas sobre o trabalho do psicólogo e como esses profissionais podem contribuir no contexto escolar e educacional.



Referências

BIASOLI, A. Z. M. M. **Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta.** São Paulo: Paidéia, 1992.

GUZZO, R. S.; PASQUALI, L. Laudo psicológico: a expressão da competência profissional. In: PASQUALI, L. (Org.). **Técnicas de exame psicológico – TEP. Manual.** Vol. I: fundamentos das técnicas psicológicas. São Paulo: Casa do Psicólogo / CFP, 2001.

LIPP, M.E.N., LUCARELLI, M.D.M. **ESI – Escala de Stress Infantil:** manual de aplicação e interpretação. São Paulo: Editora Pearson, 2017.

STEIN, L. M. **TDE - Teste de Desempenho Escolar:** manual para aplicação e interpretação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.

WEISS, M. L. L. **Psicopedagogia Clínica:** Uma visão Diagnóstica. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.



Eixo temático: Psicologia da Saúde



VIVÊNCIAS DE ESTÁGIO EM UM CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL/CAPS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Tauana Cristina Santana
Universidade Federal de Rondônia
tauana.rondonia@gmail.com

Resumo: O Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) deve oferecer atendimento à população, com acompanhamento clínico e reintegração dos usuários à comunidade, visando à recuperação desses indivíduos, por meio do fortalecimento de seus laços familiares, de trabalho e comunitários. O presente estudo é fruto da vivência prática de uma disciplina presente na grade curricular da graduação em Psicologia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). A prática mencionada ocorreu em um dos CAPS localizados no município de Porto Velho, capital de Rondônia. O contato com os pacientes do CAPS foi importante para compreender as singularidades de cada um deles e proporcionar oportunidades de aprendizado, sendo, portanto, de suma importância para futuros estágios, bem como para aprimorar as habilidades para uma futura prática profissional na escuta clínica na área do trabalho e da saúde mental.

Palavras-chave: CAPS; Saúde Mental; Estágio Básico.

Introdução

Os estágios básicos no curso de Psicologia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) buscam propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem, constituindo-se instrumentos de integração, em termos de treinamento prático, e de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano.

Dessa forma, a vivência do estágio básico fornece os primeiros contatos com várias instituições, nas quais a Psicologia está inserida, dentre as quais, as que fazem parte do Sistema Único de Saúde (SUS), mais especificamente o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS).

Os discentes desenvolvem, então, habilidades a partir do acesso a processos de acolhimento de pacientes que buscam os serviços, podendo ouvir suas queixas e começar a trabalhar com uma primeira escuta, para perceber e posteriormente relatar no diário de campo/prontuário as demandas do paciente. Esse primeiro acolhimento também é importante para o sujeito que busca o atendimento, posto que receberá um atendimento particular, com uma entrevista dirigida e acolhedora das suas queixas.

O CAPS, na condição de “porta de entrada” e regulação da saúde mental no SUS, deve oferecer atendimento à população, com acompanhamento clínico e reintegração dos usuários à



comunidade, visando à recuperação desses indivíduos, por meio do fortalecimento de seus laços familiares, de trabalho e comunitários. (AZEVEDO; MIRANDA, 2011, p. 340).

Tem-se, assim, que o CAPS surge para combater o modelo manicomial, a partir da reestruturação da atenção psiquiátrica, bem como dos recursos, cuidados e tratamentos destinados aos enfermos. Representa, então, a efetivação de um novo modelo de atenção em saúde coletiva, conforme relata Campos e Furtado (2006, p. 1053). A nova estrutura de atendimento representada pelo CAPS evidencia as mudanças da forma de tratamento do sofrimento psíquico, focando não somente no sujeito que vivencia esse processo, como também nas relações que este estabelece com seus familiares e comunidade. O CAPS tem como proposta terapêutica a realização de atividades e dinâmicas diversas que devem ser desenvolvidas e pensadas por todos.

Metodologia

O presente estudo é fruto da vivência prática de uma disciplina presente na grade curricular da graduação em Psicologia da UNIR. A prática mencionada ocorreu em um dos CAPS do município de Porto Velho (RO). Ao final da disciplina foi elaborado um relatório, contendo registros das experiências vividas na instituição.

Optou-se pela abordagem qualitativa, que procura estudar e analisar o mundo empírico em seu ambiente natural, a partir do contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação estudada, posto que o fenômeno pode ser mais amplamente compreendido no contexto em que ocorre. (GODOY, 1995).

Resultado e discussão

A proposta da prática era a realização de triagens. No entanto, nos primeiros dias, quando ainda ocorria o processo de ajuste entre nossa equipe e os profissionais do CAPS – e que pode ser verificado nos diários de campo –, não houve acolhimentos, o que pode ter gerado desconforto nos acadêmicos.

Ocorreram vários encontros durante o semestre, nos quais pôde-se acompanhar e realizar a triagem de pacientes com demandas específicas, assim como fazer relatos detalhados dos atendimentos vivenciados. Alguns deles estão expostos a seguir, bem como a análise que pode ser feita a partir do estudo dos acolhimentos em aula.



Caso 1 – Senhora C²: 48 anos, era solteira, graduada em economia. Sua queixa principal era de agitação psicomotora, mania persecutória, confusão mental e ouvir vozes. Relatou que se sentia perseguida por colegas de trabalho e essa sensação se estendeu para com a vizinhança. Ouvia vozes de várias pessoas fazendo ameaças contra ela, o que motivou sua fuga do estado de Goiás, onde morava, para Tocantins. Durante essa crise, houve episódios de confusão mental. Foi encaminhada por um hospital de Tocantins para acompanhamento psiquiátrico no CAPS de referência. Antecedentes de episódios de síndrome do pânico por excesso de trabalho. Quando se ausentou do trabalho os sintomas desapareceram. Fez tratamento psicológico durante 30 dias e obteve significativa melhora dos sintomas. Relatou ainda querer participar de terapia em grupo, pois pensa que traria mais resultados satisfatórios. Agendamos uma consulta com o psiquiatra e orientamos a ela procurar acompanhamento psicológico nas Instituições que oferecem esse serviço além do CAPS.

No caso da senhora C. é visível que esta adoeceu por conta do trabalho, visto que os sintomas surgiram nesse contexto. Assim, como sugere Codo (2004), o trabalho pode adoecer. Não se disse nem se imagina que apenas o trabalho engendra a psicopatologia, não se quer e não se quis diminuir o papel das outras etiologias já conhecidas, como a sexualidade e a infância, apenas se reivindica para o trabalho o mesmo papel e a mesma importância, já que este é tão importante quanto aquelas para a conformação da personalidade e da identidade. (CODO, 2004, p. 21).

Caso 2 – Senhor F.: tinha 59 anos na ocasião do atendimento. Não apresentou uma queixa específica. É um paciente diagnosticado com esquizofrenia. Já fez acompanhamento psiquiátrico no CAPS, contudo descontinuou o uso dos medicamentos por conta própria. Em consulta com uma enfermeira, esta relatou a necessidade de ser realizado um encaminhamento ao CAPS, para que ele siga no tratamento psiquiátrico. Mostrou-se um pouco relutante em continuar com o tratamento medicamentoso. Não tem histórico de internações, bem como não está em acompanhamento psicológico. Disse preferir tratamento alternativos.

É muito interessante a fala do senhor F. (“Minha doença me deixa aleijado mentalmente, mas não me mata, por isso não tomo”), já que retrata a realidade da epidemia de doença mental, como sugere Angell (2012), quando denuncia o “frenesi” do diagnóstico, bem como o uso

² Os nomes são fictícios, utilizados para proteger a identidade dos participantes.



excessivo de medicamentos cujos efeitos colaterais são devastadores. Devemos, ainda, considerar e validar a relutância do senhor F. a tratamentos medicamentosos, uma vez que o paciente tem o direito de ser sujeito ativo no seu tratamento.

A partir da vivência prática, foi possível verificar a importância do CAPS como um dos dispositivos de saúde mental. A participação na rotina da instituição oportunizou a participação em processos de acolhimento e a observação da singularidade de cada caso. Pôde-se, desse modo, ter a visão de como são encaminhados/tratados os pacientes e queixas/dores que o trouxeram à instituição. O conteúdo dos textos e as orientações dadas pelos supervisores da disciplina permitiram a discussão, correção e entendimento de todos os casos estudados e foram de suma importância para o enriquecimento dos conhecimentos, obtendo do supervisor todo o suporte necessário para o aprendizado prático e teórico.

O contato com os pacientes do CAPS foi importante para compreender as singularidades de cada um deles e proporcionar oportunidades de aprendizado, sendo, assim, de relevância para futuros estágios e para aprimorar as habilidades visando uma futura prática profissional na escuta clínica na área do trabalho e da saúde mental.

Considerações finais

A vivência prática da disciplina de estágio ajudou a construir uma base sólida de conhecimentos que em períodos anteriores era apenas expectativa. A oportunidade de conhecer um pouco mais a rotina do processo de acolhimento no CAPS possibilitou a compreensão do quão importante se faz o processo de acolhimento inicial no serviço.

Vale ressaltar que, por meio desse estágio, foi possível experimentar momentos singulares e de extrema relevância para o processo de crescimento pessoal e acadêmico de todos os estudantes e profissionais envolvidos. São vários os casos vivenciados e as experiências obtidas foram enriquecedoras.

Referência

ANGELL, M. A epidemia de doença mental. **Piauí**, 59, 2012, p.1-14. Disponível em: <https://psicologianicsaude.files.wordpress.com/2012/11/revista-piauc3ad-59-a-epidemia-de-doenca-mental.pdf>. Acesso em: 12/06/2018.

AZEVEDO, D. M.; MIRANDA, F.A. N. Oficinas terapêuticas como instrumento de reabilitação psicossocial: Percepção de familiares. **Esc Anna Nery**, v. 15, n. 2, p. 339-345, 2011.



CAMPOS, R.T.O.; FURTADO, J.P. Entre a saúde coletiva e a saúde mental: um instrumental metodológico para avaliação da rede de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) do Sistema Único de Saúde. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 5, p. 1053-1062, 2006.

CODO, W. Psicopatologia do trabalho. In: CODO, W. (Org.). **O trabalho enlouquece?** Um encontro entre a clínica e o trabalho. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004, p.7 a 52.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. São Paulo: **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n.2, p. 57-63, março/abril, 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n2/a08v35n2.pdf>. Acesso em: 14/05/ 2016.



“A VIDA NÃO PARA”: ANSIEDADE COMO SIGNIFICANTE DO SOFRIMENTO PSÍQUICO DISCENTE NO ENSINO SUPERIOR

Mell Liz de Sá Maia
Universidade Federal do Acre
sa.lizmell@gmail.com

Maria Liliane Gomes dos Santos
Universidade Federal do Acre
liliane.psi@hotmail.com

Resumo: A ansiedade tem sido referida como uma das formas de sofrimento que mais afeta os estudantes em contexto universitário, exigindo da psicologia formas de pensar as especificidades desse ambiente na produção ou agravamento de experiências ansiosas. Este trabalho tem como objetivo apresentar a demanda dos estudantes acolhida por meio de triagens durante a atuação de estágio em um serviço de psicologia de assistência estudantil na Universidade Federal do Acre, bem como, problematizar a incidência da ansiedade como significante que nomeia o sofrimento psíquico atrelado às vivências discentes e coaduna diferentes experiências, as quais revelam atravessamentos acadêmicos e sociais precipitadores de adoecimento no ensino superior.

Palavras-chave: Ansiedade. Ensino superior. Assistência estudantil.

Introdução

Com os avanços do capitalismo na sociedade contemporânea, as modificações tanto nas dinâmicas profissionais quanto nas relações pessoais ocorrem aceleradamente, desta forma, os indivíduos são cobrados a todo momento a alcançarem demandas e adaptarem-se às modificações (AMARAL, 2019). No contexto acadêmico a lógica não é diferente, assim, a inserção do estudante na instituição de ensino superior é marcada por mudanças que demandam a adaptação destes indivíduos a um novo modo vivencial (OLIVEIRA; SANTOS; DIAS, 2016).

O repertório de autonomia do indivíduo está intimamente relacionado com seu processo de aprendizagem, sendo este sujeito responsável pela administração de seus estudos e a dinâmica de seu tempo, assim, a vivência acadêmica pode tornar-se intensamente estressora por haver uma sobrecarga de afazeres e a responsabilização total do indivíduo por seu nível de desempenho neste âmbito (AIRES; DINIZ, 2018).

A partir de estudos sobre fatores potencializadores para a intensificação do sofrimento psíquico em estudantes universitários, Brandtner e Bardagi (2009) concluíram que independentemente do período em que o estudante se encontra, o excesso de atividades



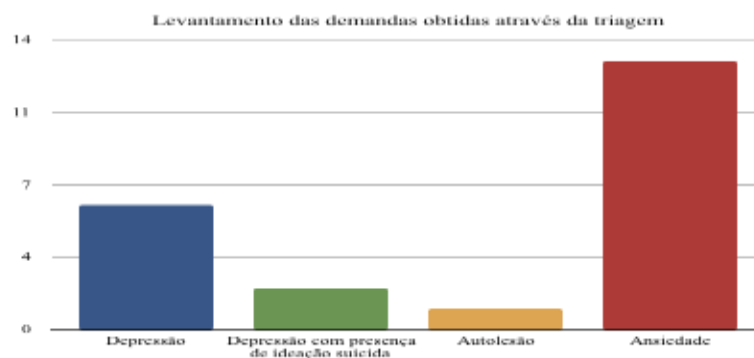
acadêmicas, a falta de motivação para os estudos, a carreira escolhida, a existência de conflitos com colegas e professores, a apresentação de trabalhos, dificuldades na aquisição de materiais e livros, entre outros fatores são fortes aliados e predisponentes a este sofrimento. Considerando estas especificidades, este trabalho tem como objetivo apresentar a demanda dos estudantes acolhida em um serviço de psicologia vinculado à Pró-Reitoria de assistência estudantil da Universidade Federal do Acre.

Metodologia

Os resultados que serão apresentados são provenientes do levantamento de dados efetuado durante a atuação prática na disciplina de “Estágio supervisionado em avaliação psicológica II”, realizado em um serviço de psicologia voltado para a assistência estudantil do ensino superior. O procedimento de triagem psicológica grupal foi adotado para estabelecer um primeiro contato com a queixa principal da comunidade interna da instituição e reduzir a lista de espera. Foram realizadas 7 (sete) triagens psicológicas com 22 (vinte e duas) pessoas ao todo, com uma média de 4 (quatro) participantes por triagem grupal.

Resultados e discussão

Através do processo de triagem foi possível identificar as demandas associadas ao sofrimento psíquico dos estudantes do ensino superior da UFAC, conforme disposto a seguir: 1 (uma) queixa de autolesão, 8 (oito) queixas de depressão, dentre as quais 2 (duas) relataram ideação suicida, e por fim, a demanda mais recorrente no discurso dos estudantes foi a ansiedade, neste caso, 13 (treze) pessoas relataram a intensificação da vivência de ansiedade após estarem inseridos no contexto acadêmico do ensino superior.





A proposta de problematizar a incidência da ansiedade, implica informar que esta categoria não será considerada como quadro psicopatológico, mas como significante de uma experiência subjetiva cuja escuta analítica deverá permitir a emergência e construção de diferentes significados, a qual pode estar atrelada à falta de tempo, à condições de vulnerabilidade, à necessidade de controle, à manutenção de um ideal, à vitimização por violência, dentre outras possibilidades.

A adoção dos termos utilizados pelos estudantes não permite evidenciar uma grande variedade de queixas e aponta para as limitações deste trabalho, exigindo que se destaquem os atravessamentos sociais, de gênero e de cor presentes nos discursos, tomando em consideração uma leitura interseccional sobre o sofrimento psíquico. Não é intenção deste levantamento, que o significante ansiedade venha encobrir experiências ansiosas precipitadas por preconceitos invisibilizados no ambiente universitário, pois, se a ansiedade consta como lugar comum, somente a escuta da singularidade dos discursos permite capturar outras conotações e categorias como também explicita o estudo realizado por Porto (2017). Destacam-se no presente levantamento os relatos de ansiedade associados à vitimização por misoginia a que são submetidas universitárias matriculadas em cursos tradicionalmente ocupados por homens, em que o diálogo com o corpo docente e com os colegas de classe é referido pelas estudantes como opressor.

De uma forma geral, entre os estudantes da UFAC a vivência ansiosa é reportada como uma experiência já identificada em outras fases da vida, mas exacerbada diante das exigências acadêmicas e vinculada de modo primordial à dificuldade para cumprir as demandas no tempo estipulado, ou ainda, à impossibilidade de realizar as atividades pautadas em um ideal de desempenho. Logo, a universidade que poderia ser um espaço de reassseguramento identitário e construção de vínculos para a trajetória pessoal acaba por evidenciar o desconforto gerado por um modo de vida acelerado e carente de sentido.

Na impossibilidade experienciar a vida acadêmica de maneira prazerosa, observou-se um esforço individual para lidar com a ansiedade e o uso, muitas vezes indiscriminado, de medicamentos, como alternativa para enfrentar esta forma de sofrimento, sendo a busca por atendimento psicológico uma decisão tomada diante da intensificação dos sintomas, restando saber em que medida o acompanhamento psicoterápico pode se configurar com uma atividade a competir com as demais, na repartição do tempo discente.



Pensar a vivência da temporalidade na universidade mostra-se como um passo de suma importância no acolhimento e problematização desta queixa, frente a qual se formulam os seguintes questionamentos: Como dispor de tempo para cuidar da saúde em cursos de funcionamento em tempo integral? Como usufruir de qualidade de vida em períodos que concentram grande volume de trabalhos e provas? Como ressignificar o ócio como espaço necessário ao potencial criativo? Como desatrelar a culpa das experiências prazerosas vividas pelos alunos para além da UFAC? Como fazer uso dos telefones celulares e outras tecnologias, sem cumular prejuízos à saúde mental do público universitário?

Esta realidade coloca em transparência as limitações de uma intervenção restrita ao âmbito individual, cabendo ao profissional psicólogo intervir não somente sobre os sujeitos, mas sobre os condicionantes que colaboram para o adoecimento no espaço universitário, uma vez que, culpabilizar totalmente o indivíduo por vivenciar este repertório de sofrimento psíquico representa um descaso social, produto de uma sociedade individualizada focada somente na produção de bens, conhecimentos e funcionalidade.

Considerações finais

O levantamento de dados permitiu identificar a dimensão global da demanda dos acadêmicos que foram recebidos no serviço psicológico de assistência estudantil no segundo semestre de 2019. A partir dos relatos, foi possível constatar que a vivência da ansiedade era intensificada no contexto acadêmico, independentemente da idade e curso dos estudantes, o que torna relevante a existência de um espaço em que estes possam expressar seus conflitos e angústias, assim como, realizar reflexões sobre os atravessamentos que incidem sobre as experiências ansiosas (AIRES; DINIZ, 2018), fazendo-se mister conhecer as demandas que chegam a estes serviços, como uma forma de pensar em intervenções de prevenção, cuidado e promoção da saúde.

Cabe destacar que, na atual conjuntura política, econômica e social, as instituições de ensino federal passam por cortes, contingenciamentos, suspensão de bolsas, precarização da estrutura física e das condições de trabalho docente, entre outros fatores. “Tais condições colaboram para vulnerabilizar a comunidade acadêmica e acarretam o distanciamento da universidade federal de sua função social, esvaziando-a de seus princípios fundamentais: caráter público, autonomia, gratuidade e laicidade” (PORTO, 2017, p. 898), além de repercutir



no desenvolvimento das ações que visam a saúde física e mental dos indivíduos que compartilham este espaço.

Referências

AIRES, S; DINIZ, N. Grupo de escuta e reflexão com estudantes universitários. **Vínculo - Revista do NESME**. São Paulo, v. 15, n. 01, p. 61-75, 2018.

ALMEIDA, L; SOARES, A. Os estudantes universitários: Sucesso escolar e desenvolvimento psicossocial. *In*: AZZI, R. **Estudante universitário: características e experiências de formação**. Catálogo sistemático. Cabral editora e livraria universitária. p. 15-40, 2004.

AMARAL, M. **Aceleração na sociedade contemporânea e sua relação com o sofrimento psíquico**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Psicologia) - UNIJUÍ, Ijuí, 2019.

BRANDTNER, M; BARDAGI, M. Sintomatologia de depressão e ansiedade em estudantes de uma universidade privado do Rio Grande do Sul. **Revista Interinstitucional de Psicologia**. Rio Grande do Sul, v. 02, n. 02, p. 81-91, 2009.

OLIVEIRA, C; SANTOS, A; DIAS, A. Expectativas de universitários sobre a universidade: sugestões para facilitar a adaptação acadêmica. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**. Rio Grande do Sul, v. 17, n. 01, p. 43-53, 2016.

PORTO, M. A Intervenção em Psicologia em uma Universidade na Amônia Sul Ocidental. **Psicologia: Ciência e Profissão**. Rio Branco, v. 37, n. 04, p. 897-908, 2017.



PERFIL DOS PACIENTES DE UM INSTITUTO ONCOLÓGICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Elis Monique de Vasconcelos Galvão
Universidade Federal de Rondônia
moniquegalvao7@gmail.com

Paulo Renato Vitória Calheiros
Universidade Federal de Rondônia
paulocalheiros@unir.br

Pedro de Tarique Crispim
Universidade Federal de Rondônia
tcrispim@yahoo.com

Resumo: Este estudo teve como objetivo descrever as características sociodemográficas e clínicas de pessoas com câncer atendidas em Instituto de oncologia no Estado de Rondônia entre janeiro a abril de 2019. Para tanto, fez-se um estudo epidemiológico com delineamento transversal, com 202 pacientes atendidos no Instituto São Pellegrino. Fez-se o uso dos seguintes instrumentos de pesquisa para a coleta de dados: entrevista individual, aplicação de questionário e análise de prontuários. Os dados foram tabulados por meio de recursos da planilha *software Microsoft Excel 2010* e depois analisados pelo *software Epi Info¹ versão 7.2.2.2*. Os resultados apontaram que a maioria dos pacientes entrevistados eram do sexo feminino (57,43%), entre 18 e 84 anos, com idade média de 57,7 anos, oriundos de cidades diferentes da localização do instituto (64,36%), casados ou em união estável (60,40%), com baixo nível de escolaridade (67,82%). Houve prevalência de pacientes com câncer hematológico (26,24%), mama (18,81%), útero (17,82%) e próstata (15,84%), no estágio III ou IV da doença (58,18%), e estavam em processo de tratamento (48,02%). A descrição do perfil desses pacientes possibilitou um melhor conhecimento sobre quem são os sujeitos que estão sendo acometidos por doenças neoplásica na Região Norte.

Palavras-chave: Epidemiologia. Perfil de saúde. Câncer.

Introdução

Os registros sobre o número de pessoas com câncer, informam previsões de aumento de casos nessa condição de adoecimento. Em 2012 ocorreram mundialmente por volta de 14,1 milhões de novos casos de câncer, este foi também responsável por 8,2 milhões de mortes nesse período, existindo a possibilidade de aumento desses índices para as próximas décadas (FERLAY et al., 2015). Estas previsões foram assertivas, a Agência Internacional de Pesquisa sobre Câncer (AIPC) divulgou em 2018, serem as doenças neoplásicas uma das principais



causas de adoecimento e morte ocorridas no mundo, sendo responsável em 2018 por 9,6 milhões de óbitos (OPAS, 2018).

Para 2018 e 2019, foram estimados a ocorrência de aproximadamente 600 mil novos casos de câncer a cada ano. Esses números são associados às mudanças no estilo de vida. Com a urbanização e os avanços das ciências e tecnologias, houve aumento na expectativa de vida, fato que favorece o desenvolvimento de células cancerígenas, devido ao maior tempo de exposição aos fatores de risco (OPAS, 2018).

Fazer um levantamento do perfil de pacientes oncológicos, não só conduz a uma reflexão sobre os tipos de práticas de intervenções pertinentes, como também se abre perspectivas de direcionamento dessas práticas, para auxiliá-los a vivenciar esse processo da melhor maneira possível, adotando medidas que permitam a promoção, prevenção, diagnóstico e tratamento precoce dos cânceres.

Metodologia

Estudo epidemiológico com delineamento transversal para descrever as características sociodemográficas e clínicas de pacientes oncológicos. A seleção da amostra foi realizada aleatoriamente, participaram do estudo 202 pessoas.

Os dados obtidos foram inseridos e tabulados no *software Microsoft Excel 2010* e depois analisados pelo *software Epi Info*¹ versão 7.2.2.2. Para a idade, que é uma característica sociodemográfica foi realizada a descrição através do valor mínimo (Mín), primeiro quartil (Q₁), mediana ou segundo quartil (Q₂), terceiro quartil (Q₃), máximo (Máx), média (\bar{x}) e desvio-padrão (DP). Para as variáveis qualitativas e ordinais (perfis sociodemográficos e clínicos) as descrições foram realizadas através da obtenção de suas frequências absolutas e o valor percentual (DEAN, 2017).

Resultados

Dos 202 pacientes entrevistados 57,43% são do sexo feminino. Em relação à faixa etária, estes tinham entre 18 a 84 anos, com uma idade média de 57,7 anos, com desvio padrão de 14,2 anos. Destes 64,36% residem fora da cidade onde se localiza o instituto no qual fazem o tratamento.



Com relação à escolaridade, observou-se baixos níveis, 67,82% relataram ter cursado até o ensino fundamental. Cerca de 60,40% são casados e a quantidade média de filhos por paciente foi de 3,56 com desvio padrão de 2,50.

No que concerne aos rendimentos, 85,64% tinham renda mensal de até 3 salários mínimos. Sobre a situação laboral 83,66% dos entrevistados não estavam trabalhando no período da entrevista, dentre estes encontram-se, aqueles que estavam de licença médica, aposentados e desempregados.

Os tipos de câncer predominantes foram, os hematológicos (26,24%), mama (18,81%), útero (17,82%) e próstata (15,84%). Em relação estadiamento da doença, 58,18% estavam no estágio III ou IV. Em relação a procedimentos de tratamento, 68,09% fizeram quimioterapia, e sobre o status, 48,02% estavam em período de tratamento, enquanto 37,62% estavam em acompanhamento e 14,36% tinham apenas recebido o diagnóstico e iam iniciar o planejamento do tratamento.

Discussão

A predominância de pessoas do sexo feminino ou masculino na população com câncer pode depender da especificidade dos tipos de câncer que serão inseridos nos estudos. Este dado pode ser atribuído também, a procura por cuidados com a saúde serem maiores pelas pessoas do sexo feminino (FERLAY et al., 2015).

A idade é considerada como fator de risco para o câncer. Além das transformações feitas pelo homem no meio ambiente, nos hábitos e modos de vida, o envelhecimento também é um fator que contribui para desencadeamento de células cancerígenas. Pois, há o agravante do tempo de exposição aos diversos fatores de risco, que aumentam as chances de desenvolvimento de neoplasias. Por isso, o câncer tem prevalência maior a partir dos 40 anos de idade, ainda que atinja também pessoas mais jovens, como adultos jovens, adolescentes e crianças (SILVA, 2018).

Quanto ao grau de instrução, na população geral brasileira o nível de escolaridade é menor comparado a outros países, assim os dados das pessoas com câncer seguem a mesma lógica, pois é um reflexo da educação no país como um todo. Níveis mais altos de educação sugerem cuidados maiores com a saúde, tendo em vista o conhecimento acerca de fatores de risco e protetivos através de busca desse tipo de informações (RENNA JUNIOR; SILVA, 2018).



Em relação a renda, o INCA em 2018 descreveu o aumento da incidência de cânceres de mama, próstata e colorretal, associados ao melhor nível socioeconômico, enquanto as taxas de incidência elevadas de tumores geralmente associados à piores níveis voltam-se para os cânceres de colo do útero, estômago, cabeça e pescoço. Encontrando-se esta estruturação, como resultado da exposição prolongada a fatores ambientais relacionados a intensificação da industrialização, como agentes químicos, físicos e biológicos, e das condições de vida, que se diferenciam em função das desigualdades sociais (SILVA, 2018).

Mundialmente os tipos de câncer mais incidentes são: pulmão, mama, intestino e próstata (FERLAY et al., 2015). Na população brasileira, os cânceres com maior incidência atualmente são, os de próstata (31,7%), mama feminina (29,5%), cólon e reto (17,6%) e pulmão (14,9%) (INCA, 2018). Esses dados corroboram aos dados desta pesquisa e de outros trabalhos realizados pelo mundo, onde sugerem entre os de maiores índices os cânceres de mama e próstata.

O tratamento do câncer, segundo o INCA (2019b) pode ser realizado por meio de três formas principais: cirurgia, quimioterapia e radioterapia. Alguns planejamentos terapêuticos são elaborados com a combinação destas modalidades, alterando por vezes quanto às características do tumor e a especificidade do paciente em resposta às terapêuticas.

Considerações finais

Familiarizar-se com o perfil dos pacientes possibilita conhecer as especificidades dessa população. Aos profissionais permite traçar estratégias específicas destinadas às características dessas pessoas e planejamento da assistência prestada. O delineamento de ações torna-se mais assertivo quando o público a ser atendido é conhecido, assim como, o tipo de comunicação e os recursos disponíveis para realização do trabalho.

Referências

- DEAN A. G. et al. Epi Info, Version 7.2.2.2: a word processing, database, and statistics program for epidemiology on microcomputers. Centers of Disease Control and Prevention, Atlanta, Georgia, USA, 2017.
- FERLAY, J. et al. Cancer incidence and mortality worldwide: sources, methods and major patterns in GLOGOCAN 2012. *Int. J. Cancer*, v. 136, n. 1, p. 359–386, 2015. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1002/ijc.29210>. Acesso em: 09 mai. 2018



INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER (Brasil). **Estatísticas de câncer**. Ministério da saúde, Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/numeros-de-cancer>. Acesso em: 10 out. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER (Brasil). **Tratamento do câncer**. Ministério da saúde, Brasília, 2019b. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/tratamento>. Acesso em: 22 maio 2019.

OPAS. Organização Pan-Americana de Saúde; OMS. Organização mundial de saúde. Determinantes Sociais e Riscos para a Saúde, Doenças Crônicas não transmissíveis e Saúde Mental. **Folha informativa-câncer**, Brasil, 2018. Disponível em: https://www.paho.org/bra./index.php?option=com_content&view=article&id=5588:folha-informativa-cancer&Itemid=839. Acesso em: 17 maio 2018.

RENNA JUNIOR, N. L.; SILVA, G. A. Tendências temporais e fatores associados ao diagnóstico em estágio avançado de câncer do colo uterino: análise dos dados dos registros hospitalares de câncer no Brasil, 2000-2012. **Epidemiol Serv Saúde**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 1-13, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-96222018000200302&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03 jun. 2019.

SILVA, M. J. S. da (Org.). **ABC do câncer**: abordagens básicas para o controle do câncer. Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. 4. ed. rev. atual. – Rio de Janeiro: Inca, 2018. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files//media/document//livro-abc-4-edicao.pdf>. Acesso em: 31 maio 2019.

Agência Financiadora

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.



IMPLANTAÇÃO E AVALIAÇÃO DE UM PROGRAMA PARA CONTROLE DO TABAGISMO NA UBS AFONSO MANSUR

Claudete Dias Soares

Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Mental (UNESC)
jonalguaporenews@gmail.com

Edna Mônica Wobeto

Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Mental (UNESC)
monicawobeto@gmail.com

Resumo: A intensa procura por membros da comunidade na área da equipe da Unidade Básica de Saúde por uma terapia que auxiliasse a abstenção do hábito de fumar, assim como o fato do tabaco ser um problema grave de saúde pública nortearam a priorização desse problema pela equipe. Além de viciar devido à dependência gerada pela nicotina no organismo, o tabagismo predispõe o fumante a desenvolver inúmeras doenças. Conseqüentemente diminui a qualidade de vida e a expectativa de vida do fumante. Sendo assim, o presente estudo objetivou realizar uma intervenção psicossocial junto a sujeitos fumantes na área de abrangência da Unidade Básica de Saúde Afonso Mansur, no município de Vilhena, Rondônia. O público-alvo deste programa consistiu nos usuários tabagistas interessados em parar de fumar. Com terapias em grupo operativo, que visa auxiliar o paciente no tratamento psicológico, e conseqüentemente na cessação do vício, através da Terapia Cognitivo-Comportamental. Com encontro semanal e depois mensal até completar um ano e durante três meses de tratamento, 50% dos participantes obtiveram êxito em parar de fumar. Essa iniciativa tem sido um importante apoio para pessoas que decidiram parar de fumar, mas não conseguem fazê-lo sem ajuda.

Palavras-chave: Tabagismo, Saúde Pública, Psicologia, Dependência Química, Saúde Mental.

Introdução

Reconhecido como doença epidêmica resultante da dependência da nicotina e classificado pela Organização Mundial de Saúde – OMS no grupo dos transtornos mentais e de comportamento, decorrentes do uso de substâncias psicoativas, o tabagismo é um problema de saúde pública, e representa um grande desafio para Medicina Preventiva e, portanto, requer para o seu controle, o envolvimento de todos os setores sociais. O custo do tabagismo vai muito além das conseqüências nefastas para a saúde, representando também, um peso econômico no orçamento familiar e uma ameaça ao desenvolvimento sustentável e equitativo. Apesar disso, os profissionais da saúde, com frequência, desconhecem como avaliar e tratar o problema de maneira consistente e eficaz. A intensa procura por membros da comunidade na área da equipe da Unidade Básica de Saúde por uma terapia que auxiliasse a abstenção do hábito de fumar,



assim como o fato do tabaco ser um problema grave de saúde pública nortearam a priorização desse problema pela equipe. Além de viciar devido à dependência gerada pela nicotina no organismo, o tabagismo predispõe o fumante a desenvolver inúmeras doenças. Conseqüentemente diminui a qualidade de vida e a expectativa de vida do fumante.

Sendo assim, o presente estudo objetivou realizar uma intervenção psicossocial junto a sujeitos fumantes na área de abrangência da Unidade Básica de Saúde Afonso Mansur, no município de Vilhena, Rondônia. O público-alvo deste programa consistiu nos usuários tabagistas interessados em parar de fumar. Com terapias em grupo operativo, que visa auxiliar o paciente no tratamento psicológico, e conseqüentemente na cessação do vício, através da Terapia Cognitivo-Comportamental. A terapia cognitivo-comportamental tem como finalidade informar o tabagista sobre os riscos do cigarro e os benefícios de parar de fumar. Além disso, possibilita apoiar o paciente durante o processo de cessação, oferecendo orientações para que possa lidar com a síndrome de abstinência, a dependência psicológica e os comportamentos associados ao comportamento de fumar.

O objetivo deste projeto foi de Realizar Intervenções Psicossociais junto a sujeitos tabagistas na área de abrangência da Unidade Básica de Saúde Afonso Mansur, no bairro Eldorado, no município de Vilhena – Rondônia. O público-alvo deste programa consistiu nos usuários tabagistas interessados em parar de fumar.

Metodologia

No programa para o controle do tabagismo da Unidade Básica de Saúde Afonso Mansur, após o grupo ser formado foi realizado uma pesquisa-intervenção, com o grupo composto de dez (10) participantes de forma intencional, planejada e reflexiva, sobre o tema e as curiosidades dos mesmos acerca do tabagismo, que foi discutido a cada sessão. As sessões aconteceram em uma sala, disponível pela gerência da unidade, e foi realizado o total de 11 sessões no período do mês de julho a outubro.

Com realização de um encontro semanal e a presença da médica, enfermeira, e da psicóloga, com o objetivo de se criar um espaço para compartilhamento de vivências e auxílio mútuo; - Esclarecimentos sobre a estrutura do programa, discussão sobre as estratégias para o abandono do tabagismo e sobre as situações que poderiam dificultar o sucesso da empreitada, como a síndrome de abstinência; - Avaliação para detectar o grau de dependência à nicotina, utilizando-se a escala de Fagerström, para iniciarem a terapia medicamentosa. - Sessão 1: Entender por



que se fuma e como isso afeta a saúde; - Sessão 2: Os primeiros dias sem fumar; - Sessão 3: Como vencer os obstáculos para permanecer sem fumar; - Sessão 4: Benefícios obtidos após parar de fumar. O comparecimento dos participantes foi voluntário, assim como o relato de suas experiências como tabagistas.

Participantes: O programa iniciou com dez (10) participantes na primeira sessão com idades de vinte e oito (28) a setenta (70) anos, e a partir da segunda sessão apenas oito (08) participantes compareceram e continuaram o tratamento, já na quarta sessão deram continuidade ao programa cinco (05) participantes, sendo três do sexo feminino e dois do sexo masculino. E na finalização contou com cinco (05) participantes. Graduação/escolar: Todos os participantes não concluíram o ensino médio. Os cinco participantes são casados e tem filhos.

Resultados e discussão

O Programa foi implantado em 18 de julho de 2019, na Unidade Básica de Saúde Afonso Mansur, com terapias de grupo e reuniões toda quinta-feira com duração de uma hora e meia. Os interessados em participar do programa são usuários do SUS, e foram encaminhados pelos agentes de saúde, médico, enfermeiro e psicólogo.

O Programa de Tabagismo tem como benefício contribuir para melhoria da qualidade de vida das pessoas usuárias de tabaco. Estas pessoas querem parar de fumar por algum motivo relacionado à saúde, medo de ficar doente no futuro ou por algum problema no presente.

Os participantes do tratamento relataram que as terapias de grupo contribuíram para deixar de fumar, com trocas de experiências, hábitos tabagistas, e apoio psicológico. A terapia de grupo procura então produzir mudanças no pensamento e no sistema de crenças do paciente, para promover mudanças emocionais e comportamentais duradouras.

O processo terapêutico evolui de acordo com etapas que focalizam inicialmente a conceituação e adesão ao tratamento. Depois a terapia enfatiza a modificação dos pensamentos automáticos, as emoções e os comportamentos que mantêm o comportamento de fumar. À medida que os sintomas são aliviados, o tratamento focalizará a modificação de regras e esquemas estabelecidos. Em último lugar, trabalha-se nas estratégias de prevenção e de recaídas. (ISMAEL, 2007, p. 25).

Foi realizado encontro semanal e depois mensal até completar um ano, e durante três meses de tratamento 50% dos participantes obtiveram êxito em parar de fumar. Essa iniciativa



tem sido um importante apoio para pessoas que decidiram parar de fumar, mas não conseguem fazê-lo sem ajuda.

De acordo com Rosemberg (2002), a cessação do tabagismo é um processo, mais que um evento específico. Ele se inicia com a decisão de parar de fumar e só termina com a abstinência mantida por longo período. Mais ainda, parar de fumar é uma mudança de comportamento, na qual o paciente é o sujeito ativo de sua própria mudança.

Considerações finais

O objetivo deste projeto foi de realizar intervenções psicossociais junto a sujeitos tabagistas na área de abrangência da Unidade Básica de Saúde Afonso Mansur, com terapias em grupo, que auxiliou o paciente no tratamento psicológico, com médico e da enfermagem e consequentemente na cessação do vício. Essa iniciativa tem sido um importante apoio para pessoas que decidiram parar de fumar, mas não conseguem fazê-lo sem ajuda.

Observa-se que, apesar da desistência de alguns participantes ainda ficou um número considerável, que dão continuidade no tratamento. O tratamento obteve até o momento um resultado satisfatório, pois cinco pessoas deixaram de fumar, e garantindo qualidade de vida a si próprio e a família como um todo.

O controle do tabaco é uma importante medida de prevenção das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DNCT). O tabagismo – assim como a alimentação não saudável, a inatividade física e o uso abusivo de álcool – está entre os principais fatores de risco para o desenvolvimento de infarto agudo do miocárdio, AVC e câncer.

Referências

ISMAEL, S. M. C. Efetividade da terapia cognitivo-comportamental na terapêutica do tabagista. 2007. Tese (Doutorado em Ciências) – Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, São Paulo.

ROSEMBERG, J. Pandemia do Tabagismo: enfoques históricos e atuais. São Paulo: Secretaria Estadual de Saúde, 2002.



CUIDADOS PALIATIVOS: A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA MULTIDISCIPLINAR DOMICILIAR (SAMD) DE PORTO VELHO/RO

Marcos Henrique Figueira de Mello
Universidade Federal de Rondônia
marcoshedm@gmail.com

Naára Balbino Guimarães
Universidade Federal de Rondônia
nrguimaraess@gmail.com

Vivian Susi Assis Canizares
Universidade Federal de Rondônia
viviansusi@unir.br

Resumo: Trata-se de um relato de experiência com o objetivo de expor as vivências acadêmicas durante o Estágio Básico II realizado no Serviço de Atenção Multidisciplinar Domiciliar (SAMD). A metodologia se deu através de atendimentos na casa da paciente e conversas que foram registradas por meios de diários de campos e a partir disso foi possível a construção de um relatório final. O paciente atendido possui um câncer raro em estágio terminal e está sobre atendimento do SAMD. Ele relata que passa por diversas dificuldades e que sentiu a necessidade do acompanhamento psicológico. Conclui-se que a presença do psicólogo nos cuidados paliativos é de extrema importância para a ressignificação tanto da vida quanto da morte e que há necessidades de mais estudos sobre a temática durante a graduação.

Palavra-chave: Cuidados Paliativos. Psicologia. Morte. Vida

Introdução

A Psicologia ainda sofre inúmeras dificuldades no campo da saúde pública e na atuação de psicólogos. Atualmente ainda tem-se aquela visão do modelo clínico patologizante, desta maneira muitos entendem que somente dessa forma faz-se psicologia. Porém, muitos profissionais buscam formas de aproximar a comunidade, embasados em conceitos e princípios do SUS (Sistema Único de Saúde), e como é fundamental o profissional psicólogo na atenção básica. (CINTRA; BERNARDO, 2017).

A Psicologia como ciência e profissão atualmente tem contribuído bastante nas políticas públicas compreendendo relações que se estabelecem em cenários de força e interesses, identificando demandas em diferentes diversas intersubjetividades, desta forma este quadro contribui para várias áreas do saber e do âmbito da psicologia, falar de políticas públicas reflete em retomar toda a história: comunitária, econômica, política e cultural, ou seja, toda a



identidade subjetiva de uma nação, analisando e estudando todo o raciocínio do que é e o que deve ser saúde. (POLEJACK; et al, 2015).

De acordo com Polejack (2015) a construção do SUS foi uma conquista social de extrema importância, e todo profissional da área da saúde não importa a especialidade deve valorizá-lo, diante do exposto é nítido e indispensável à interação entre a psicologia a as políticas públicas na saúde.

O psicólogo como atuante profissional é recente no Brasil, somente em 1962 - devido a Lei Federal nº 4.119, que a psicologia foi regulamentada como profissão e em 1964 foi presidido a formação do psicólogo e seu exercício profissional pelo Conselho de Federal de Educação com o Decreto nº 53.464. Com isso a algumas décadas os psicólogos afirmaram seu espaço como campo institucionalizado de trabalho, primeiramente ocuparam cargos nas áreas de orientação e seleção profissional, orientação psicopedagógica, diagnóstico psicológico, assim como a aplicação de testes psicológicos, que é instrumento exclusivo da categoria, mas também em áreas antes ocupadas por médicos por exemplo, operando em estudo de casopsicoterapia e perícias, marco que na época foi causa de uma luta exasperada entre as duas condições profissionais, cada uma reivindicando a exercício único no mercado de trabalho.

Diante disso, é importante perceber a necessidade da ocupação do psicólogo nos cuidados paliativos visto que esse profissional é treinado para ser empático e entender a dor do outro. A partir disso pode-se traçar formas de enfrentamento para lidar com a morte e propor uma melhor qualidade de vida para os pacientes em fase terminal.

Metodologia

Foram realizados cinco encontros, sendo que um foi no SAMD e quatro no domicílio do paciente. Cada encontro durava em média 1h30min e, após o encontro, era feito o diário de campo para ser discutido em supervisão em sala de aula com a professora. Na supervisão coletiva, era resguardado o sigilo das informações pessoais e discutidos apenas as demandas trazidas durante os encontros a fim de que traçar estratégias para o próximo atendimento.

Resultados e discussões

De acordo com Torres (2018), os cuidados paliativos, como assistência em saúde, se propõem a afirmar tanto a vida quanto a morte como processos naturais. Não se preocupam em



prolongar ou postergar a morte, mas sim buscam integrar os cuidados na tentativa de oferecer ao paciente uma melhor qualidade de vida.

O Instituto Nacional do Câncer (2015) afirma que o cuidado paliativo deve oferecer ao paciente alívio para seus sintomas estressantes, integrar aspectos biopsicossociais e espirituais através da abordagem multidisciplinar e oferecer apoio aos familiares dos pacientes (principalmente os cuidadores), inclusive após o óbito.

Para que o trabalho seja efetivo é necessário que a equipe multidisciplinar crie um vínculo com o paciente. O vínculo possibilita uma melhor comunicação, mais objetiva e permite o envolvimento dos familiares, da equipe médica e do paciente. Logo, o tratamento terá maior adesão.

Mas qual o papel do psicólogo? Compreender o paciente além da enfermidade a fim de resgatar o sujeito e sua autoestima garantindo assim uma melhor qualidade de vida. Durante o processo de doença, angústias e medos virão e é necessário que o psicólogo trabalhe essas questões com o paciente, cuidadores e familiares. É importante ainda compreender o contexto sociocultural ao qual o paciente pertence para que as intervenções sejam efetivas. Enfim, é preciso estar ao lado do paciente.

Trabalhar com os cuidados paliativos durante a graduação é importante para compreender melhor a morte e o morrer. Kubler-Ross (1996, p. 24) afirma que:

[...] se déssemos ao relacionamento humano a ênfase que dispensamos ao ensino dos novos avanços técnicos e científicos, não há dúvida de que faríamos progresso, mas não se este novo conhecimento for ministrado ao estudante à custa de um contato cada vez menor.

Poder ir a campo e trabalhar com os cuidados paliativos durante o estágio possibilitou um amadurecimento profissional dos estagiários, pois eles foram colocados em um campo de atuação que não é abordado na grade curricular do curso.

Considerações finais

Diante do exposto, percebe-se que a realidade da saúde pública em Porto Velho entra em atrito com a teoria quando nos deparamos com a realidade do serviço público. O que nos proporcionam refletir que mesmo diante das dificuldades, principalmente de políticas públicas, deve-se repensar e fazer diferente quando estivermos atuando como profissionais, e vale salientar que a necessidade de inserção do psicólogo no campo da saúde é de grande relevância.



Reconhece-se que o trabalho do psicólogo na saúde pública é complexo, e requer conhecimentos em várias áreas do saber, por isso, torna-se cada vez mais relevante o questionamento da formação dos psicólogos nas universidades, pautados (ainda) no modelo biomédico em que apenas ver a pessoa como doente, sendo que esse sujeito com ele existe um contexto socio-histórico e não deve ser ignorado

Estar disposto a viver a experiência buscando sentido para si permite que a formação seja verdadeiramente um processo significativo de aprendizagem. É importante compartilhar durante a supervisão os incômodos, as descobertas, perceber os conflitos, as frustrações. O fato de que o atendimento sempre foi feito em dupla permitiu a troca de experiência e o apoio entre os estagiários.

Portanto, nota-se a importância do trabalho do psicólogo no campo da saúde, principalmente no processo de adoecimento e processo de luto, em que a família também adoece junto com esse ente querido que esteja enfermo ou que vai a óbito, é importante o psicólogo trabalhar esse contexto dependendo das circunstâncias que acontecem durante e pós-atendimento pelo SAMD e no campo da saúde como um todo, o psicólogo e de extrema importância, dessa forma a experiência vivida contribui de forma significativa para nossa formação acadêmica.

Referências

CINTRA, M. S.; BERNARDO, M. H. Atuação do Psicólogo na Atenção Básica do SUS e a Psicologia Social. **Psicologia ciência e profissão**, Brasília, v. 37, n. 4, p. 883-896, dez. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141498932017000400883&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: ago. 2019.

INCA. **Cuidados paliativos**. Rio de Janeiro. Ministério da saúde, 2015. Disponível em: http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/cancer/site/tratamento/cuidados_paliativos. Acesso em: dez. 2018.

KUBLER-ROSS, E. **Sobre Morte e o Morrer**. 7. ed. Editora Martins Fontes. São Paulo. 1996.

POLEJACK, L.; VAZ, A.M.A.; GOMES, P.M.G.; WICHROWSKI, V.C. **Psicologia e Políticas Públicas na Saúde: Experiências, Reflexões, Interfaces e Desafios**. Editora Rede Unida. 2015. Disponível em: <http://historico.redeunida.org.br/editora/biblioteca-digital/serie-atencao-basica-e-educacao-na-saude/psicologia-e-politicas-publicas-na-saude-experiencias-reflexoes-interfaces-e-desafios-pdf>. Acesso em: dez. 2018.



TORRES, A. A. Cuidado Paliativos: a atuação do psicólogo com pacientes com câncer sem expectativa de vida. *Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas* v. 3, n. 6, jul./dez. 2018.



ANSIEDADE, DEPRESSÃO, ESTRESSE EM PACIENTES COM CÂNCER NA REGIÃO NORTE

Elis Monique de Vasconcelos Galvão
Universidade Federal de Rondônia
moniquegalvao7@gmail.com

Paulo Renato Vitória Calheiros
Universidade Federal de Rondônia
paulocalheiros@unir.br

Pedro de Tarique Crispim
Universidade Federal de Rondônia
tcrispim@yahoo.com

Resumo: Ansiedade, depressão e estresse são aspectos frequentemente encontrados na vivência de pacientes com câncer. A associação dessa doença com a morte, ainda que antiga, permeia o imaginário nos dias atuais. A tomada de conhecimento do diagnóstico de uma doença com possibilidade de óbito, confere contato com a finitude da vida. Essa experiência ocasiona sentimentos de pesar que podem ser vivenciados de forma a desencadear sentimentos depressivos e ansiosos que paralisam o paciente ou que os desmotivam a encarar o processo de tratamento. Este estudo teve como objetivo medir a prevalência de sintomas de depressão, ansiedade e estresse em pacientes com câncer. A amostra foi constituída por 202 pessoas atendidas em instituto para tratamento oncológico na cidade de Porto Velho, Rondônia. Foi utilizado como instrumento para coleta de dados, a Escala de Depressão, Ansiedade e Estresse (DASS-21). Os resultados demonstraram alta prevalência de depressão, ansiedade e estresse nos pacientes oncológicos, sugerindo a necessidade de intervenções que os auxiliem nestes aspectos.

Palavras-chave: Neoplasias. Pacientes ambulatoriais. Saúde emocional.

Introdução

Depressão, ansiedade e estresse são exemplos de estados de humor que podem influenciar no estado de saúde dos seres humanos que, por sua vez, depende também da forma como cada indivíduo experiencia os diferentes eventos da vida. Portanto, faz-se necessário lembrar a existência de um estado em que as emoções são vivenciadas de forma funcional e outro disfuncional (CLARK; BECK, 2012). Este último pode propiciar o surgimento e a sustentação do adoecimento.

Frente ao adoecimento, a presença de manifestação de sintomas depressivos, ansiosos e de estresse podem ser percebidos como reações esperadas diante da perda do estado saudável e das expectativas relacionadas ao desenvolvimento da doença. Contudo, dependendo da



intensidade e da duração, tais sintomas podem impor um sofrimento inapropriado, refletindo negativamente nos efeitos desejados do tratamento (SIMÃO et al., 2017; BERGEROT et al., 2014). Essa situação torna-se mais relevante diante de enfermidades que causam forte impacto, como o câncer.

Metodologia

Trata-se de um estudo epidemiológico com delineamento transversal para medir a prevalência de sintomas de depressão, ansiedade e estresse por meio da (DASS-21). Participaram da pesquisa 202 pacientes oncológicos.

A análise estatística foi realizada de maneira que os dados obtidos foram inseridos e tabulados no *Software Microsoft Excel 2010* e depois analisados pelos *softwares Epi Info¹* versão 7.2.2.2 e R² versão 3.4.2. As descrições foram realizadas através da obtenção de suas frequências absolutas e o valor percentual (DEAN, 2017).

Resultados e discussão

A prevalência de pacientes com câncer foi de 24,76% para depressão, 36,63% para ansiedade e 27,23% para estresse.

A prevalência de depressão, ansiedade e estresse encontrada nos participantes deste estudo foram consideradas altas, sendo a maior para a variável ansiedade (36,63%), enquanto na população geral brasileira é de 9,3% e mundialmente 3,6% (OMS, 2017).

Ainda que a prevalência de depressão, ansiedade e estresse em pacientes com câncer frequentemente sofra variações, os resultados encontrados pelas pesquisas indicam que os números de pessoas com esses sintomas são sempre maiores quando comparados aos da população geral, independentemente do tipo de metodologia utilizada. Milligan et al. (2018) encontraram entre pacientes em tratamentos para diferentes tipos de câncer (mama, útero, pulmão, reto, estômago, hematológicos, glândula parótida, sarcoma de Ewing, entre outros) no Catar, ansiedade leve em 30% e 11% com níveis moderados; para depressão, 19% mostraram níveis moderados, com maior proporção de mulheres apresentando estes sintomas em níveis moderados a grave.

Estudo realizado na Espanha, em pacientes com tumores ressecados elegíveis para quimioterapia adjuvante, a depressão foi observada em 41% das mulheres e preocupação ansiosa em 21%. Enquanto nos homens, depressão e preocupação ansiosa foram relatados em



29% e 61%, respectivamente (CALDERON et al, 2019). Observa-se grande prevalência desses sintomas independentemente do sexo, sendo nesse caso a depressão mais expressiva no sexo feminino, enquanto que a preocupação ansiosa foi mais percebida pelos homens.

Outra amostra de pacientes oncológicos no início do tratamento quimioterápico adjuvante, na Espanha, apresentou prevalência ainda maior, sendo ansiedade em 49,8 % e depressão em 36,6%; foi também observada a predominância de pessoas do sexo feminino e de idade mais jovens (JIMENEZ-FONSECA et al., 2018). Na Austrália, pesquisa realizada com 1183 pacientes com câncer invasivo e com diagnóstico precoce, registrados em banco de dado populacional, apontou prevalência de 21% para ansiedade e 13% para depressão (MARCO; WHITE, 2019).

Nikendei e colaboradores (2018) expressaram serem os sintomas depressivos mais sentidos em pessoas com câncer comparado às pessoas com depressão e sem doenças crônicas. O impacto maior de sintomas somáticos em comparação aos cognitivos nos pacientes com câncer tende a ocorrer devido as reações do tratamento afetarem de forma direta a estrutura de funcionamento fisiológico do corpo, principalmente na quimioterapia, em que a medicação circula por todo o organismo a fim de eliminar as células cancerígenas, mas nesse processo algumas células sadias também são afetadas, comprometendo a execução normal das funções.

Em relação ao estresse, estudo na Austrália com pacientes passando por processo quimioterápico, também utilizando a DASS-21, apresentou níveis moderados e/ou severo em 10,2% dos pacientes (MCMULLEN et al., 2018). Essa prevalência foi menor do que a encontrada na presente pesquisa (27,23%). Benavente, Monteiro e Costa (2015), verificaram a existência de diferenças de gênero na percepção de estresse e estratégias de enfrentamento em paciente com câncer colorretal que estavam recebendo quimioterapia, sendo o estresse mais percebido pelas pessoas do sexo feminino.

Considerações finais

O câncer é uma doença física que tem repercussão na saúde global. O fato de aspectos desta doença e de seu tratamento terem semelhança com sintomas depressivos, ansiosos e estressores, por si só são indicações de que o paciente necessita de atenção integralizada para vivenciar esse processo da melhor forma possível.

Nesta pesquisa encontrou-se um número expressivo de pacientes que vivenciam sintomas depressivos, ansiosos e estressores em níveis que podem acarretar prejuízos na busca da remissão da doença. Deste modo, frisa-se a importância do conhecimento da realidade do



paciente oncológico e da organização do tratamento, de forma que aspectos individuais da vivência do adoecimento por câncer sejam atendidos.

Referências

BENAVENTE, S. B. T.; MONTEIRO, E. M. S; COSTA, A. L. S. Diferencias de género en la percepción de estrés y estrategias de afrontamiento en pacientes con câncer colorrectal que reciben quimioterapia. **Aquichan**, v. 15, n. 1, p. 9-20, 2015. Disponível em:

http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S165759972015000100002&script=sci_abstract&tlng=es. Acesso em: 21 ago. 2019.

BERGEROT, C. D. et al. Avaliação de ansiedade e depressão em pacientes oncológicos: comparação psicométrica. **Psico-USF**, v. 19, n. 2, p. 187-197, 2014. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/pusf/v19n2/a02v19n2.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2018.

CALDERON, C. et al. Incidence of sleep problems and their mediating role on depression and anxious preoccupation in patients with resected, non-advanced cancer: data from NEOcoping study. **Clini Transl Oncol: Federación de Sociedades Españolas de Oncología (FESEO)**, v.21, n. 2, p. 1-4, 2019. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/30712235>. Acesso em: 30 abr. 2019.

CLARK, D. A.; BECK, A. T. **Terapia cognitiva para os transtornos de ansiedade** [recurso eletrônico]: ciência e prática. Porto Alegre: Artmed, 2012.

DEAN A. G. et al. **Epi Info, Version 7.2.2.2**: a word processing, database, and statistics program for epidemiology on microcomputers. Centers of Disease Control and Prevention, Atlanta, Georgia, USA, 2017.

JIMENEZ-FONSECA, P. et al. Factors associated with anxiety and depression in cancer patients prior to initiating adjuvant therapy. **Clini Transl Oncol**, 2018, v. 20, n. 11, p. 1408–1415. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/29651672>. Acesso em: 06 maio 2019.

MARCO, D. J. T.; WHITE, V. M. The impact of cancer type, treatment, and distress on health-related quality of life: cross-sectional findings from a study of Australian cancer patients. **Sup Care Cancer**, v. 27, n. 280, p. 1-9. 2019. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/30661203>. Acesso em: 07 maio 2019.

MCMULLEN, M. et al. Factors associated with psychological distress amongst outpatient chemotherapy patients: An analysis of depression, anxiety and stress using the DASS-21. **Applied Nursing Research**, v. 40, p. 45-50, 2018. Disponível em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0897189717301623?via%3Dihub>. Acesso em: 21 ago. 2019.



MILLIGAN, F. et al. Assessing anxiety and depression in cancer patients. **Br JNurs**, v. 27, n. 10, p. 18-23, 2018. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/29791230>. Acesso em: 15 abr. 2019.

NIKENDEI, C. et al. Depression profile in cancer patients and patients without a chronic somatic disease. **Psycho-Oncol**, v. 27, n. 1, p. 83–90, 2018. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/28603908>. Acesso em: 15 abr. 2019.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. Folha informativa-câncer. **OMS**, Brasília-DF, 2018. Disponível em: https://www.paho.org/bra.../index.php?option=com_content&view=article&id=5588:folha-informativa-cancer&Itemid=839. Acesso em: 17 mai. 2018.

SIMAO, D. A. da S. et al. Qualidade de vida, sintomas depressivos e de ansiedade no início do tratamento quimioterápico no câncer: desafios para o cuidado. **Enferm Foco**, v. 8, n. 2, p. 82-86, 2017. Disponível em: <http://revista.portalcofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/874>. Acesso em: 10 maio 2018.

Agência Financiadora

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior



O USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS ENTRE PESSOAS VIVENDO COM O VÍRUS HIV NA REGIÃO CENTRAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

Fernanda Miranda Cavalcante
Universidade Federal de Rondônia
fmirandacavalcante@gmail.com

Paulo Renato Vitória Calheiros
Universidade Federal de Rondônia
paulocalheiros@unir.br

Edson dos Santos Farias
Universidade Federal de Rondônia
esfarias@bol.com.br

Resumo: Apesar de toda evolução no tratamento do Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) as pessoas que vivem com o diagnóstico precisam ter um acompanhamento contínuo. Este estudo investigou a frequência do uso de substâncias psicoativas entre as pessoas vivendo com o vírus HIV (n=265) da região central do estado de Rondônia. Para a análise dos dados utilizou-se o programa *Statistical Package for Social Science* (SPSS versão 20.0) e foram realizadas as frequências absolutas e relativas das variáveis. Para análise qualitativa foram consideradas as principais variáveis do estudo e apresentadas as suas porcentagens simples. Como resultados encontrou-se uma população com idade média de 39,57 anos, predominantemente do sexo masculino, grau de escolaridade fundamental, solteiros, renda igual ou menor a dois salários mínimos, pardos e evangélicos. Os pacientes fazem uso de substâncias psicoativas considerado de alta frequência, sendo as bebidas alcoólicas, o tabaco e os hipnóticos/sedativos os mais consumidos. Há adesão entre esses pacientes, entretanto, a aceitação diminui conforme aumenta a frequência do uso de substâncias, exceto na classe de hipnóticos/sedativos. Conclui-se que as pessoas vivendo com o HIV fazem uso de substâncias psicoativas e esse uso está relacionado à adesão ao tratamento.

Palavras-chave: Síndrome de imunodeficiência adquirida. Transtornos relacionados ao uso de substâncias. Adesão à medicação.

Introdução

A evolução no tratamento da patologia causada pelo Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) preconiza que as pessoas que vivem com o diagnóstico precisam estar em acompanhamento contínuo para evitar a diminuição da resposta imunológica que os exporia as doenças oportunistas e outros tipos de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST)³.

³A OMS indica que o termo DST (Doenças Sexualmente Transmissíveis) seja substituído por IST. Este termo já vem sendo adaptado desde 1999, por abarcar melhor as infecções assintomáticas. O termo vem também sendo utilizado por uma vasta gama de sociedades e publicações científicas.



As crenças existentes e a falta de informação apropriada a respeito do diagnóstico contribuem para a estigmatização e a manutenção de crenças provenientes de uma época em que o diagnóstico não apresentava condições seguras para o bem-estar físico desses pacientes (CAMARGO; TORRES; BIASUS, 2009). Estas crenças podem aumentar quando o diagnóstico está associado à questão da dependência química, pois essa também se está associada a estereótipos e exclusão. Por tais razões é importante compreender o impacto do uso de substâncias psicoativas na adesão ao tratamento antirretroviral.

Segundo o Ministério da Saúde (2018) os pacientes que menos aderem ao tratamento são as pessoas que fazem uso de álcool e outras substâncias psicoativas. Supõe-se que isso ocorra devido às alterações na consciência, levando estes indivíduos a modificarem suas atividades diárias, usando os medicamentos de forma irregular.

Metodologia

Estudo transversal, realizado entre os meses de maio de 2018 a abril de 2019, planejado para investigar a frequência do uso de substâncias psicoativas entre as pessoas que vivem com o vírus HIV e realizam tratamento no Serviço de Assistência Especializada (SAE) em IST/HIV/aids na região central do estado de Rondônia. Esse estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) sob o parecer de número 2.631.608 e CAAE 87355918.8.0000.5300. A amostra foi constituída por 265 pessoas de ambos os sexos. Utilizou-se o programa estatístico EPI INFO (2017) para o cálculo da amostra. Os participantes foram selecionados aleatoriamente de forma sistemática. Os instrumentos utilizados foram termo de consentimento livre e esclarecido, questionário semiestruturado sociodemográfico, Questionário para Triagem do Uso de Álcool, Tabaco e outras Substâncias (ASSIST) e o Questionário para Avaliação da Adesão ao Tratamento Antirretroviral (CEAT-VIH). Para a análise dos dados utilizou-se o programa *Statistical Package for Social Science* (SPSS versão 20.0) e foram realizadas as frequências absolutas e relativas das variáveis. Para análise qualitativa foram consideradas as principais variáveis do estudo e apresentadas as suas porcentagens simples. A consistência interna do CEAT-VIH foi avaliada por meio do coeficiente Alpha de *Cronbach*. Utilizou-se o teste estatístico qui-quadrado com $gl=1$ e nível



de significância de 0,05 para a análise bifatorial entre as variáveis substâncias psicoativas e adesão ao tratamento antirretroviral.

Resultados e discussão

Os participantes possuem entre 18 e 72 anos de idade, com média de $39,57 \pm 11,59$ anos. Foram predominantemente do sexo masculino (60,8%), grau de escolaridade ensino fundamental (51,7%), estado civil morar sozinho (solteiro) (54,0%), renda igual ou menor a dois salários mínimos (81,5%), raça parda (64,2%) e religião evangélica (30,6%).

Os maiores índices encontrados foram para o tabaco, bebida alcoólica e hipnóticos/sedativos, mas deve-se considerar a frequência do uso de maconha e cocaína/*crack*.

O indicador de confiabilidade (Alpha de *Cronbach*) foi de 0,70 considerada consistência interna razoável e a estrutura do questionário cumpriu as recomendações de qualidade.

Na avaliação da adesão utilizando o CEAT-VIH, identificou-se que 236 (89,1%) dos pacientes apresentaram um grau de adesão boa/estricta.

O estudo evidenciou que há adesão entre as pessoas que usam essas substâncias psicoativas, entretanto, essa adesão diminui conforme a frequência do uso de substâncias aumenta, como se pode perceber em quase todas as substâncias, a única exceção foi a classe de hipnóticos/sedativos. Foram encontrados níveis de significância estatística para frequência de consumo de bebidas alcoólicas ($p= 0,012$) e para frequência de consumo de maconha ($p= 0,032$). As substâncias anfetaminas, inalantes, alucinógenos, opioides e outros não houve relação significativa.

Uma pesquisa realizada encontrou relação significativa entre a carga viral detectável e o uso do tabaco e de outras drogas e que essas substâncias interferiram de forma negativa na eficácia da medicação (ARALIS, *et al.*, 2018; SILVA *et al.*, 2015). Contudo, quando se trata dos hipnóticos/sedativos ocorre o contrário. Conforme aumenta o uso, a adesão também aumentaria. Boery *et al.* (2015) encontraram resultados semelhantes em relação ao uso de medicações psiquiátricas. Outra situação a ser considerada é que uma maior adesão entre os pacientes que consomem hipnóticos/sedativos, pode estar ocorrendo devido necessitarem das receitas de medicações psiquiátricas retiradas neste serviço.

Dessa forma, essa equipe ficará desafiada a desenvolver estratégias sensíveis à subjetividade desses pacientes que possam provocar resultados positivos no aconselhamento para hábitos de vida mais saudáveis, tratamento das diferentes classificações da dependência



de substâncias e melhora consequente na adesão ao tratamento antirretroviral (FREITAS *et al.*, 2018). Assim, o psicólogo pode contribuir no acompanhamento desses pacientes, auxiliando de maneira que o indivíduo seja visto em sua integralidade (PERUCCHI *et al.*, 2011), sendo apoiados e não culpados (BELLENZANI; NEMES, 2013).

Considerações finais

Este estudo permitiu conhecer o perfil de pessoas vivendo com o vírus HIV da região central do estado de Rondônia. Conclui-se que essas pessoas fazem uso de substâncias psicoativas em padrão de consumo de alta frequência. As substâncias mais utilizadas são o álcool, tabaco, hipnóticos/sedativos, maconha e cocaína/*crack*.

Foi possível verificar a adesão ao tratamento para HIV, entretanto, ela diminui conforme aumenta a frequência de uso de substâncias. A única exceção encontrada foi com o uso de hipnóticos/sedativos, onde foi verificado o fenômeno inverso. Provavelmente a aquisição de receituário possa ser um forte fator de motivação para adesão ao tratamento para HIV. Dessa forma, é importante que os profissionais avaliem a necessidade de tratamento para dependência e/ou revejam o diagnóstico incluindo nessa possibilidade comorbidade psiquiátrica associada.

Referências

ARALIS, H. J. *et al.* Psychiatric illness, substance use, and viral suppression among HIV-Positive men of color who have sex with men in Los Angeles. **AIDS Behav**, v. 22, n. 10, p. 3117-3129, 2018. Disponível em: <https://europepmc.org/backend/ptpmcrender.fcgi?accid=PMC6497144&blobtype=pdf>. Acesso em: 15 abr. 2019.

BELLENZANI, R.; NEMES, M. I. B. Avaliação de uma intervenção psicossocial no cuidado em adesão ao tratamento por HIV/Aids: um estudo de caso. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 21, n. 3, p. 765-789, 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2013000300008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 18 jul. 2019.

BOERY, R. N. S. O. *et al.* Fatores que interferem na adesão dos portadores de AIDS aos antirretrovirais, Jequié, Bahia, Brasil. **Rev Saúde Com** [Internet], v. 11, n.3, p. 233-242, 2015. Disponível em: <http://www.uesb.br/revista/rsc/v11/v11n3a03.pdf>. Acesso em: 26 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Manejo da Infecção pelo HIV em Adultos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em:



<http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2013/protocolo-clinico-e-diretrizes-terapeuticas-para-manejo-da-infeccao-pelo-hiv-em-adultos>. Acesso em: 28 nov. 2018.

CAMARGO, B. V.; TORRES, T. de L.; BIASUS, F. Práticas sexuais, conhecimento sobre HIV/Aids e atitudes a respeito da relação amorosa e prevenção entre adultos com mais de 50 anos do sul do Brasil. **Liberabit**, Lima, v. 15, n. 2, p. 171-180, dez.2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S172948272009000200011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 29 jul. 2019.

FREITAS, J. P. et al. Terapia com antirretrovirais: grau de adesão e a percepção dos indivíduos com HIV/Aids. **Acta Paul Enferm**, v. 31, n. 3, p.327-33, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ape/v31n3/1982-0194-ape-31-03-0327.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2018.

PERUCCHI, J. et al. Psicologia e Políticas Públicas em HIV/AIDS: algumas reflexões. **Psicologia & Sociedade**, Florianópolis, v. 23, n. spe, p. 72-80, 2011. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822011000400010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 23 maio 2019.

SILVA, W. dos S. et al. Fatores associados ao uso de preservativo em pessoas vivendo com HIV/AIDS. **Acta paul. enferm.**, São Paulo, v. 28, n. 6, p. 587-592, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002015000600587&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 27 jun. 2019.



INFLUÊNCIA DE FATORES PSICOSSOCIAIS NOS SINTOMAS DO PACIENTE COM DOR LOMBAR

Deyse Corrêa de Azevedo
Centro Universitário São Lucas
deyseazevedo26@gmail.com

Douglas Maquart Otto
Centro Universitário São Lucas
douglasmaotto@gmail.com

Vitângela Freitas Figueiredo
Centro Universitário São Lucas
vitangela@hotmail.com

Resumo: Problemas psicológicos e sociais estão envolvidos na cronicidade da dor lombar. O objetivo deste estudo é expor que fatores psicossociais estão relacionados com a lombalgia. Foi feito um estudo descritivo transversal com coleta de dados de 37 pacientes com lombalgia. Os instrumentos avaliativos foram a categoria afetiva do questionário McGill; e a sentença 22 “devido a minha dor nas costas fico mais irritado e de mau humor com as pessoas, do que normalmente” do Questionário Roland-Morris. Os procedimentos realizaram-se após parecer favorável do Comitê de Ética do Centro de Ensino São Lucas, sendo atendidos os aspectos Éticos da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, aprovado sob o nº 3.237.481/2019. No questionário Roland, 20 participantes (64,5%) assinalaram o Item 22. Na categoria afetiva apresentou uma média de três descritores assinalados (máx 5). Os descritores predominantes foram: cansativa (70,9%), enjoada (41,9%), castigante (25,8%), apavorante e aterrorizante (12,9%) e enlouquecedora (29%). Conclui-se que fatores afetivos/ emocionais são relevantes na interpretação da dor.

Palavras-chave: Dor lombar. Stress. Fisioterapia.

Introdução

A lombalgia é apresentada como a mais frequente afecção da coluna vertebral, provocando desde limitação de movimento até invalidez temporária. É definida como a dor localizada entre a margem costal e a prega glútea inferior, com ou sem irradiação para membros inferiores, que persiste por pelo menos 12 semanas.

A dor lombar caracteriza-se por dor que perdura por mais de três meses e pela gradativa perda da função. É causa frequente de morbidade e incapacidade, estando associada a importante impacto social e econômico com prevalência em torno de 50% a 80% na população em geral. Portanto, deve ser tratada como um problema de saúde pública, já que atinge



principalmente a população em idade economicamente ativa, e por constituir uma das mais importantes causas de absenteísmo (ANDRADE et al 2005).

A lombalgia é frequentemente causada por problema postural. Outras vezes pode ser causada por inflamação, infecção, hérnia de disco, escorregamento de vértebra ou artrose (processo degenerativo de uma articulação) (KAROLINE, 2013). Entretanto, não devem ser só as consequências físicas a preocupar os profissionais de saúde, mas também as psicológicas. De fato, a dimensão psicológica parece influenciar em termos da presença/ausência de dor, diminuição ou agravamento da dor e, nomeadamente, a depressão, a ansiedade, o significado atribuído à dor, a qualidade de vida, atitudes e comportamentos face a dor, e a satisfação com os cuidados recebidos, entre outros fatores psicológicos, podem influenciar a forma como o sujeito percebe a dor (MELZAC; WALL, 1987).

Metodologia

Este trabalho caracteriza-se como um estudo descritivo transversal a partir da coleta de dados de questionários aplicados a 37 pacientes com lombalgia, de ambos os sexos e com idade entre 18 e 60 anos que procuraram atendimento fisioterapêutico na Clínica Escola de Fisioterapia do Centro Universitário São Lucas, no período de março a maio de 2019.

Foi utilizado como instrumento avaliativo, a categoria afetiva do questionário McGill, composto por cinco subgrupos de descritores de respostas de caráter afetivo como medo, punição, respostas neurovegetativas etc., pelo qual escolhida uma ou nenhuma palavra de cada subcategoria; e a sentença 22 “devido a minha dor nas costas fico mais irritado e de mau humor com as pessoas, do que normalmente” do Questionário Roland-Morris que é composto por 24 alternativas a serem assinaladas mediante sua condição atual com o objetivo de relatar as situações cotidianas e laborais que podem estar comprometidas. Os dados foram submetidos à estatística descritiva.

Resultados e discussão

Dos 37 participantes 6 (16,2 %) não assinalaram ambos os questionários. No questionário Roland Morris, 5 participantes (13,5%) não assinalaram e 26 (70,2%) assinalaram o Item 22: “devido a minha dor nas costas fico mais irritado e de mau humor com as pessoas, do que normalmente”. O questionário Roland-Morris é específico para medir a incapacidade



funcional de pacientes com lombalgia, sendo as questões são relacionadas às atividades de vida diária, dor e função.

A incapacidade funcional não é apenas influenciada pelas condições médicas, nomeadamente a patologia, mas também por fatores psicológicos e sociais. Além disso, a incapacidade funcional exerce grande efeito negativo no bem-estar individual, como os pacientes descreveram que a dor afeta o humor. De acordo com Smith e colaboradores (2002), as condições crônicas levam a uma diminuição do potencial dos indivíduos para experimentar o lado positivo da vida.

O questionário McGill foi o instrumento escolhido nesta pesquisa para avaliar a dor, pois é reconhecido como melhor instrumento existente para se avaliar a dor sob o prisma multidimensional, à compreensão de que sua elaboração foi calcada no referencial teórico da fisiologia da dor (MELZACK, 1994). Na categoria afetiva, constituída por 5 subgrupos de descritores de respostas de caráter emocional como medo, punição, respostas neurovegetativas, etc., a média foi de 3 descritores assinalados (máx. 5). Os descritores predominantes foram: cansativa (70,9%), enjoada (41,9%), castigante (25,8%), apavorante e aterrorizante (12,9%) e enlouquecedora (29%).

A escolha de maior quantidade de termos descritores sugere uma dificuldade para se qualificar com mais precisão a dor sentida pelos pacientes com dor lombar. Observando-se os descritores marcados de características relacionados a sensações afetivas, destaca-se a relação de aspectos emocionais na significância da dor e enfatizando o fato da mesma ser um fenômeno multidimensional.

Distúrbios psicológicos interagem na percepção da dor através de mecanismos inibitórios e tais fatores psicológicos estão envolvidos na progressão da cronicidade na lombalgia (VALAT, 2004). Alencar e Leila (2002) verificaram que esses fatores predizem com mais eficácia as lombalgias ocupacionais do que os próprios fatores biomecânicos.

Considerações finais

A aplicação dos questionários mostrou-se produtiva por auxiliar os pacientes a transmitir as características da dor vivenciada. A dor lombar envolve processos psicossociais, comportamentais e fisiopatológicos, e sua avaliação é subjetiva e complexa, porém sua compreensão é necessária para dar o suporte necessário na escolha da conduta adequada, num contexto biopsicossocial.



É necessário reforçar a importância dos processos psicológicos nas implicações ao nível da qualidade de vida, dor e incapacidade funcional dos doentes com lombalgia. Os profissionais de saúde devem estar atentos aos aspectos psicológicos que envolvem o quadro doloroso do paciente com lombalgia, procurando assisti-lo de maneira multifatorial, para que possa alcançar um resultado adequado.

Referências

ALENCAR, M.; LEILA, A. Riscos de lombalgias ocupacionais: o caso de mecânicos de manutenção. **Reabilitar**, 14, 2002, 38-42.

ANDRADE S. C. de; ARAUJO, A. G. R. de, VILAR, M.J.P. Escola de Coluna: revisão histórica e sua aplicação na lombalgia crônica. *Rev. Bras. Reumatol., São Paulov.* 45, n. 4, p. 224-228, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0482-50042005000400006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: ago. 2019.

FERREIRA, S. et al. **Preditores da qualidade de vida e incapacidade funcional em doentes com lombalgia crônica em tratamento diferenciado**, 2011.

KAROLINE, H. et al. **A Utilização da Eletroestimulação Elétrica Transcutânea no Tratamento das Lombalgias**. Faculdade FASAM, 2013.

MELZACK, R.; KATZ, J. **Pain measurement in persons in pain**. In: WALL, P. D.; MELZACK, R. *Textbook of Pain*. 3. ed. Edinburgh, Churchill Livingstone, 1994, cap.18, p.337-51.

SMITH, A. B., SELBY, P.J., VELIKOVA, G.; STARK, D. **Factor analysis of the Hospital anxiety and depression Scale from the large cancer population**. *Psychology and Psychotherapy*, 75, 2002. p. 165-177.

VALAT, J. P. **Factors Involved in Progression to Chronicity of Mechanical Low Back Pain**. *Joint Bone. Spine*, (72), 3, 2004. p. 193-195.



O MAL-ESTAR E O SUJEITO UNIVERSITÁRIO: UMA LEITURA PSICANALÍTICA DO SOFRIMENTO DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

Regis Albuquerque Henrique
Universidade Federal do Acre
rejjis@gmail.com

Talita Mortari MontysumaLeite
Centro Universitário Uninorte
talita.montysuma@gmail.com

Resumo: Este trabalho pretende tecer algumas considerações sobre a saúde mental na universidade, relacionando o tema ao conceito psicanalítico de mal-estar. Foram consultadas pesquisas sobre com o tema do sofrimento mental em estudantes universitários e textos psicanalíticos sobre o conceito de mal-estar. As reflexões sugerem a necessidade de intensificação de ações que consolidem as universidades como produtoras de saúde mental.

Palavras-chave: Mal-estar. Psicanálise. Saúde mental. Universidade.

Introdução

Não é de hoje que as questões relacionadas ao sofrimento psíquico e a saúde mental de universitários vem sendo pauta nas discussões de segmentos das áreas de saúde e educação. Há algumas décadas, essas inquietações têm se intensificado devido aos altos índices de queixas de alunos concernentes a sofrimentos mentais.

De acordo com Souza (2011), no limiar do século XX os Estados Unidos foram os pioneiros no desenvolvimento de ações de saúde mental direcionadas a este público, além de contribuírem significativamente para o processo de expansão dessas ações em todo seu território, fomentando discussões e pesquisas sobre o tema. Em outros países, como França e Inglaterra, a preocupação com a saúde mental de estudantes universitários iniciou após a segunda guerra mundial. (LUCAS, 1976 apud SOUZA, 2011).

No Brasil, em 1957, foi criado o primeiro serviço de atenção à saúde mental para estudantes universitários, na Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Pernambuco-UFPE e durante a década de 60 diversos serviços semelhantes se proliferaram em outras universidades (LORETO, 1985 apud SOUZA, 2011).

Os estudantes universitários vivenciam um período em que se deparam com o aumento das responsabilidades e são exigidos a ter um maior protagonismo sobre suas vidas, surge a



necessidade que vivam de maneira mais contundente o seu próprio mundo. Em meio a esse contexto, diversos elementos são característicos desse período: a diversidade de sonhos, o estabelecimento de objetivos e metas, dificuldades em realizar escolhas, lidar com frustrações e angústias (SOUZA, 2011). Isso se encadeia ao contexto universitário que se constitui como um espaço de desafios constantes, manifestado por exemplo, nas demandas endereçadas ao aluno, tais como estudar, produzir e disseminar conhecimento, trabalho mobilizador de aspectos cognitivos, físicos, sociais e emocionais que estão inseridos numa dinâmica de vivências de prazer e sofrimento (XAVIER; NUNES; SANTOS, 2008)

Diante disso demonstra-se a necessidade de compreender esse sujeito universitário, levando em conta o contexto, no qual ele precisa lidar com situações de competitividade, individualidade, frustrações de várias naturezas, fortes exigências, novas e múltiplas responsabilidades entre outros dilemas impostos pela vida acadêmica e por sua própria subjetividade que encontra-se mobilizada.

Metodologia

Foi realizado um levantamento bibliográfico de trabalhos em bases de dados (Biblioteca de Teses e Dissertações, Google Acadêmico) que versam sobre a saúde mental de estudantes universitários e utilizados conceitos psicanalíticos que abordam o mal-estar e o sofrimento psíquico.

Resultados e discussão

Neste trabalho consideramos sofrimento como “o conjunto de reações psicológicas desencadeadas por situações, reais, simbólicas ou imaginárias, geradoras de mal-estar” (CAIXETA, 2011, p.29), que são expressadas por meio de crises de angústia, inibições, ataques de pânico, depressão, medo de falar em público, ideação suicida, tentativas de suicídio, automutilação (*cutting*), incertezas quanto a carreira e ao futuro, dentre outras expressões.

Dessa maneira compreendemos que as experiências acadêmicas produzem múltiplos sentidos a serem incorporados e/ou elaborados pelo estudante universitário, pois o trabalho intrínseco ao processo de aprendizagem é mobilizador, atravessa o sujeito e a sua estrutura desejante, tendo custos sociais, econômicos e psíquicos (XAVIER; NUNES; SANTOS, 2008).

Segundo as mesmas autoras, a esses sujeitos é premente a demanda por construção de significados, o que implica acomodar, assimilar, se apropriar e ressignificar o mundo, a si



mesmo e ao outro. No processo do aprendizado, em suas variadas facetas (desempenhar tarefas, falar em público, produzir textos, ser avaliado por colegas e professores, etc.), são colocados em movimento mecanismos afetivos, desejantes e disparados aspectos inconscientes em relação ao outro. São situações que não raramente fazem parte das queixas e consideradas como causadoras de sofrimento psíquico.

Situações como essas, podem ser entendidas como metáforas de um mal-estar presente nas vivências acadêmicas que se manifestam quando o sujeito se depara com a própria vulnerabilidade diante do enigma do desejo do Outro (CAIXETA, 2011), ou seja, da exposição e não correspondência ao “*o que o Outro quer de mim?*”, aforisma proferido por Lacan em seu texto “*Subversão do sujeito e a dialética do desejo no inconsciente freudiano*”. (LACAN, 1998).

Freud (1930) postula que todo ser humano está fadado a submissão a uma determinada ordem cultural, junto a isso, também encontra-se condenado a experimentar um desamparo constitucional, manifestado na dependência absoluta de um outro, evidente pela presença de uma dependência afetiva que é reeditada durante toda a vida (CAIXETA, 2011).

A constante tensão entre o sujeito desejante e os limites impostos pela cultura confrontam este sujeito com o impossível de um gozo pleno, evidenciando um conflito que se reflete em uma constante sensação de insatisfação (FREUD, 1930; CAIXETA, 2011). Segundo Dunker (2011) o termo *mal-estar* é utilizado por Freud para indicar um tipo de sofrimento que não se pode nomear precisamente e cuja natureza é intrínseca a relação com o outro, que carrega a noção de lugar ou posição, condição na qual o sujeito simplesmente *estar*, onde encontra-se desconfortavelmente abrigado e protegido, precariamente e sem estabilidade, sendo, portanto, o mal-estar da ordem do inescapável e incurável. Assim o sujeito percebe que há algo que lhe falta, um peso existencial e a angústia aparece como figura fundamental (DUNKER, 2015).

Essas percepções estão presentes na clínica contemporânea e nas queixas acolhidas de estudantes universitários, pois a comunidade universitária constitui-se como o palco para a reedição de conflitos anteriores, que se manifestam seja na relação com os docentes, seja na relação com outros discentes, pois todas elas são repletas de identificações e idealizações (MICHELS, 2018).



Considerações finais

Poucos dispositivos são capazes de acolher a subjetividade dos acadêmicos, diante disso, é imprescindível proporcionar a escuta desse sujeito universitário. Para Silva (2015), esse ato, propicia um espaço de fala, permite que o sujeito compartilhe sua experiência e sob o fenômeno da transferência, o sujeito falante, ao abordar conteúdos significativos com carga experiencial e histórica, “atue”, “dramatize” e suas experiências afetivas sejam recuperadas pela memória e acolhidas.

Ao oferecer a palavra ao sujeito, é possível a este “surpreender-se com o que produz sobre sua realidade, (...) sobre suas experiências, operando a possibilidade de que se aproprie do que diz e no ato da enunciação, se renove e se crie” (FERREIRA, 2018, p. 131). Dessa forma, entendemos que a universidade pode romper paradigmas enquanto produtora de sofrimento, passando a se configurar como um importante dispositivo de produção de saúde mental.

Referências

CAIXETA, Sueli Pereira. **Sofrimento Psíquico em estudantes universitários: Um estudo exploratório**. 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Católica de Brasília, Brasília.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. **Estrutura e Constituição da Clínica Psicanalítica: Uma arqueologia das práticas de cura, psicoterapia e tratamento**. São Paulo: Annablume, 2011.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. **Mal- Estar, Sofrimento e Sintoma**. São Paulo: Boitempo, 2015.

FERREIRA, Tânia. Pesquisa em psicanálise: a conversação e a entrevista clínica como ofertas de palavra – a aposta na invenção subjetiva. In: FERREIRA, Tânia; VORCARO, Angela (Org.). **Pesquisa e Psicanálise: do campo à escrita**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. p.129-151.

FREUD, Sigmund. **O Mal-Estar na civilização, Novas Conferências Introdutórias à Psicanálise e Outros Textos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

LACAN, J. Subversão do Sujeito e Dialética do Desejo no Inconsciente Freudiano. In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.p. 807-842.

MICHELS, Róger de Souza. Produção de Autonomia na Universidade: Proposições à luz da psicanálise. In: IV SIPASE-Seminário Internacional Pessoa Adulta, Saúde e Educação, 2018, Porto Alegre. **Anais do IV SIPASE-Seminário Internacional Pessoa Adulta, Saúde e Educação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017, v.1, p.1-9.



QUINET, Antônio. **Os outros em Lacan**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.

SILVA, Raquel Rubin da. **O Perfil de Saúde de Estudantes Universitários: Um estudo sob o enfoque da psicologia da saúde**. 2010. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

SILVA, T.A. **Implicações Subjetivas Oriundas do Processo Migratório**. 2015. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade do Algarve, Algarve.

SOUZA, Grasiela Gomide de. **Atenção Psicológica em Universidade: A experiência de estudantes como clientes**. 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas.

XAVIER, A.; NUNES, A.I.B.L.; SANTOS, M.S. Subjetividade e sofrimento psíquico na formação do Sujeito na Universidade. **Revista Mal-Estar e Subjetividade- Fortaleza**, v. VIII, n.2, p.427-451, 2008.



RELATO DA CAMPANHA DE PREVENÇÃO AO SUICÍDIO EM JI-PARANÁ/RO

Renata da Costa Ferreira
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
recostaferreira@hotmail.com

Leopoldina Veiga Guimarães Ferreira
Universidade Federal de Rondônia
leovgferreira@hotmail.com

Iracy Amorim de Souza Freitas
Universidade Federal de Rondônia
ira.cia@hotmail.com

Resumo: A campanha setembro amarelo: prevenção ao suicídio iniciou no Brasil em 2015, com a intenção de chamar a atenção da população acerca da importância de promover a saúde mental do indivíduo e consequentemente diminuir os índices de suicídio. Em Ji-Paraná/RO, começou em 2018 com algumas intervenções institucionais e a primeira caminhada em favor da vida. Em 2019 a campanha ganhou notoriedade no município, através do movimento social em favor da vida, que buscou parcerias com profissionais, especialmente da saúde mental. Foram realizados encontros institucionais, por 14 profissionais voluntários e a segunda caminhada. O movimento objetivou chamar a atenção do poder público municipal e da comunidade em geral para a prevenção ao suicídio, promoção da saúde mental e valorização da vida.

Palavras-chave: Setembro Amarelo. Prevenção ao Suicídio. Psicologia da Saúde.

Introdução

A saúde mental é construída e reconstruída a partir das relações estabelecidas com o meio, denominado de rede ou trama social (DUTRA; OLIVEIRA, 2015). É neste contexto territorial que a psicologia ao ser inserida traz um novo olhar a demanda assistida. Conforme Cezar, Rodrigues e Arpini (2015) desde o início da atuação da psicologia houve uma preocupação com intervenções que suprissem as ações da saúde mental. Assim, é importante refletir sobre a prevenção e promoção da saúde mental nos mais variados contextos, alcançando a comunidade desassistida. Diante desta realidade surge em 2015 a campanha setembro amarelo, com intuito de prevenir o suicídio e promover a saúde mental. Tal campanha foi iniciada no Brasil em 2015, através da parceria entre o Centro de Valorização da Vida – CVV, o Conselho Federal de Medicina e a Associação Brasileira de Psiquiatria.



A Organização Mundial de Saúde de 10 a 20 milhões de pessoas tentam o suicídio a cada ano. São cerca de 16 mortes a cada 100.000 habitantes, uma morte a cada 40 segundos. É uma das 10 principais causas de morte no planeta e a segunda entre Jovens de 15 a 29 anos. No Brasil estima-se que 24 pessoas morrem ao dia (CVV, 2019; BRASIL, 2019). Em Ji-Paraná, dados da Delegacia de Polícia Civil (2019), apontam que de janeiro de 2018 a agosto de 2019, foram registradas 21 perdas: 9 na Delegacia de Homicídio, 8 na 1ª Delegacia de Polícia Civil, 4 na Delegacia da mulher.

A palavra suicídio vem do latim *sui caedere*. *Sui* significa si mesmo e *caedes* significa ação de matar-se. É morte voluntária, intencional ou autoinfligida (ASSUMPCÃO, OLIVEIRA, SOUZA, 2018). Essa violência autoprovocada apresenta 4 aspectos: 1) a ideação suicida que são pensamentos de intentar contra a própria vida, podendo agravar-se com a ideação recorrente que abre portas para um plano suicida; 2) as autoagressões que representa qualquer ato intencional de automutilação; 3) a tentativa de suicídio é a intenção de tirar a própria vida, sem êxito; e 4) o suicídio que representa uma saída em direção à morte, um ato de fuga, tendo como desfecho fatal a própria morte (BRASIL, 2017; BRASIL, 2019).

Entendendo que 90% dos suicídios poderiam ser evitados (CVV, 2019) e pensando em chamar a atenção da sociedade Ji-Paranaense, voluntários do Movimento Social a Favor da Vida em Ji-Paraná buscaram mudar esta realidade, propondo a promoção da saúde mental: Setembro Amarelo, Prevenção ao Suicídio.

Metodologia

A priori o movimento enviou cartas convites aos profissionais voluntários e instituições que desejavam agendar uma data para a realização da palestra. Após os agendamentos, aconteceram as seguintes atividades: entrevistas em emissoras de televisão e rádio local, roda de conversa, palestras, acolhimentos e encaminhamentos da demanda aos serviços de saúde mental no município e a 2ª caminhada em favor da vida.

Os recursos materiais foram: Data show, *Notebook*, pen drive, caixa de som amplificada, microfone, extensão, cartazes, panfletos, adesivos, carro de som e a doação voluntária de R\$ R\$ 2.220,00 para a aquisição do material de divulgação.



Resultados e discussão

A primeira campanha aconteceu em julho de 2018, a partir de uma parceria ecumênica, onde representantes de diversos credos trabalharam sobre o tema de prevenção ao suicídio em suas instituições, finalizando com a 1ª campanha em favor da vida no dia 27 de setembro de 2018. Em 2019, firmou-se o compromisso de que a campanha seria duradoura e em junho foi constituído o Movimento Social em Favor da Vida, sendo formada uma coordenação, representada por seis voluntários, que agendaram previamente os encontros, de acordo com a disponibilidade dos 14 palestrantes: 1 psicanalista, 1 médico, 1 psiquiatra, 9 psicólogos, 1 acadêmico de psicologia e 1 contador: As intervenções aconteceram no período de 04 de setembro de 2019 a 10 de outubro de 2019.

A palestras, rodas de conversas e entrevistas realizadas alcançaram um total de 55 encontros, em 53 instituições e organizações do município e 2 nos municípios de Nova Londrina e Presidente Médici, sendo: 1 EEFM Rio Urupá, 2 EEFM Marcos Bispo, 1 Centro de Referência da Assistência Social – CRAS Jardim dos Migrantes, 2 EEFM Aluísio Ferreira, 5 Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, 2 Universidade Federal de Rondônia – Campus UNIR, 1 Cooperativas de Crédito – CRESOL, 1 Sistema Financeiro Cooperativo – SICOOB Centro, 1 Sesc, 1 EEFM José Francisco, 1 EEFM Silvio Micheluzzi, 1 Empresa Pemaza, 2 Corpo de Bombeiros, 1 Frigorífico Figribife, 1 CRAS São Francisco, 1 EEFM Edilce, 1 EEF Jardim dos Migrantes, 1 Associação do Bairro São Bernardo, 1 EEFM Gonçalves Dias, 1 EEFM Carmem Rocha, 1 C.E. Semeador da Galileia, 1 Igreja Batista Peniel, 1 EEFM Nova Brasília, 1 Câmara dos Dirigentes Logísticos, 1 Associação do Bairro São Francisco, 1 EEFM Juscelino Kubitschek de Oliveira, 4 Faculdade São Lucas, 2 Faculdade Panamericana de Jiparaná – UNIJIPA, 2 EEFM Lauro Benno, 1 Delegacia Regional de Polícia Civil e Homicídios, 1 Projeto Garra, 1 Loja Maçônica Humanidade e Fraternidade, 2 Associação de Proteção e Assistência ao Condenado – APAC, 2 EEFM Marechal Rondon, 1 EEFM Presidente Médici e 1 EEFM Governador Jorge Teixeira - Nova Londrina. Foram realizadas duas entrevistas na Rede TV e duas na Rádio Alvorada.

Em todas as intervenções foi disponibilizada uma equipe suporte para oferecer os acolhimentos e encaminhamentos a demanda que viesse a surgir. Foi também realizada a segunda caminhada em favor da vida no dia 26 de setembro de 2019 concentrando-se na Praça do Jardim dos Migrantes até o Feirão do Produtor, tendo um número significativo de participantes. A campanha contou com também com a parceria de Coordenadora Regional de



Educação, que autorizou as escolas estaduais a receberem as palestras; da Secretaria Municipal de Assistência Social, que disponibilizou seus psicólogos; do juizado da Infância e Juventude do município e da Câmara Municipal de Ji-Paraná, que contribuíram especialmente no lançamento da campanha. Assim, como afirmam as autoras Batista, Maranhão e Oliveira (2018, p. 706) é fundamental traçar “estratégias com o fim último de preservar a saúde mental dos indivíduos.”

Considerações finais

Este movimento engajou-se nesta campanha, promovendo a saúde mental nos mais variados contextos, contemplando um número representativo da população ji-paranaense. Observou-se ainda que projetos como este são relevantes socialmente e chamam a atenção do poder público para a efetividade nas políticas de saúde mental. Por fim, este movimento direciona-se para o processo de criação de uma Organização Não Governamental em defesa da vida, que trabalhe a saúde mental não somente em setembro, mas no decorrer do ano, a fim promover a valorização da vida.

Referências

ASSUMPCÃO, Gláucia Lopes Silva; OLIVEIRA, Luciele Aparecida; DE SOUZA, Mayra Fernanda Silva. Depressão e suicídio: uma correlação. **Pretextos-Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**, v. 3, n. 5, p. 312-333, 2018.

BATISTA, Miriam Delmondes; MARANHÃO, Thércia Lucena Grangeiro; DE OLIVEIRA, Gislene Farias. Suicídio em jovens e adolescentes: uma revisão acerca do comportamento suicida, sua principal causa e considerações sobre as formas de prevenção. **ID on line REVISTA DE PSICOLOGIA**, v. 12, n. 40, p. 705-719, 2018. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/1152/1674>. Acesso em: 30 set. 2019.

BRASIL. SETEMBRO AMARELO: Ministério da Saúde lança Agenda Estratégica de Prevenção do Suicídio. 2017. Disponível em: <http://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2017/setembro/21/Coletiva-suicidio-21-09.pdf>. Acesso em: 30 set. 2019.

BRASIL. Comitê Estadual de Promoção da Vida e Prevenção do Suicídio do Estado do Rio Grande do Sul / Comissão da Criança e do/a Adolescente, 2019.

Centro de valorização da vida: CVV, 2019. Disponível em: setembroamarelo@cvv.org.br. Acesso em: 05 set. 2019.

CEZAR, Pâmela Kurtz; RODRIGUES, Patrícia Matte; ARPINI, Dorian Mônica. A psicologia na estratégia de saúde da família: vivências da residência multiprofissional. **Psicologia**



ciência e Profissão, v. 35, n. 1, p. 211-224, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2820/282038428016.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.

Delegacia de Polícia Civil de Ji—Paraná: Ocorrências sobre suicídio no município de Ji-Paraná (janeiro de 2018 a agosto de 2019), 2019.

DUTRA, Virgínia Faria Damásio; OLIVEIRA, Rosane Mara Pontes. Revisão integrativa: as práticas territoriais de cuidado em saúde mental. **Aquichan**, v. 15, n. 4, p. 529-540, 2015. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5283322>. Acesso em: 20 out. 2019.



Eixo: Psicologia Hospitalar



E AGORA O QUE VAI SER DA MINHA VIDA? TERAPIA DE ACEITAÇÃO E COMPROMISSO COM PACIENTES AMPUTADOS

Micaela Alves de Araújo
Faculdades Integradas Aparício Carvalho
micaela0alves@gmail.com

Gabriela Gomes Santos
Faculdades Integradas Aparício Carvalho
rafaelagabi2606@gmail.com

Cristiano de Almeida Fernandes
Faculdades Integradas Aparício Carvalho
cristianofernandes30@gmail.com

Resumo: A Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT) possibilita um novo olhar no contexto hospitalar. Com isso propõe-se utilizar a ACT para o manejo com o paciente amputado uma vez que o processo de retirada de um membro envolve uma série de fatores, dentre estes, a aceitação de que aquele membro deixará de existir em seu sistema corporal e compromisso de que haverá uma vida a ser pensada após a amputação.

Palavras-chave: Terapia de Aceitação e Compromisso; Amputados; Corpo.

Introdução

A atuação da psicologia no ambiente hospitalar é de extrema importância para auxiliar no tratamento e na recuperação de pacientes, favorecendo o enfrentamento e as readaptações a situações críticas geradas pela doença e pelo processo de internação, visando assim um cuidado amplo para os pacientes e seus familiares. Objetiva-se discutir as nuances do atendimento psicoterapêutico a pacientes amputados sob o viés da Análise do Comportamento, assim como descrever acerca da aplicabilidade da Terapia de Aceitação e Compromisso em casos de pacientes que vivenciaram o processo de amputação.

Metodologia

O contato com a demanda se deu através da experiência proporcionada pelo estágio profissionalizante do curso de Psicologia, que ocorreu no hospital de urgência e emergência João Paulo II, na cidade de Porto Velho/RO. Os atendimentos aconteciam por meio de busca ativa, demanda espontânea ou por solicitação de algum outro profissional da equipe de saúde. A demanda principal foi de pacientes pré e pós cirúrgicos.

O procedimento de amputação é uma forma de restauração do órgão enfermo e não uma mutilação, nesta perspectiva o psicólogo trabalha com o paciente o significado dado à amputação, pois



a partir da ressignificação é que será possível a aceitação de sua nova condição de vida, ou seja, mediante este processo o paciente será estimulado ao desenvolvimento do comportamento resiliente culminando em um processo de elaboração do luto pertinente ao membro que já não possui ou irá perder. O objetivo da reabilitação é capacitar o paciente ao maior aproveitamento de suas potencialidades de forma que ele possa ser independente nas atividades diárias da vida (GALVAN; AMIRALIAN; 2009).

Deste modo, a Terapia de Aceitação e Compromisso ou ACT possibilita um olhar diferenciado ao se falar do contexto hospitalar, pautada em duas abordagens: na qual uma delas baseia-se no funcionamento humano através do processo de aceitação – disponibilidade em lidar com a vida como ela se apresenta – e comprometimento – manutenção ou mudança de comportamento guiada por valores (BARBOSA; MURTA; 2014).

Para que o paciente enxergue seu novo contexto e possa refletir formas de enfrentamento e adaptação à nova realidade, necessita-se de métodos de defusão que atuam dando “novas funções aos eventos internos, minimizando a credibilidade e o impacto de pensamentos e sentimentos disfuncionais específicos” (BARBOSA & MURTA, 2014, pag. 40). Assim sendo, o profissional de psicologia pode direcionar o paciente, bem como lhe dá apoio frente ao processo complexo que é a reabilitação, assegurando-lhe assistência desde ao processo pré-amputação até ao recebimento de um membro mecânico, que são as próteses, atuando de modo inter e multidisciplinar.

Resultados e discussão

Há muitos fatores a serem considerados ao se propor compreender as repercussões emocionais que a perda de um membro pode causar ao indivíduo, entretanto, em uma dinâmica relacionada ao atendimento ambulatorial em um hospital, muitas vezes não há tempo de se trabalhar a elaboração do luto do membro perdido com o paciente pré-operatório ou até em casos urgentes o paciente é informado sobre o procedimento após a cirurgia, ou ainda, casos em que por erro médico é realizado a amputação de um membro saudável. Na demanda de cada paciente a postura e o tipo de abordagem será diferenciada.

Deste modo, é comum após a amputação, muitos pacientes deparar-se com um profundo sentimento de estranhamento de si mesmos: não reconhecem seu esquema corporal, não sabem muitas vezes expressar os sentimentos vivenciados (GALVAN; AMIRALIAN; 2009). E esse estado de completa angústia contribui para o que a ACT chama de inflexibilidade psicológica (fusão cognitiva), “que ocorre quando o indivíduo está sob o controle excessivo do comportamento verbal, representa um estado de literalidade do pensamento” (HAYES et al, 2012 *apud* BARBOSA; MURTA, 2014, p. 40).

Desta forma, o contexto e as experiências passam para segundo plano e foco principal encontra-se na rigidez do pensamento, sendo comum no primeiro atendimento do paciente amputado, a verbalização: “É agora o que vai ser da minha vida?” devido estarem vivenciando o processo de



inflexibilidade psicológica, que consiste em não conseguir se adaptar a novas contingências, passando a ser o foco do psicólogo analista do comportamento ao se deparar com esta demanda.

Muitas vezes, o ciclo emocional que teve início com a fusão cognitiva, segue evoluindo para o processo de evitação experiencial ou mais conhecida como esquiva experiencial. Ou seja, é a tendência a evitar pensamentos, sentimentos e sensações desagradáveis (BARBOSA; MURTA, 2014). É o que acontece, por exemplo, com paciente pré-operatório que evita no atendimento psicológico falar ou mesmo pensar sobre suas angústias e emoções diante do processo de amputação.

Nestes casos, o psicólogo analista do comportamento auxilia no processo de aceitação da condição do paciente, ou seja, “lidar com os eventos internos do modo como aparecem” (HAYES et al, 2012 *apud* BARBOSA; MURTA, 2014, pag. 40). E proporcionar novas funções para substituir a rigidez dos pensamentos. Sendo assim, cabe ao psicólogo hospitalar possibilitar às pacientes novas experiências que possuam consequências reforçadoras para os comportamentos de aceitação e enfrentamento, através de técnicas como: Desacreditação da possibilidade de resolução, compreensão do controle dos pensamentos como ineficaz, percepção da não literalidade dos pensamentos, self contextualizado, aceitação, estabelecimento de valores e comprometimento com a mudança.

Considerações finais

Mediante a isto, evidenciamos a escassez de produções científicas sobre a temática e fomentamos a sua importância no que consiste as demandas ímpares pertencentes ao organismo hospitalar, da mesma forma que a Terapia de Aceitação e Compromisso possui repertório e funcionalidade no que se refere à busca por sanar o sofrimento psicológico, aceitando e comprometendo com o processo de flexibilidade psicológica nesse novo contexto.

Referências

BARBOSA; L. M.; MURTA; S. G. Terapia de Aceitação e Compromisso: história, fundamentos, modelo e evidências. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, vol. 7, n. 3, p. 34-49, 2014.

GALVAN; G.B.; AMIRALIAN; M.L.T.M. Corpo e identidade: reflexões acerca da vivência de amputação. **Estudos de Psicologia**: Campinas, v.26, n.3, p.391-398, 2009.



QUALIDADE DE MORTE AO PACIENTE ONCOLÓGICO EM FINITUDE: REFLEXÕES DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE

Jéssica de Oliveira Pomaroli Moreira
Faculdade de Ciências Biológicas de Cacoal
pomaroli.facimed@gmail.com

Caio Fernando Modtkwski
Faculdade de Ciências Biológicas de Cacoal
caio.facimed@gmail.com

Hélen Rimet Alves de Almeida
Faculdade de Ciências Biológicas de Cacoal
helen.rimet@educador.facimed.edu.br

Resumo: A proposta da morte digna é desempenhada pelos profissionais a fim de cuidar e assistir o paciente nos seus últimos momentos, de forma a minimizar as dores e desconfortos, dando suporte emocional e espiritual para seus familiares. Nesse contexto, o presente estudo objetivo investigar a percepção de morte digna para os profissionais de saúde que atuam com pacientes oncológicos no município de Cacoal/RO. Para tanto, está sendo realizada uma pesquisa qualitativa, do tipo descritiva e exploratória. Por critério de saturação, conta-se com 08 participantes que devem ser profissionais de saúde – médico, enfermeira, assistente social e psicóloga nos Hospitais de Urgência e Emergência Regional (Heuro) e São Daniel Comboni localizados no município de Cacoal/RO. Estes responderão a um roteiro de entrevista semiestruturado contendo as seguintes categorias: (1) Compreensão sobre o câncer e a morte digna; (2) As relações entre profissionais-familiares-paciente; (3) A percepção da equipe sobre o processo de morte do paciente com câncer; (4) As vivências e aprendizagens do câncer. Por fim, os dados serão analisados por meio do software Iramuteq (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*).

Palavras-chave: Profissionais de saúde. Morte digna. Pacientes oncológicos.

Introdução

Segundo o Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA), as doenças e agravos não transmissíveis (DANT) são consideradas como as principais responsáveis pelos adoecimentos e óbitos da população mundial, o câncer faz parte desse grupo, onde é o segundo causador de mortes, perdendo apenas para as doenças cardiovasculares. Estima-se, que no biênio de 2018-2019 no Brasil, terá a incidência de 600 mil novos casos de câncer, para cada ano (INCA, 2018).

Nas Regiões Norte e Nordeste, apresentam os cânceres de próstata e mama feminina dentre os principais, porém, os casos de cânceres do colo do útero e de estômago tem grande



impacto nessas populações. A Região Norte é a única do país onde as taxas dos cânceres de mama e do colo do útero se equivalem entre as mulheres, sendo que, normalmente a taxa de câncer de mama é três vezes mais incidente que o de colo do útero (INCA, 2018).

O cuidado e a atenção são manejados de maneira a suprir suas necessidades e limitações, dessa forma, estabelece-se uma relação de afetividade, que tem como base a responsabilidade, a preocupação, o cuidado e a atenção do cuidador para com o paciente. A proposta da morte digna é desempenhada pelos profissionais afim de assistir o paciente nos seus últimos momentos, de forma a minimizar as dores e desconfortos, dando suporte emocional e espiritual para seus familiares. Permitindo ao paciente uma morte de acordo com seus desejos, sem sofrimento, em um ambiente familiar e harmonioso, proporcionando assim um fim de vida digno (HERMES; LAMARCA, 2013; FERNANDES; EVANGELISTA; PLATEL; AGRA; LOPES; RODRIGUES, 2013).

Metodologia

Após aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências Biomédicas de Cacoal sob número 3.511.181, a pesquisa encontra-se em desenvolvimento no Hospitais de Urgência e Emergência Regional (Heuro) e no Hospital São Daniel Comboni. O Heuro está localizado no município de Cacoal/RO a 480 Km da capital Porto Velho. Para a realização da pesquisa estima-se a participação de 8 profissionais de saúde atuantes com pacientes oncológicos em processo de finitude. A partir de um critério de saturação estão sendo contatados profissionais de saúde – médico, enfermeira, assistente social e psicóloga nos Hospitais de Urgência e Emergência Regional (Heuro) e São Daniel Comboni localizados no município de Cacoal/RO.

A presente pesquisa é do tipo exploratória e descritiva, de cunho qualitativo, visando o aprofundamento sobre esse tema pouco explorado na literatura. Para abordagem aos profissionais utiliza-se um roteiro de entrevista semiestruturado contendo as seguintes categorias: (1) Compreensão sobre o câncer e a morte digna; (2) As relações entre profissionais-famíliares-paciente; (3) A percepção da equipe sobre o processo de morte do paciente com câncer; (4) As vivências e aprendizagens do câncer. As entrevistas estão sendo realizadas individualmente, com auxílio de gravador, em locais e horários escolhidos por eles, conforme a disponibilidade, e em momentos distintos.

As entrevistas com os profissionais serão analisadas por meio do software Iramuteq



(*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*). Serão realizadas análises lexicográficas clássicas para verificação de estatística de quantidade de evocações e formas; a Classificação Hierárquica Descendente (CHD), para o reconhecimento do dendograma com as classes que surgirem, desconsiderando-se as palavras com $x^2 < 3,80$ ($p < 0,05$); a Análise Fatorial por Correspondência (AFC), para a verificação das diferenças nos discursos diante dos dados sociodemográficos; a Análise de Similitude, que permite, a partir da teoria dos garfos, a identificação das ocorrências entre as palavras e sua conexidade; e a Nuvem de Palavras, a fim de agrupar as palavras e organizá-las graficamente em função da sua frequência (CAMARGO; JUSTO, 2013).

Resultados e discussão

Percebe-se, durante a realização da pesquisa que, em relação ao trabalho com pacientes oncológicos, os profissionais declaram que a melhora do paciente, de forma a se recuperar, ter um controle da doença ou a almejada cura, proporciona uma melhor satisfação no trabalho. Um dos aspectos que aumentam a satisfação do trabalho oncológico é a afinidade dos profissionais de saúde com esta área específica, com as atividades desenvolvidas neste setor e também com o paciente oncológico, de maneira a desenvolver um vínculo afetivo entre estes. O reconhecimento por ajudar o outro, de ser e se sentir importante, também é um motivo para a satisfação profissional (BORDIGNON; FERRAZ; COLOMÉ; COELHO; TRINDADE, 2015).

A perda dos pacientes pode induzir a equipe a refletir sobre a vida, os erros, as ações e condutas, que poderiam evitar o óbito do paciente. Os profissionais também experimentam o sentimento de impotência e limitação, quando um paciente é diagnosticado em um estágio clínico avançado. O insucesso do tratamento ou desistência do paciente ao tratamento podem ser considerados motivos para a insatisfação profissional. A desvalorização profissional, em relação ao salário e a falta de reconhecimento, também afeta a satisfação da equipe (BORDIGNON et al., 2015).

As categorias profissionais citadas passam por dificuldades ao tratar um paciente terminal, sendo que estes enfermos desafiam a capacidade e as limitações destes profissionais, que carecem de apoio físico e emocional. Quando o morrer é inevitável a sensação que vem à tona é a de fragilidade deste “poder de cura”, o que causa em muitos profissionais o sentimento de fracasso profissional (HERMES; LAMARCA, 2013).



Considerações finais

A base de justificativa para a realização da pesquisa, se dá pelo fato do número reduzido de investigações científicas realizadas na região norte sobre essa temática. A pesquisa buscará oportunizar a produção de estudos sobre a realidade de atuações de profissionais de saúde do setor oncológico e favorecer a compreensão das atitudes da equipe de saúde diante do falecimento de pacientes. Desta maneira, busca-se possibilitar que novas intervenções possam ser elaboradas, focadas no desenvolvimento de capacidades específicas direcionadas a um melhor enfrentamento da finitude dos pacientes. Pode-se também sugerir medidas preventivas e fomentadoras da saúde dos profissionais da oncologia no país (AFONSO; CARVALHO; GRINCENKOV, 2018).

Dessa forma, a pesquisa pretende oferecer a possibilidade de escuta aos participantes para falarem de sua experiência e atuação no contexto hospitalar. Para ciência, pretende oferecer uma compreensão sobre a vivência da prática de cuidados ao paciente em finitude pela equipe profissional. Para a sociedade, oferece a oportunidade de propiciar maior esclarecimento sobre o tema e ainda contribuir para a integração entre ensino e pesquisa.

Referências

AFONSO, L. A.; CARVALHO, L. L. de; GRINCENKOV, F. R. dos S. Atitudes de profissionais da Oncologia diante da morte: revisão sistemática. **Rev. SBPH**, vol. 21, n. 2, Rio de Janeiro – Jul./Dez. – 2018.

BORDIGNON, M. et al. **(In)satisfação dos profissionais de saúde no trabalho em oncologia**. Rev Rene [en línea] 2015, 16 (Mayo-Julio) : [Fecha de consulta: 17 de junho de 2019] Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=324041234013>. ISSN 1517-3852.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. Iramuteq: Um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**, vol. 21, n. 2, 513-518, 2013.

FERNANDES, M. A. et al. Percepção dos enfermeiros sobre o significado dos cuidados paliativos em pacientes com câncer terminal. **Ciência e saúde coletiva**, vol. 18, n. 9, p. 2589-2569, 2013.

HERMES, H. R.; LAMARCA, I. C. A. Cuidados paliativos: uma abordagem a partir das categorias profissionais de saúde. **Ciência e saúde coletiva**, vol. 18, n. 9, p. 2577-2588, 2013.

INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER – INCA. Disponível em: <http://www.Inca.gov.br/>. Acesso em: agosto/2019.



SANTOS, M. de O. **Estimativa 2018: incidência de câncer no Brasil** / Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. Coordenação de Prevenção e Vigilância. – Rio de Janeiro: INCA, 2017. ISBN 978-85-7318-361-0 (versão eletrônica).



INSERÇÃO DO PSICÓLOGO EM INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE SAÚDE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Mayra Rodrigues Leite
Faculdade de Ciências Biomédicas de Cacoal
mayrarleite123@gmail.com

Nádia Maria Silva Montelo
Faculdade de Ciências Biomédicas de Cacoal

Resumo: O presente estudo tem como objetivo refletir sobre os desafios e possibilidades na inserção do psicólogo em instituições públicas de saúde. Com abordagem qualitativa, trata-se de um relato baseado na experiência por meio de um Programa de Residência Multiprofissional em um hospital no interior do estado de Rondônia. Foram verificadas questões relacionadas a atuação psicossocial por meio de busca ativa, inserção em ambiente institucional e atuação do psicólogo como membro de uma equipe multiprofissional. Conclui-se ser fundamental ao psicólogo compreender seu papel e identidade profissional nesse contexto a fim de alcançar as amplas possibilidades desta área de atuação.

Palavras-chave: Psicologia hospitalar. Competência profissional. Políticas públicas.

Introdução

O presente estudo objetiva refletir sobre os desafios e possibilidades na inserção do psicólogo em instituição pública de saúde que se deu por meio de um programa de residência multiprofissional no interior do estado de Rondônia.

Décadas antes da criação do Sistema Único de Saúde a psicologia já havia começado a adentrar os ambientes hospitalares. Entretanto, com sua concepção e a transição do modelo de saúde biomédico para o biopsicossocial, tendo como alguns de seus valores a integralidade e a interdisciplinaridade, a presença de profissionais da psicologia nessa área passou a ter caráter fundamental.

A Psicologia Hospitalar é uma modalidade de especialização reconhecida pelo Conselho Federal de Psicologia. De maneira geral, segundo Simonetti (2018), o trabalho do psicólogo na respectiva área visa minimizar o sofrimento vivenciado pelos sujeitos no ambiente hospitalar no que diz respeito ao processo de hospitalização. Sua prática envolve a mediação na relação entre três grupos de sujeitos que compõem esse processo, sendo eles: os pacientes, seus familiares e a equipe de saúde.

Com a inserção do psicólogo nesse ambiente, torna-se necessário o desenvolvimento de



certas competências diferenciadas daquelas utilizadas nos ambientes tradicionais de atuação. Além disso, considerando a maneira como tem se dado a formação em Psicologia, ainda voltada ao modelo de atuação clinicista, deve-se reconhecer os desafios de sua entrada nesse ambiente de alta complexidade.

Uma das possibilidades de preparação para adentrar neste espaço são os programas de residência que compõem uma modalidade de pós-graduação que propõe a formação em serviço de profissionais capazes de atuar junto ao modelo integral de atenção à saúde proeminente no Brasil de maneira multiprofissional (BRASIL, 2005).

Metodologia

Trata-se de um estudo descritivo, de abordagem qualitativa, do tipo relato de experiência baseado na vivência do primeiro semestre (março a agosto de 2019) em um Programa de Residência Multiprofissional em Cuidados Intensivos.

As condutas do profissional eram: reconhecimento da equipe plantonista do dia; atualização quanto aos acontecimentos ocorridos no período noturno na unidade em geral e com os pacientes em específico; acolhimento, atendimento e/ou acompanhamento aos pacientes e familiares conforme demanda identificada; intermediação na relação família-paciente-equipe; intervenções ambientais para benefício do paciente; acompanhamento em situações de óbito.

A obtenção dos dados se deu por meio da consulta e análise de diários de campo elaborados que, na sua elaboração, possibilitaram a sistematização e reflexão crítica sobre a prática.

Resultados e discussão

Por meio da transcrição e análise dos diários de campo, foi possível identificação de alguns dos desafios presentes na inserção do psicólogo no ambiente público de saúde.

No hospital os atendimentos e modos de abordagem aos pacientes e familiares são diferenciados quanto comparados ao estilo tradicional de se fazer psicologia, havendo necessidade de busca ativa por parte do profissional, avaliação da presença de demanda e disponibilização de atendimento que se dá a beira leito. Assim, foi necessário a organização de uma rotina a fim de que todos os pacientes ou familiares pudessem obter a assistência psicológica, ainda que posteriormente não fosse identificada a necessidade de continuidade nesse atendimento.



Por um longo período a Psicologia foi uma profissão voltada a uma parte restrita da população, sendo um dos fatores contribuintes o alto custo do serviço que impediria o acesso aos que não pudessem arcar com essas despesas. Além disso, tais práticas tinham caráter clinicista, com atendimento majoritariamente individualizado, o que fazia com que nem toda população pudesse ser alcançada (FERREIRA NETO, 2011).

Com a mudança nos principais cenários de atuação, exigiu-se que o profissional desenvolvesse novas habilidades a fim de suprir com as demandas desse contexto que se mostraram diferentes quando comparadas ao estilo anterior de atuação.

O momento de entrada no hospital, adaptação ao ambiente, ao funcionamento da instituição, a consolidação do sentimento de pertencimento ao espaço foi fundamental para o bom desenvolvimento do serviço. Foram dedicados tempo e esforço na compreensão dos termos técnicos utilizados, conhecimento da linguagem médica a fim de conseguir dialogar de maneira produtiva e obter as informações necessárias (TONETTO; GOMES, 2007) e saber conversar com o paciente sobre sua doença (SIMONETTI, 2018), uma vez que torna-se bastante difícil executar um bom serviço sem o conhecimento de tais elementos.

Inicialmente era automático ir às unidades e cumprir com o que seriam os atendimentos psicológicos à beira leito. No entanto, foi sendo perceptível que isso não compreendia toda abrangência da assistência psicológica no contexto hospitalar. Realizar um trabalho sem antes ter tido acesso aos prontuários médicos e de enfermagem, ou ter compreendido minimamente a situação clínica do paciente, seu prognóstico, faz com que se aumente o risco da atuação ser descontextualizada. Esse cuidado é importante para que se reflita se não estão sendo simplesmente reproduzidos os moldes clínicos, porém num outro ambiente (FERREIRA NETO, 2011).

Além disso, a prática do psicólogo precisa estar integrada à da equipe. O psicólogo não está ali em consultoria para dar seu parecer e ir embora. Precisa atuar junto, em sintonia, como membro da equipe. Diante de questões como essas surgiam diversos impasses, como: será que essa atuação é mesmo psicologia? Questões como o trabalho como parte da equipe, os cuidados com sigilo profissional nos elementos falados e registrados em prontuário, estão diariamente presentes na atuação em contexto institucional hospitalar.

Para tanto é importante que o próprio psicólogo obtenha devida compreensão do seu papel ali e aproprie-se disso para que assim consiga demonstrar para os demais profissionais suas atribuições, competências e benefício do serviço. Como refletiram Tonetto e Gomes (2007,



p. 90-91) “A dinâmica de trabalho em equipe, fundamentada na diferença de cada especialista, depende da autonomia e do compartilhamento de responsabilidades”, e o psicólogo não pode ficar distanciado disso.

Isto torna-se um desafio considerando que o psicólogo aprendeu a trabalhar sozinho por um longo período. O hospital, sendo uma das mais complexas organizações, é um local de encontro entre diversos saberes, “cujo trabalho estabelece uma interdependência com a qual o psicólogo, até então senhor de si numa atuação solitária, não estava acostumado a conviver” (FERREIRA NETO, 2011, p.107).

Estar numa instituição requer constantemente certo grau de adaptação. Diversas vezes o trabalho foi sendo dificultado por questões burocráticas, estruturais, entre outras, e o profissional precisou realizar seu serviço apesar desses impeditivos. Assim, ao chegar numa instituição pública de saúde, muitos elementos não aprendidos na graduação são vivenciados e exigem novas articulações, compreensões e competências.

Ferreira Neto (2011) afirma que existe por parte dos psicólogos um despreparo para ações institucionais. A entrada da Psicologia no SUS possibilitou o enriquecimento do repertório de competências destes profissionais. Assim é fundamental que eles compreendam essa configuração que, apesar de estar sendo estudada há um tempo, encontra-se em construção.

O período de formação é um momento crucial para a preparação deles para atuarem nesses novos ambientes. Não se trata de desconsiderar o conhecimento clínico aprendido, uma vez que ele é fundamental, mas sim articulá-lo ao contexto aplicado de saúde coletiva (FERREIRA NETO, 2011)

Considerações finais

Nas vivências relatadas, a psicóloga precisou lidar com sentimentos de despreparo e frustração diante da prática nesse cenário que inicialmente pareceu pertencer a outros profissionais, mas que, todavia, possuía espaço para a aplicação de seu conhecimento. A compreensão de seu papel nesse contexto por meio da busca de literatura ao longo das vivências, a disponibilização da escuta qualificada de modo que fosse dada voz a esses sujeitos, e constantes tentativas de reflexão, foram contribuindo para a atribuição de sentido em sua atuação como também na construção de sua identidade profissional.

Por fim, verificou-se muita potencialidade, caminhos a serem descobertos e compreendidos, não apenas a níveis teóricos, mas principalmente na práxis, ficando evidente a



importância de constante aprimoramento como também pesquisas que fomentem e enriqueçam a atuação destes profissionais.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Lei n. 11.129, de 30 de junho de 2005. **Institui a Residência em Área Profissional de Saúde e cria a Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11129.htm. Acesso em: 09 de out de 2019.

FERREIRA NETO, J. L. **Psicologia, política pública e SUS**. São Paulo: Escuta; Belo Horizonte: Fapemig, 2011.

SIMONETTI, A. **Manual de psicologia hospitalar: o mapa da doença**. 8. ed. Belo Horizonte: Artesã Editora, 2018.

TONETTO, A. M.; GOMES, W. B. A prática do psicólogo em equipe multidisciplinar. **Estudos de Psicologia**. Campinas, v.24, n.1, 2007, pp. 89-98. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-166X2007000100010&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 09 de out de 2019.



ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA HOSPITALAR: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Bruna Suyane Fernandes Vilela
Universidade Federal de Rondônia
brunasuyane@hotmail.com

Natasha Souza Matos
Universidade Federal de Rondônia
natashamatos55@gmail.com

José Juliano Cedaro
Universidade Federal de Rondônia
cedaro@msn.com

Resumo: Trata-se de um relato de experiência derivado de vivências práticas durante a graduação em psicologia, tendo como finalidade apresentar o campo de atuação em psicologia hospitalar, bem como o papel desempenhado pelo psicólogo nessas instituições. O objetivo do psicólogo hospitalar é de proporcionar a minimização do sofrimento do paciente e de seus familiares, atuando de maneira pontual em questões ligadas aos sofrimentos relacionados à doença e à hospitalização. De tal modo, exige deste profissional uma escuta empática, que transcenda aspectos biomédicos, visando compreender os processos subjetivos mais intrínsecos que se manifestam durante o período de hospitalização. Ser psicólogo em um hospital é mediar relações, é estreitar laços. Procuraremos mostrar como o psicólogo hospitalar atua junto a equipe ressaltando o que há de singular em cada caso, oferecendo-lhes ferramentas para possam ver aspectos singulares de cada hospitalizado e seu acompanhante.

Palavras-chave: Psicologia hospitalar. Instituições de saúde. Atuação profissional. Formação profissional.

Introdução

A psicologia inserida no contexto hospitalar tem sua atuação atravessada pela alta rotatividade de pacientes e, portanto, exige uma prática que se adeque a esse contexto. Transpor integralmente o modelo clínico não é uma boa estratégia, visto que não se aplica ao ambiente e finalidade do hospital. Nesse sentido, o objetivo do psicólogo hospitalar é de proporcionar a minimização do sofrimento do paciente e de seus familiares, atuando de maneira pontual em questões ligadas aos sofrimentos relacionados à doença e hospitalização, levando em conta sua história de vida, estrutura de personalidade e a forma como lida com a doença. Além de atuar junto à equipe auxiliando na promoção de reflexões que salientem uma atenção humanizada.



Metodologia

O presente trabalho é fruto das experiências vivenciadas durante a graduação em psicologia por meio do estágio específico denominado “Psicologia em Instituições de Saúde”, tendo sido realizado em dois hospitais públicos localizados em Porto Velho-RO, durante o período de março a outubro de 2018.

Nesse contexto, o atendimento psicológico é breve e possui etapas como: entrevista inicial, a fim de conhecer a história de vida do paciente e a história do adoecimento; escuta e intervenção do sofrimento que o paciente está vivenciando; e por fim, o fechamento do atendimento, pois a qualquer momento o paciente pode ser transferido, receber alta ou vir a óbito (ALMEIDA, 2010). Este mesmo autor afirma ainda que o atendimento psicológico no hospital deve ser focal “centrando-se no sofrimento e nas repercussões da doença no paciente e na hospitalização, associados a outros fatores como história de vida, forma como ele assimila a doença e seu perfil de personalidade” (p. 95).

Resultados e discussão

Na Resolução nº 013/2007 do Conselho Federal de Psicologia (CFP), a área hospitalar é descrita como uma especialidade, na qual a atuação se dá em instituições de saúde dos níveis secundário e terciário. Em linhas gerais, as atribuições do profissional nesta função são realizar atendimentos com pacientes, acompanhantes e membros da equipe de saúde, quando houver necessidade. Os atendimentos para avaliação e intervenção podem acontecer individualmente ou em grupos terapêuticos. Deve-se priorizar o trabalho realizado em equipe com caráter interdisciplinar, através da participação nas decisões relacionadas ao paciente e procedimentos adotados pela equipe (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2007).

Dimenstein e Macedo (2012, p. 235) salientam que as relações estabelecidas entre a psicologia e o SUS “[...] tem aproximado nossa profissão de uma realidade ainda distante da que comumente conhecemos e discutimos em nossa formação e, em consequência, da que lidamos nos clássicos lugares de atuação”.

Diante disso, Almeida (2010) refere que a psicologia hospitalar surgiu como forma de garantir que os aspectos subjetivos dos pacientes fossem considerados durante o processo de hospitalização. No contexto hospitalar existe uma tendência em priorizar os sintomas e focar nas doenças, dessa forma, a psicologia pode atuar resgatando a pessoa para além da doença,



além de contribuir para que o sofrimento provocado pelo processo de internação seja minimizado.

Na rotina hospitalar, o psicólogo pode realizar acompanhamentos de rotina e perante demandas da equipe multidisciplinar. É importante que outros profissionais saibam identificar demandas psicológicas, é nesse momento que se efetiva o trabalho de psicoeducação da equipe, ensinando a reconhecerem as demandas. No entanto, conforme Tonetto e Gomes (2007), ao receber a solicitação para a intervenção, deve-se verificar se tal demanda é decorrente da inabilidade da equipe em lidar com a pessoa ou se de fato a demanda é do paciente. Sendo da dificuldade da equipe, é importante que se ouça o coletivo e ajude-os a refletirem sobre suas ações. Se for do paciente, deve-se avaliar seu interesse e disposição para o atendimento, devendo o psicólogo intervir de modo a resolver as questões relacionadas à hospitalização em um curto espaço de tempo, em virtude do dinamismo da atuação em psicologia hospitalar.

Sobre a atuação nos leitos é importante salientar que o setting terapêutico presente no âmbito de um hospital é singular, muito diferente do que é disponibilizado em uma atuação clínica no consultório. O paciente recebe intervenções a todo momento, seja de médicos/as, enfermeiras/os, realização de exames, a presença da família e, ainda assim, o atendimento psicológico tem que acontecer em meio a esse conjunto de interações, além de haver uma dificuldade para com a manutenção do sigilo, existindo a possibilidade de haver vários leitos em uma mesma enfermaria (BATISTA, 2018).

Muitas vezes, devido à rotina intensa de um hospital, algumas questões passam despercebidas pela equipe. Uma delas diz respeito à informação, sendo esta um direito primordial do paciente e de competência obrigatória a prestação da mesma. A psicologia, nesse sentido, deve atuar na garantia do acesso à informação, de forma a ser de fato compreendida pelo paciente, ou seja, não basta apenas informar, deve-se usar uma linguagem acessível ao paciente (GORAYEB, 2001).

O psicólogo, neste cenário, atuará como um educador, minimizando possíveis falhas de linguagens técnicas e de incompetência interpessoal de alguns profissionais, pois a informação é parte essencial no processo terapêutico do paciente internado, contribuindo para a melhor evolução no tratamento e minimização de seu sofrimento.



Considerações finais

A atuação do psicólogo na rede de assistência à saúde se efetiva no sentido de estabelecer uma relação na contrapartida, ou seja, que vá além das relações despersonalizadas que com o tempo se estabelecem nas instituições. É importante no sentido de resgatar aspectos de humanidade num ambiente que costuma valorizar a doença e colocá-lo como sujeito de suas ações - o centro do processo. A missão desse profissional gira em torno de possibilitar ao paciente o entendimento de seu percurso para que a partir disso possa pensar em novas formas de conduzir sua existência.

Por fim, é importante destacar que o trabalho no ambiente hospitalar exige do psicólogo uma escuta empática, que transcenda o mundo objetivo, com vistas à compreensão dos processos subjetivos mais intrínsecos que se manifestam durante o período de hospitalização. Ser psicólogo em um hospital é mediar relações, é estreitar laços, é fazer-se, refazer-se.

Nesse sentido, as políticas de humanização do SUS avançam lentamente, portanto sua efetivação nos hospitais tem acontecido de forma gradual, por isso é fundamental que haja um profissional dedicado a minimizar o sofrimento que o processo de hospitalização prolongada pode acarretar.

Referências

ALMEIDA, Raquel Ayres de. Possibilidades de utilização da psicoterapia breve em hospital geral. **Rev. SBPH**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 94-106, jun. 2010.

BATISTA, Marta. **A importância do psicólogo no contexto hospitalar**. Psicologias do Brasil, 2018. Disponível em: <https://www.psicologiasdobrasil.com.br/a-importancia-do-psicologo-no-contexto-hospitalar/>. Acesso em: 15 de dezembro de 2018.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução n.º 013**, de 14 de setembro de 2007. Institui a Consolidação das Resoluções relativas ao Título Profissional de Especialista em Psicologia e dispõe sobre normas e procedimentos para seu registro. Brasília, DF.

DIMENSTEIN, Magda; MACEDO, João Paulo. Formação em Psicologia: requisitos para atuação na atenção primária e psicossocial. **Psicologia: ciência e profissão**, Brasília, v. 32, n. spe, p. 232-245, 2012.

GORAYEB, Ricardo. A prática da psicologia hospitalar. In: MARINHO, Maria Luiza; CABALLO, Vicente E (Org.). **Psicologia Clínica e da Saúde**. Editora: UEL – Granada: APICSA, 2001. p. 263-278. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Ricardo_Gorayeb/publication/242745738_A_pratica_d



a_psicologia_hospitalar/links/54edd8410cf25238f9391a26.pdf>. Acesso em 14 de dezembro de 2018.

TONETTO; Aline M.; GOMES, William B. Competências e habilidades necessárias à prática psicológica hospitalar. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 59, n. 1, 2007.



Eixo: Psicologia Clínica



REESTRUTURAÇÃO FAMILIAR COGNITIVA: UMA ANÁLISE INTEGRATIVA FOCADA NA TERAPIA DO ESQUEMA

Victor Hugo Coelho Rocha
Faculdade de Educação e Meio Ambiente
psivictorrocha@gmail.com

Fabiula de Amorim Nunes
Faculdade de Educação e Meio Ambiente
fabiulanunes@outlook.com

Resumo: A reestruturação familiar cognitiva é baseada na premissa de que os membros de uma família são influenciados pelos pensamentos, emoções e comportamentos de cada um de seus componentes. A terapia do esquema tem como objetivo a cura de esquemas criados e desenvolvidos durante a infância e adolescência que perpassam por toda a vida do sujeito. Objetiva-se apresentar teoricamente a prática clínica em reestruturação familiar cognitiva focada na terapia do esquema. Optou-se pela revisão integrativa de literatura sendo utilizados livros, artigos, periódicos, dissertações e teses de doutorado encontrados nos bancos de dados tais como: Google Acadêmico, LILACS, periódicos CAPES, PEPSIC e SciELO, nos quais foram encontradas bases bibliográficas referentes ao tema do estudo, para conhecimento e levantamento de conteúdo referente à proposta da pesquisa. A reestruturação familiar cognitiva é um processo direcionado aos eventos familiares, às relações parentais e situações de conflitos ocorridos neste relacionamento. O trabalho neste tipo de terapia exigirá do terapeuta conhecimento amplo, assim como o domínio de suas técnicas para que colaborativamente se consiga ressignificar as crenças e esquemas disfuncionais.

Palavras-chave: Reestruturação Familiar Cognitiva. Terapia Familiar. Terapia de Esquemas.

Introdução

O primeiro grupo social em que todo indivíduo é inserido ainda na tenra idade trata-se da família, na qual o sujeito terá a oportunidade de vivenciar experiências positivas e negativas. Também é neste grupo que o indivíduo experimenta afetos, limites, tristezas, alegrias, perdas, apoio, frustrações, cuidado ou ausência deste, o que vem a contribuir para o desenvolvimento e formação de seu padrão de comportamento e de sua personalidade (YOUNG, 2003; VALENTINI; ALCHIERI, 2009).

Todo sistema familiar possui características particulares, as quais influenciam diretamente na constituição do sujeito, sendo a família a principal responsável pelo fornecimento ou ausência de repertório comportamental, emocional e até mesmo verbal deste. Logo, o comportamento manifestado por cada indivíduo que compõe um núcleo familiar afetará



não somente sua vida pessoal, mas sim toda a família e conseqüentemente seu relacionamento familiar e mais tarde com outros indivíduos.

A terapia cognitivo comportamental (TCC), desenvolvida pelo psicólogo Aaron Beck, foi a primeira abordagem que se propôs a desenvolver teorias e métodos que possibilitam intervenções com pessoas com transtornos emocionais a partir de métodos cognitivos e comportamentais. A terapia cognitivo comportamental tem como meta propiciar ao paciente a reestruturação de suas crenças que se encontram disfuncionais, provocando os mais diferentes tipos de sofrimento no sujeito. Para que a respectiva reestruturação cognitiva seja possível é necessário que o paciente apresente flexibilidade cognitiva para que as intervenções cognitivas e comportamentais venham de fato a auxiliar no processo de reestruturação. (CUNHA, 2017).

O trabalho com reestruturação cognitiva (RC) inicia-se a partir do desenvolvimento da conceituação cognitiva do paciente, a qual permitirá a estruturação de estratégias de atendimento visando o alívio de sofrimento do paciente através do estabelecimento de metas terapêuticas pautadas nas reais necessidades do sujeito. Um dos principais objetivos da RC é atuar sobre o sistema de crenças do paciente, no qual perpetuam esquemas disfuncionais que geram sofrimento.

Considerando que todo indivíduo é afetado diretamente por seu meio, principalmente pelos grupos que está inserido, sendo a família o principal deles, em terapia cognitivo comportamental se trabalha sob o enfoque da reestruturação familiar cognitiva, atuando sobre crenças e esquemas disfuncionais, tendo em vista que determinados esquemas familiares são perpassados e carregados para posteriores gerações. A reestruturação familiar cognitiva foca-se sob a premissa de que os membros de uma família são influenciados pela tríade: pensamentos, emoções e comportamentos de cada um de seus componentes, podendo evocar respostas de seus membros que acabam constituindo a maior parte da interação do sujeito com os outros membros de seu grupo familiar. Este processo torna os membros familiares vulneráveis a conflitos e sofrimentos devido à repetição de padrões disfuncionais herdados (DATILIO, 2006; CUNHA, 2017).

A construção de significados cognitivos se origina a partir da qualidade das relações primárias na infância pontuadas pelo psicólogo John Bowlby e posteriormente se tornando base na formulação da terapia do esquema (TE), prática integrativa presente na terceira onda das terapias cognitivo-comportamentais. A TE foi desenvolvida por Jeffrey Young em meados da



década de 90 e tem se mostrado muito eficaz dentro deste tipo de trabalho de reestruturação familiar cognitiva, evidenciando através da prática clínica, resultados satisfatórios. Além disso, contribui de forma significativa para as abordagens cognitivas, pois estabelece um modelo conceitual clínico rico, de grande eficácia (CUNHA, 2017).

Previamente, deve-se compreender que na TE o objetivo centra-se na melhora e ressignificação de esquemas iniciais desadaptativos que se desenvolvem durante a infância e adolescência, devido ao déficit ou ausência do suprimento das necessidades básicas comuns a todo indivíduo, desde alimentação e proteção à carinho, afeto, imposição de limites, entre outros. Diante disso, o objetivo deste trabalho é apresentar teoricamente a prática clínica em reestruturação familiar cognitiva focada na TE. Sendo esta, de total relevância devido sua funcional e significativa contribuição para a prática clínica psicoterápica.

Metodologia

Para o desenvolvimento desta pesquisa optou-se pelo método de revisão integrativa da literatura, a qual permite o pacto entre dados da literatura teórica e empírica através de definições conceituais, análises teórica e metodológica. Trata-se de uma revisão integrativa, pois de acordo com Mendes; Silveira; Galvão (2008) uma revisão integrativa origina-se de conceitos, opiniões ou ideias das pesquisas realizadas na área em um determinado método. Logo, contribuem para o processo de sistematização e análise dos resultados, objetivando a compreensão do tema escolhido para a pesquisa a partir de outros estudos existentes.

Para o alcance do propósito desta pesquisa buscou-se materiais bibliográficos referente à temática apresentada tanto em português quanto em espanhol, bem como técnicas e metodologias de tratamento de acordo com o modelo clínico evidenciado. Para isto, foram utilizados livros, artigos, periódicos, dissertações e teses de doutorado encontrados nos bancos de dados tais como: Google Acadêmico, LILACS, periódicos CAPES, PEPSIC e SciELO nos quais foram encontradas bases bibliográficas referentes ao tema do estudo, para conhecimento e levantamento de conteúdo referente à proposta da pesquisa realizada no período de novembro de 2018 a junho de 2019.

Resultados e discussão

Reestruturação cognitiva refere-se ao processo de identificação, questionamento e substituição das crenças nucleares do paciente. Envolve uma série de procedimentos



terapêuticos e visa, por fim, que crenças mal adaptativas percam relevância e crenças adaptativas se fortaleçam. A reestruturação familiar cognitiva é entendida como o mesmo processo da reestruturação cognitiva, porém direcionado aos eventos familiares, às relações parentais e situações de conflitos ocorridos neste relacionamento. Ao identificar quais crenças nucleares foram aprendidas ou repassadas pelo núcleo familiar o sujeito será capaz de desenvolver estratégias para torná-las funcionais, organizando o processo de compreensão e aceitação do esquema vivenciado (CUNHA, 2017).

O termo reestruturação familiar cognitiva é novo e não consta, até o presente momento, em trabalhos científicos na área da terapia cognitiva, sendo o olhar inovador deste trabalho em contextualizar uma prática que envolva uma reestruturação cognitiva através das relações familiares, tendo como base o modelo cognitivo, terapia de esquemas e estilos parentais (DATTILIO, 2006; CUNHA, 2017).

O trabalho com o grupo através da reestruturação familiar cognitiva exigirá do terapeuta conhecimento amplo do modelo cognitivo direcionado a família, conhecimento e domínio das técnicas da terapia de esquemas e terapia focada nas emoções, experiência no atendimento em grupo e criatividade para elaboração das falas diante da formulação de caso dos sujeitos atendidos (DATTILIO, 2006).

Considerações finais

Pode-se considerar que o trabalho através da reestruturação familiar cognitiva exigirá do terapeuta conhecimento amplo do modelo cognitivo direcionado a família, conhecimento e domínio das técnicas da terapia do esquema e terapia focada nas emoções, experiência no atendimento em grupo e criatividade para elaboração das falas diante da formulação de caso dos sujeitos atendidos. A reestruturação familiar cognitiva é entendida como o mesmo processo da RC, porém direcionado aos eventos familiares, às relações parentais e situações de conflitos ocorridos neste relacionamento. Ao identificar quais crenças nucleares foram aprendidas ou repassadas pelo núcleo familiar o sujeito será capaz de desenvolver estratégias para torná-las funcionais, assim, organizando o processo de compreensão e aceitação do esquema vivenciado.

Referências

CUNHA, E. F. Reestruturação familiar cognitiva através do role play e terapia de esquema em grupo. **Revista FAEMA**, 2017.



DATILLIO, F. Reestruturação de esquemas familiares. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas**, v. 2, n. 1, 2006.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: Método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 17, n. 4, p. 758-764, 2008.

VALENTINI, F.; ALCHIERI, J. C. Modelo clínico de estilos parentais de Jeffrey Young: revisão da literatura. **Contextos Clínicos**, v. 2, n. 2, p. 113-123, 2009.

YOUNG, J. E., KLOSKO, J. S.; WEISHAAR, M. E. **Terapia do esquema: Guia de técnicas cognitivo-comportamentais inovadoras**. Porto Alegre: Artmed. 2008.



CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA DO APEGO DE JOWN BOWLBY NO PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO FAMILIAR COGNITIVA

Victor Hugo Coelho Rocha
Faculdade de Educação e Meio Ambiente
psivictorrocha@gmail.com

Fabiula de Amorim Nunes
Faculdade de Educação e Meio Ambiente
fabiulanunes@outlook.com

Resumo: A terapia de Esquemas, tem como objetivo a cura de esquemas criados e desenvolvidos durante a infância e adolescência que e se arrastam por toda a vida do sujeito. Não surge como uma abordagem separada das demais terapias cognitivas, mas sim como uma proposta prática integrativa. Objetivou-se apresentar teoricamente as contribuições da teoria do apego no processo de reestruturação familiar cognitiva. Optou-se pela revisão integrativa de literatura sendo utilizados livros, artigos, periódicos, dissertações e teses de doutorado encontrados nos bancos de dados tais como: Google Acadêmico, LILACS, periódicos CAPES, PEPSIC e SciELO. A Teoria do Apego, sendo uma teoria integrativa, contribuiu diretamente para o desenvolvimento do processo de Reestruturação Familiar Cognitiva é um processo direcionado aos eventos familiares, às relações parentais e situações de conflitos ocorridos neste relacionamento, onde percebe-se sua utilização como metodologia clínica dentro das terapias cognitivas comportamentais. O trabalho neste tipo de terapia exigirá do terapeuta conhecimento amplo, tanto da terapia cognitivo comportamental e terapia de esquemas, bem como, da teoria do apego de Bowlby, para que se consiga desenvolver um trabalho psicoterapêutico clínico congruente com a real necessidade do paciente.

Palavras-chave: Teoria do Apego. Terapia Cognitivo Comportamental. Reestruturação Familiar Cognitiva.

Introdução

A teoria do apego foi formulada em 1979, por John Bowlby, e trata-se de umas das teorias mais estudadas na história da psicologia, descrevendo e abordando o processo de vinculação humana e as psicopatologias que podem se originar a partir de tal processo, atualmente a teoria do apego envolve psicoterapias das mais diversas abordagens teóricas, principalmente dentro das terapias cognitivas comportamentais, sendo uma das bases da terapia de esquemas de Jeffrey Young e contribui diretamente para a conceituação do processo de Reestruturação Familiar cognitiva focada na Terapia de Esquemas (TE). (PONTES et al., 2007; WAINER, 2016).



Apaixonado pela etologia, Bowlby, estudando os animais, postulou que as pressões evolutivas faziam filhotes mamíferos a desenvolverem estratégias comportamentais peculiares em sua relação com o cuidador, entre tais estratégias, se percebia o comportamento de se manter próximo da figura de apego. Logo, a função básica do apego, nas diferentes espécies existentes se demonstrou através da relação mãe-bebê primata como fonte de proteção contra os predadores. Em pesquisas com roedores foram observados também que mamíferos altriciais nascem privados de visão e audição, permanecendo um período com tal ausência durante as primeiras semanas de vida, diante disto, a forma que o filhote seleciona para o reconhecimento da mãe ocorre através do olfato, atuando na mediação da interação entre mãe e filhote propiciando a vinculação destes com a figura de apego. (RAPOPORT; SILVA, 2014).

Compreende-se também que bebês recém-nascidos aprendem o odor da mãe, assim como seu toque e sua voz durante todo período perinatal. Será tais comportamentos que inicialmente propiciará o desenvolvimento do vínculo com a mãe. Em contrapartida, quando a mãe não estabelece esse contato, conseqüentemente o bebê nascerá não se sentindo pertencente, o que provavelmente irá se acentuar a medida que suas necessidades básicas após vida intrauterina não forem satisfeitas e supridas. (RAPOPORT; SILVA, 2014).

Ao que se trata da espécie humana, Bowlby postulou que quando um bebê chega ao mundo, ele se encontra em uma condição de vulnerabilidade fisiológica, dependendo de uma terceira pessoa a qual deverá fornecer a ele cuidados que garanta sua sobrevivência, geralmente a pessoa responsável por esse cuidado será uma figura específica, a genitora ou um outro cuidador que substitua essa figura de forma responsiva. (BOWLBY, 2004).

Concomitantemente com o desenvolvimento de suas pesquisas, Pontes (2007) postulou que somente a partir de uma vinculação segura que se conseguirá permitir que as crianças explorem seus ambientes de maneira segura. A partir disto, o apego pode ser compreendido como comportamentos do indivíduo na fase primitiva de sua infância, surgindo no primeiro ano de vida e permanecendo de forma intensa durante toda primeira infância, que se caracteriza tanto pela busca de proximidade com a genitora como também pela exploração de seu ambiente, devido a relevância quanto à existência de sensibilidade materna para que os padrões de apego de natureza transgeracional do vínculo mãe-criança se desenvolva de maneira saudável, pois a partir destas relações que se dará a organização desses modelos de funcionamento psicológico e regulação emocional.



O objetivo deste trabalho centra-se em destacar a importância da teoria do apego para o desenvolvimento da terapia de esquemas, presente na terceira onda da terapia cognitivo comportamental visando apresentar teoricamente as contribuições da teoria do apego no processo de reestruturação familiar cognitiva.

Tal trabalho apresenta fundamental relevância levando em consideração que se trata de uma prática clínica particularmente nova, porém que apresenta grande funcionalidade, além do mais, espera-se a partir deste trabalho, o surgimento de novas pesquisas quanto a temática.

Metodologia

Para o desenvolvimento desta pesquisa optou-se pelo método de revisão integrativa da literatura a qual de acordo com Mendes; Silveira & Galvão (2008) permite o pacto entre dados da literatura teórica e empírica através de definições conceituais, análises teórica e metodológica. Para o alcance do propósito desta pesquisa buscou-se materiais bibliográficos referente à temática apresentada tanto em português quanto em espanhol, bem como técnicas e metodologias de tratamento de acordo com o modelo clínico evidenciado. Para isto, foram utilizados livros, artigos, periódicos, dissertações e teses de doutorado encontrados nos bancos de dados tais como: Google Acadêmico, LILACS, periódicos CAPES, PEPSIC e SciELO onde foram encontradas bases bibliográficas referentes ao tema do estudo.

Resultados e discussão

Ao falar sobre suprimento de necessidades básicas da criança, deve-se ter em mente que não se refere apenas as necessidades de alimentação e moradia, mas sim, e não menos importante, as necessidades afetivas e emocionais. Bowlby (1990) acreditava que para que uma criança cresça feliz e saudável ela deve ter qualidade na interação com seus estilos parentais, principalmente com aquele que lhe fornece os cuidados, isto enfatiza a responsabilidade do adulto não visando somente a satisfação das necessidades orais da criança, mas sim e primordialmente as necessidades emocionais, que permeará todas fases de desenvolvimento de sua vida e suas relações com outros pares. No relacionamento estabelecido com a figura de apego aspectos tais como segurança, proteção e conforto passam a serem experimentados e considerados como uma base segura que fornecerá à criança a possibilidade de explorar o mundo, a ausência destes em contrapartida levará ao desenvolvimento de esquemas



desadaptativos que provocará sofrimento justamente devido à falta de repertório comportamental para lidar com aquilo que causará medo ao sujeito.

Um sujeito que possui um clima emocional favorável onde a mãe lhe direciona atitudes emocionais de qualidade, se desenvolverá de maneira funcional, sendo que a base do desenvolvimento de sua personalidade e saúde estará pautada sobre tal relação que deve ser enriquecida por meio dos estilos parentais (COSTA; FONSÊCA, 2017).

Considerações finais

A TCC surge nesse cenário com a preocupação de fornecer a tais indivíduos uma ressignificação de seus modelos parentais através da Reestruturação Familiar cognitiva, a qual visa transformar comportamentos, cognições e emoções desadaptativas em adaptativas, que propicie qualidade de vida e redução de sofrimento psíquico.

Referências

- BECK, J. S. **Terapia cognitiva: Teoria e prática**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- BOWLBY, J. **Apego e perda: separação: angústia e raiva**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes; 2004.
- BOWLBY, J. **Apego: A Natureza do Vínculo**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- Dias, V. R. C. S. **Psicodrama teoria e prática**. São Paulo: Ágora, 1986.
- COSTA, C. dos A.; FONSÊCA, L. **Vínculo materno na perspectiva da teoria do apego: elementos para concepção em saúde mental**. 2017.
- CUNHA, E. F. da. Reestruturação Familiar Cognitiva Através Do Role Play e Terapia de Esquema em Grupo. **Revista FAEMA**. 2017.
- DATILLIO, F. Revista Brasileira de Terapias Cognitivas- Reestruturação de esquemas familiares – Vol. 2 nº 1 – Jan./Jun. de 2006.
- DUARTE, A. L. C.; NUNES, M. L. T.; KRISTENSEN, C. H. Revista Brasileira de Terapias Cognitivas - Esquemas desadaptativos: revisão sistemática qualitativa. Vol. 4 nº1 – Jan./Jun. de 2008.
- MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. de C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: Método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 17, n. 4, p. 758-764, 2008.



PONTES, F. A. R. et al. Teoria do apego: elementos para uma concepção sistêmica da vinculação humana. **Aletheia**, n. 26, p. 67-79, 2007.

RAPOPORT, A.; SILVA, S. B. Fatores de risco e de proteção ao desenvolvimento infantil. In: P. U. C.; SILVA, D. Q. (Eds.), **Psicologia, educação e saúde: Temas contemporâneos** (p. 13-25). Canoas: Ed. Unilasalle, 2014.

WAINER, R. et al. **Terapia Cognitiva Focada em Esquemas**. Porto Alegre: Artmed, 2016.

YOUNG, J. E.; KLOSKO, J. S.; WEISHAAR, M. E. **Terapia do esquema: Guia de técnicas cognitivo-comportamentais inovadoras**. Porto Alegre: Artmed. 2008.



ASSÉDIO MORAL E SUICÍDIO: UM ESTUDO DE CASO DE ESTRESSE PÓS-TRAUMÁTICO RELACIONADO AO TRABALHO

Camila Gutieres dos Santos Soares Costa
Universidade Federal de Rondônia
gutierescamila@hotmail.com

Edcarlos Alfaia Galeno Barbosa
Universidade Federal de Rondônia
edcarlos-alfaia01@hotmail.com

Vanderléia de Lurdes Dal Castel Schilindwein
Universidade Federal de Rondônia
vdcastel@gmail.com

Resumo: Este estudo tem como objetivo apresentar um relato de atendimento clínico no estágio em Saúde do Trabalhador e Clínica do Trabalho desenvolvido no Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), de modo a transparecer o nexos entre trabalho e ideação suicida. A paciente chegou ao SPA com sintomas sugestivos de pânico, insônia, ideação suicida e já havia feito algumas tentativas de suicídio, sua história de vida e de trabalho é perpassada por questões de violência, desamparo e abandono. A proposta de intervenção foi embasada nos dispositivos para uma escuta qualificada na abordagem da Psicodinâmica do Trabalho (PdT). Foi possível observar que, nesse caso, os sintomas tinham relação com a situação de violência vivenciada no trabalho, embora o trabalho não tenha sido causa estruturante do adoecimento psíquico, mas sim o gatilho desencadeante de um estado de estresse pós-traumático com ideação suicida. No processo psicoterapêutico, ao longo de quarenta sessões, foi possível reestabelecer a estabilidade emocional e reverter o quadro de ideação suicida.

Palavras-chave: Clínica do Trabalho. Violência no Trabalho. Suicídio.

Introdução

Ainda que exista dificuldade em estabelecer o vínculo entre suicídio e trabalho, este é um problema social em ascensão e merece atenção, é um tema tabu no interior das organizações e instituições pactuado pelo silêncio (SZNELWAR; LANCMAN; UCHIDA, 2010). Como qualquer comportamento humano, o suicídio também é dirigido ao outro, quem morre por suicídio convida a sociedade a refletir sobre seu sofrimento, um questionamento radical que revela a degradação profunda da convivência e da solidariedade. É preciso compreender essas mensagens, pois podem indicar uma solidão psicológica e afetiva intolerável, o trabalhador mesmo estando em uma comunidade de trabalho, pode sentir-se isolado e solitário (DEJOURS, 2017).



Discutir sobre adoecimento, sofrimento e ideação suicida no trabalho a partir do caso que será apresentado requer o resgate do conceito de ressonância simbólica, termo central para a Psicodinâmica do Trabalho (PdT). Dejours compreende que o sofrimento no trabalho pode existir muito antes do próprio trabalho, se dá nas relações infantis e traumas da história pregressa do trabalhador. Em determinadas situações, esse sofrimento “do passado” reaparece na vida adulta a partir de relações e condições de trabalho que entram em confronto com a história de vida do trabalhador, colocando-o de “frente” com suas angústias mais primitivas, geralmente é no trabalho que o sujeito terá a oportunidade de elaborar o seu sofrimento. Se as circunstâncias lhe possibilitarem tal elaboração, haverá o fortalecimento de sua subjetividade e identidade, caso contrário, haverá sofrimento e padecimento (LANCMAN; UCHIDA, 2003).

Nessa perspectiva, é importante que o nexos causal, na área da Saúde do Trabalhador, resulte de um processo sério e contextualizado de investigação diagnóstica que possa resgatar e estabelecer ligações entre a história de vida do trabalhador, a história clínica, a investigação das relações e condições de trabalho e as razões e circunstâncias que contribuem para o seu adoecimento (JACQUES, 2007).

Este estudo tem como objetivo apresentar um relato de atendimento clínico com base teórica na Clínica do Trabalho (CT), desenvolvido no estágio em Saúde do Trabalhador e Clínica do Trabalho no Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), com foco no nexos causal do trabalho e ideação suicida de uma paciente atendida no período de 2015 a 2016.

Metodologia

Trata-se de um estudo de caso clínico desenvolvido após acompanhamento psicoterapêutico no Serviço de Psicologia Aplicada da UNIR, sendo selecionado por sua expressão clínica em torno do nexos causal entre trabalho e ideação suicida. Os dados pessoais da paciente foram preservados, sendo também respeitadas todas as questões éticas inerentes ao processo psicoterapêutico, obtendo-se aprovação da coordenação do SPA para elaboração e divulgação deste trabalho. A proposta de intervenção foi embasada nos dispositivos para uma escuta qualificada em PdT, abordagem que auxilia a compreender como a subjetividade é mobilizada no trabalho e seus efeitos benéficos ou nocivos para o funcionamento psíquico do paciente, capaz de captar os aspectos subjetivos mobilizados nas relações com o trabalho, não



se tratando apenas de dar visibilidade aos sofrimentos/patologias do trabalho, mas evidenciar as condições em que o trabalho permite as vivências de prazer (DEJOURS, 2017).

Caracterização clínica do caso

Ester, cinquenta e cinco anos, casada, quatro filhos, foi encaminhada pelo Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), no qual fazia apenas acompanhamento psiquiátrico. Começou a trabalhar aos doze anos fazendo salgados e constituiu experiência profissional em diversos segmentos. Seu último vínculo empregatício foi na administração de um condomínio, local no qual foi vítima de assédio moral e perseguição por parte de um condômino. Chegou ao SPA com sintomas sugestivos de pânico, insônia, ideação suicida, histórico de tentativas de suicídio e há cerca de um ano estava afastada do trabalho.

Procedimento Psicoterapêutico

O processo de intervenção se deu ao longo de quarenta sessões individuais com duração média de cinquenta minutos cada, com supervisões periódicas no estágio em Clínica do Trabalho e Saúde do Trabalhador. As sessões a serem apresentadas integram os dispositivos utilizados no manejo clínico com a paciente: I. Sessões iniciais de acolhimento, compreensão do quadro clínico e escuta da história de vida e trabalho da paciente; II. Sessões de manejo: processo de estabilização da ideação e tentativas de suicídio, trabalho interdisciplinar com o psiquiatra; recordações do trauma real na história de vida e de trabalho com interpretação das resistências tornando-as consciente. III. Sessões de observação dos efeitos e alterações de pensamento com o uso dos medicamentos: intensificação/fantasia de planejamento do ato suicida, reações e acompanhamento em conjunto com psiquiatra dos efeitos das medicações e aproximação com a família; IV. Sessões de enfrentamento das cenas esquecidas/reprimidas – pensamentos de morte reaparecem, mas foi possível através do manejo da transferência com a terapeuta um espaço para ab-reagir, ou seja, liberar afeto ligado a recordação das cenas dos acontecimentos traumáticos; V. Sessões de ressignificação da história de vida e de trabalho – estabilização do quadro clínico, reposicionamento da paciente frente às situações de sofrimento vivenciados no trabalho e na sua história de vida. VI. Sessões de reapropriação do desejo e processo de sublimação – o trabalho aqui reaparece como força mobilizadora do desejo capaz de promover a reintegração de sua vida ativa, força mobilizadora de ações que contribuiriam para a estabilização do quadro clínico.



Resultados e discussão

Ester tem sua história de vida e de trabalho perpassada por questões de violência, silenciamento, abusos, exploração e desamparo. Foi possível observar que, nesse caso, os sintomas tinham relação com a situação de violência no trabalho, bem como havia vinculação com sua história de vida, o trabalho não foi causa estruturante do adoecimento psíquico, mas foi o gatilho desencadeante de um estado de estresse pós-traumático com ideação suicida (CID F43.1). O trabalho representou, para a paciente, amparo e estabilidade emocional, mas quando as relações com a organização do trabalho deixaram de ser seguras, ela não conseguiu manter sua estabilidade física e mental. A experiência traumática no trabalho levou ao adoecimento mental. Os sintomas resultaram das defesas/conflitos do ego diante do perigo de fora, as cenas traumáticas do passado formaram a repressão de base da sua neurose, constituindo-se numa reação ao trauma.

No processo psicoterapêutico, foi possível reverter o quadro de ideação suicida, foram momentos alternados entre o planejamento, as tentativas de suicídio e a estabilidade emocional. A escuta clínica com embasamento na PdT possibilitou que, tanto conteúdos da vida pessoal quanto laborais pudessem ser elaborados, ressignificados e um novo reposicionamento diante do trauma se construiu.

Considerações finais

Apesar de o trabalho se revelar, por vezes, um espaço de dor e sofrimento, também pode ser o território privilegiado para a elaboração dos traumas da vida e para o resgate da identidade, dignidade e saúde do trabalhador. Dejours (1999, p. 166 apud BOTTEGA; MERLO, 2017, p. 9-10) afirma que “escutar o sofrimento dos trabalhadores é um comprometimento, quer se queira, quer não”. Então, proporcionar um espaço de escuta e de acompanhamento especializado, ético e comprometido com a saúde do trabalhador possibilita que este se mobilize de forma objetiva e subjetiva para a transformação daquilo que o faz sofrer.

Referências

BOTTEGA, C. G.; MERLO, Á. C. Clínica do trabalho no sus: possibilidade de escuta aos trabalhadores. **Psicologia & Sociedade**. Belo Horizonte, v. 29, p. 1-11, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822017000100222&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 25 de setembro de 2019.



DEJOURS, C. **Psicodinâmica do Trabalho**: casos clínicos. Dublinense: Porto Alegre, 2017.

JACQUES, M. G. O nexos causal em saúde/doença mental no trabalho: uma demanda para a psicologia. **Psicologia & Sociedade**. Porto Alegre. v. 19, n. spe, p. 112-119, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v19nspe/v19nspea15.pdf>. Acesso em: 26 de setembro de 2019.

LANCMAN, S.; UCHIDA, S. Trabalho e subjetividade: o olhar da psicodinâmica do trabalho. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**. São Paulo, v. 6, p. 79-90, 2003. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/25852>. Acesso em: 19 de agosto de 2019

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **CID-10** Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde. 10a rev. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997. vol.1

SZNELWAR, L. I.; LANCMAN, S.; UCHIDA, S. Prefácio. In: DEJOURS, C.; BÉGUE, F. **Suicídio e trabalho** – O que fazer? Brasília: Paralelo 15, 2010. p. 7-11.



IMAGENS DA MEMÓRIA: CONFLITO DE INTERPRETAÇÕES ENTRE JACQUES LACAN E HENRI BERGSON

Rodrigo Tavares Godoi
Universidade Federal de Rondônia
rodrigo.godoi@unir.br

Resumo: Uma teoria da memória se faz quando respeitadas três dimensões fundamentais: sistemática, metódica e tópica. Para esta comunicação, minha atenção dedica-se a sistemática, ou seja, discussão à natureza da memória. E essa natureza se faz sob os contornos da imagem como imanência, metáfora e estética. O princípio teórico ao qual esta perspectiva está vinculada é o da hermenêutica, em especial de Hans-Georg Gadamer e Reinhart Koselleck. Um diálogo de metahistória, ou seja, de história, psicanálise e filosofia. A finalidade é apresentar discussão de princípios antitéticos relacionados aos eventos da memória. Princípios que realçam aporias entre epistemologia e hermenêutica a fim de elaborar formas de metodização pertinente. No caso da psicanálise nossa atenção está para o algoritmo lacaniano e para a filosofia, o cone invertido da memória bergsoniana. Fenda e fresta, dois termos importantes que consideram o inconsciente uma discussão que envolve os eventos da memória. Assim sendo, minha investida depende dessa afirmação, pois com ela entra em tensão ou resistência a relação entre memória, experiência, passado e objeto de desejo. Para a interpretação dos eventos da memória, há necessidade de compreender a significação de: antecipação de sentido e regimes de signos. Assim, estabelecer memória um objeto de pesquisa implica na observação do conflito de interpretações.

Palavras-chave: Imagem. Memória. Jacques Lacan. Henri Bergson.

Introdução

A discussão em relação a memória tem como finalidade apresentar uma mudança de orientação para o que usualmente historiadores, psicólogos, sociólogos, geógrafos e antropólogos realizam em suas pesquisas. Com o advento da terminologia *epistemologias* para se aplicar a estudos ligados a memória, acredito que um debate muito peculiar está sendo abandonado paulatinamente. Esse debate está para o campo que em meta-história se chama sistemática. Por esse motivo, o ponto de observação do qual me ocupo ultimamente é o do diálogo da história com a psicanálise e a filosofia. Não se pode negar a contribuição de ambas para os estudos ligados a memória. Essa parte da minha pesquisa tem sido instigante para analogias quanto a distinção entre fenômenos e conteúdos. Assim, ocupar-me do algoritmo lacaniano implica em compreender mecanismos que interferem no que chamamos de memória, que pode ser confundida com rememoração, lembrança, recordação, imaginação. Porém, independentemente disso, é usual atribuir à memória um senso de absoluto, ou seja, unidade.



Mas, o que define esse senso de unidade da memória, suas bordas e contornos geométricos, dando as dimensões de seu absoluto ou seus conteúdos em multiplicidade, dando a eles senso de relativo?

Absoluto e relativo, dois termos que parecem opostos no senso comum. Porém, o que interessa é em como duas bases antitéticas se sustentam para compreender a natureza de algo que não se limita a *epistemologias*. Assim, a primeira suspeição está em torno da aporia entre epistemologia e metafísica. A segunda suspeição está em como existe um contrasenso entre passado e decorrido na memória. A terceira suspeição está entre memória e representação. Esse movimento suspensivo incidirá diretamente na relação entre absoluto e relativo por demonstrar o princípio hermenêutico da memória. Uma defesa que interessa para compreender aquilo que chamo de evento da memória. A partir deste momento há de precisar o objeto de minha pesquisa. Falar de memória conduz para definição de uma metodização que requer apontamento para uma teoria da memória.

Metodologia

Atestar haver o interesse de apresentar uma hermenêutica da memória é, de fato, a exposição de uma metodologia com intenção inovadora quanto aos preceitos sustentadores de pesquisas cujo objeto é memória. Memória é para esta pesquisa um objeto que deriva dos conceitos de coletivo singular e sentido. Sob o preceito hermenêutico, considera-se coletivo singular aquilo que lida diretamente com condição e possibilidade. Ou seja, memória não se consolida na relação com a antecipação de sentido, mas compreende-a a partir de eventos que estabelecem suas relações sincrônicas e diacrônicas com estruturas. Em outros termos, há relações de futuro passado (KOSELLECK, 2000). Esse princípio prescinde da defesa do tempo homogêneo, ou seja, cronológico e factual. Memória não se limita a epistemologia da história, etnografia e representação simbólica. Este princípio hermenêutico concentra-se na segunda e terceira suspeição descrita.

Coletivo singular descreve forma. Ou seja, o conceito de coletivo singular demanda da observação quanto a resultados de pesquisa, da articulação entre esforço cognitivo, problema de investigação e reflexão (aplicação de dados de teoria). Concebe-se coletivo singular porque o tempo é o que relativiza a memória (seu evento). O tempo impede que a memória seja ela apreendida de uma única vez (metamemória). O absoluto da memória imprime nela duração. Porém, a duração não pode ser compreendida sob princípio paradigmático (BERGSON, 2002,



2003). Há intermitência na memória, princípio que rejeita a dialética e apega-se à estrutura da letra. Fala-se da cadeia significante (metonímia) e objeto de desejo (fantasia e recalque). A representação do significante como algo do significado reforça a metáfora como antecipação de sentido. Um problema no qual o eu se confunde com o intérprete (LACAN, 1966, 1991, 1998, 2001).

O sentido depende de princípio metódico. Essa parte da pesquisa está entre o debate inerente a Lacan e Bergson. Partindo da impossibilidade de alienação entre eu e tu, a interpretação necessita considerar a diferença entre mundo e linguagem (GADAMER, 1995; KOSELLECK, 2000). O sentido não se torna uma projeção de alcance retrospectivo, mas de experiência e estética. Sentido se faz no processo de interpretação e a categoria da experiência é a chave para se compreender os elementos psicológicos que se apresentam como evento para interpretação. Desejo e carência de orientação fazem da memória um objeto que não pode furtar-se da consideração de sua natureza e ela somente pode ser definida diante exposição de procedimentos e regras, ou seja, da apresentação metódica de condição e possibilidade interpretativas dos eventos da memória.

O sentido, não pode ser apresentado como antecipação de significado. Uma afirmação que consolida um ponto em comum entre Bergson e Lacan, porém, cada um a sua maneira teórica. Esse é um debate entre metafísica e epistemologia sob uma perspectiva hermenêutica.

Resultados e discussão

Em síntese, essa pesquisa desenvolve-se como tentativa de descentralizar tempo e espaço. Em verdade, o objetivo é desterritorializar o espaço para que memória torna-se compreendida a partir de um sistema de racionalização não subordinado a historiografia analítica. Com a ideia de duração estética, defende-se que imagem torna-se antecipação de condição de natureza e não significado (conteúdo). Intuito que não pode desprender-se da discussão entre passado e tempo.

A base pragmática e propedêutica da teoria da memória que se pretende, pauta-se no pressuposto de serem os eventos da memória dotados de evidências e indícios não relacionáveis, diretamente, a trauma, desenvolvimento cognitivo, idiosincrasia, memória coletiva ou contextos históricos. O que se pretende é afirmar ser cada evento da memória, indiferente a subjetividade e objetividade. Os fenômenos da memória estão relacionados, em estados de consciência, a simpatia. Um processo descrito e apresentado a partir de conceitos como imediato e instante. Mas, essas observações somente podem ser compreendidas considerando a



barreira do algoritmo lacaniano à passagem significativa e significado sob metonímia e metáfora. No cone invertido da memória, a memória ausente de lugar.

Considerações finais

Esta proposta de comunicação faz parte da consolidação de um texto cujo centro é a discussão em torno da consciência que envolve Lacan e Bergson. Esse texto tem o título *Teoria da Memória: diálogo transdisciplinar e meta-história* que faz parte de um projeto de pesquisa, em desenvolvimento, sob a temática *Usos e Abusos da Memória: um problema de metodologia para a história*. Esse projeto é vinculado a subárea de Teoria e Filosofia da História dedicada para a discussão entre história, memória e hermenêutica.

Referências

BERGSON, H. **Essai sur les Données Immédiates de la Conscience**. Québec: Édition Électronique, 2003. Disponível em: http://classiques.uqac.ca/classiques/bergson_henri/essai_conscience_immediate/conscience_imm.html. Acesso em: 08 set. 2019.

_____. Histoire de l'idée de temps: première leçon/ Histoire de l'idée de temps: deuxième leçon In: WORMS, F. (éd.) **Annales Bergsoniennes 1: Bergson dans le siècle**. 1^a ed.; France: PUF, 2002.

_____. **La Pensée et le Mouvant**: essais et le conférences. Québec: Édition Électronique, 2003. Disponível em: http://classiques.uqac.ca/classiques/bergson_henri/pensee_mouvant/pensee_mouvant.html. Acesso em: 08 set. 2019.

_____. **Matière et Mémoire**: essai sur la relation du corps à l'esprit. Québec: Édition Électronique, 2003. Disponível em: http://classiques.uqac.ca/classiques/bergson_henri/matiere_et_memoire/matiere_et_memoire.html. Acesso em: 08 set. 2019.

GADAMER, H.-G. Hermeneutik, ästhetik, praktische philosophie In: DUTT, C. (hrgs.) **Hans-Georg Gadamer im Gespräch**. Germany: Universitätsverlag C. Winter Heidelberg, 1995.

GODOI, R.T. Memória e Testemunho: entre narração e interpretação In: **Tempo e Argumento**, Florianópolis, vol. 10, n° 25, p 410-434, jul./set. 2018.

_____.; GUSMÃO, E.Q. Entre a evidência e o indício: pistas para uma hermenêutica da memória In: Moraes, J. (Org.). **A História Sob Olhar Crítico**. São Leopoldo, RS: Oikos, 2018.

KOSELLECK, R. **Zeitschichten**: studien zur historik. Frankfurt: Suhrkamp Verlag, 2000.



LACAN, J. **Autres Écrits**. France: Seuil, 2001.

_____. **Écrits**. France: Seuil, 1966.

_____. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1998.

_____. **Le Séminaire VIII: le transfert**. France: Seuil, 1991.

Agência financiadora: FAPERO



TRIAGENS PSICOLÓGICAS GRUPAIS COMO ALTERNATIVA À VASTA DEMANDA EM UM SERVIÇO-ESCOLA DE PSICOLOGIA

Maria Liliane Gomes dos Santos
Universidade Federal do Acre
liliane.psi@hotmail.com

Andreia Caroline da C. Alves
Universidade Federal do Acre
andrea_alves05@hotmail.com.br

Resumo: No início de 2019, o Serviço-Escola de Psicologia da Universidade Federal do Acre - Serpsi/UFAC somava mais de trezentos inscritos a espera por atendimento. Quando contatados, muitos manifestaram interesse, mas não compareciam, o que tornava o tempo de estágio ocioso e a oferta de serviços prejudicada. Este trabalho tem como objetivo apresentar um relato descritivo das atividades realizadas em resposta à problemática apresentada, com destaque para a adoção das triagens grupais a partir de 2019, as quais possibilitaram maior celeridade no chamamento da fila de espera e acolhimento efetivo da demanda dirigida ao Serpsi. Atualmente o serviço não apresenta mais fila de espera de adultos, contudo, ainda há limitações nesta proposta no que se refere ao acolhimento da demanda infantil e adolescente.

Palavras-chave: Serviço-escola. Psicologia clínica. Formação em Psicologia. Triagem. Psicológica Grupal.

Introdução

A organização social atual, marcada pela aceleração da rotina, cobrança por desempenho, precarização das relações e condições de trabalho e pelo imperativo da felicidade que se ancora no ideal libertário oferecido pelo consumo, tem favorecido o aumento na demanda por serviços em saúde mental (EWALD; MOURA; GOULART, 2012), o que requer a implementação de políticas públicas capazes de acolher o sofrimento psíquico e intervir sobre os seus diferentes graus de complexidade, considerando os seus condicionantes econômicos, políticos e sociais.

No que se refere à rede em saúde mental do estado do Acre, ainda incipiente, o serviço-escola de psicologia surge como alternativa complementar à atenção básica e “cumpre a dupla função de criar condições para o treinamento profissional para a atuação profissional e de oferecer serviços psicológicos à população” (CFP, 2013). Dada a superlotação evidenciada na rede pública, os serviços-escola tornaram-se alvo de grande procura da população e atendem ao chamado de conjuntura para uma universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente



referenciada, assumindo o compromisso de responder às demandas formativas e sociais de seu entorno.

O serviço-escola de psicologia da UFAC iniciou suas atividades no dia 10 de julho de 2017 em um espaço provisório e adaptado para tal, dispondo de uma sala para coordenação, uma sala de atendimento individual e uma sala para atividades em grupo, tendo como público alvo a comunidade externa, uma vez que a UFAC dispõe de serviço de psicologia voltado aos/às estudantes (Proaes) e funcionários/as (Prodgep).

No início de 2019, o Serpsi somava mais de trezentos inscritos a espera por atendimento que, quando contatados manifestaram interesse, mas não compareciam, o que tornava o tempo de estágio ocioso e a oferta de serviços prejudicada. O longo tempo transcorrido entre a inscrição e a chamada para a triagem também favorecia que muitos dos inscritos não fossem acessados, seja por não apresentarem mais motivação para o atendimento, por mudança de telefone ou de cidade. O modelo adotado anteriormente, que previa o cadastros *on-line* e triagem individual mostrou-se ineficiente gerando uma longa fila de espera e caracterizando o Serpsi como um serviço com vasta demanda, o que exigiu uma mudança na forma de efetivação do cadastro e redefinição do fluxograma de atendimentos.

Metodologia

Para a efetivação desta proposta, inicialmente foi adotada a inscrição exclusivamente presencial, seguida da capacitação dos estagiários a partir da leitura de bibliografias correspondentes e treinamento ofertado pela professora coordenadora de estágios e pela psicóloga coordenadora do Serpsi/UFAC. Capacitados, os discentes iniciaram os contatos com as pessoas da fila de espera objetivando a confirmação de 10 pessoas para participarem a cada grupo de triagem.

As triagens foram orientadas por um roteiro que previa a apresentação dos discentes responsáveis pela triagem, a apresentação do Serpsi, seus objetivos, características, demandas atendidas e público-alvo, explicação sobre a proposta de psicoterapia breve que vigora no setor e formas de sofrimento condizentes com este modelo terapêutico, escuta das demandas e expectativas dos usuários sobre o serviço, seguida de devolutivas pontuais e encaminhamentos.

As triagens deveriam ser conduzidas por uma dupla de estagiários, um estagiário ficaria responsável por manejar o grupo e outro deveria fazer as anotações que serviriam ao registro documental do atendimento e à avaliação de cada caso, com vistas ao melhor encaminhamento,



seja este interno ou externo. Identificada demanda e vaga para atendimento individual, o mesmo era efetivado oportunamente. Na ausência de horário para acolhimento imediato da demanda por atendimento individual, o usuário era encaminhado a um grupo de espera em que era possível mantê-lo vinculado à instituição, recebendo suporte no enfrentamento ao sofrimento, conforme modelo proposto por Severo (1993).

Resultados e discussão

Entre os dias 08 de abril a 09 de maio 2019, foram realizadas 22 triagens psicológicas grupais no Serviço-escola de Psicologia da Universidade Federal do Acre - Serpsi/UFAC que possibilitaram extinguir a fila de espera para inscritos adultos, restando como demanda reprimida o atendimento de crianças e adolescentes, em virtude do pequeno número de estagiários que se dispõe a atender este público.

Com o acolhimento grupal inicial o quantitativo de pessoas que comparecia aos atendimentos ainda era baixo, mas não inviabilizava a prestação de serviços, que algumas vezes se deu no formato de triagem individual, pois o número de pessoas que comparecia era inferior a três e impossibilitava a triagem grupal. Observou-se ainda que o comparecimento da população para atendimento era inversamente proporcional ao tempo de espera entre a inscrição e a triagem, ou seja, quanto maior o tempo de espera menor o índice de comparecimento.

Embora existisse uma grande demanda reprimida, quando contatada, apenas 10% respondeu ao chamamento do Serpsi em 2019. Com este percentual foi possível atender grande parte dos usuários que compareceram à triagem e necessitavam de atendimento, bem como, parte da demanda dos estudantes da UFAC, por representarem uma parcela significativa do público inscrito no serviço. Além disso, foram desenvolvidas atividades em grupo pensadas a partir das demandas identificadas nas triagens, tais como: grupo de mulheres, grupo de estudantes universitários, grupo de adolescentes e grupo de acolhimento e orientação a pacientes, familiares ou amigos de pessoas com ideação suicida.

Quanto aos grupos de espera, não se observou efetiva adesão a esta proposta, seja pelo público ser rapidamente absorvido pelos atendimentos individuais e grupais ofertados, ou por essa modalidade funcionar como uma espécie de seleção que permite diferenciar aqueles pacientes que irão aderir ao tratamento, daqueles que não possuem disponibilidade factual para um acompanhamento psicológico. Ademais, dentre aqueles que sustentaram o desejo em



resposta ao chamamento do serviço no ano de 2019, observou-se que a adesão ao acompanhamento foi superior ao observado nos semestres anteriores.

Os resultados advindos desta experiência permitiram ratificar a proposta de Severo (1993), para quem os grupos de triagens são o recurso mais adequado em serviços com vasto público, ocasião em que se presume o necessário rompimento com o modelo consultorial da clínica tradicional. Neste caso, a adoção de triagens grupais possibilitou conhecer os usuários do Serpsi e explicar para os mesmos o que o serviço poderia oferecer, favorecendo a melhor condução das queixas apresentadas, de modo a não negligenciar o sofrimento, submetendo-os a um longo período de espera até a prestação do serviço.

A partir destas mudanças, os alunos que buscavam consolidar os aprendizados teóricos por meio da prática clínica puderam experienciar tanto atendimentos grupais quanto individuais, além de terem uma visão ampliada da rede de atenção em saúde mental interna e externa à universidade para a realização dos encaminhamentos quando se fizeram necessários, diferente de anos anteriores, em que os mesmos frequentavam o campo de estágio, mas não conseguiam realizar os atendimentos.

Quanto ao baixo percentual de pessoas que compareceram ao Serpsi para triagem, sugere-se que se considere a especificidade que reside na demanda por serviços em psicologia, a qual nem sempre vem acompanhada de desejo, implicação e condições materiais para permanecer em atendimento, podendo ser afetada por questões internas, como a resistência para lidar com conteúdos que geram sofrimento, e também por questões externas, como uma condição econômica que inviabilize o uso de meios de transporte para a frequência semanal às sessões, dentre outros.

Considerações finais

A adoção de medidas de enfrentamento a uma forma de funcionamento deficitária se configura como dever ético que deve orientar o serviço público, articulado ao compromisso social da psicologia, cuja interlocução se apresenta em defesa à saúde pública como um direito constitucional que deve ser assegurado e, cuja eficiência e qualidade deve ser buscada.

Neste horizonte, consta ainda como propósito a superação de outras limitações encontradas no desenvolvimento das atividades no Serpsi, o qual compreende a ampliação do seu espaço físico e da equipe de trabalho, de modo que sua oferta de serviços possa ser expandida para além do horário comercial, viabilizando maior acesso à classe trabalhadora.



Referências

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Carta de Serviços sobre estágios e Serviço-escola**. Disponível em <https://site.cfp.org.br/publicacao/carta-de-servicos-sobre-estagios-e-servicos-escola/>. Acesso em 11 de outubro de 2019.

EWALD, A. P.; MOURA, M.T.C.; GOULART, S. M. S. Contemporaneidade e sofrimento psíquico: relações entre modos de vida e demandas psicoterapêuticas. **Psicol Argum**, v. 30, n.68, p. 119-29, Jan-Mar 2012.

SEVERO, M. C. **Estratégias em Psicologia Institucional**. São Paulo: Loyola, 1993.



ESCUTA CLÍNICA DO SOFRIMENTO/ADOCIMENTO PSÍQUICO RELACIONADO AO DESEMPREGO: UM ESTUDO DE CASO NO SERVIÇO DE PSICOLOGIA DE UMA CLÍNICA-ESCOLA

Mariana Oliveira da Silva
Universidade Federal de Rondônia
mari.ane.crato@hotmail.com

Mirian Rocha de Almeida
Universidade Federal de Rondônia
almeida.mirianrocha@hotmail.com

Vanderléia de Lurdes Dal Castel Schindwein
Universidade Federal de Rondônia
vcastel@unir.br

Resumo: O estudo tem como objetivo estabelecer o nexu clínico entre sofrimento/adoecimento e a situação de desemprego de um trabalhador atendido no estágio curricular em Saúde do Trabalhador (ST) e Clínica do Trabalho (CT) num Serviço de Psicologia Aplicada da região amazônica. A proposta foi criar um espaço de escuta diferencial para as queixas relacionadas ao trabalho no serviço de acolhimento, com vistas à compreensão e tratamento das demandas de sofrimento psíquico relacionado ao trabalho. Os dispositivos utilizados na CT têm como referência a abordagem da Psicodinâmica do Trabalho - PdT, como possibilidade para compreender como a subjetividade é mobilizada no trabalho e seus efeitos benéficos ou nocivos para o funcionamento psíquico de cada sujeito. O paciente atendido é do sexo masculino, tem 55 anos e traz em sua história de vida e trabalho as angústias marcadas pelo medo constate do desemprego. O impacto do desemprego na sua vida gerou perdas de referência profissional e desencadeou uma crise de identidade, agravando-se para um quadro ansioso-depressivo, com sentimentos recorrentes de tristeza, desvalorização, perda da autoconfiança e despersonalização. Em suma, a CT vem possibilitando ao paciente um espaço de escuta terapêutica onde possa recordar-elaborar-reposicionar-se no processo de reconstrução de sua vida laboral.

Palavras-chave: Desemprego. Saúde Mental. Clínica-Escola. Nexu Causal.

Introdução

Para Dejours (2017) o trabalho é fundamental, é a ação que congrega suas individualidades e os laços sociais estabelecidos, no plano individual é central para a formação da identidade e para a saúde mental, no que se refere a relações de gênero, possibilita a superação das desigualdades, repercutindo não somente na economia financeira, bem como na afetividade e na sexualidade. Se o trabalho é cenário de intensas vivências, então a perda dele poderá significar um abalo de todos os sonhos e projetos, representando um risco à sobrevivência de si mesmo e da família.



Atualmente, o país vem enfrentando taxas de desocupação elevadas (em julho de 2019 tinham 13,7 milhões de desempregados) que podem ser associados às mudanças políticas, econômica e sociais, situação que representa um risco à saúde mental do trabalhador. Trabalhadores (as) com/sem carteira assinada foram depostos de seus trabalhos, sendo que o setor privado e mais precisamente os setores da indústria, comércio e construção foram os que mais demitiram (IBGE, 2018).

Vários autores alertam que os trabalhadores em situação de desemprego têm riscos cinco vezes maiores de adoecer por problemas mentais (ESPINO GRANADO, 2014); (RODRIGUES et al, 2017). Nesta perspectiva, a proposta da prática de acolhimento e intervenção oferecidas no serviço de uma clínica-escola, com abordagem da Clínica do Trabalho (CT), tem como objetivo estabelecer o nexo clínico entre sofrimento/adoecimento e a situação de desemprego de um trabalhador da região amazônica.

Metodologia

Trata-se de um estudo de caso de acompanhamento terapêutico realizado no Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). O referencial teórico é a Psicodinâmica do Trabalho (PdT) usada como referência na prática psicoterapêutica e Psicanalítica, chamada de Clínica do Trabalho (CT). Para Dejours (2017) a prática do psicoterapeuta deve ser instrumentalizada não somente a partir da aptidão ou talento à intuição do terapeuta, mas de seus conhecimentos teóricos, conceituais e, principalmente, da sensibilidade para escutar e compreender o que diz e vivencia o paciente quando este verbaliza suas experiências e constrangimentos provenientes do trabalho e/ou da perda dele.

As experiências nos serviços de CT têm mostrado que basta perguntar como se sente no trabalho para que o sujeito possa falar da sua atividade, desencadeando crises de choro e de ansiedade a partir da intervenção psicoterapêutica da PdT (MERLO; BOTTEGA; PEREZ, 2014); (OLIVEIRA et al, 2014).

O Sr. L., tem 55 anos e é do sexo masculino, é um trabalhador em situação de desemprego atendido pelo SPA desde maio de 2018, totalizando até o momento 42 sessões pelo grupo de estágio de saúde do Trabalhador e Clínica do Trabalho. O aceite foi estabelecido por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assinado no momento do início dos atendimentos no SPA.



A análise de fragmentos da fala do paciente foi feita por categorização temática, que é uma “operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento” (BARDIN, 2011, p. 117), ou seja, a partir do registro da fala isolam-se os elementos que se repetem e organiza-os por núcleos de sentido e significados constitutivos da mensagem.

Resultados e discussão

História do Sr. L.:

O Sr. L., tem 55 anos e sua história pessoal é constituída/atravessada por intensas marcas da estigmatização, advindas de sua afro descendência (pessoa negra). As cenas de preconceitos repercutem ao longo de sua carreira profissional, trazendo a L. uma postura rígida e à criação de algumas regras/defesas de convívio social no trabalho, regras estas que o desgastam física e psicologicamente.

Desde a primeira sessão no SPA, em 2018, narra as marcas simbólicas e concretas oriundas da exclusão do mundo do trabalho, que ao longo de 30 anos foi marcado pela competitividade, fragilização dos laços sociais e de cooperação. Após a demissão, no ano de 2015, L. se vê incapaz de desempenhar qualquer outra atividade, num ato simbólico, rasga todos os certificados e demais registros de sua trajetória profissional. Desfazer-se de tais símbolos é esquecer-se das memórias dolorosas carregadas ao longo de todos estes anos.

As falas e comportamentos de L. revelam o “grande impacto paralisante” (HELOANI, 2016, p. 75) diante da situação de desemprego, aqui compreendida enquanto violência que abala não somente os sonhos, projetos, mas também o papel de provedor de si mesmo e de sua família, constitutivos de orgulho e motivação. Quando L chega à triagem no SPA, apresentava-se visivelmente fragilizado e desmotivado quanto às novas possibilidades de ação, tais falas voltavam-se, majoritariamente ao processo de culpabilização, atribuindo a si as responsabilidades da exclusão do mundo do trabalho.

O sofrimento de L., caracterizado pela intensa tristeza, autodesvalorização, perda da autoconfiança e despersonalização logo foi sendo compreendido dentro de uma ordem social e, para isso, a figura do clínico foi essencial a fim de contribuir para a construção da relação causal entre sofrimento e trabalho, desvelando a sua gênese. Os sentimentos do Sr. L perpassam um processo de racionalização produtiva que desconsidera os laços sociais, as angústias e o silêncio vivenciados pelo trabalhador em situação de desemprego. Logo, a CT utilizou-se desta



compreensão social e do dispositivo clínico, o método compreensivo (DEJOURS, 2017) e acolhedor das queixas e sintomas no momento da escuta clínica, para conhecer melhor suas resistências e estratégias defensivas utilizadas (conscientes/inconscientes), com a qual deve se familiarizar-se, para aos poucos elaborá-las e superá-las, na continuação do processo terapêutico.

A nomeação das angústias consistiu na compreensão da palavra como laço social dentro da PdT, deslizando num movimento de saber-fazer do clínico. Gradativamente, as resistências de L. e sua imobilidade deram espaço para se repensar possibilidades de ação. Tal passagem se deu por meio da mobilização subjetiva que supõe movimentos individuais e coletivos para elaboração de novas estratégias, sendo elas a curto ou longo prazo. O Sr. L. vê-se cada vez mais consciente das vivências de trabalho, o que colabora na construção de novas trajetórias a partir da psicoterapia. Consideramos que os resultados não seriam os mesmos sem referência à compreensão do trabalho enquanto fonte de prazer-sofrimento.

Considerações finais

A partir da experiência de psicoterapia, o paciente alcançou alguns sentidos acerca das vivências relacionadas ao trabalho e desemprego. Encontra-se, hoje, inserido no mundo acadêmico como forma de transitar entre outras áreas de interesse e restabeleceu vínculos empregatícios, exercendo atividades como autônomo (ponto de venda de água mineral e realizando pequenos trabalhos, “bicos”, na área da construção civil e reparos), atividades estas que estão relacionadas aos saberes apreendidos na sua trajetória laboral.

Cabe salientar que L. vislumbra no cotidiano e meio acadêmico uma possibilidade de superar seus limites e sintomas depressivos, uma possibilidade de se reorganizar emocional e psiquicamente, almejando assim, novos horizontes desprendendo-se de todas as amarras impostas por sequências traumáticas que o acompanham desde sua infância. Aos psicólogos, cabe analisar de quais formas pode-se construir espaços coletivos de escuta dos trabalhadores em situação de desemprego, sobretudo, diante dos moldes econômicos atuais desestruturantes e despersonalizantes.



Referências

- AGÊNCIA DE NOTÍCIAS IBGE; BENEDICTO, M. **Desemprego volta a crescer no primeiro trimestre de 2018**. 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20995-desemprego-volta-a-crescer-no-primeiro-trimestre-de-2018.html>>. Acesso em: 02 de agosto de 2018.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: 70, 2011.
- DEJOURS, C. **Psicodinâmica do Trabalho**: casos clínicos. Porto Alegre: Dulinense, 2017.
- ESPINO GRANADO, A. Crisis económica, políticas, desempleo y salud (mental). **Rev. Asoc. Esp. Neuropsiq.**, Madrid, v. 34, n. 122, p. 385-404, jun. 2014
- HELOANI, J. R. M. Histórico das relações de trabalho e seu reflexo na organização e gestão laboral. **Organização do trabalho e adoecimento: uma visão interdisciplinar**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, p. 67-91, 2016.
- MERLO, A. R. C.; BOTTEGA, C. G.; PEREZ, K. V. **Atenção à saúde mental do trabalhador**: sofrimento e transtornos psíquicos relacionados ao trabalho. Porto Alegre: Evangraf, 2014.
- OLIVEIRA, D.L. S et al. **Clínica do trabalho**: relato de experiência em uma clínica-escola de Porto Velho - RO. In: IV Congresso Brasileiro: psicologia ciência e profissão, 2014, São Paulo. Os impactos da Psicologia na sociedade brasileira: a política da ciência e da profissão, 2014.
- RODRIGUES, A. P. et al. Evolução da taxa de incidência de depressão e do desemprego em Portugal entre 1995–2013: dados da Rede Médicos Sentinela. **Rev. Saúde Pública**. São Paulo, v. 51,98, 2017



SOBREVIVENTES: NARRATIVAS E SUBJETIVIDADES DE EXPERIÊNCIAS DE TENTATIVAS DE SUICÍDIO

Ana Paula Costa Silva
Universidade Federal de Rondônia
anapcostasilva@gmail.com

Isabella Carvalho Teixeira Lemes da Fonseca
Psicóloga
isabellactlemess@gmail.com

Mírian Oliveira de Souza Simões
Psicóloga
mirian.nia@gmail.com

Resumo: Trata-se de pesquisa qualitativa objetivando compreender a percepção de duas usuárias do CAPS em Porto Velho em relação às próprias tentativas de suicídio. Como método, entrevistas semiestruturadas e análise de conteúdo temática. Resultados contemplam motivações, percepções, entre outros. Tal ato requer atuação crítica do sistema de saúde ao deparar-se com um sujeito que buscou dar fim à própria vida.

Palavras-chave: Suicídio. Tentativa de suicídio. Saúde mental. Psicologia. Psicanálise.

Introdução

O ato de buscar dar fim à própria vida é considerado um movimento antinatural e ambíguo. O estigma em torno do suicídio contribui para que os sujeitos que estão pensando em tirar suas próprias vidas não procurem ajuda e, por isso, não recebam o suporte necessário.

O objetivo deste trabalho é compreender a percepção que duas entrevistadas usuárias de um CAPS em Porto Velho atribuem às próprias tentativas de suicídio, identificar as motivações e descrever as formas com que lidam com o processo vivenciado e as novas possibilidades e perspectivas de vida.

Metodologia

Optamos pelo estudo descritivo qualitativo, desenvolvido com usuárias de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) que tentaram cometer suicídio, a fim de ouvir seus discursos sobre a experiência.

Como critérios de inclusão, consideramos sujeitos, independente do gênero, que (a) vivenciaram pelo menos uma tentativa de suicídio nos últimos 5 anos; (b) maiores de 18 anos;



(c) que estavam em acompanhamento profissional psicológico e/ou psiquiátrico no CAPS; (d) apresentavam consciência e contato com a realidade.

Os dados foram analisados através da análise de conteúdo temática proposta por Bardin (2016) e Oliveira (2008) e resultados e a discussão apresentados a partir de uma perspectiva psicanalítica, considerando também aspectos socioculturais.

Resultados e discussão

O perfil das entrevistadas é descrito abaixo, através de pseudônimos para garantir seu anonimato:

- **Minerva**, sexo feminino, 39 anos, casada, sem religião, 07 filhos, sendo que 03 filhos moram com sua sogra. Sofreu de câncer no colo do útero e AVC. É vítima de violência doméstica. Realizou 05 tentativas de suicídio, com métodos que variam entre enforcamento, atirar-se de ponte e esfaqueamento. Última tentativa de suicídio: um dia antes da realização da entrevista.
- **Atena**, sexo feminino, 37 anos, casada, 06 filhos, 01 deles falecido, apenas 03 moram com a entrevistada e o marido. Dona de casa, evangélica. Realizou 04 tentativas de suicídio, com métodos que variam entre esfaqueamento, ingestão de medicamentos e corte nos pulsos. Última tentativa de suicídio: 02 meses antes da entrevista.

1) Eros x Tânatos: Motivações e fatores desencadeantes

Na visão psicanalítica, a tentativa de suicídio deve ser entendida como uma perturbação nos recursos defensivos da psique, que estão sobrecarregados. A literatura freudiana compreende agressividade, autodestruição, culpa, autopreservação entre outros, através do conceito de pulsões.

Podemos pensar que o acúmulo de traumas rompe a proteção do aparelho psíquico, causando dor insuportável e de difícil simbolização, intensificando a pulsão de morte.

Na fala de Minerva, os 25 anos de seu casamento foram marcados pela violência doméstica, que ainda provoca dor insuportável:

É porque na noite de ontem meu marido chegou e me agrediu. A minha vizinha chamou a polícia para ele. Aí ele fugiu. (...) Eu queria me suicidar de novo. Tentei de novo ontem. Eu amarrei uma corda de novo. Eu peguei um fio. Eu cortei um fio da antena, aí a filha da minha vizinha foi lá e viu. (Minerva).



No caso da entrevistada Atena, a maternidade exerce importante influência, causando sofrimento psíquico. O método de tentativa de suicídio é, em si, bastante simbólico:

Eu enfiei a faca na minha barriga. Foi quando meu filho saiu da presença do Senhor que voltou de novo pro mundo das drogas, e eu me sentia muito culpada por causa disso. Porque tudo que eu fiz e fazia, eu me sentia culpada porque eu não achava que fui uma mãe boa suficiente. (Atena).

Kovács (2010, p. 187) afirma que geralmente o suicida “visualiza a reação das pessoas após a sua morte, imaginando a relação como gostaria que fosse, ou despertando a culpa naqueles que o frustraram”.

2) Gritos de socorro: A comunicação do sofrimento

Tentativas de suicídio são uma forma de chamar a atenção dos que estão próximos para que observem e acolham seu sofrimento, sendo, portanto, uma forma de comunicação. Minerva tentou se matar a primeira vez após descobrir que estava com câncer: “(...) *eu tô com câncer. E aí ele [marido] falou assim: eu sinto muito mas eu não sou médico, eu não posso fazer nada*”.

Eu sei lá, eu fico me sentindo assim que “será que é frescura?” Eu não sei, eu fico meio assim, fico meio triste né, porque a tristeza, a sua própria família não poder lhe ajudar, lhe apoiar (...). (Atena).

Para Fukumitsu (2013, p. 76), “o ato suicida pode denunciar uma dinâmica familiar cujo rompimento de vínculos já acontecia, ou seja, pode ser uma das várias situações problemáticas da família”.

3) Vontade de sentido: Intencionalidade e ambivalência dos atos suicidas

Botega (2015, p. 100) afirma que “qualquer ato de autoagressão — mesmo na ausência de intenção letal - implica maior risco de suicídio”.

Toda vez que eu tinha uma crise, ou eu me cortava ou eu me queimava no fogão, pra ver se aquela coisa, aquela agonia passava. (...) ligava o fogo, e quando a grelha esquentava eu botava minha mão ou meu braço, pra ver se aliviava aquela agonia que eu tava, pra não me suicidar de novo. Pra ver se me aliviava. Mas alívio nunca vem. (Minerva).



Percebe-se que ao mesmo tempo em que expressa agressividade, o suicida sofre de forma insuportável, resultando em atos dolorosos que se repetem, ora de forma ativa, dirigindo-os para os outros, ou de forma passiva, dirigindo-os a si mesmo.

4) O que é a morte para o suicida? Fantasia pós-morte

Cassorla (2017) cunha de “fantasia pós-morte”, que no caso dos suicidas, muitas vezes estão buscando não a morte, mas outra maneira de viver:

(...) eu morro de medo de morrer.(...) Se eu tivesse morrido, eu não ia ter salvação no reino do céu, eu não ia pro céu. (Atena)

Ao optar pelo suicídio, imaginam-se estar no controle de suas vidas, passando-as do atual, que é insuportável, para o posterior, fantasiado.

5) Antes que anoiteça: Sobre ser um sobrevivente

A busca pela morte também significa a tentativa de alcançar um estado prazeroso, o estado da não-dor.

Só quero que isso acabe, e não acaba, parece que cada vez vai ficando pior, cada vez virão coisas piores. (...)

Minerva não se vê capaz de encontrar subterfúgios criativos para lidar com seu sofrimento, voltando-se a atos de autoagressividade como mutilações e tentativas de suicídio.

6) Esse negócio de viver: Cuidado e Pósvenção ao suicídio

Marquetti e Leite (2013, p. 156) trazem que a atuação da rede de saúde mental, “esses lugares onde chegam pessoas por si sós ou por terceiros, que querem muito ou tentaram se matar”, necessita que as diretrizes operacionais envolvam os sujeitos na produção de seus atos, de forma que estes possam atribuir significados que os levaram a realizar tais ações.

O apoio da família é complemento ao tratamento ofertado pelo sistema de saúde. No entanto, nem sempre ele existe: “Ele [marido] falou assim: *você vai no médico? Que dia é a sua consulta lá com os doidos?*” (Atena).

Conforme Botega (2015, p. 233), “a posvenção também pode ser considerada uma forma de prevenção de suicídio” e deve ser pensada de forma crítica.



Considerações finais

Este estudo realizou uma análise dos aspectos subjetivos que envolvem a tentativa de suicídio de duas usuárias dos serviços do CAPS Três Marias em Porto Velho, Rondônia, aclarando tais relatos à luz da teoria psicanalítica. No relato de ambas, questões familiares despontam como causadoras de sofrimento e estão intimamente ligadas à ideação e tentativas de suicídio.

Cada entrevistada apresenta diferentes motivações, conflitos e fantasias sobre o ato suicida e o desejo de morrer. Notórias também são as diferenças na intencionalidade e letalidade das tentativas. O que sobressai no discurso de ambas, porém, é a confirmação do ato suicida como uma comunicação, para a família e para a sociedade, de que precisam de auxílio para lidar com seu sofrimento.

Tal necessidade estende-se para toda a rede de apoio de tais sujeitos, incluindo o sistema de saúde como um todo. A literatura pesquisada para este estudo evidencia a lacuna de se buscar auxiliar o sobrevivente de um suicídio a ressignificar sua experiência, não retornando a um estado anterior à tentativa, mas de reconhecê-la e orientar-se de forma a atribuir significado para ela, e buscar redesenhar soluções nos momentos de crise, de forma a evitar incorrer em novas tentativas.

Referências

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BOTEGA, Neury José. **Crise Suicida: Avaliação e Manejo**. São Paulo: Artmed, 2015.

CASSORLA, R. M. S. **Suicídio. Fatores inconscientes e aspectos socioculturais: uma introdução**. São Paulo: Blucher, 2017.

FREUD, Sigmund. **Luto e Melancolia**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

_____. **O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias e outros textos**. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

FUKUMITSU, Karina Okajima (Org.). **Vida, morte e luto: Atualidades brasileiras**. SP, 2018.

KOVÁCS, Maria Júlia (Org.). **Morte e Desenvolvimento Humano**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.



MARQUETTI, F. C. Intervenção na crise suicida: silenciar determinantes ou produzir sentidos e ações na ruptura? In: Karina Okajima Fukumitsu. **Vida, morte e luto: Atualizações Brasileiras**. São Paulo: Summus, 2018.

OLIVEIRA, D. C. Análise de Conteúdo Temático-Categorial: Uma proposta de sistematização. **Rev. Enferm. UERJ**, Rio de Janeiro, 2008 out/dez; 16(4):569-76. Disponível em: <http://www.facenf.uerj.br/v16n4/v16n4a19.pdf>. Acesso em: 07 set. 2018.



RELAÇÃO ENTRE MASOQUISMO MORAL E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER.

Fernanda Alves de Carvalho
nanda.zippo@gmail.com

Resumo: Este trabalho tem como objetivo relacionar o masoquismo moral com a violência doméstica, tendo como alicerce os conceitos psicanalíticos de masoquismo moral, complexo de Édipo e ansiedades arcaicas. O referencial psicanalítico é utilizado como aporte teórico metodológico da pesquisa, cuja proposta pressupõe a compreensão da violência doméstica pela ótica do masoquismo moral. O método psicanalítico possibilitou identificar os componentes subjetivos presentes nos relacionamentos de mulheres vítimas de violência, em quatro artigos científicos. Destacaram-se como fatores predominantes nos estudos a dependência emocional e o sentimento de merecimento das agressões proferidas, indicando traços de masoquismo moral.

Palavras-chave: Masoquismo Moral. Violência doméstica. Psicanálise.

Introdução

O enfoque deste estudo se restringe a violência doméstica contra mulheres adultas, buscando identificar a relação entre a violência sofrida e o masoquismo moral. Segundo Freud (1923 -1925), o masoquismo faz contraponto ao sadismo, porque o sádico tem a pulsão de morte voltada ao outro, enquanto o masoquista possui esta pulsão direcionada para si mesmo.

No masoquismo moral o indivíduo se transforma em seu próprio objeto de destruição. Este movimento é inconsciente e provém da culpa originada nos desejos infantis, os quais foram sentidos como errados e perigosos. Por conta dessa configuração, o sujeito necessita de punição das mãos paternas.

Desse modo, existe no masoquista o desejo fantasioso de ser espancado pelo pai, a fim de punir-se, agindo contra seus próprios interesses, arruinando toda possibilidade que se abre para ele no mundo real, pois se coloca em relacionamentos que atendam a essa necessidade inconsciente de punição, ou seja, violentas.

Metodologia

Escolheu-se desenvolver uma pesquisa bibliográfica com a utilização do método de pesquisa exploratória e qualitativa, pois se busca caracterizar o masoquismo moral, a violência doméstica e a relação existente entre estes.



Deste modo, os dados obtidos foram pesquisados em documentos bibliográficos com base nas teorias psicanalíticas. Sendo utilizado o acervo bibliográfico e virtual da instituição, como livros, artigos e publicações periódicas com fonte científica (Gil, 2009).

Considerou-se a revisão bibliográfica acerca dos dados coletados e das hipóteses levantadas, bem como a realização de leituras de artigos e livros que enfatizam os estudos sobre masoquismo moral, violência doméstica contra a mulher, tendo como base o referencial teórico psicanalítico.

Resultados

Quadro 1

Artigos	Objetivos	Metodologia	Resultado
<p>1º Violência nas relações íntimas: uma análise psicossociologia.</p> <p>Autora: Ana Angélica Pereira Souza.</p>	<p>Objetivos: Investigar os fatores relacionados à permanência e ao rompimento do relacionamento íntimo violento.</p>	<p>Pesquisa exploratória, descritiva e analítica de caráter qualitativa.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Identificação da violência, crença de mudança; - Debilidade do self; - Crença de responsabilidade, e merecimento; - Medo; - Neurose de destino.
<p>2º Sintomas e hematomas do amor: Relatos de mulheres sobre a violência doméstica.</p> <p>Autora: Maria Liliane Gomes dos Santos.</p>	<p>Objetivos: apresentar a experiência de mulheres com histórico de violência doméstica. Fundamentado por conceitos psicanalíticos de desamparo, narcisismo e ideal do Eu.</p>	<p>Pesquisa exploratória qualitativa.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - O ideal do ego construído no outrem; - Reaver amor paterno; - Desejo de completude, como ser faltante, idealizado no amor; - Medo do abandono, manutenção do vínculo, por amor narcísico; - Busca de referência fálica.
<p>3º Violência contra a mulher análise de casos atendidos em Serviço de atenção a mulher em município do sul do Brasil.</p> <p>Autora: Elaine Ferreira Galvão;</p>	<p>Objetivos: mapear o perfil de mulheres, e caracterizar os casos quanto aos tipos de violência sofrida, queixa principal, ambiente em que ocorreu a violência e tipo de vínculo do agressor com a mulher.</p>	<p>Pesquisa de caráter descritivo e quantitativo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Violência emocional e física; - Medo e vergonha; - Cônjuge principal agressor; - Rotinização da violência; - Dependência emocional;



Selma Maffei de Andrade.			<ul style="list-style-type: none"> - Crença na mudança de comportamento; - Falta de apoio familiar, e social;
<p>4º “Será que elas são tão vítimas assim?” - Um estudo sobre a violência contra a mulher</p> <p>Autora: Kelly Barbosa Barros; Mara Regina Nieckel da Costa.</p>	<p>Objetivos: Compreender a submissão à violência doméstica, identificar os motivos pelos quais estabelecem relações com parceiros violentos e investigar qual a relação entre a sexualidade e o masoquismo.</p>	<p>Pesquisa qualitativa de cunho exploratório descritivo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Sentimento inconsciente de culpa; - Hipótese de Masoquismo moral; - Dependência emocional; - Abandono de si; - Sentimento de merecimento; - Violência na infância; - Crença na mudança de comportamento; - Consciência da violência.
Público Alvo	Mulher adulta vítima de violência		

Acervo pessoal

Discussão

As mulheres que participaram do estudo demonstram: Crença de que são responsáveis, e merecedoras da agressão proferida; reaver o amor do pai que lhe foi negado na infância pela mãe; Desejo de completude, como ser faltante, idealizado no amor; Busca da referência fálica no marido. Dependência emocional; Crença na mudança de comportamento do cônjuge; Sentimento inconsciente de culpa; Dependência emocional; Consciência da violência.

Os resultados encontrados vão de encontro com a teoria freudiana e Kleiniana, de que a mulher na vida adulta projeta a relação com os genitores no cônjuge, busca completar-se e a compensação pelo o que lhe foi negado na infância pela mãe. Mulheres vítima de violência buscam algo a mais a penalização por suas fantasias incestuosas, e segundo Freud (1923 – 1925) transferem a necessidade de punição de mãos paterna para o cônjuge, ou seja, essas mulheres relacionam-se com parceiros violentos, o que demonstra traços de masoquismo moral.

Considerações finais



Os resultados revelaram que é possível identificar traços de masoquismo moral nos casos de violência doméstica, pois, nos estudos pesquisados, todas as mulheres entrevistadas demonstraram dependência emocional dos seus cônjuges. E apesar de possuírem renda baixa este não é o principal motivo que as mantém no relacionamento.

A dependência pode ser compreendida pela culpa emanada da vítima, por ainda na infância ter desejado manter relação sexual com o pai. Sendo assim, o indivíduo sente-se culpado e necessita de punição de mãos paternas que na idade adulta é transferida para o cônjuge/namorado. A dificuldade em romper o relacionamento com o agressor pode advir do sentimento de merecimento, por suas fantasias incestuosas da infância.

No atendimento de mulheres vítimas de violência é necessário compreender, além do ciclo da violência, mas principalmente em qual estágio de desenvolvimento a mulher se encontra, pois, o indivíduo pode regredir a uma fase primitiva do complexo de Édipo que pode influenciar na sua escolha conjugal e a relação que estabelece com este.

Segundo Klein (1945) quando o indivíduo é bebê, o ego é pouco desenvolvido, sendo dominado por fantasias inconscientes. Neste período a criança também é regida por sentimento de culpa, pois teme destruir a mãe com seus sentimentos agressivos, os quais foram direcionados a genitora pelo ciúme e inveja sentidos por ela possuir o pênis do pai e os bebês. Então, nos atendimentos a vítimas de violência domésticas que se configuram nesta situação é necessário que torne consciente o sentimento de culpa e desejo infantil para que haja o rompimento da relação violenta estabelecida e a possibilidade de reestruturação desta mulher.

Deste modo, deve-se buscar entender que tipo de vínculo que a mulher estabelece com o parceiro, necessitando de uma análise individual de cada caso, e não fazer do desejo da mulher em permanecer com o cônjuge agressor, um empecilho para auxiliá-la na convivência conjugal. No masoquismo moral, é importante que o profissional trabalhe com estruturação do ego, o que remete a necessidade de novos estudos que possibilitem a discussão sobre a temática da violência doméstica e masoquismo moral, para aprofundar os resultados apresentados nesta pesquisa.

Referências

FORTES, Isabel. **Erotismo versus masoquismo na teoria freudiana**. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em 08 de julho de 2013.



FREUD, Sigmund. **O ego e o ID e outros trabalhos**; 1923-1925 volume IXX. Editora Imago. Versão Digital, 170 pag.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

KLEIN, Melanie. Inveja e Gratidão, 1957. In: **Inveja e Gratidão e outros trabalhos**; volume III. São Paulo; IMAGO, Edição 1991.

KLEIN, Melanie. O Complexo de Édipo à luz das ansiedades arcaicas, 1945. In: **Amor, Culpa e Reparação**; volume I. São Paulo; IMAGO, Edição 1996.

MACHADO, Carla e Gonçalves, Rui Abrunhosa. **Violência e Vítimas de Crimes**. Coimbra: Quarteto, 2003.

REIK, T. (1941). **Masochism and Modern Man**. New York: Farrar & Rinehart. In FORTES, Isabel “**Erotismo versus masoquismo na teoria freudiana**”. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em 08 de julho de 2013.

SANTOS, Maria Liliane Gomes dos. **Os sintomas e hematomas do amor: relatos de mulheres sobre a violência doméstica**. Tese de Mestrado disponível em: www.mapsi.unir.br. Acesso em 17 de outubro de 2013.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Guia de Políticas de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres em São Bernardo do Campo**. São Bernardo do Campo – SP, Edição 2012.

SIMON, Ryad. A entrevista em prevenção. In: **Psicologia Clínica Preventiva Novos fundamentos**. São Paulo; EPU, Edição 1989.

TRALDI, Maria Cristina e DIAS, Reinaldo. **Monografia Passo a Passo**. Campinas – SP; ALINEA, Edição 2011.

TURATO, E. R. Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. **Revista de Saúde Pública**, v. 39, n. 3, p. 507-514, 2005.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2012. Atualização: Homicídios de mulheres do Brasil**. Disponível em: www.mapadaviolencia.org.br. Acesso em 28 de outubro de 2013.



O CASO NZ E A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO NOSOGRÁFICA DINÂMICA E DA PLANIFICAÇÃO DE TRATAMENTO EM PSICOTERAPIA BREVE

Neffretier Cinthya Rebello André dos Santos Clasta
Universidade Federal de Rondônia
neffretier@unir.com

Fernanda de Castro Borges Trindade
Universidade Federal de Rondônia
fernandatribotribo@gmail.com

Resumo: O trabalho resulta da supervisão clínica de um atendimento psicoterapêutico, denominado caso NZ, realizado na clínica de psicologia da Universidade Federal de Rondônia. A finalidade do trabalho é discutir, a partir do caso, a importância de estudo e planejamento sistemático para o alcance de um processo psicoterapêutico com base no rigor da avaliação nosográfica e da planificação do tratamento, ressaltando com isso, não a inflexibilidade teórica ou técnica, mas o cuidado quanto ao imprevisto clínico e as ações desvinculadas de um planejamento. O referencial teórico-metodológico adotado em Braier (1991) tem como base a psicoterapia de tempo limitado e a promoção de *insight*. Isso implica a reflexão profunda, ao mesmo tempo em que, promove sensivelmente a mobilização dos eventos inconscientes e a elaboração dos fenômenos psíquicos. Intentamos ainda, contribuir com as reflexões acerca da formação de profissionais da psicologia na medida que, aprofunda a temática da condução clínica pautada e orientada por uma linha teórica e metodológica, que preza pelo cuidado quanto ao emprego da ciência psicológica na promoção da saúde e desenvolvimento humano.

Palavras-chave: Psicoterapia Breve. Avaliação nosográfica. Planificação do tratamento. Formação do Psicólogo.

Introdução

A Psicoterapia Breve conhecida como psicoterapias de tempo limitado, em virtude de uma compreensão a partir de sua temporalidade, refere-se a psicoterapia que fixa um tempo limite para o tratamento anunciando a partir do planejamento ou uma finalização pré-estabelecida. Outras denominações, diz respeito a psicoterapias de objetivos limitados, que podem ter tempo definidos ou não (BRAIER, p. 4); terapias planejadas, não regressivas (KNOBEL, 1971) ou focais (MALAN, 1974).

Compõe o método de trabalho na PB a avaliação nosográfica e a planificação do tratamento como parte fundamental. Nessa direção, a avaliação nosográfica dinâmica diz respeito ao conjunto da descrição, representação escrita, exposição, classificação e



ordenamento da condição atual do paciente, isso implica as condições egóicas do sujeito em movimento e a planificação do tratamento ou terapia planejada consiste no projeto de uma estratégia terapêutica procurando alcançar os objetivos propostos.

A Psicologia Breve dirigida ao *insight* (BRAIER, 1991) apresenta três aspectos fundamentais: a temporalidade, os objetivos terapêuticos e a técnica. A temporalidade compreender uma avaliação do tempo previsível do processo e de sua condução. Os objetivos terapêuticos são pensados e traçados com foco terapêutico, e isso equivale objetivar as metas e as ações para o seu alcance. O foco pode permanecer nas necessidades mais imediatas do paciente, superando sintomas, problemas ou a resolução de um conflito atual. A técnica procura eleger os conflitos de acordo com sua urgência ou grau de importância. Trata-se, portanto, de um processo que não deve ser entregue exclusivamente à intuição e à improvisação.

Metodologia

O método privilegia o fortalecimento das funções do ego e o uso variado de recursos e técnicas terapêuticas. Não se promove a regressão, a análise da neurose de transferência e análise intensa das resistências, em virtude da temporalidade (BRAIER, 1991).

A psicoterapia breve interessa-se por configurar a avaliação nosográfica dinâmica a partir dos seguintes elementos: a) Funções básicas do ego - diz respeito à percepção geral, atenção, memória, pensamento, linguagem, raciocínio); b) Relações objetivas transferenciais - o grau das funções interpessoais e os modelos contra transferenciais externos ao *setting* terapêutico; c) O auto controle dos impulsos – é o elemento que permite avaliar o grau de aderência e permanência, a partir do elemento de impulsividade; d) Tolerância à frustração e à ansiedade – características e respostas do paciente aos quadros de frustração e ansiedade que pode ou não assegurar o avanço da psicoterapia predominantemente de *insight*; e) Mecanismos defensivos – recursos de defesa empregados pelo paciente que permite reconhecer o repertório de comportamentos defensivos, o grau de afastamento e proximidade com fatores de sofrimento e frustração e f) Auto estima – a avaliação da regulação da autoestima é inicial em todo início psicoterapêutico. A elevação da autoestima é um indicador importante para avaliar o progresso do processo terapêutico.

A planificação do tratamento consiste na definição do tipo de psicoterapia a ser aplicada (*insight*, fortalecimento egóico ou de apoio); a delimitação do foco (queixas principais e secundárias) terapêutico; a atitude e o manejo da análise dos mecanismos de defesa do paciente



(diretiva, não diretiva ou de reforçamento); contrato terapêutico (duração, número, periodicidade, duração do tratamento) e o enquadramento clínico (GILLIÉRON, 1986).

Quanto a planificação do tratamento podemos observar pelo quadro abaixo a sequência adotada:

Planificação de Tratamento				
Psicoterapia	De reforçamento egóico	predominantemente		
Tipo de Relação paciente-terapeuta	Ativo, diretivo	predominantemente		
Recursos terapêuticos	Psicoterapia individual verbal	Intervenções	Assinalamentos	Apontamentos de eventos psicológicos não percebidos
			Interpretações	Extratransferenciais
			Questões problemas	Perguntas Informações Orientações Intervenções de reassseguramento
Outros	Testes Psicológico	Teste HTP	Traços de Personalidade	

Quadro elaborado com base em Braier (1991, p. 235).

Resultados e discussões

NZ, 38 anos, procurou o serviço com queixa inicial de sintomas depressivos e ideação suicida e relatou ter atentado contra a própria vida por duas vezes. Possui histórico médico com diagnóstico de síndrome do pânico, diabetes e hipertensão e faz uso contínuo de medicações. Seu histórico pessoal e familiar apresenta eventos contínuos de abuso sexual, negligência e vulnerabilidade. É filha mais nova de três irmãos e aos três anos de idade foi entregue aos pais adotivos. Foi abusada sexualmente pelo pai biológico aos 11 anos e pelo irmão aos 18 anos. Engravidou do pai e do irmão. Sofreu 2 estupros familiares e 06 estupros de desconhecidos. Morou na rua dos 12 aos 18 anos. Seu último companheiro morreu este ano e atualmente encontra-se morando sozinha.

A paciente apresentou grandes dificuldades para estabelecer o foco terapêutico e o desenvolvimento de *insight*. Após avaliação nosográfica da paciente, chegou-se a indicação da



condução da terapia de suporte e reforçamento do ego, em virtude do grau de fragilidade, regressão, sofrimento psíquico e vulnerabilidade social. A terapeuta cuidou para que as intervenções ativassem diversos funcionamentos egóicos, estimulando as capacidades autônomas do paciente, em lugar de incentivar uma relação dependente.

A paciente rejeitou em muitos momentos a interpretação, utilizando-se essencialmente da negação e da projeção, apenas descrevendo as experiências vividas. Diante deste quadro, foi necessário a participação ativa e intensa da terapeuta no processo, com perguntas problematizadoras, não limitando-se a esperar o material elaborado pela paciente, procurando acelerar e facilitar o caminho para o *insight*.

O histórico de abuso sexual, as experiências traumáticas e o quadro de vulnerabilidade social, apontavam a fragilidade do ego e a necessidade inicial de acolhimento e suporte. A paciente apresentava traços de insegurança e instabilidade emocional. Em muitos momentos, fez-se necessário intervenções com intenção confirmatória e reasseguradora para estimular a progressão da paciente.

Os resultados alcançados apontam ganhos na elevação da auto-estima; ampliação da confiança em si mesma; definição clara de projetos para o futuro e para o desenvolvimento pessoal (a respeito da relação com os filhos, a moradia, trabalho e relações pessoais); a busca pelo cultivo da espiritualidade; a definição de novos focos terapêuticos para a sequência de outros processos psicoterapêuticos; alívio dos sintomas depressivos e a supressão da ideação suicida. Outros pontos foram evidenciados, como a aquisição de consciência das enfermidades físicas e psicológicas relacionadas aos quadros de violência e abusos vividos; ampliação na percepção dos traços de regressão e codependência gerados pelas relações transgeracionais mediadas pela violência e negligência.

Considerações finais

A avaliação nosográfica e a planificação do tratamento não se limitam ao diagnóstico clínico, porém é mais ampla, na medida que é um passo necessário para a formulação da indicação, condução, hipótese, do prognóstico, da indicação terapêutica, da definição dos objetivos, do planejamento terapêutico e finalização. Ainda que o ordenamento seja lógico e criterioso para a escavação, conhecimento e registro da história de vida do sujeito, é preciso a sensibilidade para acolhê-la.



Os elementos acima são processos que estruturam o processo psicoterapêutico propriamente dito, é um conjunto de ações planejadas que colaboram para uma visão ampliada das condições pessoais do sujeito para a difícil tarefa que se anuncia: a psicoterapia interpretativa ou predominantemente de *insight*. E para tanto, é preciso contar “com uma teoria da técnica da PB estruturada com mais solidez”, (BRAIER, 1991, p. 6) e promover sua discussão e ensino adequados aos seus princípios básicos.

A partir da experiência clínica, buscamos dialogar acerca da importância de se aplicar ao estudo da história do sujeito um rigor científico e humano, e isso não se dá de forma leviana e desarticulada. É um trabalho de escavador. Ir a fundo envolve maestria, destreza, sensibilidade e disciplina. O trabalho do psicólogo está para além de uma arte do improviso, mas estrutura-se a partir do estudo e envolvimento profundo com aquele que se tem por semelhante.

Referências

BRAIER, E. A. **Psicoterapia Breve de Orientação Psicanalítica**. 2. ed. Buenos Aires: Martins Fontes, 1991.

GILLIÉRON, E. **As psicoterapias breves**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1986

KNOBEL, M. **Psicoterapia breve en la infancia**. Cuadernos de la SAPPIA Kargieman, Buenos Aires, 1971.

MALAN, D. H. **A study of brief psychotherapy**, Tavistock, Londres. Charles Thomas, Springfield, Illinois, 1963.



Eixo: Psicologia do Trabalho e das Organizações



RELAÇÃO DO TRABALHO E SAÚDE À LUZ DA PSICODINÂMICA DE JOURIANA

Amanda da Silva Araújo
Faculdade de Educação e Meio Ambiente
amandarajo@outlook.com

Fabiula de Amorim Nunes
Faculdade de Educação e Meio Ambiente
fabiulanunes@outlook.com

Resumo: A presente pesquisa tem como finalidade discutir a relação do trabalho e saúde à luz da psicodinâmica Dejouriana. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica integrativa, através de livros e artigos científicos. De acordo com Dejours, essas mudanças frenéticas no mundo do trabalho podem causar abalo enorme na vida das pessoas tanto positivo como negativo. Conclui-se, essas mudanças podem corroborar tanto para saúde ou quadros de aparecimentos de doenças físicas e emocionais.

Palavras-chave: Trabalho. Saúde. Psicodinâmica do Trabalho.

Introdução

A ideia de saúde e trabalho vem sofrendo alterações no decorrer dos anos e para compreender essas mudanças é necessário entender como deu-se essa evolução para chegar ao que se vê hoje. Então, é preciso lembrar épocas marcantes que contam a história da humanidade como o tempo da escravidão. O trabalho era visto como algo ruim e os escravos eram tratados da pior maneira possível. Segundo Neto e Cavalcante (2019), o trabalho na Antiguidade e início da Idade Média representava punição, submissão e ele era realizado por povos vencidos nas batalhas, os quais tornavam-se escravos dos povos vencedores dessas batalhas.

Logo surgiu o feudalismo, em que os trabalhadores se tornavam súditos de seus senhores prestando-lhes serviços, obediência e auxílio com o intuito de que estes lhes concedessem um pedaço de terra, conhecido como feudo, para tirarem dali seu sustento e moradia. O regime do feudalismo era demonstrado pelo qual alguém se tornava vassalo de um senhor, fornecendo a ele sua fidelidade e mão de obra em troca de um feudo. (NETO; CAVALCANTE, 2019).

Então, a partir do século XVII com a Revolução Científica e a transição do feudalismo para o capitalismo, houve muitas mudanças na forma como as pessoas viam o trabalho e isso



acabou também mudando o conceito dele, de acordo com Marx (1968) passou a ser considerado como toda ação humana em cima da natureza com o objetivo de saciar sua necessidade.

Esse novo regime vigente, o capitalismo, trouxe consigo o trabalho regular, emprego assalariado, o qual é a venda da mão de obra em troca de recebimento de salário. Ao passo que essas relações de compra e venda de mão de obra vão se tornando cada vez mais normal e comum, ocorre cada vez mais a valorização do dinheiro para conversão de matéria prima em mercadorias a serem comercializadas com o objetivo de enriquecer os detentores do capital. (FIGUEIREDO; ALEVATO, 2013).

Com isso, aumentou-se a população dependente da venda de sua força de trabalho para sobreviver. Com essa intensa busca de riquezas dos burgueses as formas de trabalho também foram se modernizando até chegar na Revolução Industrial, onde a produção se tornou fabril. Mas as condições de trabalho para os colaboradores eram desumanas, conforme Maximiliano (2018) os trabalhadores não podiam reclamar do salário, do horário, barulho, sujeira nas fábricas e em suas casas, as crianças eram obrigadas a trabalhar 14 horas por dia.

Nesse sentido, esse resumo tem o intuito de discutir a relação do trabalho e saúde à luz da psicodinâmica dejouriana.

Metodologia

Trata-se de uma revisão bibliográfica de forma integrativa, com cunho descritivo. Na qual esse tipo de revisão não tem a necessidade de explorar todos os dados, e nem apresentar o conteúdo de forma sistemática, mas sim, de forma intencional integra-los e descreve-os. (GIL, 2010).

Usou-se para embasamento teórico as bases de dados como livros, a *SciELO*, a qual é uma biblioteca digital com livre acesso a muitos artigos científicos e a biblioteca da Associação Brasileira de Engenharia de Produção – ABEPRO. Os materiais utilizados foram do ano 1968 ao 2019. E a construção do mesmo procedeu no mês de outubro de 2019.

Resultados e discussões

Aproximadamente 200 anos depois do início da Revolução Industrial iniciou-se a Revolução Digital, a qual permanece até os dias de hoje, que implementou a substituição do intelecto humano pelos computadores. Por conta disso muitas profissões foram extintas, outras o pessoal foi substituído por computadores e também se criou novas áreas.



Em decorrência dessa adesão a tecnologia surgiram mudanças significativas para o mundo como a agilidade em produzir, solução de problemas, entre outros, porém também teve mudanças no comportamento humano pois vários trabalhos começaram a ser realizados por equipes virtuais e o trabalhador virtual por não ter contato físico com outros colegas e seus empregadores pode sentir-se isolado e alienado o que afeta sua motivação. (MAXIMINIANO, 2018).

Essas inovações tecnológicas acontecem de maneira muito rápidas, todos os dias surgem novos equipamentos, novas formas de realizar determinadas atividades e o ser humano precisa adaptar-se a elas para não se tornar obsoleto e descartável, em permanente desqualificação, precisando mudar de função, empresa, e acaba não conseguindo criar vínculos fortes com seus afazeres e colegas, além de terem de realizar múltiplas tarefas. (HELOANI; LACMAN, 2004)

E a rotina trabalhista vem se intensificando cada vez mais, porque aumenta-se diariamente a necessidade de produzir novos produtos e serviços para saciar as necessidades e/ou desejos dos consumidores, que almejam por coisas novas, e com isso fomenta nos produtores e prestadores de serviços a necessidade de ganhar dinheiro fazendo com que eles queiram aumentar sua produção. E essa intensificação, seja ela física e/ou mental, acaba sendo uma nova forma de exploração da mão de obra deixando os colaboradores a mercê dela. (DAL ROSSO, 2008)

Existindo assim uma relação descontentamento e desgosto do ser humano com o trabalho, pois sabe-se da importância do mesmo para as pessoas, já que os indivíduos veem o serviço não só como forma de sobrevivência, mas também como uma forma de ocupar sua mente e seu tempo produzindo algo.

Essa associação do prazer e sofrimento no trabalho está cada vez mais visível diante das várias aposentadorias precoces, os afastamentos, não só por doenças corporais como também por doenças mentais, como por exemplo, a depressão, que vem ocorrendo no decorrer dos anos. Essa relação já vem sendo estudada ao longo dos anos, esse estudo recebeu o nome de Psicodinâmica do Trabalho, ele foi desenvolvido por Christophe Dejours na década de 1970.

Dejours (1994-1996) pode-se concluir que a organização que o trabalhador está inserido é a maior responsável pelas consequências boas ou ruins para os processos psíquicos desenvolvidos por ele, pois o indivíduo passa a maior parte do seu tempo dentro da empresa.



O ser humano está constantemente exposto as pressões do dia a dia, estresse, conflitos interpessoais, sobrecarga de tarefas, com as novas tecnologias adentrando no mercado de trabalho todos os dias, os proprietários das organizações buscam essas tecnologias com objetivo de substituir a mão de obra humana e assim reduzir os gastos o que acaba sobrecarregando os funcionários que continuam trabalhando no momento em que deveria ser o momento ócio.

Segundo Dejours (1999) essas mudanças geram um impacto na vida dos indivíduos, e estes são obrigados a conviver com um mercado oscilante, uma situação instável e de constante ameaça, elas são vistas como um mal inevitável dos novos tempos. Com essas grandes e constantes alterações no cenário trabalhista espera-se do colaborador uma capacidade de realizar múltiplas tarefas.

Considerações finais

Com as mudanças e evoluções do mundo do trabalho, da tecnologia, as relações de trabalho têm sofrido constante oscilação, causando insegurança para o colaborador, e às vezes sobrecarga de tarefas, além de cansaço físico e/ou mental, e grande parte das vezes, as relações interpessoais estão ficando escassas, não construindo vínculos fortes, devido a toda essa reorganização contemporânea do trabalho. Fatores estes que podem causar danos à saúde do trabalhador permanentes ou não, como doenças no corpo, na mente e devido a isso ocorrem muitos afastamentos, aposentadorias precoces.

Referências

- DAL ROSSO, SADI. **Mais trabalho:** a intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo. Boitempo, 2008.
- DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social.** Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- DEJOURS, Christophe; ABDOUCHELI, Elisabeth; JAYET, Christian. **Psicodinâmica do trabalho: contribuições da Escola Dejouriana a análise da relação de prazer, sofrimento e trabalho.** São Paulo. Atlas, 1994.
- DEJOURS, Christophe. **Subjetividade, trabalho e ação.** Revista Produção, v. 14, n. 3, p. 27-34, set./dez. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/%0D/prod/v14n3/v14_n3a03.pdf. Acesso em: 08 out. 2019.
- FIGUEIREDO, Jussara Moore de; ALEVATO, Hilda Maria Rodrigues. **A Visão de Prazer e Sofrimento da Psicodinâmica do Trabalho ante a Precarização e a Intensificação do**



Trabalho – Breve Reflexão. Disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2013_TN_STO_80_026_23218.pdf. Acesso em: 04 out. 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo. Atlas, 2010.

HELOANI, Roberto; LANCMAN, Selma. **Psicodinâmica do trabalho: o método clínico de intervenção e investigação.** *Prod.* [online]. 2004, vol.14, n.3, p. 77-86. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/prod/v14n3/v14n3a08.pdf>. Acesso em 08 out. 2019.

Marx, Karl. Processo de trabalho e processo de produzir mais-valia. In: **O Capital** (livro 1, vol. 1, cap. V). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MAXIMINIANO, Antonio Cesar Amaru. **Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital.** 8. ed. São Paulo. Atlas, 2018.

NETO, Francisco Ferreira Jorge, CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa. **Direito do Trabalho.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 2019.



SAÚDE MENTAL DO TRABALHADOR: REVISÃO INTEGRATIVA DE PUBLICAÇÕES NACIONAIS

Tatiane de Magalhães Bento
Faculdades Integradas Aparício Carvalho
tatiane.bento@icloud.com

Washington Luiz Moita
Faculdades Integradas Aparício Carvalho
was.moita@hotmail.com

Gracielly de Oliveira e Silva Costa
Faculdades Integradas Aparício Carvalho
pis.gracielly@gmail.com

Resumo: Este estudo teve como objetivo a revisão integrativa de produções científicas nacionais com a temática da saúde mental do trabalhador, publicadas de 2016 a 2018. Realizou-se uma busca nas bases de dados SciELO e PePSIC, por meio dos descritores: saúde mental *and* trabalhador. Foram recuperados 392 artigos científicos. Após análise dos critérios de inclusão e exclusão, selecionou-se 12 artigos que integraram a amostra final desta revisão integrativa. Os resultados evidenciam que as causas do adoecimento psíquico se entrelaçam com causas do adoecimento físico e que a prevenção quanto esse adoecimento ainda não é comum, pois não é citado nos artigos.

Palavras-chave: Saúde mental. Trabalhador. Revisão integrativa.

Introdução

O ambiente organizacional é marcado por mudanças ocorridas ao longo da história mundial, promovendo impacto direto na saúde do trabalhador. Dejours (1987) evidencia três grandes períodos que exemplificam tais mudanças:

1. O início do século XIX é descrito como o primeiro período, e é a época de luta pela sobrevivência, pois diversos fatores como longas jornadas de trabalho ininterrupto de até 16 horas diárias, baixos e insuficientes salários, higienização precária, alimentação deficiente e acidentes de trabalho culminavam na taxa de mortalidade precoce dos trabalhadores. Não havendo, portanto, “saúde” nesse ambiente. Porém, no final deste século as conquistas começaram a surgir através de lutas operárias que reivindicavam a concessão de direitos e que foram sendo garantidos ainda que tenham demorado, pois alguns projetos chegavam a ficar 20 anos parados até sua votação



2. Em um segundo momento que se constituiu da primeira grande guerra até 1968 houve um grande salto na produção industrial devido a demanda surgida com a guerra e o Taylorismo ganhou destaque apresentando-se como um novo sistema onde o ritmo e período de execução do trabalho eram primordiais, havendo um adoecimento físico diretamente causado por essas condições de trabalho. A partir da percepção desse adoecimento levou as empresas a adotarem exames pré-admissionais e a inserção da medicina do trabalho.
3. O terceiro período acontece após 1968 e é marcado por revoltas estudantis em Paris que posteriormente alastraram-se na classe operária, que exigiam melhores condições de trabalho. Tudo isto indica a necessidade do olhar sobre a saúde do trabalhador, inclusive a saúde mental.

A psicodinâmica do trabalho compreende posteriormente uma nova fase da psicopatologia do trabalho, onde há um estudo cujo objetivo vai além do que identificar doenças mentais ocasionadas pelo trabalho, nesse caso busca-se compreender como os trabalhadores mantêm seu equilíbrio psíquico, ainda que estejam em atividades trabalhistas desestruturantes (DEJOURS; ABDOUCHELI; JAYET, 1994).

Diante desse contexto histórico, o presente estudo teve como objetivo realizar uma revisão integrativa da literatura científica acerca da temática de saúde mental do trabalhador nos últimos anos. Para, além disso, relacionar quais causas do adoecimento psíquico aparecem mais nas pesquisas. Adicionalmente avaliou-se quais revistas e áreas de atuação mais estudam a temática.

Metodologia

Realizou-se esta revisão integrativa em seis etapas, de acordo com a proposta de Mendes, Silveira e Galvão (2008). (1) Definição da questão norteadora; (2) Estabelecimento de critérios de inclusão/exclusão; (3) Definição das informações a serem extraídas dos artigos; (4) Análise dos estudos incluídos; (5) Interpretação dos resultados e (6) Apresentação da revisão.

Para desenvolvimento do estudo formulou-se a seguinte questão: o que foi produzido na literatura científica sobre as causas e método de prevenção do adoecimento mental de trabalhadores brasileiros?

A busca ocorreu no mês de abril de 2019, nas bases de dados: *The Scientific Electronic Library Online (SciELO)* e Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC). Utilizando os descritores saúde mental *and* trabalhador.



Os critérios de inclusão foram pesquisas que abordassem a saúde mental do trabalhador brasileiro, revistas brasileiras, publicadas em português; em formato de artigos, no período compreendido entre os anos 2016, 2017 e 2018, pertencentes a qualquer área de conhecimento desde que apresentando relação com o objetivo desse estudo. Os critérios de exclusão utilizados foram estudos duplicados, ou seja, publicados em mais de uma base de dados, livros e artigos na íntegra não disponíveis gratuitamente nas bases de dados.

Resultados e discussão

Os artigos selecionados apresentam a forma como a saúde mental do trabalhador brasileiro vem sendo abordada nas pesquisas científicas no cenário nacional. A busca nas bases de dados trouxe um total de 392 estudos (SciELO= 368; PePSIC= 24) que após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão restaram 12 artigos.

O resultado das etapas pode ser visualizado na Figura 1:

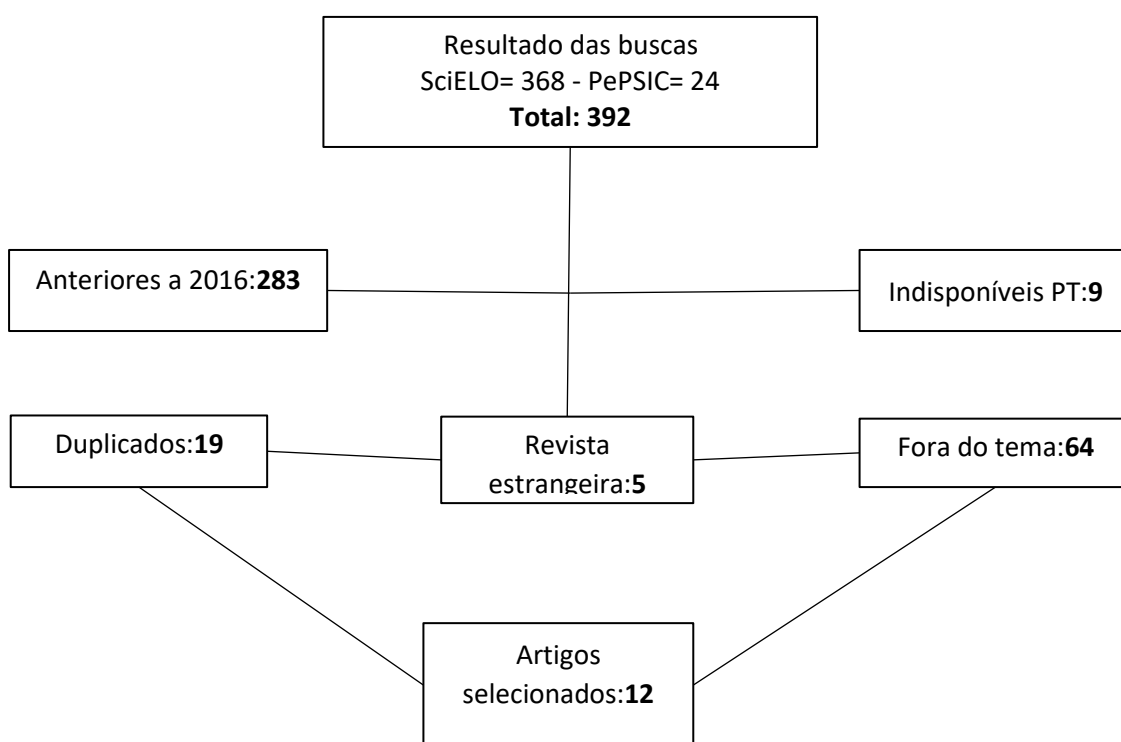


Figura 1: Procedimentos realizados para inclusão e exclusão dos artigos

Foi realizada a categorização das revistas em que os artigos foram publicados. Sendo um total de 10 revistas, 4 específicas da área de Psicologia, 2 específicas de enfermagem e as outras



4 da área da saúde de forma geral. A maioria dos artigos foram publicados em revistas de *qualis* B2 (n=6), seguido por 2 publicações em revistas de *qualis* B4, 1 em revista de *qualis* B5 e 1 de *qualis* A2.

No que se refere ao método abordado nos artigos, percebeu-se que oito artigos optaram pelo método quantitativo, onde mensuraram, classificaram e analisaram numericamente os dados levantados. Outros cinco estudos foram baseados no método do tipo qualitativo, aferindo questões como percepção, motivações e atitudes.

A satisfação no trabalho é mensurada observando como as pessoas se sentem em relação à atividade que exerce. Há duas maneiras de estudar a satisfação, sendo a primeira Global, que é relacionada a um sentimento que independe a relação com o trabalho de maneira geral e a de Facetas que é relacional a aspectos ou partes distintas do trabalho, sendo esta última responsável por uma visão mais ampla e completa da satisfação, pois avalia cada aspecto, como salário, benefícios, relações interpessoais e carga horária. (SPECTOR, 2012).

Na pesquisa de Duarte, Glanzner e Pereira (2017), é exemplificado toda essa insatisfação, que é relacionada ao sentimento de frustração e insegurança, além da sobrecarga de trabalho que são fatores contribuintes para desencadear o sofrimento e adoecimento mental. Giongo e Sobrosa (2017) apresentam a sobrecarga física de trabalho e falta de reconhecimento como fator desencadeante, observando que o desgaste e falta de apoio da liderança impactava diretamente na saúde mental do trabalhador, que por sua vez sentia-se desmotivado quanto sua função.

As ações de prevenção, no entanto, não foram citadas efetivamente nos artigos, o que aparece são sugestões, como a exemplificada na pesquisa de Albuquerque et al. (2018), que descreve a prevenção de saúde mental em professores como uma ação que exige foco e intervenção na estrutura social, intervindo preventivamente, não apenas nas consequências. No artigo de Duarte, Glanzner e Pereira (2017) cita-se que a prevenção no trabalho em emergência hospitalar pode ser executada de duas maneiras, a primeira de forma individual e a outra de forma coletiva.

Considerações finais

A saúde mental do trabalhador aparece em diversos estudos onde busca-se principalmente compreender quais as causas do adoecimento, que aparecem de diferentes formas, sendo que é sempre salientado nos artigos que as descobertas são relativas, pois fatores



causais podem diferenciar os ambientes e assim também os resultados. Observou-se que todos os estudos falam sobre como seria a forma ideal de prevenção em meio ao adoecimento vivenciado, porém efetivamente não é relatado formas de prevenção disponibilizadas nos grupos institucionais. Sugere-se que próximos estudos façam um comparativo entre situações de prevenção que são sugeridas e o que de fato é realizado como forma de evitar ou diminuir os sintomas do adoecimento mental no trabalho.

Referências

ALBUQUERQUE, G.S.C. et al. Exploração e sofrimento mental de professores: um estudo na rede estadual de ensino do Paraná. **Trab. educ. saúde**. Rio de Janeiro, v.16, n.3, set/dez. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tes/v16n3/1678-1007-tes-1981-7746-sol00145.pdf>. Acesso em: 28de fevereiro de 2019.

DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. **Psicodinâmica do trabalho**: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, 1994.

DEJOURS C. **Loucura do trabalho**. São Paulo: Oboré; 1987.

Duarte, M.L.C.; GLANZNER, C.H.; PEREIRA, L. P. O trabalho em emergência hospitalar: sofrimento e estratégias defensivas dos enfermeiros. **Rev Gaúcha Enferm**. Porto Alegre, v. 39, set. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rgenf/v39/1983-1447-rgenf-39-e2017-0255.pdf>. Acesso em: 28de fevereiro de 2019.

GIONGO, C. R.; MONTEIRO, J.K.; SOBROSA, G.M.R. Suinocultor: vivências de prazer e sofrimento no trabalho precário. **Psicologia e sociedade**. vol.29, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v29/1807-0310-psoc-29-e147648.pdf>. Acesso em: 28de fevereiro de 2019.

MENDES, K.D.S.; SILVEIRA, R.C.P.; GALVAO, C.M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis, v. 17, n. 4, dez.2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v17n4/18.pdf>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2019.

SPECTOR, P. E. **Psicologia nas organizações**. São Paulo: Saraiva, 2012.



ASPECTOS DO TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR RELACIONADOS AO SOFRIMENTO PSÍQUICO: uma revisão de literatura *psi*

Arthur Antunes Gomes Queiroz
Universidade Federal de Rondônia
arthurantunesqueiroz@gmail.com

Nikolli Evelyn Gubert
Universidade Federal de Rondônia
nikolli.gubert@hotmail.com

Resumo: Esta pesquisa objetiva analisar os principais fatores organizacionais que atravessam o sofrimento psíquico relacionados à atividade docente em professores do ensino superior. Para tanto, foi realizada uma revisão de produções científicas publicadas no período de 2009 a 2019, na área da psicologia, que tratam do tema aqui abordado. A psicodinâmica do trabalho foi eleita como aporte teórico para discussão dos artigos, considerando-se o conceito de sofrimento no trabalho em Dejours. Os resultados apontam que os principais fatores para o desencadeamento do sofrimento psíquico perfazem três dimensões que foram drasticamente modificadas no contexto da gestão educacional mercantilista: a) esfera temporal, relacionada à quantidade de horas e à carga de trabalho despendidas pelos docentes; b) a esfera geopolítica, que leva em consideração aspectos como gestão mercantilista, competitividade, precariedade das relações de trabalho, superprodução acadêmica e, finalmente, c) a esfera afetiva, que diz respeito às relações interpessoais e questões como individualismo, diminuição da autonomia, impotência, desvalorização e frustrações na rotina do fazer-docente.

Palavras-chave: Sofrimento psíquico. Trabalho docente. Professor universitário. Psicodinâmica do trabalho.

Introdução

A docência vem sofrendo diversas modificações e, desde a década de 90, por conta do processo de reformas educacionais implantados em todos os níveis e esferas da Federação, o trabalho docente tem sido atravessado pela precarização do sistema educacional e pela intensificação das atividades laborais (CORTEZ et. al, 2017).

As novas formas de gestão impostas pelo sistema capitalista têm impactado diretamente tanto a organização quanto as relações de trabalho. O fazer docente não se difere, na medida em que também sofre as influências mercantilistas.

Desse modo, os professores tornam-se atores que precisam criar, como aponta Bosi (2007), “suas próprias condições de trabalho, combinando 'competição', 'empreendedorismo' e 'voluntarismo’” (p. 1514), o que conseqüentemente acarreta doenças características do mundo



do trabalho, “como estresse, o estado permanente de cansaço, a depressão e até o suicídio” (p. 1517).

Nesse contexto, estruturou-se uma revisão de literatura com o objetivo de identificar qual a relação entre o fazer docente ante as transformações laborais ocorridas nos últimos anos e o adoecimento psíquico desses trabalhadores, sob uma perspectiva *dejouriana* (2012) de sofrimento e trabalho.

Método

O levantamento bibliográfico do tema foi realizado a partir de uma revisão de literatura. A pesquisa foi realizada nas bases de dados: *PePSIC* (Periódicos Eletrônicos de Psicologia) e *SciELO* (The Scientific Electronic Library Online). Os critérios de inclusão foram: período de publicação entre 2009 e 2019, em língua portuguesa, analisados por pares e de livre acesso. Foram utilizados os seguintes descritores: “*sofrimento emocional AND docente*” “*sofrimento emocional AND professor universitário*”; “*saúde mental AND docente*”; “*saúde mental AND professor universitário*”; e “*sofrimento psíquico AND professor universitário*” “*sofrimento psíquico AND docente*”. Artigos duplicados foram descartados e aqueles que não tratavam do trabalho docente no ensino superior não foram analisados. Com a aplicação dos descritores e dos refinamentos foram encontrados 14 (quatorze) artigos. Desses quatorze, dez não falavam sobre saúde mental do trabalhador docente no ensino superior. Um dos artigos era uma revisão sistemática de literatura sobre o tema, sendo descartado. Desse modo, restaram 03 (três) artigos que compõem o corpo de análise da presente pesquisa.

Resultados e discussão

A partir dos resultados dos estudos levantados é possível afirmar que o sofrimento psíquico do trabalhador docente ocorre, principalmente, por conta do desgaste provocado pela jornada de trabalho extenuante, pela carga de trabalho que ultrapassa as atividades inicialmente previstas, pela desvalorização crescente do trabalho docente, pelas péssimas condições materiais de trabalho e salariais, pelo sentimento de impotência de enfrentamento e resolução em situações-problemas com estudantes, pela cultura de gestão mercantilista implantada gradualmente no sistema educacional brasileiro, a qual acarreta a precariedade das relações de trabalho, a obrigatoriedade de uma superprodução acadêmica e o modo competitivo como as relações interpessoais vêm se amoldando no ambiente organizacional.



A partir desses aspectos foi possível construir três grandes dimensões do sofrimento psíquico dos docentes: a) temporal, b) geopolítica, e c) afetiva.

Dimensão temporal

Os estudos revelam que o processo de esgotamento e exaustão física e mental de alguns professores está diretamente relacionado com a elevada jornada de trabalho e com sua carga extensa (COUTINHO et al., 2012; LYRA et al., 2013; JÚNIOR, 2010; CASSANDRE, 2011).

Dimensão geopolítica

A segunda dimensão identificada é a geopolítica, no sentido de que a universidade está inserida em um contexto de influência global e sofre pela precariedade dos contratos de trabalho, pela gestão educacional baseada em critérios de mercado, pela competição entre pares e pela consequente cobrança por produção acadêmica, além da introdução de tecnologias informacionais, que refletem diretamente no sofrimento psíquico dos docentes universitários.

Dimensão afetiva

A esfera afetiva surge a partir da observação de que, no decorrer do fazer docente, é imposto ao professor universitário uma lógica de competitividade com seus pares, o que cria um ambiente de individualismo, e acaba por minar as relações de solidariedade entre os professores.

O individualismo interfere ainda nas formas de mobilização dos docentes, fazendo com que as estratégias de organização e enfrentamento coletivas sejam prejudicadas.

O desgaste dessas relações aliado ao descontentamento oriundo das condições de trabalho atravessadas pelas demais esferas apresentadas podem dar espaço a rupturas no processo de objetivação/subjetivação (SATO, 1993, 1994), aumentando as chances para que a apropriação ocorra de forma alienada, e conseqüentemente, influenciando no aumento da possibilidade de ocorrência do sofrimento psíquico (JÚNIOR, 2010).

Considerações finais

O levantamento das produções da comunidade científica nos alerta sobre a existência do sofrimento patológico na categoria dos professores do ensino superior, com dados apontando que o sofrimento é silenciado por seus pares bem como pelo próprio sujeito que esgota suas



estratégias defensivas, conforme análise embasada sob a perspectiva *dejouriana* da relação sofrimento e trabalho.

A prática da docência tem passado por mudanças em suas estruturas, tendo a atividade docente em si e as relações do indivíduo com o coletivo sofrido impactos ímpares, tendo como resultado a fragilidade do professor, o adoecimento e o sofrimento negado.

Nesse contexto, alinhado a todos os fatores que foram mencionados nas dimensões construídas (temporal, geopolítica e afetiva), o docente universitário se vê refém dos desgastes das relações não apenas no âmbito do trabalho, mas também no âmbito pessoal, o que aumenta a chance de um processo de objetivação/subjetivação com rupturas (SATO, 1993, 1994), apto a ensejar uma apropriação da atividade de forma alienada e conseqüentemente, com possibilidade de sofrimento psíquico (JÚNIOR, 2010).

Parece-nos que uma das alternativas possíveis para que esse processo de alienação da atividade não ocorra é a busca por estratégias de operar a *práxis* docente de modo coletivo, por meio de interações em níveis hierárquicos diversos, com os pares e com os superiores, tentando-se ao máximo criar um ambiente institucional em que flua a discussão, a troca e principalmente, a reflexão coletiva do fazer docente.

Referências

BOSI, A. P. A precarização do trabalho docente nas Instituições de Ensino Superior do Brasil nesses últimos 25 anos. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 101, p. 1503-1523, set./dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n101/a1228101.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2019.

CASSANDRE, M. P. A saúde de docentes de pós-graduação em universidades públicas: os danos causados pelas imposições do processo avaliativo. **Rev. Mal-Estar Subj.**, Fortaleza, v. 11, n. 2, p. 779-816, 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482011000200013&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 13 jun. 2019.

CORTEZ, P. A. et al. A saúde docente no trabalho: apontamentos a partir da literatura recente. **Cad. saúde colet.**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 113-122, mar. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-462X2017000100113&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 mai. 2019.

COUTINHO, M. C. et al. Entre o prazer e o sofrimento: um estudo sobre os sentidos do trabalho para professores universitários. **Psicol. teor. prat.**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 154-167, ago. 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872011000200012&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 05 jun. 2019.



DEJOURS, Christophe; ABDOUCHELI, Elizabeth. Itinerário teórico em psicopatologia do trabalho. In: DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. (Org.). **Psicodinâmica do trabalho, contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho**. São Paulo: Atlas, 2012.

JUNIOR, O. G. Sofrimento psíquico e trabalho intelectual. **Cad. psicol. soc. trab.**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 133-148, 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172010000100011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 05 jun. 2019.

LYRA, G. F. D. et al. Sofrimento psíquico e trabalho docente: implicações na detecção de problemas de comportamento em alunos. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 724-744, ago. 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812013000200017&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 05 jun. 2019.

SATO, L. A representação social do trabalho penoso. In: M. J. P. Spink (Org.). **O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social** (pp. 188-211). São Paulo: Brasiliense, 1993.

SATO, L. Saúde mental e trabalho. In: **Saúde, meio ambiente e condições de trabalho: conteúdos básicos para uma ação sindical** (p. 169-175). Brasília: CUT, Fundacentro, Ministério do Trabalho, 1994.



QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO

Eliana Ariele Vieira Sandes
Faculdades Integradas Aparício Carvalho
nanavieira88@hotmail.com@hotmail.com

Vitória Regina Alves de Almeida
Faculdades Integradas Aparício Carvalho
regina.allves@hotmail.com

Gracielly de Oliveira e Silva Costa
Faculdades Integradas Aparício Carvalho
psi.gracielly@gmail.com

Resumo: Qualidade de Vida no ambiente de trabalho e Saúde do Trabalhador, tem se tornado tema de grande relevância, principalmente dentro das organizações. Desse modo o presente estudo teve como objetivo analisar a importância da Qualidade de Vida no Trabalho e demonstrar a importância dos Programas de Qualidade de Vida dentro das organizações. Nesse contexto, a metodologia utilizada foi uma pesquisa bibliográfica, para apresentar o que diversos autores trazem sobre o tema, possibilitando assim um conhecimento maior sobre o assunto abordado. Sugere-se que as empresas, ao decidirem implantar um Programa de Qualidade de Vida no Trabalho, lancem mão de uma metodologia de implementação seguindo os preceitos de realizar uma análise dos benefícios que o Programa proporcionará, sensibilização, planejamento, diagnóstico, execução e implementação e por fim realizar a avaliação e manutenção do Programa. Assim, as organizações poderão planejar, implementar e manter a qualidade de vida no trabalho de seus colaboradores, tendo como pressuposto a resolução da condição do ambiente de trabalho.

Palavras-chave: Qualidade de vida. Qualidade de vida no trabalho. Organização.

Introdução

Quando se fala em qualidade de vida (QV) já pensamos em saúde, bem-estar físico e emocional, felicidade, entre outros. E quando falamos em qualidade de vida no trabalho (QVT), lembramos das organizações, dos colaboradores, da rotina de trabalho e da relação entre todos estes.

A QVT busca desenvolver métodos que possam ofertar um ambiente de trabalho agradável e saudável, não só para a saúde econômica da empresa, mas também para a saúde dos colaboradores que fazem parte daquele contexto diário.

Ribeiro e Santana (2015) afirmam que os programas de QVT têm como finalidade proporcionar ambientes de trabalhos mais agradáveis, condições melhores nos aspectos físico,



emocional, social, além de tornar equipes mais comunicativas, promover integração dos setores com seus superiores, entre outras vantagens favoráveis a satisfação de todos aqueles inseridos na organização. Diante do exposto, este estudo teve como objetivo analisar a importância da qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Metodologia

A elaboração deste trabalho se deu a partir de um estudo bibliográfico, apresentando o que diversos autores trazem a respeito do assunto. Segundo Gil (2002), a pesquisa bibliográfica serve de material secundário, e é realizada por meio de um levantamento de bibliografia já publicada.

A vantagem da pesquisa bibliográfica, é que, torna acessível ao pesquisador uma abrangência de uma série de fenômenos, do que aquela que poderia pesquisar diretamente (GIL, 2002). E que tem como objetivo compreender as distintas proposições de contribuição científica, que ocorreram sobre determinado tema (OLIVEIRA, 2001).

Resultados e discussão

Segundo Chiavenato (2010) o conceito de qualidade de vida no trabalho foi usado inicialmente em pesquisas em meados de 1970, pelo professor Louis Davis, na universidade de UCLA, em Los Angeles. O grupo surgiu devido a uma preocupação com a competitividade internacional, como o modelo dos japoneses em investir na gestão de pessoas, que era capaz de reduzir conflitos. O movimento do grupo QVT foi iniciado na década de 50 com uma manifestação que reivindicava as condições de trabalho daquela época em algumas empresas.

Conforme Ferreira (2012), a satisfação dos trabalhadores está intimamente ligada às relações de trabalho, sua percepção quanto à segurança, a sua autonomia e responsabilidade na empresa, o relacionamento de gestores e clientes, o mérito pelo trabalho e também a oportunidade de crescimento profissional na organização. Ferreira (2012) destaca ainda que a QVT está cada vez mais presente nas organizações, na literatura científica das ciências do trabalho e na mídia.

Para Vizioli (2012), QVT é um conceito que abrange e ultrapassa os assuntos em saúde e segurança, ressalta que ambos estão ligados a QV, porém a temática vai muito, além disso, questões como convívio social sadio, autoestima elevada e equilíbrio entre vida pessoal e profissional são assuntos que ligam a uma satisfação na organização.



Alves (2011), diz que, a qualidade de vida nas empresas tem se tornado primordial, pois a cada dia o mercado se torna mais competitivo e exigente em decorrência das novas tecnologias e dentro das modificações é preciso ressaltar o colaborador como a verdadeira potência.

Para as organizações elevarem o nível de qualidade e produtividade, precisam de colaboradores motivados que participem ativamente do seu trabalho, para beneficiar a empresa e também seus clientes. A empresa que investe na QVT está trabalhando perante a competitividade organizacional, pois interage entre a qualidade e produtividade (CHIAVENATO, 2010).

Conforme ressalta Vizioli (2012), os Programas de Qualidade de Vida no Trabalho (PQVTs) tiveram início no norte da Europa por meados dos anos 60, e com o passar do tempo outros países foram adotando a ideia de promover PQVTs.

A *Buck Consultants* conduziu um estudo com 10 milhões de funcionários em 45 países, dentre eleso Brasil, revelou que a média global ainda é muito baixa. Com a pesquisa foi constatado que apenas 21% das empresas conseguiram implementar um PQVT, no Brasil apenas 18% das empresas possuem PQVTs (CAMPOS, 2009).

Para Simurro e Ogata (2015), algumas empresas dizem ter PQVT, apenas por elaborar ações como atividades educativas, promover eventos festivos em datas especiais, consolidar aos seus funcionários vacinas, dentre outros.

Para o Instituto Chico Mendes da biodiversidade, os programas de Qualidade de vida reúnem um grupo de ações e programas que visam melhorias em ambas as partes na organização, melhorando diretamente o clima organizacional, a valorização do trabalho, cria nos funcionários incentivos para hábitos saudáveis, melhora as relações interpessoais tanto na organização quanto social e familiar.

Conforme Alves (2011), muitas empresas estão buscando promover ações e programas de QVT de forma imediata e tendo resultados opostos ao esperado, acredita-se que para implantar este tipo de serviços é necessário o planejamento, pois cada empresa tem uma necessidade diferente da outra.

Considerações finais

Torna-se pertinente retomar algumas questões que foram norteadoras da pesquisa, buscando uma síntese e apontando alguns caminhos de encontros e desencontros em seu



percurso, mas que ao fim nos levaram ao nosso objetivo principal, que era analisar a importância da qualidade de vida no contexto laboral.

O estudo pontua a importância das organizações de proporcionar aos seus colaboradores qualidade de vida no trabalho. Promover ações voltadas ao bem-estar do colaborador, consistindo em um componente extremamente importante na busca pela qualidade de vida e desempenho nas atividades diárias desenvolvidas nas organizações.

Pode-se dizer que existem algumas barreiras na implantação de PQVT, estas estão associadas, sobretudo com a cultura organizacional, a forma como são conduzidos os procedimentos internos, a relação entre funcionário e empresa e a política de recursos humanos. Partindo desses estudos é possível afirmar que as organizações que buscam investir em ferramentas que proporcionam em uma boa qualidade de vida ao colaborador, tendem a ter bons resultados, sejam eles comerciais ou financeiros, pois um indivíduo motivado e saudável tem um bom desempenho, trazendo bons resultados para a organização.

Sugere-se que as empresas, ao decidirem implantar um PQVT, iniciem primeiramente uma análise se o programa trará benefícios ou não, quais objetivos dele, sensibilização com apoio diretor da alta direção, um bom planejamento elencando a equipe responsável preferencialmente colaboradores de diversas áreas e com o cronograma inicial, diagnóstico com a coleta de informações desde como funciona a gestão de pessoas a como está a QVT, a execução e implementação dos planos de ações, que foram encontrados através do tratamento dos resultados da pesquisa e por fim realizar a avaliação e manutenção do Programa.

Desta forma, as organizações conseguem planejar, implementar e manter a QVT de seus colaboradores, tendo como pressuposto a resolução da condição do ambiente de trabalho.

Referências

ALVES E. F. Programas e ações em Qualidade de Vida no Trabalho. *InterfacEHS rev. Saúde, meio ambiente e sustentabilidade*, vol. 6 n.1. Maringá - PR, 2011.

CAMPOS, Elisa. **Programas de qualidade de vida ainda são desafio para empresas**. Revista Época, 2009.

CHIAVENATO I. **Higiene, Segurança e Qualidade de vida**, p. 487. 3. ed. São Paulo-SP, 2010.

FERREIRA M. C. **Qualidade de vida no trabalho**: uma abordagem centrada no olhar dos trabalhadores. 2. ed. Brasília: Paralelo 12, 2012.



GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE: INSTITUTO CHICO MENDES DA BIODIVERSIDADE. **Programa Qualidade no Trabalho – ICMBio**. Cruzeiro- DF.

Disponível em:

http://www.icmbio.gov.br/ead/file.php/1/paginas/qualidade_de_vida/arquivos/programa_qualidade.pdf. Acesso em 20 de maio 2019.

OLIVEIRA, S. L. de. **Tratado de Metodologia Científica**. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

RIBEIRO L. A.; SANTANA L. C. **Qualidade de vida no trabalho**: fator decisivo para o sucesso organizacional. Salvador-BA: RIC Cairu, 2015.

SIMURRO, S. A. B.; OGATA, A. **Temas avançados em Qualidade de vida**: gestão de programas de qualidade de vida, manual prático para profissionais brasileiros. Londrina-PR: Midiograf, vol. 2, 2015.

VIZIOLI M. Avaliação de Gestão de pessoas: **Administração de recursos Humanos**. São Paulo: Pearson, 2012.p. 240-251.



CLIMA ORGANIZACIONAL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Paloma Auricélia da Silva Valente dos Santos
Faculdades Integradas Aparício Carvalho
palomavalente24@gmail.com.

Williane Soares Santos
Faculdades Integradas Aparício Carvalho
soareswiliane@yahoo.com.br

Gracielly de Oliveira e Silva Costa
Faculdades Integradas Aparício Carvalho
psi.gracielly@gmail.com

Resumo: O Clima Organizacional é um fator importante no desempenho e na atuação do colaborador. O presente artigo trata de uma revisão integrativa de literatura que procurou mostrar e analisar os estudos sobre o clima organizacional entre 2015 a 2018. A base de busca utilizada foi a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), os descritores foram Clima *and* Organizacional, totalizando um achado de 343 artigos que, com a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados 13 artigos para análise.

Palavras-chave: Clima Organizacional. Organização. Satisfação. Motivação.

Introdução

O Clima Organizacional é um conjunto de valores e comportamento dos colaboradores que compõe uma organização. Luz (2007, p. 12) afirma que o “clima organizacional é o reflexo do estado de ânimo ou do grau de satisfação dos funcionários de uma empresa, num dado momento”. Já para Martins (2017, p. 2):

Clima Organizacional está interligado com o comportamento e atitudes das pessoas no ambiente de trabalho onde refere a sua qualidade de vida, bem-estar, motivação, e satisfação dos colaboradores dentro da organização onde passam parte de suas vidas.

O clima organizacional é um fator importante no desempenho e na atuação do colaborador. Se esse clima não estiver bom, provavelmente a satisfação dos colaboradores também não estará e isso pode se tornar um problema nas organizações. “Quando o clima é ruim ocorrem as tensões, discórdias, desuniões, rivalidades, animosidades, desinteresses para realizarem funções, resistência às ordens e ruído nas comunicações, gerando insatisfação nos colaboradores.” (GALVÃO, 2015, p. 7).



O presente texto se justifica pela necessidade de expor a importância do clima organizacional e como esse fator vem sendo visto e estudado nos últimos anos. Essa pesquisa poderá contribuir como uma base para os executivos e gestores das organizações que desejarem investir na saúde e bem-estar de seus colaboradores. Pois como o mercado está cada vez mais competitivo, exige das organizações melhores índices de produtividade e, logo, o estudo se torna benéfico para a empresa e para os colaboradores.

Diante disto, esse estudo teve como objetivo geral verificar como o conceito de clima organizacional vem sendo descrito nos últimos anos. E como específicos, destacar as obras encontradas e apontar as principais contribuições dos autores.

Metodologia

Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, para a identificação de produções sobre o tema Clima Organizacional, entre 2015 e 2018. Foi escolhida a revisão integrativa da literatura, a fim de contemplar, com uma maior compreensão, as pesquisas encontradas. Serão utilizados os seis passos deste tipo de pesquisa, definidos por Mendes, Silveira e Galvão (2008), que se resumem em: 1º identificação do tema e seleção da hipótese; 2º estabelecimento de critérios para inclusão e exclusão de estudos; 3º categorização dos estudos; 4º avaliação dos estudos incluídos na revisão integrativa; 5º interpretação dos resultados; 6º apresentação da revisão.

Foram adotados os seguintes critérios para escolha dos artigos: todas as categorias de artigo; artigos com resumos disponíveis para análise; publicados no idioma português entre os anos 2015 e 2018, e artigos que contivessem em seus títulos e/ou resumos as seguintes terminologias em Psicologia: Clima *and* Organizacional. O sistema de busca desses artigos foi realizado através da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no mês de abril de 2019, e o recurso utilizado na pesquisa foi a expressão “termo exato”. Os critérios de exclusão dos artigos foram: estudos que contivessem no título “cultura” e que, mesmo com o filtro de idioma, estavam escritos em espanhol e fugiam dos critérios de inclusão.

Resultados e discussão

Foram encontrados 343 artigos através dos descritores e, ao se aplicar o filtro ‘ano da publicação’ (entre 2015 a 2018), busca foi refinada para 138 artigos. Após isso filtrou-se os estudos com o idioma em português, totalizando 49 artigos. Com os critérios de exclusão, que



foram artigos que contivessem “cultura” no título e que mesmo com o filtro do idioma estavam em espanhol, a quantidade de estudos encontrados foram de 13 no total. O gráfico abaixo mostra a quantidade de estudos agrupados por ano:

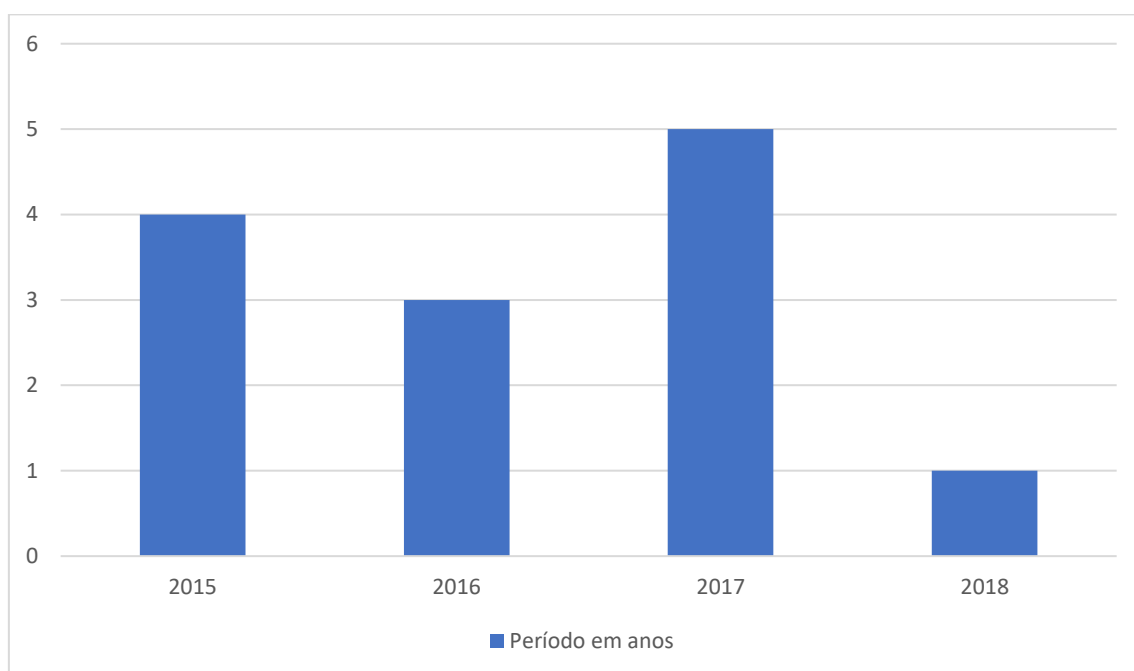


Figura 2 - Distribuição dos estudos, segundo o ano de publicação.

Dos 14 achados, 5 estudos eram de abordagem qualitativa, 4 estudos de abordagem quantitativa e 4 estudos quantitativos/qualitativos.

Analisados os artigos, destacaram-se as terminologias: satisfação, insatisfação, motivação e comportamento.

Satisfação e insatisfação

O termo satisfação apareceu em todos os artigos analisados e isso demonstra o quanto ela pode contribuir para o clima organizacional. Paula e Queiroga (2015, p. 365) definem que “a satisfação é uma das variáveis fundamentais para qualquer organização preocupada em manter boas práticas de gestão de pessoas”. Isso porque ela diz respeito a um conjunto de elementos que precisam estar alinhados com a expectativa que o colaborador possui do cargo que ocupa.



A satisfação do trabalhador pode ser mensurada através de pesquisas realizadas dentro da empresa como, por exemplo, uma pesquisa de clima organizacional. Para ser realizada a análise, são utilizados questionários ou entrevistas, e os mais utilizados são os questionários, por serem fáceis de aplicar e mensurar, e pela possibilidade de serem respondidos anonimamente, deixando o colaborador mais confortável (SPECTOR, 2012).

Motivação

A motivação também foi um dos conceitos mais utilizados nos artigos encontrados. Os autores apontaram que, para o clima organizacional ser bom, é preciso que os colaboradores estejam motivados. Faria, Costa e Ferreira (2017, p. 151) afirmam que a “motivação é visto como o processo responsável pela intensidade, direção e persistência dos esforços de uma pessoa para o alcance de uma determinada meta.” Alves e Feijó (2017, p. 42) também acreditam que a motivação é essencial para a realização de metas, “é possível compreender que cada indivíduo é motivado por uma força, um vigor, que proporciona buscar aquilo que é preciso para satisfazer as necessidades interiores de cada pessoa”.

Comportamento

O Comportamento dentro das organizações é caracterizado pelas ações, gestos e forma de se relacionar com os demais colaboradores, e é determinante no clima organizacional e vice-versa. De acordo com Sanches e Castro (2015, p. 26), “clima organizacional e comportamento organizacional positivo, comportam-se como grandezas diretamente proporcionais.”

Considerações finais

Procuramos, por meio desta revisão integrativa, destacar as obras encontradas de clima organizacional e apontar as principais contribuições dos autores. Os autores enfatizaram que o clima organizacional está vinculado diretamente com a satisfação, insatisfação, motivação e comportamento dos colaboradores.

Este estudo proporcionou um grande aprendizado para as acadêmicas e, assim, pôde-se compreender a relevância do clima organizacional, como tema está em voga atualmente e, mesmo que a maioria dos artigos localizados não estejam em português, observou-se que foram produzidos muitos estudos sobre esse aspecto nos últimos anos.



Referências

- ALVEZ, J. C.; VAL, C. P.; FEIJÓ, R.L. Pesquisa de clima organizacional como impacto na motivação das gerações X e Y. **Revista Mosaico**. 2015 jul./dez.; 06 (2): 41-47. Disponível em: <http://editora.universidadedevassouras.edu.br/index.php/RM/article/view/139>. Acesso em: 14 jun. 2019.
- BASTOS, A. V.B. Psicologia organizacional e do trabalho: Que respostas estamos dando aos desafios contemporâneos da sociedade brasileira? In O. H. Yamamoto & V. V. Gouveia (Eds.), **Construindo a psicologia brasileira: Desafios da ciência e da prática psicológica**. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 2003.
- CAMPOS, K. C. L. et al. **Psicologia Organizacional e do Trabalho – Retrato da Produção Científica na Última Década**. 2011. p. 705. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v31n4/v31n4a04>>. Acesso em: 06 set. 2019.
- FARIA, A. S.; COSTA, D. V.F.; FERREIRA, V. C. P. PERCEPÇÃO DO CLIMA ORGANIZACIONAL EM UMA EMPRESA DE TELEFONIA: um estudo de caso. **Rev. Vianna Sapiens**, Juiz de Fora, 2017. Disponível em: <http://www.viannasapiens.com.br/revista/article/download/85/72/>. Acesso em: 05 jun. 2019.
- GALVÃO, A. C. A. **Clima organizacional: um estudo de caso na fundação de apoio à pesquisa do estado o Rio Grande do Norte - FAPERN**. 2015. 28f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Estratégica de Pessoas), Departamento de Ciências Administrativas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015. Disponível em: <http://monografias.ufm.br/handle/123456789/3772>. Acesso em: 05 set. 2019.
- LUZ, R. **Gestão do Clima Organizacional**. 3. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007.
- MARTINS, A. **Clima organizacional e sua influência no ambiente de trabalho**. 2017. Disponível em: <<file:///C:/Users/celia/Downloads/01496600761.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2019
- MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. de C. P.; GALVAO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-764, Dec. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072008000400018&lng=en&nrm=iso. Acesso em 07 out. 2019.
- SANCHES, J. P. dos S.; CASTRO, A. L. de. Relação entre a Percepção do Clima Organizacional e o Comportamento Organizacional Positivo: Estudo no Setor de Obras da Prefeitura de Tamboara-PR. **REUNIR: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, ISSN: 2237-3667, Vol. 5, n. 3, p.19-38, 2015. Disponível em: <http://reunir.revistas.ufcg.edu.br/index.php/uacc/article/view/302>. Acesso em: 10 jul. 2019.
- ZANELLI, J. C.; BASTOS, A. V. B. Inserção profissional do psicólogo em organizações e no trabalho. In: J. C. Zanelli, J. E. Borges-Andrade & A. V. B. Bastos (Eds.), **Psicologia, organizações e trabalho**. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 2004.



ANÁLISE SISTEMÁTICA SOBRE A SÍNDROME DE *BURNOUT* EM DOCENTES UNIVERSITÁRIOS

Nadya Machado Barbosa
Universidade Federal de Rondônia
nadya.machado2@gmail.com

Ágata Cristiam Tavares
Universidade Federal de Rondônia
cristiam.agata@gmail.com

Resumo: O presente estudo realizou uma revisão sistemática das publicações brasileiras sobre síndrome de *burnout* em professores do ensino superior. Para a revisão foram utilizadas as bases de dados: Lilacs, SciELO e PePSIC. Como critérios de seleção foram incluídos artigos nacionais sobre o tema, publicados entre 2010 e 2019 com amostra brasileira. Foram excluídos artigos duplicados, de revisão bibliográfica, teses e dissertações. Os descritores utilizados foram: *burnout* (and) docentes; *burnout* (and) professores. Como resultado, observou-se que a exaustão emocional é a dimensão mais prevalente entre a população estudada na revisão sistemática. A síndrome de *burnout* atinge em maior proporção as mulheres. Docentes mais experientes tendem a apresentar maior satisfação no trabalho e ter menor incidência de *burnout*.

Palavras-chave: *Burnout*. Docentes. Sofrimento.

Introdução

A profissão de professor apresenta índices elevados de sofrimento. Os fatores de vulnerabilidade que o docente encontra no exercício de sua profissão são: baixa remuneração, salas superlotadas, conflitos na relação com os alunos, carga horária excessiva, falta de recursos materiais e didáticos e pouca ou nenhuma possibilidade de contribuição nas políticas e planejamentos educacionais. Além disso, as demandas do trabalho exigem do professor atuar de modo polivalente e conciliar atividades de ensino, pesquisa e extensão com atividades administrativas (CARLOTTO; PALAZZO, 2006; NACARATO et al., 2000; SUDA et al., 2011).

A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2019) define a Síndrome de Burnout (SB) como um fenômeno ocupacional. É considerada uma consequência do estresse crônico, desencadeado pelo ambiente laboral e caracterizada por três dimensões: exaustão emocional, despersonalização e baixa realização profissional (CARLOTTO, 2014).



Os sintomas característicos da SB são: queda na produtividade, isolamento social, sentimento de incapacidade, descontentamento, tristeza, apatia, insônia, medo, ansiedade, tensão muscular, problemas gastrointestinais, uso abusivo de álcool ou medicamentos, dentre outros (CARLOTTO, 2014; MASLACH; SCHAUFELI; LEITER, 2001).

Diante desta premissa, o objetivo deste estudo foi analisar a produção científica sobre SB em professores do ensino superior nos últimos 10 anos, por meio de uma revisão sistemática.

Metodologia

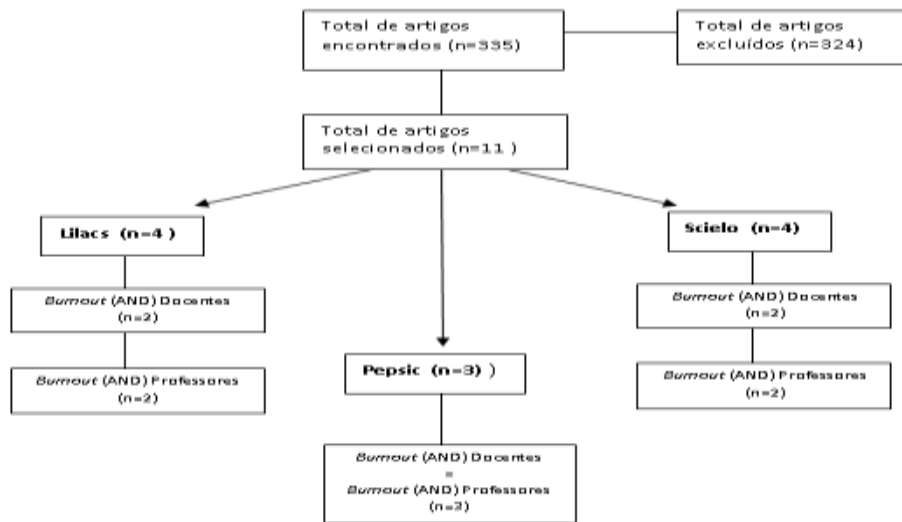
Trata-se de uma revisão sistemática de artigos sobre a SB em professores universitários. Utilizou-se as seguintes bases de dados: Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs), Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC) e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO Brasil), escolhidas pelos padrões de qualidade e acessibilidade. Os descritores utilizados foram: *burnout (and) docentes*; *burnout (and) professores*.

Foram incluídos artigos sobre a temática de *burnout* em professores universitários com publicações entre os anos de 2010 e 2019, amostra composta por participantes brasileiros e publicação em periódicos nacionais de acesso livre. Foram excluídos: artigos de revisão; dissertações; teses; artigos duplicados; artigos de acesso restrito; artigos que não abordam *burnout* no conteúdo.

Resultados e discussão

Com o uso dos descritores, localizou-se 335 artigos. Foram excluídos 324, por não estarem de acordo com os critérios estabelecidos. Resultando em 11 artigos para análise.

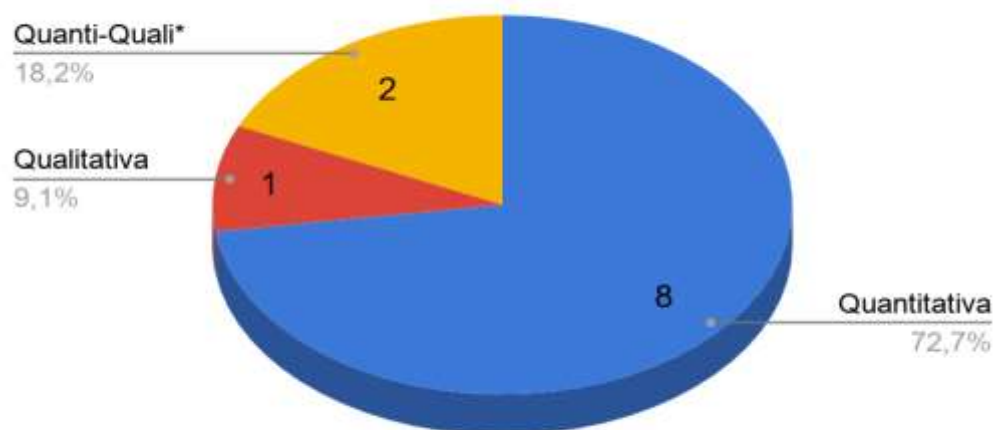
A Figura 1 ilustra a busca sistemática e a seleção dos artigos.



Fonte: elaborado pelas autoras (2019)

A maioria dos estudos adotou abordagem quantitativa (n=8; 72,7%), dois estudos estão classificados como quantitativos e qualitativos (n=2; 18,2%) e apenas um estudo foi somente qualitativo (n=1; 9,1%) (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Tipo de abordagem dos estudos



Legenda: * Quantitativa e qualitativa

Fonte: elaborado pelas autoras (2019)



O inventário mais utilizado foi *Maslach Burnout Inventory* e variações (MBI-ES e MBI-HSS), usado em cinco artigos (45,4%). O MBI e variações avaliam o *burnout* por meio de três dimensões: exaustão emocional (EE), despersonalização (DP) e realização profissional (RP) também denominada eficácia profissional (EF). O *Cuestionario para la Evaluación del Síndrome de Quemarse por el Trabajo* (CESQT) versão em português foi utilizado em dois artigos (18,2%). Os demais empregaram escalas e questionários não específicos de *burnout*.

Prado et al. (2017), Hoffmann et al. (2017), Camargo (2013) e Gonçalves et al. (2011) identificaram que a SB é mais prevalente nas mulheres do que nos homens. Em Sanches e Santos (2013), os resultados apontaram a presença de até três jornadas de trabalho entre as mulheres, sendo uma das fontes geradoras de estresse. As pesquisas de Camargo et al. (2013), Baptista et al. (2019) e Prado et al. (2017) revelaram que quanto mais jovem é o professor, mais predisposição ele terá para o desenvolvimento da SB.

Os fatores de risco mais citados pelos autores foram: dificuldades de lidar com os alunos despreparados, sobrecarga de trabalho influenciada pela cobrança por produção, contexto da universidade, relação ensino-aprendizagem, preocupação com o aprendizado e prazos institucionais. E entre as estratégias de enfrentamento mais presentes estão: o uso do autocontrole, suporte social, resolução de problemas e reavaliação positiva.

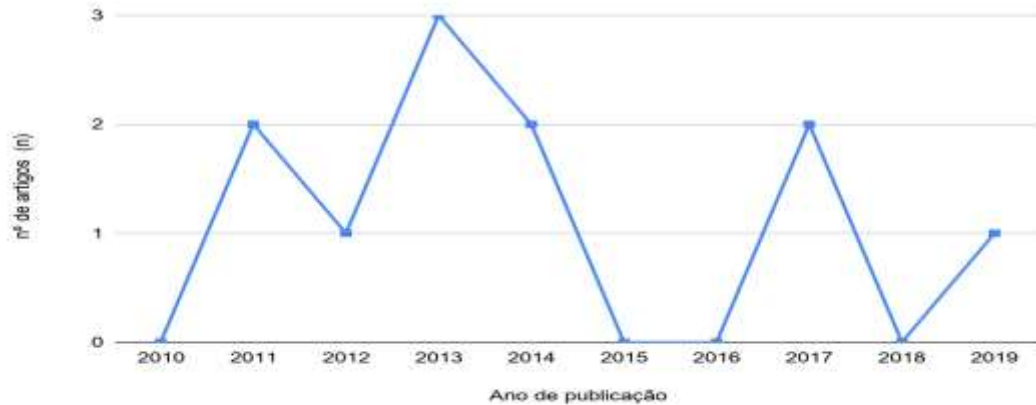
Martins e Honório (2014) apresentaram nos resultados o escore baixo para a realização profissional e moderado para esgotamento. Os resultados tiveram correlação com falta de reconhecimento no trabalho que se reflete nos baixos salários, sobrecarga, displicência dos alunos, falta de autonomia.

Com relação a prevalência de *burnout*, Gonçalves et al. (2011) identificaram alto índice de *burnout*. Já Silva et al. (2014), encontraram baixos escores. Mendonça, Coelho e Juca (2012) verificaram que quanto maior a demanda de trabalho, maior a exaustão emocional e a despersonalização. A sobrecarga advém da necessidade de conciliar atividades administrativas com ensino, pesquisa, extensão e produção científica.

O Gráfico 2 permite visualizar a distribuição dos estudos em relação ao ano de publicação. Observa-se variação na quantidade de publicações durante o período analisado.



Gráfico 2- Distribuição dos estudos pelo ano de publicação



Fonte: elaborado pelas autoras (2019)

Considerações finais

Os resultados apontam que, dentre as dimensões do *burnout*, a exaustão emocional é a mais prevalente. O *burnout* atinge em maior proporção as mulheres e docentes com menor tempo de profissão. O estresse e a sobrecarga de trabalho são constructos relevantes para o desenvolvimento da síndrome.

Referências

BAPTISTA, M.N. et al. Burnout, estresse, depressão e suporte laboral em professores universitários. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, v.19, n.1, p. 564-570, 2019. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpot/v19n1/v19n1a08.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2019.

CAMARGO, E.M. et al. Estresse percebido, comportamentos relacionados à saúde e condições de trabalho de professores universitários. **Psicologia Argumento**, v.31, n.75, p.589-597, 2013. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/19725>. Acesso em: 21 jun. 2019.

CARLOTTO, M.S.; PALAZZO, L.S. Síndrome de Burnout e fatores associados: um estudo epidemiológico com professores. **Cadernos de Saúde Pública**, v.22, n.5, p.1017-1026, 2006.

CARLOTTO, M.S. Prevenção da Síndrome de burnout em professores: um relato de experiência. **Mudanças Psicologia da Saúde**, Belo Horizonte, v. 22, n. 1, p 31-39. jun 2014. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/MUD/article/view/4782/4383>. Acesso em: 21 jun. 2019.

HOFFMAN, C. et al. Psicodinâmica do trabalho e riscos de adoecimento no magistério superior. **Estudos Avançados**, v. 31, n.9, 2017. Disponível em:



http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142017000300257. Acesso em: 21 jun. 2019.

GONÇALVES, T.B. et al. Prevalência de síndrome de burnout em professores médicos de uma universidade pública em Belém do Pará. **Rev Bras Med Trab**, v.9, n.2. São Paulo, 2011. Disponível em: http://www.anamt.org.br/site/upload_arquivos/revista_brasileira_volume_9_n%C2%BA_2_1212201310258533424.pdf. Acesso em: 21 jun. 2019.

MARTINS, A.A. V.; HONÓRIO, L.C. Prazer e sofrimento docente em uma instituição de ensino superior privada em Minas Gerais. **Organizações & Sociedade**, v. 21, n.68, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S198492302014000100005&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 21 jun.2019.

MASLACH, C.S; SCHAUFELI, W. B; LEITER, M. P. Job burnout. **Annual Review Psychology**, v. 52, p. 397-422, 2001. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/doi/10.1146/annurev.psych.52.1.397>. Acesso em: 21. jun. 2019.

MENDONÇA, V.L.G; COELHO, J.A.P.M; JUCA, M.J. Síndrome de Burnout em Médicos docentes de uma instituição pública. **Psicologia em Pesquisa**, v.6, n.2, p.90-100, 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psipesq/v6n2/v6n2a02.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2019.

NACARATO, A.M. et al. O cotidiano do trabalho docente: palco, bastidores e trabalho invisível... abrindo as cortinas. In C. M. G. Geraldini, D. Fiorentina & E. M. A. Pereira (Org.). **Cartografias do trabalho docente**. Campinas: Mercado de Letras, 2000.p. 45-79.

PRADO, R.L. et al. Avaliação da Síndrome de Burnout em professores universitários. **Revista da Abeno**, v.17, n.3, p.21-29, 2017. Disponível em: <https://revabeno.emnuvens.com.br/revabeno/article/view/409>. Acesso em: 21 jun. 2019.

SILVA, M. F. M. et al. Estudo avaliativo da predisposição à Síndrome de Burnout em professores de uma Universidade de Parnaíba- PI. **Revista Psicologia e Saúde**, v.6, n. 2, p. 28-37, 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177093X2014000200005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 21 jun. 2019.

SANCHES, E.N.; SANTOS, J.D.F. Estresse em docentes universitários da saúde: situações geradoras, sintomas e estratégias de enfrentamento. **Psicologia Argumento**, v. 31, n.75, p.615-626, 2013. Disponível em: https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologia_argumento/article/view/20075. Acesso em: 21 jun. 2019.

SUDA E. Y. et al. Relação entre nível geral de saúde, dor musculoesquelética e síndrome de burnout em professores universitários. **Fisioter. Pesqui.** v.18, n.3. São Paulo, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-29502011000300012. Acesso em: 21 jun. 2019.



A ORGANIZAÇÃO PRESCRITA DO TRABALHO DOS MONITORES DE UMA COMUNIDADE TERAPÊUTICA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Natalí Máximo dos Reis
Universidade Federal de Rondônia
natali.maximo@gmail.com

Luís Alberto Lourenço de Matos
Universidade Federal de Rondônia
lumatospvh@hotmail.com

Luciana Fernandes Duarte
Universidade Luterana do Brasil
lufernandesduarte@hotmail.com

Resumo: O objetivo geral deste estudo foi analisar a organização prescrita do trabalho dos monitores de uma Comunidade Terapêutica do estado de Rondônia. A investigação caracterizou-se como uma pesquisa mista (quanti-qualitativa), de caráter exploratório, que utilizou como recurso analítico as perspectivas teóricas da Psicodinâmica do Trabalho. A coleta de dados realizou-se em duas etapas, sendo a primeira a aplicação da Escala da Organização Prescrita do Trabalho (EOPT), e a segunda etapa, realização de entrevistas com três monitores. Observou-se que a organização do trabalho desta Comunidade Terapêutica apresenta risco médio na escala de organização do trabalho, sinalizando um alerta para a necessidade de intervenções a curto e médio prazo, a fim de evitar um agravamento dos riscos psicossociais no trabalho.

Palavras-chave: Trabalho. Organização do Trabalho. Saúde Mental.

Introdução

O trabalho é uma atividade fundamental para o homem no exercício de sua condição social (DEJOURS, 2007). Dentre as Clínicas do Trabalho, a Psicodinâmica do Trabalho, linha teórica desenvolvida por Dejours, ocupa-se principalmente do estabelecimento de relações entre o trabalho e os processos de subjetivação, manifestados nas vivências de prazer-sofrimento e nas mobilizações de estratégias defensivas (OLIVEIRA; FERREIRA, 2015).

A organização do trabalho de uma Comunidade Terapêutica dispõe de particularidades que precisam ser destacadas. O enquadramento do campo como uma Instituição Total (IT) é uma delas. O conceito de IT descreve o funcionamento de instituições de residência e trabalho, afastadas da sociedade, que possuem objetivos específicos. Para Goffman (1974), a atividade profissional da equipe dirigente de ITs é organizada de maneira a atingir o objetivo oficial, que visa à reforma dos internados, de acordo com um padrão ideal preestabelecido.



Ter como objetivos e produtos de trabalho os próprios indivíduos em tratamento pode exigir dos monitores um grande controle emocional. Há também uma pressão por parte da organização, no sentido de que a conduta individual do profissional deve refletir os objetivos legítimos da instituição. Estas condições são potenciais fatores para as vivências de sofrimento. Em contrapartida, cogitou-se que colaborar, mediante seu trabalho, para a recuperação de pessoas que desejam abandonar a dependência de substâncias psicoativas, seja um possível fator para as vivências de prazer no trabalho dos monitores de uma Comunidade Terapêutica.

Neste direcionamento, buscou-se levantar e analisar os riscos psicossociais relacionados à organização prescrita do trabalho dos monitores de uma Comunidade Terapêutica do estado de Rondônia. Esta pesquisa permitiu inferir se o trabalho, que tanto almeja a recuperação de pessoas, potencialmente oferece saúde ou adoecimento aos próprios trabalhadores.

Metodologia

A pesquisa foi realizada com sete monitores de uma Comunidade Terapêutica do estado de Rondônia. Todos manifestaram aceite por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Essa pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética na Pesquisa (CEP) do Instituto Luterano de Ensino Superior de Ji-Paraná sob parecer de número 3.001.090.

Foi utilizada a Escala da Organização Prescrita do Trabalho (EOPT), que integra o Protocolo de Avaliação de Riscos Psicossociais no Trabalho (PROART). É uma escala do tipo *Likert*, cujo resultado pode ser apresentado nos seguintes graus: risco baixo, risco médio e risco alto. Ademais, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, que permitiram aprofundar as percepções relativas às temáticas exploradas pela EOPT.

Resultados e discussão

Com base nos dados sociodemográficos obtidos, verificou-se um quantitativo mais elevado do sexo masculino (6) em relação ao sexo feminino (1). Quanto ao estado civil, havia três solteiros, dois casados e um divorciado. Considerando a faixa etária, a maioria dos participantes tinha entre 43 e 53 anos; o mais velho tem 62 anos e o mais novo, 24. Em se tratando de escolaridade, seis participantes estudaram até o Ensino Médio e apenas um possuía o Ensino Superior Completo. E em relação ao tempo de serviço na CT, a maior parte dos monitores exercia a função em média quatro anos; o mais antigo atuava há cinco anos e o mais novo há três meses. Todos trabalhavam em plantões de 12 x 36 horas.



Dentre as atribuições do trabalho do monitor estão: conduzir o tratamento de uma média de 40 residentes por mês; distribuir e acompanhar a realização das atividades laborais desempenhadas pelos residentes; distribuir a medicação nos horários determinados pelas receitas médicas; acompanhar residentes em consultas médicas, odontológicas, audiências judiciais etc.; intermediar o contato do residente com sua família para o suprimento de necessidades básicas daquele e reunir-se com os familiares para orientações gerais; produzir relatórios mensais e a cada desistência ou ingresso; entre outras atividades.

A EOPT avalia a maneira como as normas, regras, demandas e expectativas são impostas para o trabalhador. Por meio dela, é possível mensurar a percepção dos participantes sobre as tarefas que precisam desempenhar, as condições materiais que possuem, flexibilidade de prazos, ritmos e normas, e níveis de autonomia e liberdade no trabalho (FACAS, 2013). A pesquisa constatou que há risco médio tanto na divisão das tarefas quanto na divisão social do trabalho:

Tabela 2: Média das respostas para os itens que compõem o fator divisão de tarefas

Itens	R	M	DP	Risco
Os recursos de trabalho são em número suficiente para a realização das tarefas	7	2,57	1,29	Médio
O número de trabalhadores é suficiente para a execução das tarefas	7	2,71	1,27	Médio
Os equipamentos são adequados para a realização das tarefas	7	2,71	1,27	Médio
O espaço físico disponível para a realização do trabalho é adequado	7	3	1,77	Médio
O ritmo de trabalho é adequado	7	2,71	1,34	Médio
Possuo condições adequadas para alcançar os resultados esperados do meu trabalho	7	4,28	0,88	Baixo
Os prazos para a realização das tarefas são flexíveis	7	3,42	1,29	Médio

Fonte: Elaborado pela autora principal a partir dos dados coletados em 2018. R: Respondentes; M: Média; DP: Desvio-padrão.

Os resultados da Tabela 2 apontaram um risco médio no fator divisão de tarefas, que indica a necessidade de alterações na prescrição e distribuição de tarefas, adequações no espaço físico, flexibilização do ritmo de trabalho etc. Já os resultados do fator divisão social do trabalho foram:



Tabela 3: Média das respostas para os itens que compõem o fator divisão social do trabalho

Itens	R	M	DP	Risco
A comunicação entre chefe e subordinado é adequada	7	3,85	1,45	Baixo
Tenho liberdade para opinar sobre o meu trabalho	7	3,28	1,16	Médio
Tenho autonomia para realizar as tarefas como julgo melhor	7	3,28	1,38	Médio
Os funcionários participam das decisões sobre o trabalho	7	3,57	1,76	Médio
Há qualidade na comunicação entre os funcionários	7	3,42	0,90	Médio
As orientações que me são passadas para realizar as tarefas são coerentes entre si	7	4	0,92	Baixo
As informações de que preciso para executar minhas tarefas são claras	7	3,57	1,29	Médio
Há flexibilidade nas normas para a execução das tarefas	7	3,85	1,45	Baixo
Há justiça na distribuição das tarefas	7	4	0,92	Baixo
Há clareza na definição das tarefas	7	3,71	1,57	Baixo
As tarefas que executo em meu trabalho são variadas	7	3,85	1,12	Baixo
A avaliação do meu trabalho inclui aspectos além da minha produção	7	2,71	1,27	Médio

Fonte: Elaborado pela autora principal a partir dos dados coletados em 2018. R: Respondentes; M: Média; DP: Desvio-padrão.

De acordo com os dados demonstrados, os monitores entendem que há um certo grau de liberdade de expressão, autonomia para realização da tarefa, participação nas decisões, comunicação entre funcionários e avaliação do trabalho, mas que ainda não se encontra no nível ideal. Mediante esta percepção, que é majoritária neste fator, infere-se que a organização pesquisada oferece risco médio. Entretanto, cabe salientar que esta escala também apontou que há variação nas atividades de trabalho, clareza nas orientações, flexibilidade na execução, assertividade na comunicação entre a diretoria e os monitores, justiça na distribuição de tarefas e orientações coerentes.

Considerações finais

Buscou-se compreender as repercussões da organização prescrita do trabalho de uma Comunidade Terapêutica do estado de Rondônia na saúde de seus monitores. Inicialmente, a investigação baseou-se em hipóteses, pressupondo que dos monitores era exigido um grande



controle emocional, por terem como objetos e produtos de trabalho os próprios indivíduos em tratamento, além de pressões diversas nas relações com os residentes e com a organização do trabalho.

A EOPT, que avalia o contexto de trabalho, apresentou resultado de 3,06 no fator divisão de tarefas e de 3,59 no fator divisão social do trabalho, o que corresponde a risco médio. Esta classificação sinaliza um alerta para a necessidade de intervenções a curto e médio prazo, a fim de evitar um agravamento dos riscos psicossociais no trabalho e, conseqüentemente, contribuir para a promoção de uma atividade laboral salutar aos monitores desta organização.

Referências

DEJOURS, C. **A carga psíquica do trabalho**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

OLIVEIRA, V. R.; FERREIRA, J. B. Clínica da cooperação: um caminho para a insurgência e a autonomia. **Contextos Clínic**, São Leopoldo, v. 8, n. 2, p. 165-172, dez. 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822015000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 17jan.2018.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

FACAS, E. P. **Protocolo de Avaliação dos Riscos Psicossociais no Trabalho** Contribuições da Psicodinâmica do Trabalho. Brasília: UnB, Tese de doutorado, Psicologia, 2013.



Eixo: Psicologia Social/Comunitária



ADOLESCENTES QUE VIVEM NOS ARREDORES DO LIXÃO E O COMPROMISSO DA PSICOLOGIA

Eliane Aparecida Michelon
Universidade Federal de Rondônia
elianemichellon@gmail.com

Iracema Neno Cecilio Tada
Universidade Federal de Rondônia
iracematada@gmail.com

Resumo: Considerando que ações para o enfrentamento da desigualdade social, fazem parte do compromisso da Psicologia, esse texto tem por objetivo analisar como a produção científica dessa área do saber, aborda a questão sobre as condições de vida dos catadores de materiais recicláveis que moram nos arredores do lixão, especialmente no que se refere aos adolescentes, e a relação dessa situação à evasão escolar, à pobreza e a exclusão social dos mesmos. Consultou-se por meio de descritores, a base de dados SCIELO, o periódico CAPES e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, buscando publicações no período de 2009 a 2019. Entre as produções encontradas, 15 se aproximaram da temática geral e tiveram seus resumos avaliados, possibilitando constatar que não havia nenhuma produção científica abordando a referida temática, na área da psicologia, disponíveis nas fontes citadas e no período delimitado. Assim, destaca a importância de os cursos de psicologia promoverem pesquisas e práticas voltadas à compreensão de que, a desigualdade social influencia o desenvolvimento da subjetividade humana, colocando em risco a saúde mental principalmente dos mais pobres, como nos casos dos catadores de materiais recicláveis. Ressalta-se o compromisso ético e social da psicologia diante de realidades sociais parecidas.

Palavras-chave: Adolescente. Lixão. Psicologia.

Introdução

Entre os compromissos da psicologia, estão as questões relacionadas à desigualdade social. Contudo, Patto (2012) afirma que desde sua criação no final do século XIX, há uma tendência de uma parcela dos cursos de formação nessa área científica, em priorizar o lucro, uma vez que, instituições de ensino universitário podem ser consideradas verdadeiras empresas, o que compromete a formação de muitos psicólogos, levando em conta que, geralmente, estes são treinados para fazer diagnósticos que desconsiderem a complexidade do fenômeno psicológico, vitimando pessoas.

Tal situação ameaça a credibilidade de um saber e uma profissão, que conta com excelentes profissionais capazes de contribuir para construção de uma sociedade composta por pessoas conscientes sobre si e suas realidades sociais, sendo também capacitados para elaborar



ações que visam o enfrentamento da desigualdade social, uma vez que, ela contribui para a exclusão social (PATTO, 2012).

A exclusão social é apresentada por Reis (2002) como um fenômeno de difícil definição, pois assume diferentes significados nas diferentes regiões onde ocorre. Na contemporaneidade, o autor afirma que ela adota grandes dimensões, e entre seus determinantes pode ser destacada a diminuição da oferta de trabalho, resultante da reestruturação capitalista, caracterizada pela redução de empregos e subcontratação, acirrando a polarização entre aqueles que acumulam grandes riquezas e os excluídos de crescente parcela da população, conforme análise de Barroco, Matos e Orso (2018).

O atual cenário trabalhista é composto pela tecnologia, junto à exploração dos trabalhadores empregados e pelas dificuldades de acesso ao emprego, especialmente em se tratando de jovens. A exclusão do mercado de trabalho é um forte determinante para a exclusão social (REIS, 2002).

O mercado de trabalho vem exigindo maior nível de escolarização, o que torna mais preocupante a evasão escolar de adolescentes, pois essa situação acontece principalmente, em famílias pobres, cujos pais têm pouca ou nenhuma escolarização. Diante do desemprego, as pessoas acabam por trabalharem em condições precárias, como acontece em casos de catadores de materiais recicláveis, os quais muitas vezes não têm equipamentos adequados para desempenharem essa função, comprometendo assim sua saúde. Nesse sentido, Paixão (2003) aponta que os catadores de materiais recicláveis, geralmente, são indivíduos que vivem à margem da sociedade, sendo pouco citados até mesmo na literatura.

A autora afirma também que eles são testemunhas de dimensões econômicas e sociais que marcam o mundo contemporâneo em uma sociedade com altas taxas de desemprego e abundância de lixo por ela produzidos. O trabalho em lixões é exercido por pessoas de diferentes faixas etárias abrangendo infância e adolescência (PAIXÃO, 2003).

Desse modo, o objetivo desse texto é analisar como a produção científica da Psicologia aborda essa temática, especialmente no que tange aos adolescentes catadores de materiais recicláveis que moram nos arredores do lixão e a relação com a evasão escolar, pobreza e exclusão social.



Metodologia

Na busca de estudos que relacionavam adolescência, evasão escolar, pobreza e exclusão social de moradores do lixão, realizou-se um levantamento de publicações na base de dados SCIELO e no periódico CAPES com a aplicação dos descritores “adolescência AND evasão escolar” e “adolescência AND lixão”. Na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD, foram utilizados os mesmos descritores, com acréscimo para os estudos na área da psicologia, utilizando os descritores “adolescência”, “evasão escolar” e “lixão” separados. Os critérios para inclusão nesse estudo foram publicações brasileiras, escritas na língua portuguesa, divulgadas no período de 2009 a 2019.

Resultados e discussão

Na base de dados SCIELO, através dos descritores “adolescência AND evasão escolar”, resultaram 10 artigos. Após a filtragem obedecendo aos critérios de inclusão, restaram três artigos, a partir da leitura de seus resumos, foi selecionado um artigo, por discutir parte das questões que se pretendia investigar. Adverte-se que nessa base de dados, não foi utilizada publicações em psicologia como critério de inclusão, assim, o artigo selecionado pertence a área da enfermagem. Quando utilizados os descritores “adolescência AND lixão” nenhum resultado foi encontrado.

No Portal de Periódicos CAPES, ao aplicar os descritores “adolescência AND evasão escolar” e “adolescência AND lixão”, não foram encontrados nenhum estudo.

Na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD, utilizando-se o descritor “Adolescência”, obteve-se como resultados 256 Dissertações e 84 Teses. Por meio do descritor “Evasão escolar” foram encontradas nove Dissertações e quatro Teses. Com o descritor “Lixão” não foi encontrado nenhum resultado. Os 353 estudos, foram inicialmente avaliados pelo título, dentre os quais 12 se aproximaram do tema de investigação, a partir da leitura de seus resumos, verificou-se que nenhum deles discutia, realmente, sobre a temática proposta.

O estudo selecionado foi um artigo, envolvendo Adolescência, evasão escolar e gravidez, de autoria de Carolina Rodrigues de Oliveira Sousa *et al.* publicado em 2018, com o objetivo de analisar os fatores preditores da evasão escolar entre adolescentes entre 15 e 19 anos com experiência de gravidez, em Teresina/PI. Os autores (grupo composto por enfermeiros) concluíram que a condição social dessas adolescentes foi o motivo principal para evasão escolar



das mesmas, superando a gravidez, uma vez que, o fato de terem engravidado na adolescência se destacou por estar relacionado à pobreza. Afirmaram também que pobreza, gravidez na adolescência e abandono escolar estão relacionados entre si como um círculo vicioso (SOUSA *et al*,2018).

Considerações finais

Apesar de ser um problema antigo, a evasão escolar de adolescentes pobres, incluindo os que vivem do lixão, bem como a exclusão social dos mesmos, são temas poucos discutidos na literatura científica, especialmente no que tange à psicologia. Nesse sentido, é necessário que os cursos de psicologia formem profissionais preparados para atuarem para além do modelo clínico – que se restringe aos atendimentos em consultórios, restritos à elite. Para tanto, se faz necessário que os cursos de psicologia fomentem pesquisas, projetos de extensão e ensino, com conhecimentos que propiciam a compreensão da influência do sistema econômico vigente, o capitalismo, no desenvolvimento da subjetividade humana.

Tal sistema, contribui para a exclusão social dos mais pobres, por meio da concentração da riqueza à um grupo minoritário, aumentando as desigualdades sociais, colocando em risco a saúde mental, principalmente dos mais pobres, daqueles que trabalham no lixão, excluídos socialmente, tendo ali, sua única fonte de recursos para sua sobrevivência.

Cabe à psicologia como ciência e profissão o compromisso ético e social para o enfrentamento a essa desigualdade social, a partir de uma concepção concreta de vida por meio de práticas psicológicas sociais, desvelando o que está por trás para a manutenção do *status quo*.

Referências

BARROCO, S. M. S.; MATOS, N. S. D.; ORSO, P. J. Políticas, concentração da riqueza e crescimento das desigualdades. In: NEGREIROS, F.; ZIBETTI, M. L. T.; BARROCO, S. M. S. (Org.). **Pesquisas em psicologia e políticas educacionais: desafios para enfrentamento à exclusão**. Curitiba, PR: CRV; Teresina, PI: EDUFPI, 2018. p. 21-34.

MELLO, S.L.; PATTO, M. H. S. Psicologia da violência ou violência da Psicologia? In: PATTO, M. H. S. (Org.). **Formação de psicólogos e relações de poder: sobre a miséria da psicologia**. São Paulo, SP; Ed. Casa do Psicólogo, 2012. p. 17-21.

PAIXÃO, L. P. Catadoras de dignidade: assimetrias e tensões em pesquisa no lixão. In: ZAGO, N.; CARVALHO, M.P., VILELA, T, R. A. (Org.). **Itinerários de pesquisa:**



perspectivas qualitativas em sociologia da educação. Rio de Janeiro - RJ. Editora EDP&A, 2003. p. 265- 276.

REIS, C.N. Exclusão Social: a multidimensionalidade de uma definição. **Revista VirtualTextos & Contextos**, nº 1, nov. 2002. p. 1-15 Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/931/711>. Acesso em 04 out. 2019.

SOUZA, C.R.O. et al. Fatores preditores da evasão escolar entre adolescentes com experiência de gravidez. **Cadernos de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 2018. p. 160 – 169. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-462X2018000200160. Acesso em 07 out. 2019.

Agência Financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil



O COTIDIANO COMO PARTE DA ANÁLISE DE UMA PESQUISA SOBRE ESCOLARIZAÇÃO E MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS

Maquézia Suzane Furtado dos Santos
Universidade Federal de Rondônia
maqueziafurtado@gmail.com

Resumo: A presente comunicação tem por objetivo apresentar um recorte de trabalho final de disciplina cuja teor apresenta a pesquisa que está sendo desenvolvida pela discente do Programa de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico em Psicologia – PPGPSI da Universidade Federal do Rondônia – UNIR e que tem por objetivos investigar os sentidos e significados dos percursos de escolarização e imigração atribuídos por jovens imigrantes latino-americanos que estão cursando a graduação em cursos na universidade federal. De cunho qualitativo a pesquisa possui uma abordagem metodológica pautada nos princípios da Psicologia Histórico-Cultural e com ênfase nas narrativas desses imigrantes. A coleta de dados se dará por meio de entrevistas e diário de campo realizadas na própria residência dos sujeitos. Resultados preliminares a partir de estudos sobre o tema dão conta que a iminência de estudantes imigrantes nas universidades brasileiras está intimamente ligada aos processos migratórios e à crescente demanda do sistema capitalista em buscar demandas profissionais cada vez mais capacitadas.

Palavras-chave: Estudantes imigrantes. Escolarização. Ensino superior. Psicologia Histórico-Cultural.

Introdução

As migrações são motivadas por diversos sentimentos e razões que os indivíduos encontram para sair do seu lugar de origem e fixar-se em outro. Conforme afirma Abdelmalek Sayad (1998), o ato de migrar está intimamente relacionado ao desejo de buscar novas condições de vida e melhorar a situação financeira por meio do trabalho.

Em nossa pesquisa objetivamos compreender e analisar quais os fatores e sentidos subjetivos e sociais que levam imigrantes latino-americanos que vieram em busca de trabalho no Brasil, mais especificamente na capital do estado de Rondônia, a procurarem a escolarização no ensino superior em cursos de graduação na Universidade Federal de Rondônia – UNIR.

A partir de estudos teóricos sobre migração e escolarização, conseguimos formular a concepção de que acessar o ensino superior é visto como uma forma de obter capacitação profissional, o que é uma motivação bastante frequente na sociedade capitalista em que vivemos, além de outros aspectos, conforme enumera Oliveira (2018):

[...]i. A oportunidade de obter qualificação acadêmica. Ao tomar a decisão de partir para estudar em outro país, os estudantes podem levar em conta a oferta



e o prestígio das instituições de ensino vislumbradas, as características dos cursos, o reconhecimento do diploma pelo país de origem etc.; **ii.** A oportunidade de obter qualificação profissional. Em um contexto de forte competitividade nos diferentes mercados de trabalho, a chance de se diferenciar de outros concorrentes é muito atrativa. Supõem-se que, em geral, os empregadores valorizam os candidatos com experiência internacional, cuja empregabilidade se vê acentuada em empresas de grande porte com dimensão internacional; **iii.** Os benefícios da experiência internacional para a formação de competências linguísticas e o domínio de idiomas; **iv.** O (re)conhecimento de culturas diferentes, o que favorece a aquisição de disposições como adaptabilidade, tolerância à alteridade etc.; **v.** A busca pessoal de autonomia e independência do meio social e familiar;

Partindo da compreensão de que possam existir inúmeros fatores para esses imigrantes obterem uma graduação, principalmente os citados acima, uma pergunta central nos permeia: como podemos acessar o cotidiano dessas pessoas para assimilar esses fatores? A partir disso, podemos desdobrar nosso questionamento para outras questões. Como é o dia a dia delas, como é o processo de preparação, a entrada no curso superior, os sentimentos em relação à família, seus projetos de vida e o dia a dia em uma universidade federal brasileira?

Metodologia

Como utilizaremos a abordagem qualitativa e a entrevista narrativa, fundamentada em Jovchelovitch e Bauer (2002) como instrumento de coleta de dados, entendemos que é de fundamental importância os estudos sobre o cotidiano para orientar o olhar acerca da história de vida desses indivíduos e de como o cotidiano deles pode nos trazer diversas informações que serão significativas para quando partirmos para a fase de análise dos dados.

Apesar de utilizarmos a teoria histórico-cultural para fundamentarmos teoricamente a pesquisa, os estudos sobre o cotidiano, cujos teóricos mais importantes possuem a mesma base marxista, nos dão aparato para acessá-lo na perspectiva dos nossos interlocutores.

Dessa forma, entre as muitas contribuições que os estudos sobre o cotidiano no fornecem, a compreensão de Certeau (2008) de que são as relações sociais que fazem o indivíduo e não o contrário, implica que esses indivíduos que emigram de seus países em busca de uma vida melhor o fazem a partir de um contexto sócio-histórico, permeado de relações sociais que são transversais a esses sujeitos.

Além disso, outro conceito que nos ajuda a refletir para entrar em campo na pesquisa é o de “micro-lugares” proposto por Spink (2008), pois nos dá a ideia de que o cotidiano não é



algo insignificante como imaginamos ser e que os pequenos detalhes fazem toda a diferença na hora de compreender a conjuntura das motivações do ato de migrar.

Resultados e discussão

Por ser um produto histórico, muitas vezes regulamentados por dispositivos sociais, a vida cotidiana ganha contornos de alienação, produzindo o que os teóricos chamam de cotidianidade (TEDESCO, 1999).

Essa cotidianidade, fruto do capitalismo, pode estar imbricada com as motivações dos imigrantes em sair do seu país e buscar novos rumos. No entanto, mesmo quando chegam em terras estrangeiras essa cotidianidade os empurra para um feixe de barreiras que ele deverá atravessar, seja a linguística, a social, a educacional, etc. Essas barreiras os mobilizam para superá-las ou vivenciá-las de uma forma menos hermética, lançando mão das “estratégias e táticas”, conceitos desenvolvidos por Certeau (2008) a partir do militarismo e que estão concatenadas aos muitos modos que esse grupo utiliza social ou individualmente para se manter em um país que não é o seu e que tentaremos descobrir no decorrer da pesquisa.

Toda essa trama, nos oferece a revelação de um mundo complexo e em constante transições que afetam consideravelmente a vida das pessoas comuns, mas também produz bastante conhecimento e experiências, que muitas vezes é ignorado pelo pesquisador ao coletar as entrevistas, pois seu foco está somente nas falas objetivas, nas ocorrências que estão relacionadas ao seu objeto de pesquisa.

É o que nos diz Martins (1998, p. 2) *O novo herói da vida é o homem comum imerso no cotidiano. É que no pequeno mundo de todos os dias está também o tempo e o lugar da eficácia das vontades individuais, daquilo que faz a força da sociedade civil, dos movimentos sociais.* Essa citação nos mostra como a força da mudança coletiva e das transformações pelas quais passamos está justamente na imensidão das pequenas coisas do cotidiano. Esse entendimento nos proporciona subsídios para acessar o dia a dia dos imigrantes e apreender as informações que a partir dali serão essenciais para a análise.

Dessa forma, não estar atento aos detalhes, aos “micro-lugares”, aos fragmentos, às particularidades, às estratégias e táticas, pode ser uma oportunidade que estaremos perdendo, pois conforme afirma Spink (2008, p. 71): *Virar as costas para o cotidiano é abrir mão da possibilidade de uma inserção mais caótica no mundo das ações sociais; uma inserção*



ordinária e corriqueira – diferente da daquela do especialista e do observador imparcial. E é tudo o que não queremos deixar de usufruir nessa pesquisa que se desenvolverá.

Considerações finais

É mister que as imigrações estão tomando conta do cenário mundial, devido aos processos de desenvolvimentos dos países capitalistas. Em suma, aqueles que ainda não alcançaram o patamar de países plenamente desenvolvidos estão enfrentando demandas sociais e econômicas muito semelhantes. Dessa forma, a busca por mão de obra e empregos está cada vez mais especializada, exigindo dos cidadãos uma melhor formação educacional para preencher esses postos de trabalho. No entanto, a busca pela escolarização não está unilateralmente atribuída à procura de trabalho. Em nossa investigação, a partir da revisão teórica-metodológica e das discussões apresentadas, intentamos descobrir quais outros sentidos e significados estudar em uma universidade localizada na Amazônia tem para esses jovens estudantes latino-americanos que chegaram ao país e enxergaram na escolarização um meio de (re)construir suas vidas.

Referências

- CERTEAU, M.A **invenção do cotidiano1**:Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2008.
- JOVCHELOVITCH, S; BAUER, M. W. Entrevista Narrativa. In: BAUER, M. W;
- GASKELL, G. (Org.). **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Trad. Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis – RJ: Vozes, 2002. p. 90-113.
- MARTINS, J. de S. O senso comum e a vida cotidiana. **Tempo Social** - Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 1-8, 1 998.
- OLIVEIRA, E. F. **Mobilidade internacional discente: perfis e motivações do estudante estrangeiro na UFMG**. 2018. Dissertação (Programa de Pós-graduação Conhecimento e Inclusão Social em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Belo Horizonte.
- SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. Edusp. São Paulo, 1998.
- SPINK, P. O pesquisador conversador no cotidiano. **Psicologia & Sociedade**; 20, Edição Especial: 70-77 2008.
- TEDESCO, J. C. **Paradigmas do cotidiano**: introdução à constituição de um campo de análise social. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.



Agência financiadora: Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível superior – CAPES, bolsa Demanda Social – DS.



IMPLICAÇÕES DA PSICOLOGIA SOCIAL ACERCA DO RACISMO NO BRASIL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

Jéssica de Oliveira Pomaroli Moreira
Faculdade de Ciências Biomédicas de Cacoal
pomaroli.facimed@gmail.com

Caio Fernando Modtkwski
Faculdade de Ciências Biomédicas de Cacoal
caio.facimed@gmail.com

Hélen Rimet Alves de Almeida
Faculdade de Ciências Biomédicas de Cacoal
helen.rimet@educador.facimed.edu.br

Resumo: Buscou-se evidenciar o Racismo no Brasil, que causa impacto sobre a saúde, o bem-estar e a identidade racial dos indivíduos negros, por meio de levantamento de pesquisas em artigos do referido tema, tendo como base a psicologia social e suas intervenções. Foram identificados inicialmente 30 documentos. Destes, 18 foram excluídos. Dessa forma, a revisão final contemplou um total de 12 artigos. A partir da análise das intervenções foram observadas algumas possibilidades de atuação do psicólogo nos contextos sociais, sendo que este tem papel fundamental na promoção de uma reflexão crítica e um empoderamento, respectivamente, por parte dos autores e das vítimas.

Palavras-chave: Psicologia social. Racismo. Brasil.

Introdução

Sugere-se que o termo “racismo” tenha surgido para denotar uma ideologia, já que o próprio sufixo “ismo” é tradicionalmente utilizado para indicar doutrinas e crenças (CAMPOS, 2017). Segundo o referido autor, o racismo deve ser entendido como “uma ideologia que é caracterizada pelo seu conteúdo [...] que assevera ou presume a existência de ‘raças’ separadas e discretas, e atribui uma avaliação negativa de uma ou algumas dessas ‘raças’ putativas”.

O preconceito étnico foi definido por Allport (1954) como uma antipatia baseada numa generalização falha e inflexível, que pode ser sentida ou expressa e que pode ser dirigida a um grupo como um todo ou a um indivíduo por fazer parte desse grupo. Sendo assim, o racismo, diferentemente do preconceito, é muito mais do que uma atitude, constitui-se num processo de hierarquização, exclusão e discriminação contra um indivíduo ou toda uma categoria social.

Na atualidade, diante de princípios da igualdade e da liberdade apregoados pelas democracias liberais, os indivíduos começaram a expressar seu preconceito de uma forma mais



sutil e velada. A teoria do racismo moderno, emerge de uma necessidade empírica: medir as atitudes raciais públicas dos indivíduos, quando as normas sociais inibem as expressões abertas de racismo. Dessa forma, surge o racismo cordial no Brasil (LIMA; VALA, 2004).

No âmbito da psicologia social percebe-se que o impacto do racismo sobre a saúde repousa em três eixos: a desvantagem econômica que é comum aos grupos discriminados, o senso depreciativo de se perceber como membro de um grupo desprezado e, por fim, na ameaça constante de ser vítima do racismo. Com efeito, pode-se explorar a dinâmica subjetiva do racismo sob o prisma de dois fatores precípuos: a identidade racial e a ameaça permanente ao bem-estar (NAZROO; WILLIAMS, 2006).

Neste contexto, percebe-se a necessidade em intervenções em relação aos aspectos raciais, mais necessariamente o preconceito quanto a esses. A psicologia social está engajada neste âmbito, na pesquisa e nos estudos de desigualdades raciais. Dessa forma, objetivou-se realizar uma pesquisa bibliográfica acerca dos artigos que tratam do Racismo, com um enfoque na psicologia social e suas formas de intervenções.

Metodologia

A revisão sistemática de literatura realizada neste estudo contemplou as bases de dados: SciElo e Google Acadêmico, utilizando os descritores “psicologia social+racismo+participantes”, com o filtro de que o descritor deveria aparecer no título de modo a identificar apenas os estudos da área da Psicologia Social que apresentavam como foco principal do estudo: o racismo.

Foram incluídos os artigos que estivessem publicados em periódicos, revistas especializadas ou indexadas nas referidas bases de dados de 2000 até 2018. Após a busca realizada, foram identificados inicialmente 30 documentos. Destes, 18 foram excluídos por apresentarem duplicatas na revisão. Dessa forma, a revisão final contemplou um total de 12 artigos.

Resultados e discussão

Modelo Radical

A partir desta intervenção foram encontrados dois artigos dos anos de 2002 e 2015, das respectivas revistas, *Psicologia*, Vol. XVI, No 2, 2002. *A Construção da Exclusão e da Inclusão Social nas Relações Interétnicas*, Celta Editora e *Revista Brasileira de Psicologia*. Essa



intervenção objetiva a transformação social, uma mudança radical revolucionária nas condições estruturais da vida dos cidadãos e da comunidade.

Modificação de Comportamento

Com conformidade com essa intervenção foram encontrados dois artigos, dos anos de 2003, e 2010, nas revistas, *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 2003, 16(1) e *Saúde e Sociedade*, ISSN 0104-1290. Versão On-line ISSN 1984-0470. Essa intervenção é utilizada para a prevenção, para facilitar uma aprendizagem ou desenvolvimento educativo.

Modelo intervenção em crise

Com a intervenção em crise foi localizado um artigo do ano de 2004, publicado na revista *Aná. Psicológica* v.22 n.4 Lisboa out. 2004. Essa intervenção tem como objetivo uma terapia breve que foca suas ações nas dificuldades de cada indivíduo, tenta orientar e promover a sua capacitação.

Modelo sistêmico ou ecológico

Por meio dessa intervenção foram encontrados seis artigos publicados no período de 2006 à 2017, publicados nas revistas, *Psicologia em Estudo*, v. 11, n. 3; *Saúde em Debate*. Vol. 37, n. 99; IV Seminário CETROS; *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Vol. 33; *Estudos de Psicologia*, 22(3), ISSN (versão eletrônica): 1678-4669 e *Revista Eixo*, ISSN 2238-5630, essa intervenção tem como propósito melhorar a interação e a comunicação dos cidadãos com os sistemas que lhes rodeiam por meio do enfoque diagnóstico.

Centrado na resolução de problemas

Por meio dessa intervenção foi encontrado apenas um artigo do ano de 2015, publicado na revista *Conexões Psi*, ISSN 2318-2903, V. 3, N.1, essa intervenção promove a resolução dos problemas e capacidade do crescimento do cidadão, proporciona um conjunto de aprendizagens sociais e comportamentais capazes de apoiar e resolver os problemas do indivíduo.

Tendo em vista a classificação dos artigos encontrados com base nas intervenções da psicologia social existentes e suas etapas de desenvolvimento, pode-se afirmar que a maioria dos trabalhos realizados são a partir da intervenção pelo modelo sistêmico ou ecológico que visa uma melhor adaptação dos sujeitos como também promover uma melhora nos seus ambientes.



Considerações finais

Compreende-se que o Racismo é um tipo de preconceito associado às raças, às etnias ou às características físicas. As pessoas denominadas racistas baseiam-se na ideologia da superioridade. Embora no Brasil haja uma forte mistura de raças, a incidência de racismo pode não ser tão evidente para alguns, mas ele não deixa de existir.

O racismo só se torna prioridade de combate se as pessoas o encaram como uma afronta pessoal. Isso só é possível se as vítimas desse ato se identificam como foco deste, se elas se consideram negras e não só, se considerarem o racismo uma forma preconcebida e injusta de tratar as diferenças históricas e perversamente construída.

O presente trabalho teve como objetivo uma pesquisa bibliográfica acerca dos artigos que tratam do Racismo, com um enfoque na psicologia social e suas formas de intervenções. Na maioria dos trabalhos encontrados o psicólogo tem papel fundamental de promover uma reflexão crítica sobre esse preconceito tão enraizado na sociedade, de forma a ajudar as pessoas que sofrem com essa discriminação a elevar sua autoestima e transcender todos esses estereótipos, como também eliminar a desigualdade racial e sobrepor os obstáculos.

Referências

ALLPORT, G. W. (1954). **The nature of prejudice**. (3. ed.). Wokingham: Addison-Wesley.

CAMINO; SILVA; MACHADO; PEREIRA. (2000). **A Face Oculta do Racismo no Brasil: Uma Análise Psicossociológica**. REVISTA PSICOLOGIA POLÍTICA, João Pessoa - PB.

CAMPOS, L. A. (2017). **RACISMO EM TRÊS DIMENSÕES, Uma abordagem realista-crítica**. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - VOL. 32 N° 95. Rio de Janeiro – RJ, Brasil.

FERREIRA; LEITE; ESTRAMIANA; TORRES. **Repertórios interpretativos acerca do preconceito racial no futebol**. Estudos de Psicologia, Paraíba, 2017.

FRANÇA; MONTEIRO. **A expressão das formas indirectas de racismo na infância**. Análise Psicológica (2004), 4 (XXII): 705-720.

GONÇALVES; MARQUES. (2002). - **A manifestação aversiva de Racismo: Dissociando crenças individuais e crenças culturais**.

LIMA; VALA. As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. **Estudos de psicologia (Natal)**, 2004.



MIRANDA; SILVA. **As repercussões do racismo na construção da identidade de mulheres negras.** Revista Brasileira de Psicologia, 02(núm. esp.), Salvador, Bahia, 2015.

MODESTO; MINELLI; FERNANDES; RODRIGUES; BUFOLO; BITENCOURT; PILATI.(2017). **Racismo e Políticas Afirmativas: Evidências do Modelo da Discriminação Justificada.** Psicologia: Teoria e Pesquisa Vol. 33, pp. 1-8.

NAZROO; WILLIAMS (2006). **The social determination of ethnic/racial inequalities in health.** In M. Marmot & R. G. Wilkinson (Org.). Social determinants of health (2a ed, pp. 238-66). Nova Iorque: Oxford University Press.

NICOLAU; MULLER (2015). **O Racismo cordial e autoimagem: Um estudo sobre os efeitos na adolescência de jovens negras na Baixada Fluminense/RJ.** Conexões Psi. RJ v. 3, n. 1, p. 1-22.

PEREIRA; TORRES; ALMEIDA. **Um Estudo do Preconceito na Perspectiva das Representações Sociais: Análise da Influência de um Discurso Justificador da Discriminação no Preconceito Racial.** Psicologia: Reflexão e Crítica, 2003, 16(1), pp. 95-107.

RISCADO; OLIVEIRA; BRITO (2010). **Vivenciando o Racismo e a Violência: um estudo sobre as vulnerabilidades da mulher negra e a busca de prevenção do HIV/aids em comunidades remanescentes de Quilombos, em Alagoas.** Saúde Soc. São Paulo, v.19, p.96-108, 2010

SANTOS; GOUVEIA; NAVAS; PIMENTEL; GUSMÃO. (2006). **Escala de racismo moderno: Adaptação ao contexto brasileiro.** Psicologia em Estudo, Maringá, v. 11.

SILVA, S. (2017). **Uma experiência de desconstrução da epistemologia do racismo: O desenvolvimento da Lei N. 10.639/2003 nos cursos de Educação Física, Odontologia, Psicologia, Arquitetura e Urbanismo.** Revista Eixo - Brasília-DF, 2017.

TAVARES; OLIVEIRA; LAGES. **A percepção dos psicólogos sobre o racismo institucional na saúde pública.** Saúde em Debate. RJ, v. 37, n. 99, p. 580-587, 2013.



POPULAÇÕES EM SITUAÇÃO DE RUA EM PORTO VELHO/ RONDÔNIA: COMPORTAMENTOS E RELAÇÕES SOCIAIS

Nilson Coelho de Melo Júnior
Universidade Federal de Rondônia
nilso_bkt@hotmail.com

Resumo: Este artigo objetiva descrever aspectos estratégicos na ótica de equalização social possibilitada pela ciência da Psicologia no âmbito da situação de rua das populações urbanas. Tem-se a finalidade de analisar a logística metabólica da civilização no sentido de expor ações educacionais, preventivas, retificadoras, terapêuticas e afetivas, visando elaborar uma tática técnico-científica de reintegração civil desses elementos de uma cidadania atingida pelo espectro falho da ruptura patológica do contrato social de bem-estar entre o Estado e o indivíduo. Buscando a compreensão das trajetórias de exclusão social, bem como das transformações identitárias oriundas dessa dimensão da esclerose interativa de sociabilidade, o autor pauta-se sobre os fundamentos da interdisciplinaridade, propondo uma anastomose entre as diversas ciências das humanidades, da saúde, bem como das áreas de urbanização, política e cultura, utilizando-se da pesquisa bibliográfica e documental para indicar possíveis caminhos de intervenções biopsicossociais capazes de fortalecer e nutrir as identidades, corpos e presenças das consciências ultrajadas pelo materialismo histórico dialético do metabolismo civilizatório, imposto pela modernidade capital aos desdobramentos humanos de convivência e vizinhança ambiental na ecologia do mundo.

Palavras-chave: Psicologia. Situação de Rua. Exclusão Social. Interdisciplinaridade. Intervenções Biopsicossociais.

Introdução

O horizonte existencial, proposto pelo sistema capitalista de condução da vida e consumo da natureza do mundo, demonstrou, com base na dialética do materialismo histórico, sua nefasta, promiscua e exploratória lógica de execução, contradizendo sua própria promessa de bem-estar geral, perpetuando a miséria à espécie humana. Nesse contexto, este artigo visa expor tais evidências da falência do contrato social entre o Estado e o indivíduo, hasteando o espectro da situação de rua, sentenciado às populações em condição de vulnerabilidade socioeconômica extrema. Para tanto, o autor pautou-se nos moldes da pesquisa bibliográfica e documental, embasado, principalmente, na Pesquisa Nacional sobre a população de Rua, realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/MDS (BRASIL, 2009), em 71 outros municípios, para que pudesse ter um levantamento de dados relevante à análise de tal fenômeno da modernidade. Deste modo, por estar restringido à geografia sociopolítica da região Norte do Brasil, mais especificamente no Estado de Rondônia, no



município de Porto Velho, o metabolismo conceutivo desta tese analítica encontrou grande dificuldade em colher dados armazenados pela gestão pública de seu lócus de atuação, posto a baixa produtividade técnico-científica tangente à temática das populações em situação de rua, nas vias da assistência social, dos direitos humanos, bem como da saúde pública, infraestrutura urbana. Portanto, sob uma análise generalizadora, comparativa e de qualificação teórica, este artigo visa descrever o contexto da vida na rua que acomete as vielas da cidade que floresceu à beira do rio Madeira, investigando em observância nacional, bibliograficamente, as semelhanças encontradas na expressão desse mesmo fenômeno da modernidade urbana: a indigência.

Metodologia

A partir dos preceitos da pesquisa documental, o autor realizou uma contextualização histórica, cultural, social e econômica de Porto Velho/RO em relação ao território nacional, no tocante à questão da população em situação de rua, no intuito de analisar a evolução dos serviços públicos de saúde oferecidos no Brasil e, por conseguinte, em seu município ao longo dos últimos anos. Sendo assim, foram observados dois planos nacionais voltados à erradicação da vulnerabilidade socioeconômica extrema, uma lei orgânica direcionada à assistência social, e apenas uma referência do Conselho Regional de Psicologia em Minas Gerais, justamente pela disponibilização dos mesmos nas plataformas online de pesquisa (Periódicos Capes, Scielo e Biblioteca de teses e dissertação-BDTM). Ademais, também foram reunidas, dentre as seleções e análises de uma série de livros, artigos acadêmicos e sites, as informações e dados que serviram de base para a construção da investigação proposta pelo autor em seu interesse de pesquisa.

Resultados

Ao final da pesquisa, foi possível elencar um mapeamento institucional, legislativo, bem como de técnicas científicas capazes de sanar este flagelo da situação de rua. Entretanto, o principal resultado proposto pelo autor é, sobretudo, expor o diagnóstico social resultante das consequências impostas à cidadania pelo materialismo histórico dialético da relação entre o capital e a sociedade, no sentido de hastear a discussão acerca dos motivos pelos quais, apesar de termos os mecanismos federativos de retificação da indigência, seguimos não superando esta deficiência civil e, inclusive, a expandimos.



Discussão

Tendo em vista a abrangência das ferramentas técnico governamentais vinculadas à retificação dessa questão do espectro da rua, levantam-se as indagações: qual é o papel da Psicologia, no âmbito da gestão de soluções para tal demanda social? Porque esse flagelo da modernização, ainda persiste e, sobretudo, se expande, mesmo com todas as prerrogativas institucionais, legislativas e científicas? A quem interessa a miséria permanente e crescente, na dimensão de urbanidade da civilização capitalista? Para que se possa propor possíveis resoluções para tamanhos questionamentos humanos, deve-se compreender o materialismo histórico dialético que nutriu, encubou e operou de forma obstetrícia o Mercado, de um modo propício e tendencioso para que a miséria fosse produzida amplamente, em prol do domínio, escalonamento e exploração dos homens pelos homens.

Considerações finais

Logo, o que cabe à Psicologia neste contexto nefasto de selvageria capital? A mesma responsabilidade que lhe é imputada nos consultórios, hospitais e universidades: a mediação terapêutica. A humanização da intervenção clínica, no sentido da elucidação das práticas de retificação social, do alarde aos desvios de conduta, às patológicas intenções de infligir dano à vida. Além da qualificação afetiva ofertada à academia de formação gradualista. O Bacharelado deve preparar os seus formandos para a sociedade, humanamente gerenciável, e não apenas como produtos industrializados do mercado financeiro, atendendo as demandas capitais do lucro egoísta. A Jurisprudência deverá ter sua autonomia chancelada pelo aval higiênico e neutro da análise psicológica, bem como a psiquiatria, o processo eleitoral e político, a permissividade privativa da ideologia mercadológica de consumo do mundo; assim, a harmonia será implementada, de fato, na civilização humana. Reconheceremos a paz como sendo o pilar central de todo o equilíbrio do universo. Teremos efetivada a eficácia da educação, promovendo saúde, bem-estar, segurança, tecnologia e desenvolvimento social. De cidade em cidade, estado a estado, país a país, continente a continente, é possível.

Referências

Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, Ministério do Desenvolvimento Social, Brasília, 2009. Disponível em:



https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. **Rondônia**. Realização PNUD, Fundação João Pinheiro, IPEA. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_uf/rondonia. Acesso em: 02 mai 2019.

BAENINGER, Rosana (Org.). **Populações e cidades. Subsídios para o planejamento e para as políticas sociais**. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Brasília: UNFPA, 2010. Disponível em: http://www.unfpa.org.br/Arquivos/populacao_cidade.pdf. Acesso em: 25 jane 2018.

BARTOLO JÚNIOR, Roberto S. e BURSZTYN, Marcel. **Amazônia sustentável. Estratégias de desenvolvimento. Rondônia 2020**. Brasília, Edições IBAMA, 1999.

CORREA, Lobato Roberto. **O espaço urbano**. São Paulo. Ática, 1989.

DANTAS, Candida Maria Bezerra. **Psicologia e pobreza no Brasil: limites e perspectivas da produção do conhecimento e atuação do Psicólogo**. Natal: UFRN, Dissertação de Mestrado em Psicologia, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/17572/1/CandidaMBD.pdf> Acesso em: 08 abr 2019.

DANTAS, Candida Maria Bezerra; OLIVEIRA, Isabel Fernandes de e YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. **Psicologia e Pobreza no Brasil: Produção de Conhecimento e Atuação do Psicólogo**. Natal: UFRN, **Psicologia & Sociedade**; v.22,n. p. 104-111, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v22n1/v22n1a13.pdf> Acesso em: 08 abr 2019.

DE FARIA, Rodrigo S. **Ribeirão Preto, uma cidade em construção (1895-1930). O moderno discurso da higiene, beleza e disciplina**. Dissertação de Mestrado em História. IFCHUNICAMP, 2003.

FREUD, Zigmund. **O mal-estar na civilização**. São Paulo: Penguin/Companhia das Letras, 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Estados**. Disponível em: www.ibge.gov.br/estadosat Acesso em: mar 2015.

LIMA, Vinicius Cesca de. **Psicologia da pobreza e pobreza da Psicologia: um estudo sobre o trabalho de psicólogos (as) na política pública de assistência social**. São Paulo: PUC, Dissertação de Mestrado em Psicologia Social, 2014. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/17063/1/Vinicius%20Cesca%20de%20Lima.pdf> Acesso em 08 abr 2019.

ROCHA, S. **Opções Metodológicas para a Estimção de Linhas de Indigência e de Pobreza no Brasil. Texto para Discussão nº 720** – IPEA, Rio de Janeiro, 2000.



RODRIGUES, Alex Rilie Moreira. **Análise Espacial da Pobreza no Estado de Rondônia para os Anos de 2000 e 2010**. Porto Velho: UNIR. Monografia de Bacharelado em Ciências Econômicas, 2015.

YAMAMOTO, O. H.. Questão social e políticas públicas: revendo o compromisso da Psicologia. In **A. M. B. Bock (Org.), Psicologia e compromisso social**. (pp. 37-54). São Paulo: Cortez, 2003.

FOUCAULT, Michel. História da loucura na Idade Clássica. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1978.

MARX, Karl. O Capital. v. 2. 3. Ed. São Paulo, Nova Cultural, 1988.

SCHULTZ, Duane P. História da Psicologia Moderna – 4. ed. 2019, Editora Cengage Learning.

REICH, Wilhelm. O Assassinato de Cristo. 5. ed. 1999, Editora Martins Fontes.

ROSA, Anderson da Silva; SECCO, Maria Gabriela e BRETAS, Ana Cristina Passarela. O cuidado em situação de rua: revendo o significado do processo saúde-doença. **Rev. bras. enferm.** v.59, n. 3, p. 331-336, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71672006000300015&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 08 abr 2019.

WEIL, Pierre; LELOUP, Jean-Yves e CREMA, Roberto. Normose – A Patologia da Normalidade. Rio de Janeiro: Ed. Vozes



RELATO DE EXPERIÊNCIA: PROJETO FLAUTEAR PARA ENCANTAR

Leopoldina Veiga Guimarães Ferreira
Universidade Federal de Rondônia
leovgferreira@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho partiu de uma experiência no campo da psicologia social, realizado no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS do Jardim dos Migrantes, em Ji-Paraná/RO. Foram assistidas no projeto 30 crianças, na faixa etária de 7 a 12 anos. As aulas aconteceram no período de outubro de 2018 a setembro de 2019. Como resultados foram realizadas as apresentações culturais e a promoção do fortalecimento dos vínculos entre as crianças, comunidade, familiares e a profissional de psicologia.

Palavras-chave: CRAS. Flauta Doce Soprano. Fortalecimento de Vínculos.

Introdução

O CRAS é a porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social ao usuário em vulnerabilidade. Ele oferta serviços, programas e projetos voltados ao empoderamento do cidadão, como proteção social básica – PSB, que tem como objetivos a prevenção de riscos e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. É a PSB quem potencializa a população vulnerável a novas aquisições e garantia dos direitos (BRASIL, 2017). A PSB garante os seguintes serviços: 1) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); 2) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; 3) Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas (BRASIL, 2009b; BRASIL, 2016).

A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais aponta que o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, deve ser realizado em grupos (crianças até 6 anos, crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, adolescentes e jovens de 15 a 17 anos, e idosos com idade igual ou superior a 60 anos. (BRASIL, 2009a). Seu caráter é preventivo e proativo, baseado na “defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social” (BRASIL, 2014, p. 14).

O CRAS do Jardim dos Migrantes localiza-se no município de Ji-Paraná, na região centro do Estado de Rondônia, com população estimada de 128 mil e 969 habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (IBGE, 2019). A comunidade deste território apresenta diversas vulnerabilidades e por isso é assistida pelo CRAS, que possibilita



o usufruto dos direitos e o acesso aos benefícios e serviços socioassistenciais. Enfatizando-se, portanto, a necessidade de projetos voltados a esse fortalecimento de vínculos às crianças atendidas pelo CRAS do Jardim dos Migrantes, através da musicalização através da flauta doce, por se entender que a música é uma ferramenta que possibilita o envolvimento social, cognitivo e psicológico.

Regina Célia Pfutzenreuter Direne (2014-2015) e Rissete Shreiber, Simonato e Shreiber (2014), afirmam que a flauta doce surgiu na pré-história, feita de diversos matérias, como argila, bambu, madeira e marfim. A priori era utilizada como um sinalizador de sopro, semelhante a um apito, não como instrumento musical, e a variação de sons era bastante limitada, apenas com dois furos. Historiadores calculam que o esquema de flauta tenha trinta mil anos. Hoje, a maioria é feita de plástico, encontrando-se na família: flautas doces soprano, soprano, contralto, tenor, baixo. Cada tamanho e espessura compreende uma extensão sonora diferente, pois quanto maior a flauta, mais grave é o seu som e quanto menor, mais agudo ele se torna.

A flauta doce mais utilizada é a soprano, sendo é um instrumento de fácil aprendizagem e baixo custo. Ela é composta por: Cabeça, corpo, pé, bico ou ponta, janela e juntas (RISSETE SHREIBER, SIMONATO, SHREIBER, 2014). Conforme Direne (2014-2015), o sopro passa por um tubo cilíndrico aberto contendo dez furos que são fechados com os dedos das mãos do instrumentista ou deixados abertos, assim o som é produzido pela vibração do ar no tubo oco. Diante da realidade apresentada, justificou-se este projeto, por se entender que proporcionaria o acesso à cultura, a arte, a educação musical e o fortalecimento de vínculos comunitários e familiares, estimulando o desenvolvimento e o protagonismo da criança.

Metodologia

Inicialmente enquanto os profissionais do CRAS realizavam o trabalho em grupo com a turma 1, a professora-psicóloga ofertava as aulas de flauta à turma 2. Em seguida, a turma 1 tinha aula de musicalização e a turma 2 o trabalho com a psicopedagoga e psicólogo. Entretanto, no decorrer da execução do projeto observou-se a necessidade de readequação das intervenções, permanecendo apenas o rodízio das aulas de flauta entre as duas turmas. Por fim, em um terceiro momento, os grupos foram unificados, tendo desta forma melhor aproveitamento das aulas.

Os recursos materiais utilizados neste projeto foram: Espaço físico do CRAS dos Migrantes, data show, notebook, quadro branco, canetão, caderno de música, lápis, borracha,



livros, apostila, flautas doces Yamaha soprano Barroca, estantes, cadeiras, bebedouro, cadeiras, lanches e a doação de R\$ 2.000,00 para a aquisição do kit.

Resultados e discussão

A priori, foi escrito o projeto e avaliado pela equipe de referência do CRAS e posteriormente encaminhado ao o Tribunal Regional do Trabalho – TRT para a possibilidade de custeio dos materiais. Após o recebimento do recurso financeiro, foram adquiridos os seguintes materiais: 30 flautas doces sopranos barrocas; 30 apostilas com as partituras musicais, 10 estantes, 30 cadernos de música, 30 lápis e 30 borrachas. O primeiro período das aulas aconteceu nas dependências do CRAS Jardim Migrantes, nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2018 e o segundo período de fevereiro a junho de 2019 e o terceiro de agosto a setembro de 2019. As aulas seguiram o cronograma planejado conforme a disponibilidade da professora, todas as quintas-feiras, das 14:00 às 16:00 horas. O projeto contou com o apoio da Secretaria Municipal de Assistência Social, o CRAS Migrantes, a parceria da Igreja Batista Peniel e do TRT.

Foram contempladas por este projeto, a priori 30 crianças, na faixa etária entre 07 a 12 anos, atendidas pelo CRAS. As atividades propostas projeto foram realizadas a curto e médio prazo. O projeto foi divulgado na comunidade, as inscrições realizadas e em setembro de 2018 iniciadas aulas. Na primeira aula foi apresentado o projeto às crianças e entregue o kit didático: 1 flauta doce soprano, 1 apostila com as partituras, 1 caderno de música, 1 lápis e 1 borracha. As aulas iniciaram com a teoria musical aplicada a flauta doce. As aulas seguiram com os ensaios em conjunto nas duas turmas e o primeira apresentação à comunidade que deu-se no em novembro, no Auditório Leila Barreiros de Ji-Paraná, com a apresentação de duas peças, contando com a presença da comunidade e representantes do TRT. Em dezembro e janeiro as aulas foram suspensas devido o período de férias, retornando em fevereiro de 2019 quando as duas turmas foram agregadas. Neste primeiro semestre de 2019 os alunos continuaram ensaiaram mais três peças que foram tocadas na Festa Especial do Dia das Mães, no CRAS do Jardim dos Migrantes e no dia 07 de julho abriram o evento do Projeto Amigos de Missões na Igreja Batista Peniel. Após as férias, retornaram as atividades em agosto de 2019. As aulas prosseguiram com o repertório natalino, e no dia 28 de setembro apresentaram mais três peças, na abertura da II Ação Social e Saúde da Igreja Batista Peniel, em Ji-Paraná.



Considerações finais

Este projeto atingiu os objetivos propostos, contribuindo na construção de uma nova história dos participantes. Foi desafiador para os alunos apreenderem os conteúdos propostos, pois não faziam parte da vivência cultural e musical deles. A professora-psicóloga precisou acolhê-los em diversos momentos, reafirmando o potencial e habilidade de cada um. As peças apresentadas trouxeram arranjos de duas a três vozes diferentes, possibilitando o desenvolvimento e a inclusão de todos nas aulas e apresentações. Por fim, ressalta-se a necessidade de se fomentar projetos como este no contexto da psicologia social, entendendo a relevância do protagonismo das crianças e conseqüentemente do fortalecimento de vínculos como fator de proteção e prevenção.

Referências

BRASIL. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. **Resolução nº 109**, de 11 de novembro de 2009a. Disponível em: http://www.mds.gov.br/suas/noticias/resolucao_cnas_no109_-_11_11_2009_-_tipificacao_de_servicos.pdf. Acesso em: 03 out. 2019.

_____. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. **Resolução nº 13**, de 13 de maio de 2014. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acesso em: 10 set. 2019.

_____. Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. – 1. ed. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009b. 72 p. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf. Acesso em: 20 out. 2019.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS CADERNO DE ORIENTAÇÕES Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Articulação necessária na Proteção Social Básica, 2016. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/cartilha_paif_2511.pdf. Acesso em: set. 2019.

_____. A história da Assistência Social Brasileira. MDS. Proteção Social Básica, 2017. Disponível em: http://www.mds.gov.br/suas/guia_protecao. Acesso em: 03 set. 2019.

_____. IBGE. Censo Demográfico, 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/ji-parana/panorama>. Acesso em: 10 set. 2019.

DIRENE, Regina Célia Pfitzenreuter. **Arte**. Colégio Estadual Professor Elias Abrahão: Curitiba/PR, 2014-2015.



RISSETE SHREIBER, Ana Cristina; SIMONATO, Luciane Cristina; SHREIBER, Marcos.
Doce Flautear: Flauta Doce Soprano. Cidade Musical: Curitiba/PR, 2014.



RECOMENDAÇÕES PARA PROJETOS ACADÊMICOS DE DOCENTES COM VISTAS A PROMOÇÃO DO BEM-VIVER DE ESTUDANTES NEGROS E INDÍGENAS NO ENSINO SUPERIOR

Alessandro de Oliveira dos Santos
Instituto de Psicologia da USP
alos@usp.br

Resumo: Ao ingressarem nas universidades através dos programas de ação afirmativa os estudantes negros e indígenas tem encontrado um ambiente acadêmico hostil, além dos desafios impostos por uma cultura institucional que privilegia referenciais teóricos anglo-eurocêntricos. Neste trabalho fazemos recomendações para realização de projetos acadêmicos de docentes com vistas a promover o bem-viver desses estudantes no ensino superior a partir de três eixos de atuação: ensino, pesquisa e extensão universitária. Atividades docentes dentro desses eixos podem contribuir para mitigar as manifestações de preconceito e discriminação étnico-racial, aprimorar os serviços de assistência estudantil nas universidades e produzir maior responsabilização da comunidade acadêmica no que se refere à superação do racismo.

Palavras chave: Relações Étnico-Raciais. Bem-Viver. Ensino Superior.

Introdução e metodologia

A raça-etnia tem sido considerada no Brasil um indicador *proxy* para medir a violação e/ou a garantia de direitos, como, por exemplo, o direito à saúde, ao trabalho e à educação (PAIXÃO; ROSSETTO; MONTOVANELE; CARVANO, 2010).

Desde 2002, universidades públicas têm implantado programas de ação afirmativa, possibilitando maior acesso às populações negra e indígena aos cursos de nível superior. As principais iniciativas são os sistemas de bonificação e de reserva de vagas no vestibular a partir dos critérios socioeconômico e étnico-racial.

Contudo, estudos tem mostrado que após ingressar nas universidades os estudantes negros e indígenas encontram um ambiente acadêmico hostil, além dos desafios impostos por uma cultura institucional que privilegia referenciais teóricos anglo-eurocêntricos (CASTRO, FOSTER, CUSTÓDIO, 2017; MODESTO, MINELLI, FERNANDES, RODRIGUES, BUFOLO, BITENCOUR, PILATI, 2018; TEIXEIRA, SILVA, 2017).

Em trabalho recente discutimos algumas características desse ambiente acadêmico hostil para os estudantes negros. Dentre as manifestações de preconceito identificadas destacam-se mensagens nas portas de banheiros das universidades como: “O lugar dos negros não é a universidade, mas a prisão”; “Saia daqui, macacos!”. Além disso, em redes sociais



compartilhadas pelos estudantes como Facebook também foi possível encontrar manifestações de preconceito como: “Eu quero ver se esses negros serão capazes de se formar...”; “Quem diz que os negros serão felizes na universidade? Isso tem que ser o único caminho?”. Outro fenômeno identificado foi a exclusão dos estudantes negros de grupos de trabalho, festas, viagens e outras atividades comuns à vida acadêmica (SANTOS, 2018).

No presente trabalho fazemos recomendações para projetos acadêmicos de docentes, em especial das ciências humanas, com vistas a promover o bem-viver de estudantes negros e indígenas, a partir de três eixos de atuação: ensino, pesquisa e extensão universitária. Um projeto acadêmico corresponde a um plano no qual o docente define suas atividades a serem cumpridas em um determinado período. Tais recomendações derivam das lições aprendidas nas disciplinas “Psicologia Social: Raça-Etnia e Intercultura” e “Pesquisa Psicossocial das Desigualdades Étnico-Raciais”, que ministramos regularmente no Instituto de Psicologia da USP e das atividades de pesquisa e extensão sobre relações étnico-raciais que realizamos nesta universidade.

O bem-viver tem sido a noção utilizada atualmente pelos movimentos negros e indígenas na América Latina para agrupar suas lutas por direitos com vistas à obtenção do bem-estar e felicidade das populações negras e indígenas. Tal noção está relacionada à melhoria da qualidade de vida, envolvendo condições dignas de educação e trabalho, relações sociais e familiares saudáveis, dentre outros aspectos (ALCANTARA; SAMPAIO, 2017).

Resultados e discussão

O primeiro eixo envolve a atuação docente na ministração de disciplinas de graduação e pós-graduação que abordem os conceitos de raça e etnia, colonialismo, colonialidade, descolonização e racismo e valorizem as epistemologias indígenas e afro-diaspóricas, estimulando a discussão sobre: a construção sociocultural das diferenças e desigualdades; formação da identidade étnico-racial; os fenômenos do estereótipo, preconceito e discriminação; os efeitos psicossociais do racismo; e as políticas de promoção da igualdade étnico-racial.

Essas disciplinas além de introduzir referenciais teóricos silenciados pela hegemonia anglo-eurocêntrica na produção do conhecimento podem favorecer a aquisição de um “letramento étnico-racial” pelos estudantes que facilite: a expressão das concepções sobre etnia, raça e racismo circulantes; a capacidade de traduzir e interpretar códigos e práticas racializadas



da sociedade; e o reconhecimento da supremacia branca e do valor simbólico e material da branquitude.

O segundo eixo envolve a realização e orientação de projetos de pesquisa articulados às demandas dos movimentos negro e indígena e que valorizem a história, as tradições e conhecimentos das populações negra e indígenas. Consideramos temas importantes para pesquisas nessa direção: a investigação das concepções de natureza, cultura e pessoa; as formas de transmissão das tradições; os conhecimentos sobre o corpo e os processos de saúde/doença; os contextos históricos, sociais, políticos e econômicos que perpetuam desigualdades e suas implicações para o bem-viver das populações negra e indígena; os perfis, modos de atuação e novas formas de protagonismo das lideranças negras e indígenas (espiritual, política, comunitária), considerando os papéis de gênero (masculino e feminino) e a faixa etária (jovem, adulto, idoso).

Também é fundamental a realização de pesquisas focalizando os índices de bem-estar e qualidade de vida dos estudantes negros e indígenas; suas vivências de preconceito e discriminação étnico-racial na universidade e como lidam com elas; suas estratégias de organização e as redes de apoio que utilizam; e o suporte oferecido pela família para continuidade dos estudos. Pesquisas nessa direção podem produzir evidências capazes de mostrar às universidades a importância de incorporar em suas ações de permanência estudantil, atividades específicas para os estudantes negros e indígenas no âmbito dos serviços de assistência estudantil. São exemplos dessas atividades: a oferta de grupos de convivência para os estudantes ingressantes por meio de programas de ação afirmativa; o estabelecimento de critérios para concessão de bolsas e auxílios (como auxílio alimentação e moradia) que levem em conta o pertencimento étnico-racial; a oferta de tutoria aos estudantes visando o suporte acadêmico.

Por fim, o terceiro eixo envolve a atuação docente na realização de ações de extensão com vistas à criação, ampliação ou aprimoramento dos serviços de assistência estudantil da universidade de modo a atender as demandas desses estudantes. Isso porque, em geral, são os primeiros de suas famílias a atravessar os portões de uma universidade para estudar e cuja permanência nessas instituições muitas vezes se constitui em trajetórias árduas, de luta e resistência diárias, tendo em vista o ambiente hostil e gerador de sofrimento que encontram.

Desse modo, atividades de extensão que focalizem o acolhimento e apoio pedagógico e psicossocial aos estudantes negros e indígenas são fundamentais para garantir sua saúde e,



consequentemente, sua permanência e sucesso acadêmico. São exemplos de atividades nessa direção: o estímulo à criação e o fortalecimento de grupos de convivência; a mediação e o apoio aos coletivos organizados pelos estudantes dentro da universidade; o oferecimento de atendimento psicológico e orientação vocacional; o desenvolvimento de competências por meio da oferta de cursos de preparação científica e pedagógica.

Também é importante a realização de atividades de extensão em articulação com os movimentos negro e indígena. São exemplos nessa direção: a realização de seminários e rodas de conversa com a participação de lideranças e representantes desses movimentos; e a realização de visitas técnicas pelos estudantes em organizações sociais que representam tais movimentos e junto a comunidades tradicionais negras e indígenas (quilombos e aldeias).

Ao aproximar a universidade dos movimentos negros e indígenas e comunidades tradicionais, as atividades de extensão contribuem para fortalecer a autoestima dos estudantes negros e indígenas, além de abrir oportunidades de estágio para os estudantes de graduação e campos de pesquisa para os estudantes de pós-graduação.

Considerações finais

O bem-viver dos estudantes negros e indígenas nas instituições de ensino superior influencia na sua permanência, desempenho e sucesso acadêmico. O ambiente hostil encontrado por esses estudantes nas universidades gera sofrimento e aponta para a necessidade das instituições de ensino superior aprimorarem suas ações de assistência estudantil. A realização de projetos acadêmicos de docentes voltados para promoção do bem-viver de estudantes negros e indígenas pode contribuir para esse aprimoramento, desenvolvendo atividades de ensino, pesquisa e extensão voltadas à mitigação do preconceito e discriminação étnico-racial e capazes de produzir maior responsabilização da comunidade acadêmica no que se refere à superação do racismo.

Referências

ALCANTARA, L. C. S. & SAMPAIO, C. A. C. Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível? **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 40, p. 231-251, 2017.

CASTRO, B. P., FOSTER, E. D. L. S. & CUSTÓDIO, E. S. O Negro na universidade: percepções de estudantes sobre as relações inter-raciais na Universidade Federal do Amapá. **RevistAleph**, v.29, p. 87-116, 2017.



MODESTO, J. G., MINELLI, A. C., FERNANDES, M. P., RODRIGUES, M., BUFOLO, R., BITENCOURT, R. & PILATI, R. Racismo e Políticas Afirmativas: Evidências do Modelo da Discriminação Justificada. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v.33, p. 01-8, 2018.

PAIXÃO, M.; ROSSETTO, I.; MONTOVANELE, F. & CARVANO, L. (Org.). **Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil: 2009-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

SANTOS, A. O. **Strategies of black students benefiting from affirmative action in Brazil to guarantee and protect their subjective well-being**. 67th Annual Conference of the University of Florida Center for Latin American Studies. Gainesville: E.U.A, 2018 (Comunicação oral).

TEIXEIRA, G. J. T. & SILVA, R. A. R. Ações Afirmativas: Um Estudo no Campus Central do IFRN. **Anthesis**, v.05, n.09, p. 92-102, 2017.

Agência financiadora: FAPESP. Processo: 2018/15573-0.



Eixo: Sexualidade e Gênero



ALGUÉM DISSE QUE O CURSO DE PEDAGOGIA É EXCLUSIVO PARA MENINAS?

Alberlândia de Lima Bernardo
Universidade Federal do Amazonas
alberlandiafia@gmail.com

Fabiana Soares Fernandes Leal
Universidade Federal do Amazonas
fabbyfer@ufam.edu.br

Resumo: Quando nos referimos à escolha de um curso no ensino superior, logo pensamos que fatores podem ter influenciado essa escolha. Toda decisão a ser tomada para o futuro é algo difícil principalmente quando se trata de jovens que estão iniciando suas escolhas. Vários fatores vão influenciar nessa decisão, entre eles as questões de gênero, que predeterminam as funções, papéis e ocupações destinadas a cada gênero. Esse trabalho buscou verificar se existem indícios de estereótipos de gênero nas escolhas profissionais dos alunos matriculados no curso de Pedagogia nos dez primeiros anos de funcionamento do IEAA/UFAM. Foi realizada uma pesquisa nas fichas de matrículas dos alunos. Foi possível perceber um estereótipo de gênero na medida em que a maioria dos alunos (83,65%) matriculados nesse curso são do sexo feminino. Apesar das conquistas políticas e sociais das mulheres nos últimos anos, ainda é atribuído a elas a tarefa com o cuidar e educar, e de forma inconsciente (ou não) elas ainda aceitam e reproduzem essa determinação estereotipada quanto as suas escolhas profissionais.

Palavras-chave: Estereótipo de Gênero. Escolha Profissional. Pedagogia.

Introdução

Ao escolher um curso superior o indivíduo passa por vários desafios, nos quais geram conflitos e ansiedade e, não quer dizer necessariamente, que tenha interesse para exercer a função ao qual está ingressando, pois há vários aspectos que influenciam no momento da escolha do curso como, a questão socioeconômica, o intelecto, a família e o sociocultural.

É nesse contexto que devem acontecer as escolhas, se vão seguir para o ensino superior ou para um curso técnico, com qual área se identifica, o que vai fazer ao concluir o 3º ano do ensino médio? (FERNANDES, 2014). Muitos adolescentes fantasiam sobre a carreira profissional que desejam seguir: “muito frequentemente, os adolescentes não têm ideia sobre o que é necessário para se tornar um grande expoente em tal carreira, e geralmente não há ninguém nas suas vidas que possa ajudá-lo a atingir o auge desta carreira” (SANTOCK, 2014, p.383). A indecisão ou incerteza certamente comprometerá as escolhas desses jovens.

Um fator que costuma estar embutido nesse panorama são estereótipos relacionados ao gênero, profissões “tipicamente femininas” ou profissões “tipicamente masculinas”. De acordo



com Figueredo e Cruz (2017) esses rótulos “quando compartilhados nos processos comunicativos, provocam impactos nas práticas sociais as quais produzem dicotomia, no mundo profissional, a partir do gênero” (p.803). Segundo as autoras, quando um indivíduo do sexo masculino (por exemplo) escolhe uma profissão tida como “feminina”, isso causa um estranhamento a quem observa.

Esses rótulos foram criados ao longo da história da humanidade, profissões ligadas ao “cuidar do outro” como, por exemplo, a enfermagem, a psicologia, a educação, preparo de alimentos, corte e costura, etc. foram ligadas às mulheres, devido ao fato delas, no exercício de dona do lar e de mãe, executarem. Já profissões que pressupõe o uso da força física, do autoritarismo, do manuseio de números e ferramentas foram atribuídas ao sexo masculino, como industriários, motoristas, engenheiros, pedreiros, cargos de chefia e gerenciamento etc.

Segundo Louro (2003), o magistério e a escola sofreram mudanças ao longo do tempo e uma das mudanças mais evidentes é a “feminização do magistério” (p. 94). No Brasil essas mudanças vão ser perceptíveis ao longo da segunda metade do século XIX, “vão permitir não apenas a entradas das mulheres nas salas de aula, mas, pouco a pouco, o seu predomínio como docentes” (p. 95). Ser professora passa a ser entendido como um prolongamento do ser mãe, do prestar cuidados e carinhos.

Nesse contexto, o objetivo geral dessa pesquisa foi conhecer o perfil dos ingressantes do curso de graduação em Pedagogia do IEAA em seus primeiros dez anos de existência, verificando se existem indícios de estereótipos de gêneros nas escolhas dos ingressantes.

Metodologia

Essa pesquisa foi exploratória, quantitativa e documental. De acordo com Gonsalves (2007) a pesquisa exploratória é aquela que “se caracteriza pelo desenvolvimento e esclarecimento de ideias, com objetivo de fornecer uma visão panorâmica” (p. 67), ou seja, uma noção geral do perfil dos ingressantes no curso de Pedagogia do IEAA.

Foi quantitativa, uma vez que foi realizada a “mensuração de variáveis predeterminadas, buscando verificar e explicar sua influência sobre outras variáveis”



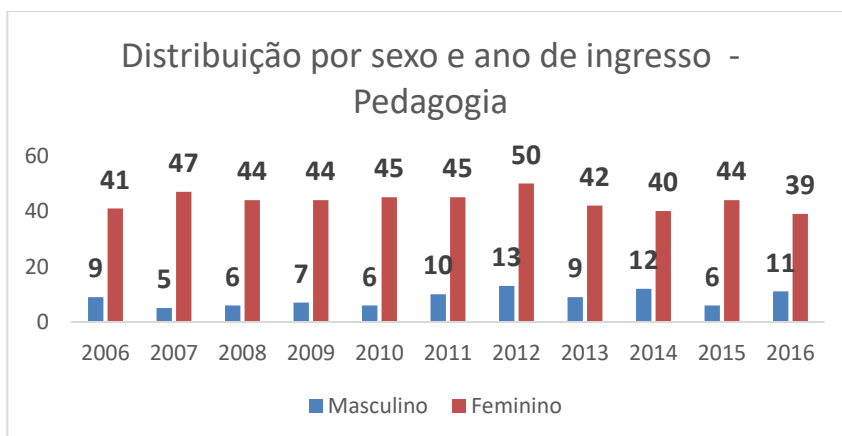
(APPOLINÁRIO, 2012, p. 61), em nosso caso as variáveis foram o sexo⁴ de um lado (como variável influenciadora) e o curso escolhido do outro (como variável influenciada).

Quanto à origem da informação foi documental uma vez que se realizou a partir dos registros de ingresso dos alunos nos primeiros 10 anos de IEAA.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Licenciatura em Pedagogia, que trabalha diretamente com crianças pequenas (a partir dos primeiros meses de vida - creche) tem predomínio absoluto do sexo feminino. Esse fato pode ser explicado pelo entendimento do ser professora como um prolongamento do ser mãe, conforme explicado anteriormente por Louro (2003).

Gráfico 1. Distribuição dos alunos de Pedagogia de 2006 a 2016.



Fonte: Elaborado pela autora com dados de matrícula do IEAA.

Pensando nas relações existentes entre sexo e escolha profissional, as mulheres sempre foram pautadas como indivíduos menos valorizados na sociedade, sendo idealizadas apenas como o ser que cuida do outro, em consequência disso, ao longo dos anos as mulheres lutam por seu espaço, mas é nítido que ainda se encontram em situação de sujeição. Percebemos isso conforme suas escolhas profissionais, dessa forma, a maioria ainda se retrai ao optar por cursos de ciências exatas como por exemplo, a matemática, física e as engenharias. Por outro lado, os

⁴ Os dados encontrados nas fichas de matrícula referem-se apenas ao sexo do ingressante não havendo a opção de identidade de gênero. Por essa razão nos dados que serão apresentados utilizamos a palavra sexo e não gênero.



homens se empenham mais para se manterem predominantes nos cursos das ciências exatas e parecem resistir a ciências humanas como por exemplo os cursos de Pedagogia e Letras.

Embora o número de mulheres tenha aumentado no ensino superior, suas escolhas ainda são pelos cursos da área das ciências humanas, mantendo assim os estereótipos de gênero nas escolhas profissionais conforme destaca Souza (2015),

Independente da linha teórica adotada para se falar de gênero, sabe-se que existem estereótipos relacionados ao que seriam “coisas de homem” e “coisas de mulher”, o que também se aplica às questões relacionadas ao trabalho. Estereótipo pode ser entendido como generalizações que os indivíduos fazem sobre as características ou comportamentos de grupos sociais ou indivíduos específicos. Nesse sentido, os estereótipos de gênero são aqueles direcionados aos indivíduos do sexo masculino e feminino; constituem-se como um conjunto de crenças sobre os atributos pessoais adequados a homens e a mulheres (SOUZA, 2015, p. 17, Apud; D’AMORIM, 1997).

O homem sempre se posicionou com superioridade frente as suas opções de escolhas profissionais, enquanto a mulher sempre se submeteu aos afazeres percebidos como menos importante e sem prestígios mediante os olhos da sociedade, por isso, lhe é dada funções que são adequadas ao cuidar e zelar.

Considerações finais

O processo de escolha profissional é uma fase bastante turbulenta para os jovens, já que a maioria entra na universidade na fase da transição do ser adolescente para o ser adulto, e ainda não tem maturidade suficiente para qual decisão deve tomar como certa, sendo assim, recebem influência dos familiares e amigos sobre o que devem ou não escolher como profissão.

Mas quando se trata da escolha profissional as mulheres ainda são presença dominante nos cursos das ciências humanas como a Pedagogia. Tal dado nos remete aos nossos antepassados, onde os homens eram responsáveis pela caça, pesca e produção, utilizando sempre da astronomia, matemática, ou seja, necessitavam de exatidão para concluir suas atividades, enquanto as mulheres ficavam com as tarefas do lar, onde se enquadra a educação dos filhos e suas tarefas diárias no cuidar/zelar.

Isso nos revela ainda os resquícios de uma sociedade machista na qual o homem não pode exercer tarefas que remetem ao “cuidar do outro”. Concluimos, portanto que no período



analisado houve sim indícios de estereótipos de gênero nas escolhas pelo curso de Pedagogia do IEAA.

Referências

APPOLINÁRIO, F. **Metodologia da Ciência: filosofia e prática da pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

FERNANDES, F. S. **Estilo Parental e Desenvolvimento Vocacional**: um estudo sobre a influência das famílias na orientação dos adolescentes. São Paulo, SP: Edições Loyola, 2014.

FIGUEREDO, R. B.; CRUZ, F. M. L. **Psicologia**: profissão feminino? A visão dos estudantes de psicologia. *Estudos Feministas*, 25 (2),562, maio-agosto, 2017.

GOLSALVES, E. P. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

SANTROCK, J. W. **Adolescência**. Tradução Sandra Mallmann da Rosa. 14. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.

SOUZA, M. L. R. S. de. **GÊNERO E ESCOLHA PROFISSIONAL**. 2015. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/14602/1/2015_MariaLuizaRodriguesSampaiodeSouza_tcc.pdfAcesso em: 12 de abril de 2019.



O CONCEITO DE GÊNERO NA PERSPECTIVA DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO

Daivane Azevedo de Almeida
Universidade Federal do Amazonas
daizevedo432@gmail.com

Fabiana Soares Fernandes Leal
Universidade Federal do Amazonas
fabianafernandes2801@gmail.com

Resumo: O presente trabalho teve por objetivo investigar como os adolescentes percebem o conceito de gênero. Apresenta uma breve análise da pesquisa de Iniciação Científica intitulada *A construção de conceitos sobre identidade na adolescência: diferenças entre sexo, identidade de gênero e orientação sexual*, realizada na cidade de Humaitá, pela Universidade Federal do Amazonas, sendo aqui apresentado, apenas, o resultado da questão *ser homem e ser mulher*. A adolescência é a fase do desenvolvimento humano, onde o indivíduo passa por diversas mudanças que incluem mudanças físicas, emocionais e papéis sociais. Foram sujeitos da pesquisa 20 alunos do Ensino Médio Regular e EJA. Os resultados são preocupantes, porque adolescentes do ensino médio apresentam conceitos a partir de pressupostos biológicos sobre o tema. Esses conceitos naturalizados de gênero podem se dar a partir do que se entende na escola e na família. Destarte, para desconstruir esses conceitos precipitados a escola e a família têm o papel fundamental, assim como podem também contribuir de forma negativa na construção desses conceitos. Por isso, é preciso olhar para a diversidade como possibilidade de inclusão para um bom exercício da cidadania.

Palavras-chave: Gênero. Identidade. Ensino Médio.

Introdução

O presente trabalho teve por objetivo investigar como os adolescentes percebem o conceito de gênero. A adolescência é a fase do desenvolvimento humano na qual o indivíduo passa por diversas mudanças, desde as mudanças físicas proporcionadas pelas alterações hormonais provocadas pela puberdade, às mudanças nos papéis sociais, impostas e cobradas pelos pais, escola e sociedade como um todo.

Nesse período de tomada de decisões, surgem vários conflitos internos e externos onde há a procura de realização do sujeito ou não. As sensações que surgem é de que se enfrentam tempestades e tensões na edificação de conceitos, se formulam confusões, rebeldias contra os pais na tentativa de se responder “afinal, quem sou eu?”

Nesse sentido, participaram da pesquisa, aplicado por questionário misto, 20 alunos do Ensino Médio Regular e do Ensino Médio da Educação de Jovens e Adultos, sendo este último



predominante na quantidade de participantes (14 no total). Vale ressaltar que os resultados apresentados são apenas um fragmento de uma pesquisa de iniciação científica realizada no ciclo 2018/2019, pela Universidade Federal do Amazonas, campus Humaitá.

Os resultados apresentados aqui, designam o conceito de gênero para os adolescentes participantes da pesquisa. Foi percebido, então, que maior parte dos participantes determinam o ser homem e o ser mulher através de conceitos naturais atribuídos a partir do fator biológico. Então, ainda há muito o que se fazer para desconstruir conceitos naturalistas de gênero pela escola, família e sociedade, de um modo a orientar esses jovens quanto à suas identidades.

Metodologia

Este trabalho apresenta uma parte da análise da pesquisa de Iniciação Científica intitulada *A construção de conceitos sobre identidade na adolescência: diferenças entre sexo, identidade de gênero e orientação sexual*, realizada na cidade de Humaitá, pela Universidade Federal do Amazonas, sendo apenas aqui apresentado, o resultado da questão *ser homem e ser mulher*.

Almejava-se trabalhar com as turmas de 1º, 2º e 3º do Ensino Médio, uma turma de cada etapa, mas como existiram empecilhos como: Greve nas redes estaduais de ensino onde funciona o ensino médio e a resistência da escola em permitir a realização da pesquisa, foi preciso utilizar a técnica *snowball* (bola de neve) para acessar aos alunos. A técnica de pesquisa *snowball* permite que os participantes indiquem outros participantes, que por sua vez, estes indicam outros novos participantes, até que o objetivo da pesquisa seja alcançado (OLIVEIRA, et al., 2011).

Para a coleta de dados foi utilizado um questionário misto, ou seja, com perguntas abertas e fechadas sobre a temática investigada. Antes de iniciar a coleta dos dados a pesquisa foi submetida à avaliação do Comitê de Ética em pesquisa. Após as devidas autorizações (Comitê de Ética, Pais e alunos) iniciou-se a coleta de dados propriamente dita.

Resultados e discussão

A adolescência é uma fase de mudanças bem significativas, e isto é rodeado de modelos culturais e sociais a serem adotados, comuns na convivência das famílias, escola e sociedade. A construção da identidade e dos conceitos são norteados pelas diversas culturas presenciadas



nos diversos sistemas de participação como nas escolas, na família, igreja, grupos de amigos, cujos grupos estão marcados por características comuns existentes em seus participantes.

Por isso, os conflitos surgem na construção de sua identidade, onde essa construção “é um período de transição no qual é comum encontrarem-se muitos conflitos advindos da formação da identidade” (ALVES, 2008, p. 09). Deste modo, a adolescência é marcada por cobranças que fazem parte da cultura como a escolha profissional, a busca pela autonomia, ingresso na vida sexual e, principalmente conflitos familiares e de caráter emocional.

Partindo deste ponto, ao investigar como os adolescentes estão construindo o conceito de gênero, percebe-se que ainda há muito o que se desconstruir sobre o ser homem e o ser mulher. A análise dos dados desta pesquisa aconteceu em torno dos conceitos que os adolescentes do ensino médio possuem sobre o gênero.

Ao perguntar *o que é ser homem e o que é ser mulher* na opinião dos adolescentes, a maior parte (13 dos entrevistados) apresentaram respostas de acordo com conceitos naturalistas de gênero, isto é, ao homem está ligada a questão de que a masculinidade é composta pela paternidade, “ser duro na queda”, “comprometido com as despesas do lar”. Já o ser mulher dentro dos conceitos naturalistas de gênero é o fato de que à mulher são atribuídos papéis tais como “ser mulher é ser cuidadora do lar”; “ser mulher é ter o objetivo de ser mãe” e ainda “ser mulher é ser submissa ao homem”.

Apenas 7 participantes apontaram o conceito de gênero como uma forma de igualdade. As respostas foram que ser homem é: “ter responsabilidade com a família”; e ser mulher é: “ter responsabilidade com o trabalho”; ser homem e mulher é: “apenas uma diferença fisiológica”; “ambos são iguais e apresentam apenas diferenças de sexo”.

Por mais simples que seja a pergunta, foi observada a existência de duas categorias de respostas em que os conceitos naturalistas de gênero o “ser homem” e o “ser mulher” foi predominante. A desigualdade de gênero está ligada aos apontamentos de que a mulher apresenta uma natureza, e o homem uma cultura. A mulher é vista como arena privada, do lar, da criação dos filhos e o homem como um ser de relações sociais, comerciais, da produção e política.

Essa construção do gênero a partir de preceitos biológicos vem ganhando a proposta de desconstrução do conceito de gênero pelo fator biológico desde o movimento feminista no início do século XX. A concepção naturalista, tradicional ou conservadora é aquela que segue a atribuição de papéis entre homens e mulheres, e esses papéis são designados a apenas um dos



gêneros. A partir desses conceitos naturalistas, é dada uma continuidade de que homens e mulheres vivam em situações de desigualdade, e que mulheres sejam sempre inferiorizadas por concepções tradicionais. (LOURO, 2013).

Em contrapartida, nas respostas dos questionários alguns jovens percebem o gênero na concepção de igualdade, e outros até que não existe uma definição exata para homem e mulher. Deste ponto de vista, há emergência em falar sobre o gênero na família e na escola, com a finalidade de atentar-se que não há um conceito definido ao homem e à mulher, e mais que isso, que muito há de se fazer para desconstruir a atribuição de papel pela visão biológica.

Considerações finais

Para ser bem aceito, o adolescente procura se dedicar a seguir modelos prontos como a utilização de marcas conhecidas no mundo jovem, e que atribuem identidades que por um lado, se multiplica em uma identidade cultural diversificada e por outro, confunde os jovens que por sua vez, nem sempre consegue se identificar como único, diferente.

Apesar das dificuldades em coletar os dados, os resultados desta pesquisa foram alcançados, porque a escola atribui essa temática como papel da família. Os adolescentes do ensino médio em sua maioria, apresentam ainda conceitos naturalistas pelo viés biomédico sobre sexo, confundindo o mesmo com o conceito de gênero, o que implica dizer que a escola, família e sociedade é um tema pouco abordado.

Referências

ALVES, Gabriela Maciel. **A construção da identidade do adolescente e a influência dos rótulos na mesma.** Tcc apresentado na Universidade do extremo Sul Catarinense, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. Currículo, Gênero e sexualidade: o normal, o diferente, o excêntrico. In **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação.** Organizadores: Louro, Guacira Lopes, et.al.9.ed. Petrópolis; RJ: Vozes, 2013

OLIVEIRA, Pedro Wanderson Leite de. et.al. **Adolescência e família: Desafios para uma educação sexual dos filhos.** Revista Café com Sociologia, v.6, nº 2, 2017.



Eixo: Forense/Jurídica



OS RESTOS DE AMOR: UM ESTUDO PSICANALÍTICO E PSICO-Jurídico

Ágata Cristiam
Universidade Luterana do Brasil
cristiam.agata@gmail.com

Zeno Germano
Universidade Luterana do Brasil
zeno.neto@ulbra.edu.br

Resumo: Este artigo trata de uma pesquisa realizada sobre os tipos de guardas e as manifestações da parentalidade, a partir do método qualitativo de caráter exploratório e descritivo. A análise foi realizada por meio dos marcos teóricos da psicanálise e da Psicojurídica. Para composição deste artigo, foram selecionados quatro processos, contendo quatro pais e quatro mães separados, que passaram pelo serviço psicossocial de apoio às Varas de Família do Tribunal de Justiça de Rondônia e foram arquivados em decorrência de decisão judicial. As entrevistas foram realizadas de forma individual com roteiro de onze perguntas semiestruturada. Os resultados obtidos demonstraram que todos os entrevistados praticaram atos alienadores em decorrência dos conflitos conjugais que se misturavam com os parentais e não tinham consciência do que estavam fazendo. Entretanto, no decorrer do tempo, alguns deles apresentaram a tomada de consciência e puderam mudar suas condutas, ressignificar os seus conflitos conjugais, que se perduravam mesmo após a separação, e preservar o vínculo parental. Além disto, a maioria deles manifestou uma representação positiva sobre o outro.

Palavras-chave: Parentalidade; guarda dos filhos; atos alienadores.

Introdução

Esta pesquisa pretendeu responder a seguinte problemática: Como a parentalidade se manifesta nas guardas unilateral e compartilhada?

O objetivo geral desta pesquisa propôs investigar a forma como se manifestava a parentalidade nos tipos de guarda compartilhada e unilateral. Quanto aos objetivos específicos, foram: 1º identificar a existência ou não de atos alienadores, tanto no discurso como na conduta dos pais em ambas modalidades de guardas; 2º analisar a maneira como ocorriam os atos alienadores nos discursos dos participantes e de que forma tal fenômeno acontecia; 3º compreender a representação imaginária que os pais tinham um sobre o outro.

Tipos de Guardas e Alienação Parental

Conforme Trindade (2014), no Brasil existem dois tipos de guardas, unilateral e compartilhada, de ordenamento jurídico e a guarda alternada, sem ordenamento jurídico. No



que diz respeito à guarda unilateral, é quando a posse física referente à criança e/ou ao adolescente é atribuída a apenas um dos pais, sendo que ao outro caberá a função de supervisionar os cuidados inerentes aos filhos, ficando assim limitado às visitas nos fins de semana alternados e ao pagamento da pensão alimentícia. Já a compartilhada possibilita que os pais se responsabilizem pelos cuidados inerentes aos filhos da mesma forma como era antes da ruptura conjugal.

Segundo Duarte (2011), na guarda unilateral, o genitor escolhido pelo Juiz para ser o guardião da criança tende a agir de forma obsessiva com o outro, não guardião, principalmente quando ainda não superou a ruptura conjugal. Por isso, a aplicação da guarda compartilhada serve como antídoto, pois evita que outros problemas se instalem, como por exemplo, os atos alienadores, no contexto familiar, em razão desta modalidade dar aos pais separados a possibilidade de administrarem de forma salutar as demandas referentes aos filhos. Desta forma, Silva (2011) declara que a guarda compartilhada empodera os pais a se responsabilizarem em conjunto pelos cuidados dos filhos em comum. Além disto, este tipo de guarda visa o convívio e a manutenção dos laços parentais dos pais com a prole.

Metodologia

Para o delineamento desta pesquisa, o método escolhido foi o qualitativo de caráter exploratório, descritivo. A amostra foi caracterizada por quatro famílias composta por 4 pais e 4 mães, separados. O encontro com tais famílias foi individual, reiterei sobre o que se tratava a pesquisa, em seguida falei sobre o termo de consentimento, entreguei-o para elas assinarem e as comuniquei que a entrevista seria gravada em áudio.

Resultados e discussão

CATEGORIA I - REPRESENTAÇÃO DO OUTRO

Família A – Unilateral

MÃE: *Eu percebo nele uma certa imaturidade em alguns aspectos, mas apesar disto, ele é bastante esforçado. Eu vejo que ele ama o filho dele.[...]*

PAI: *Ela é uma boa mãe. É prestativa, responsável, se preocupa com bem estar do filho dela.[...] no geral, eu percebo que ela tem mais qualidade do que defeitos.*



Na família A, pode ser observada quando em suas falas trazem aspectos de queixa em meio à representação positiva. Contudo, mesmo que haja uma tentativa de ambos os lados para atender plenamente o desejo do outro, nenhum deles alcançará a perfeição que cada um almeja sobre o outro, uma vez que o que cada um procurava entre eles tratava-se de algo perdido, denominado como um *objeto a* (LACAN 1962-63/2005).

Família B – Unilateral

MÃE: *ele é um pai prestativo e bem presente na vida das filhas. [...], eu acho que mudou pra melhor depois que tudo foi oficializado.*

PAI: *Ela é uma ótima mãe, é responsável não tenho nenhuma crítica em relação a ela como mãe.*

No caso da família B, é cognoscível que os pais possuem uma representação positiva sobre o outro. Possivelmente seja este aspecto que propiciou a forma com que eles encontraram para se relacionar em prol das filhas que tiveram. Para Lacan (1954-55/1985), quando temos uma boa representação sobre essa pessoa que um dia ocupou o lugar do grande Outro na nossa vida, mesmo que ainda demande algo, a forma de se relacionar por meio do diálogo com este sujeito torna-se mais produtiva.

. CATEGORIA 2: Atos alienadores

Família A – Unilateral

Mãe: *Por várias vezes ele usava o (A) para me atingir.*

PAI: *Ele na maioria das vezes, quando eu e a mãe dele estamos juntos no mesmo ambiente, presença nossas brigas.*

Sobre a família A, constatamos a existência de atos alienadores que se dão de ambos os lados parentais, onde pode ser visto que tanto a mãe como o pai falavam mal um do outro de forma direta e/ou indireta ao filho. Duarte (2016) salienta que enquanto os pais não buscarem meios para manejar o litígio ocasionado pelos ressentimentos e decepções que um causou no outro durante o casamento, eles tendem a permanecer imersos na trama de repetição dos seus atos alienadores.



Família B – Unilateral

MÃE: *Até falava mal dele pra elas [...]ele pagava a pensão para as meninas quando queria. E esse também era um dos motivos que eu usava pra impedir ele de vê-las.*
PAI: *Sempre algum de nós falava-mos mal do outro pra as meninas.*

Para Silva (2011), é comum que os atos alienadores aconteçam durante os primeiros anos de separação, quando os pais ainda não alcançaram uma forma de se reorganizar emocionalmente quanto aos ressentimentos ocasionados durante a ruptura conjugal.

CATEGORIA 3: Resignificação

Família B – Unilateral

MÃE: *[..]Vi que não tava sendo justo com minhas filhas de afastá-las do convívio com pai. [...]*
PAI: *[...] porque eles são os que mais sofrem ao ver os pais deles em guerra e eles sendo usados para atingir o outro.*

Considerações finais

Os discursos dos entrevistados demonstraram que a maioria deles tinha uma representação positiva do outro enquanto pai ou mãe de seus filhos. Contudo, percebemos que, durante os conflitos conjugais, os atos alienadores eram mais intensos na dinâmica parental. Quanto à forma como se manifestava a parentalidade, todos eles, no início, apresentaram dificuldades para separar as divergências conjugais dos parentais. Vale ressaltar que os atos alienadores ocorreram de forma inconscientes, ou seja, por um dado momento, nenhuma das famílias entrevistadas tinha noção do que estava praticando.

Referências

DUARTE, L.P. **A guarda dos filhos na família em litígio:** Uma interlocução da Psicanálise com o Direito. 4. ed. Rio de Janeiro, Lúmen Juris, 2011.

———. **A angústia das crianças diante dos desenlaces parentais.** Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2013.

———. **Mediação na Alienação Parental:** A Psicanálise com crianças no judiciário. 2. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2016.

———. **A pulsão e seus destinos** (1915). Obras psicológicas completas. Vol. XV. Rio de Janeiro: Imago, 2000. [CD-ROM]



_____, **Além do Princípio do Prazer** (1920). Obras psicológicas completas. Vol. XVIII. 3. Ed. Rio de Janeiro: Imago, 2000. [CD-ROM]

LACAN, J. **O seminário, livro 2: O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise.**(1954-1985). 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

_____. **O Seminário - Livro 7: A ética da psicanálise.** (1959-60). 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. **O seminário – livro 17: O Averso da Psicanálise**(1969-70). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

_____. **O seminário - livro 20: Mais, ainda.** (1972-73)Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982. SANDRI, J.S. **Alienação Parental: O uso dos filhos como instrumento de vingança entre os pais.**Curitiba: Jaruá, 2013

SILVA, D. M. P. **Guarda Compartilhada e Síndrome de Alienação Parental: O que é isto?** Campinas – SP: Armazém do Ipê, 2011.

TRINDADE. J. **Manual de Psicologia Jurídica para Operadores do Direito.** Porto Alegre: Livraria do advogado, 2014.



RELATO DE EXPERIÊNCIA NA ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AO CONDENADO DE JI-PARANÁ/RO

Leopoldina Veiga Guimarães Ferreira
Universidade Federal de Rondônia
leovgferreira@hotmail.com

Resumo: Esse trabalho traz o relato de experiência no contexto da psicologia jurídica, na Associação de Proteção e Assistência ao Condenado – APAC de Ji-Paraná/RO, executado a partir do voluntariado, no período de dois anos. O trabalho foi desenvolvido através da técnica metodológica de roda de conversa, que traz como proposta a aproximação entre os sujeitos através dos grupos. As discussões das rodas foram pautadas em temáticas voltadas às vivências dos presos, apresentando-se como um instrumento que possibilita diálogos e trocas de experiências neste espaço, revelando-se como forte aliada no processo de recuperação do condenado.

Palavras-chave: APAC de Ji-Paraná. Rodas de Conversas. Psicologia Jurídica.

Introdução

A psicologia jurídica é um campo abrangente e possui uma estreita relação com o direito, abarcando diversas formas de atuação em parceria com a justiça (MARQUES, OLIVEIRA, 2017). Este trabalho objetiva comunicar a experiência no campo jurídico da Associação de Proteção e Assistência ao Condenado – APAC de Ji-Paraná, a primeira da região norte do Brasil, que é um modelo de prisão humanizada, baseada na gratuidade e voluntariedade, sendo parceira da execução penal. A primeira APAC do Brasil nasceu em São José dos Campos - SP, em 1972, por meio de um grupo de voluntários cristãos, sob a liderança do advogado e jornalista Dr. Mário Ottoboni, no presídio Humaitá, com intuito de evangelizar e dar apoio moral aos presos. É baseada em 12 elementos fundamentais: 1. A participação da comunidade; 2. O recuperando ajudando o recuperando; 3. O trabalho; 4. Assistência jurídica; 5. Espiritualidade; 6. Assistência à saúde; 7. Valorização Humana; 8. A família; 9. O voluntário e o curso para sua formação; 10. Centro de Reintegração Social - CRS; 11. Mérito e 12. Jornada de Libertação com Cristo. Todos essenciais no processo de restauração do preso (FERREIRA, 2017; OTTOBONI, 2018).

Experiências neste contexto trazem novas possibilidades de atuação ao profissional da psicologia. O trabalho realizou-se no período de agosto de 2017 a agosto de 2019, a partir da indicação de uma assistente social voluntária na mesma instituição. A equipe de voluntários é formada por diversos profissionais, dentre eles: juízes, promotores de justiça, psicólogos, psicopedagogos, pedagogos, dentistas, assistentes sociais, contadores, advogados, padres,



pastores, entre outros. A prática neste contexto é pautada no voluntariado que desenvolve um papel singular no processo da recuperação do preso. O presente trabalho foi desenvolvido uma vez por semana, com duração de duas horas, na sala reservada para as intervenções grupais, tendo como participantes os apenados do regime fechado. A proposta sugerida foram as rodas de conversas. Conforme Tajra (2015, p. 15), “a roda de conversa é uma possibilidade metodológica dentre tantas outras que utilizamos para comunicação dinâmica e produtiva entre diversos grupos. É uma técnica muito rica utilizada na prática de aproximação entre os sujeitos no cotidiano.” É uma prática bastante usada no campo da psicologia social, psicologia da saúde, psicologia da educação e psicologia jurídica, por ser uma técnica metodológica eficaz na comunicação em grupo (OLIVEIRA et al., 2016; ALMEIDA et al., 2017; BEDIN, PINO, 2017; MARQUES, OLIVEIRA, 2017).

Metodologia

Os encontros foram realizados de agosto de 2017 a agosto de 2019, nas segundas-feiras, das 14:00 as 16:00 horas. Tendo como participantes de 10 a 20 condenados do regime fechado da APAC de Ji-Paraná e 1 psicóloga. Vale mencionar que o quadro de participantes era rotativo, por isso deu-se esse movimento. Para a realização das intervenções, a psicóloga optou pelo desenvolvimento de palestras introdutórias, a partir de temáticas sobre vitimização, resiliência e reinserção social, para posteriormente fomentar as discussões na roda de conversa, que objetivavam promover a reflexão sobre os assuntos propostos. Foram utilizados os seguintes materiais: utilizados textos impressos, papel sulfite, canetas, pincel, notebook, data show, cabo HDIMI, televisor e cartazes.

Resultados e discussão

Foi possível perceber que a atuação do psicólogo é de grande valor no contexto prisional, visto que é um espaço que possibilita reflexões sobre a realidade vivenciada por indivíduos privados de liberdade. A principal dificuldade enfrentada no decorrer do trabalho, foi a necessidade de movimentação de alguns apenados para resolverem assuntos jurídicos, de saúde ou escolares, que são demandas do contexto. Inicialmente os participantes tinham dificuldades em compartilhar suas experiências, devido o processo natural de resistência. Entretanto, no decorrer das intervenções esse mecanismo de defesa era minimizado. A cada encontro os apenados relatavam suas vivências, por vezes trazendo conteúdos latentes da



infância, desconstruindo e reconstruindo seus olhares acerca da vitimização. Conforme Campos et al. (2016, p. 190,191) a vitimização parte de experiências traumáticas de violência, de maneira que tais atos são perpassados socialmente como se a vítima sentisse a necessidade de se ver subjugada, demonstrando sequelas físicas e psicológicas. Além de se aumentarem as chances de “vulnerabilidade do indivíduo para que sofra outras situações de vitimização ao longo da vida, agravando, portanto, seu nível de sofrimento e suas possibilidades de adoecimento.”

Muitos ao desabafarem, emocionavam-se, choravam, sendo acolhidos, tanto pelos participantes, quanto pela profissional de psicologia. Outros compartilharam que antes de participarem das rodas, culpavam seus familiares, amigos, pares ou a própria sociedade por seus atos criminosos, tentando dessa forma minimizar sua culpa, mas que após refletirem sobre os assuntos propostos suas visões foram descortinadas, permitindo-lhes que se desvinculassem deste processo, direcionando-os a fase do confronto e enfrentamento à realidade das suas experiências passadas, permitindo-lhes vivenciar o processo de resiliência, que é entendida “como um padrão de funcionamento adaptativo frente aos riscos atuais e acumulados ao longo da vida.” Englobando recursos psicológicos fundamentais “para a superação de adversidades, como as competências pessoais, as autorenças e o controle interpessoal em interação com os apoios sociais” (FONTES, NERI, 2015, p. 1475).

Ressalta-se que resiliência é uma forma de superação às situações de riscos, que assegura a quem vivencia este processo o desenvolvimento gradativo no decorrer da vida, nos âmbitos: emocional, cognitivo e sociocultural, reforçando “atributos pessoais, estratégias de enfrentamento e habilidades” (SOUZA; ARAÚJO, 2015, p. 902). Este processo foi observado no decorrer das intervenções, pois não era somente o discurso do preso que estava envolvido, mas também o relato dos demais voluntários, diretoria, autoridades e familiares. Alguns participantes receberam a progressão de regime, passando a ser assistidos nos atendimentos individualizados quando requeridos, outros três receberam a liberdade, reintegrando-se a sociedade, alicerçados por novas perspectivas.

Considerações finais

A experiência de atuação neste contexto foi positiva. As intervenções permitiram o entendimento das novas possibilidades que a psicologia jurídica proporciona. A principal dificuldade foi a rotatividade dos presos, fato que dificultava a concentração dos demais



participantes no momento das intervenções. No mais, percebeu-se a relevância de trabalhos como este, especialmente no contexto da execução penal, onde a população prisional é estigmatizada e rejeitada socialmente. Muitos apenados relataram suas angústias, ansiedades, medos, vergonhas, considerando o desejo de mudança, assumindo uma nova postura, experimentando o processo da resiliência, tão importante no processo da reinserção social. Finalmente, entendeu-se que a prática psicológica no âmbito judiciário precisa ser cada vez mais fomentada, dada a relevância de social desse tipo de intervenção.

Referências

ALMEIDA, Ana Valéria Alves de et al. Roda de conversa—uma estratégia de promoção em saúde para as gestantes que vivem em situação de rua. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/173109/ANA%20VAL%20ALVES%20DE%20ALMEIDA-EMG-TCC.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 19 out. 2019.

BEDIN, Everton; PINO, José Claudio Del. Concepções de professores sobre situação de estudo: rodas de conversa como práticas formadoras. **INTERFACES DA EDUCAÇÃO**, v. 8, n. 22, p. 154-185, 2017. Disponível em: <<https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/1600/1357>>. Acesso em: 19 out. 2019.

CAMPOS, Daniela Cristina et al. Desenvolvimento e evidências de validade de uma escala de autoeficácia para situações de vitimização. **Psico**, v. 47, n. 3, p. 189-197, 2016. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5630569>>. Acesso em: 10 out. 2019.

FERREIRA, Valdeci Antônio. **Juntando cacos regatando vidas: valorização humana – base e viagem ao mundo interior do prisioneiro: psicologia do preso**. Belo Horizonte: Gráfica O Lutador, 2 ed, 2017.

FONTES, Arlete Portella; NERI, Anita Liberalesso. Resiliência e velhice: revisão de literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, n. 5, p. 1475-1495, 2015. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/630/63038239017.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2019.

MARQUES, Matheus Souza; OLIVEIRA, Tomaz Soares de Souza. A atuação dos psicólogos jurídicos no âmbito do Sistema Prisional Brasileiro: JUSBRASIL, 2017. Disponível em: <https://domtotal.com/direito/uploads/pdf/3505a6039c90dda48066735c6b95794c.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.

OLIVEIRA, Nívia et al. Relato de experiência: a atuação do psicólogo no CRAS e sua contribuição para o fortalecimento dos direitos sociais. **Psicologia em Revista**, v. 22, n. 1, p. 31-45, 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v22n1/v22n1a04.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.



OTTOBONI, Mário. **Vamos matar o criminoso?: Método APAC.** Belo Horizonte MG: Gráfica O Lutador, 2018.

TAJRA, Ingrid. Roda de conversa como instrumento para criação de grupos de interação social e educacional em saúde relato de experiência. 18f. TCC. (especialização em Educação Permanente em Saúde em Movimento). UFRGS, 2015. Disponível em: <http://eps.otics.org/alunos/piaui/subcop/pi-grupo-9/acervo/roda-de-conversa-como-instrumento-para-criacao-de-grupos-de-interacao-social-e-educacional-em-saude-relato-de-experiencia>. Acesso em: 10 out. 2019.



Eixo: Avaliação psicológica



INTELIGÊNCIA EMOCIONAL – UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Sara Ferreira Silva
Faculdade de Educação e Meio Ambiente
sarasilvaff4@gmail.com

Fabiula de Amorim Nunes
Faculdade de Educação e Meio Ambiente
fabiulanunes@outlook.com

Resumo: Inteligência emocional (IE) é uma demanda atual universal, que se aplica ao processo de capacitação e desenvolvimento pessoal e coletivo. Seus benefícios afetam o trabalho, estudos e relacionamentos das pessoas, assim como produzem resultados nas organizações, instituições e demais esferas da sociedade. A presente pesquisa buscou responder a seguinte pergunta: qual é o cenário da produção acadêmica brasileira no período de 2010 a 2018 acerca da Inteligência Emocional? Para tanto utilizou das pesquisas publicadas em revistas científicas, cadastrados no período de 2010-2018 nas bases de dados SciELO, na Biblioteca Virtual de Psicologia (BVS) e na Sumários. A metodologia adotada foi a revisão sistemática da literatura. A presente pesquisa configura-se em descritiva e tem por delineamento da pesquisa a modalidade metodológica de pesquisa bibliográfica. Prevalentemente há pesquisas voltadas diretamente à consolidação do constructo em si, suas características e particularidades. Encontraram-se as correlações desse a outros constructos.

Palavras-chave: Inteligência emocional. Emoções. Regulação emocional.

Introdução

Inteligência emocional é uma demanda atual universal, que se aplica ao processo de capacitação e desenvolvimento pessoal e coletivo. Seus benefícios afetam diretamente o trabalho, os estudos, os relacionamentos das pessoas, assim como, indiretamente, produzem resultados nas organizações, instituições e demais esferas da sociedade. Assim, pesquisar esse tema tem por resultado a ampliação do conhecimento e visibilidade acerca do mesmo. O que, corrobora com o público científico em geral, visto que é um assunto ainda recente e em investigação. Portanto, em vista do cenário que já foi exposto, a presente pesquisa busca responder à seguinte questão: qual é o cenário da produção acadêmica brasileira no período de 2010 a 2018 acerca da Inteligência Emocional?

Metodologia

Trata-se de uma revisão bibliográfica de forma sistemática, sendo descritiva. A revisão da literatura relaciona-se à fundamentação teórica adotada afim de tratar dos objetivos e do



tema da pesquisa. Através da coleta e síntese da literatura publicada, torna-se capaz de traçar um cenário teórico e conceitual. Segundo Gil (2002), a pesquisa bibliográfica se refere as práticas e procedimentos técnicos adotados na coleta e análise dos dados. O mesmo autor prossegue conceituando que análise descritiva é aquela pesquisa que se utiliza de técnicas padronizadas para coletar dados assim como, procura possíveis associações entre variáveis, tendo por foco principal descrever características de determinada população ou fenômeno. Após essa primeira etapa de levantamento bibliográfico, fez-se mais uma seleção dos estudos, os quais satisfaziam plenamente os critérios de inclusão - a) Texto completo disponível para acesso; b) Pesquisas e artigos científicos realizadas no Brasil em Português, exceto referências de autores clássicos e internacionais; c) Delimitação de período temporal de 2010-2018;d) Ausência de limitação para a abordagem metodológica (teórico ou empírico);e) Pesquisas que contenham alguma das palavras-chaves - critérios de exclusão - a) Artigos que não tinham foco no assunto e no tema; b) Materiais não científicos; c) Pesquisas que excedem o período temporal de 2010-2018; d) Pesquisas que não contenham as palavras-chaves; e) Artigos em língua estrangeira.

Resultados e discussão

De acordo com os achados da presente pesquisa, prevalentemente, há mais pesquisas do campo da IE voltadas diretamente à consolidação do constructo em si, e em suas características e particularidades. Adicionadas a isso, encontraram-se as correlações desse a outros constructos, tão desejáveis para o avanço desse saber.

Área temática	Revistas	Frequência
Autorregulação/Regulação Emocional	Temas em Psicologia; Avaliação Psicológica	2
Cinco habilidades da IE	Psicólogo informação;	1
Compreensão emocional	Psicologia: Reflexão e Crítica; Estudos Psicológicos;	2
Cuidados paliativos	Revista Bioethikos;	1
Emoções/Expressão de emoções	Psicologia: Reflexão e Crítica	1
Liderança	Avaliação Psicológica	1
Organizações educacionais	Educação e Saúde (REBES)	1

Percepção Emocional	Psicologia: Teoria e Prática;	1
Processos grupais	PSICO	1
Revisão de literatura	Psicologia: Teoria e Pesquisa	1
Nº total: 10 subáreas	Nº total:12	12

Portanto, totalizaram-se em 10 artigos empíricos, todos de correlação. Assim, 100% dos artigos empíricos analisados tiveram o objetivo de correlacionar a IE a outros constructos.

Os artigos empíricos que foram classificados como pesquisas de correlação englobaram aqueles que:

- Correlacionavam mais de uma técnica para medir um único atributo da IE. Por exemplo, a pesquisa de Miguel; Zuanazzi; Villemor-Amaral (2017) que se utilizou de duas técnicas projetivas para avaliarem a regulação emocional; ou os estudos de Miguel; Bueno; Noronha Couto; Primi; Muniz (2010) que inovaram na proposta de haver correlação negativa entre o constructo de IE e de Alexitimia. Para isso utilizaram de dois testes nos quais um deles seria para confirmar capacidades e o outro para negar as mesmas capacidades.
- Correlacionavam a IE ou algum de seus atributos a outras modalidades, sejam elas psicológicas ou não. Por exemplo, nos estudos de Moreira et al., (2012), onde há a associação do contexto socioeducacional com compreensão emocional e teorizações que somam também o nível socioeconômico e os estios parentais a esse constructo. Diferente dele, Gonzaga e Monteiro (2011) compararam a Inteligência Emocional (IE) e Qualidade de Vida (QV) em uma amostra grupal de brasileiros gestores que possuíam cargos de liderança. A Inteligência Emocional foi associada também a Mindfulness na pesquisa de Pires et al. (2018), a qual foi avaliada em uma amostra de 553 universitários. No mesmo estudo eles avaliaram também a correlação existente de bem-estar subjetivo, personalidade e outras variáveis.
- Correlacionados à emoção e não à IE: Ladislau, Guimarães e Souza (2015) abordaram a associação entre a percepção das expressões emocionais e idosos com Doença de Alzheimer. Com foco principalmente nos aspectos cognitivos da percepção da expressão facial emocional. Assim, eles abordam as emoções, porém, não entram diretamente no constructo de Inteligência Emocional.

Assim, os estudos no campo da Inteligência Emocional têm abordado os mais variados públicos em suas amostras, incluindo diversas faixas etárias e gêneros. Pode-se perceber a ênfase no público infantil nas pesquisas de Pavarini, Loureiro e Souza (2011) e de Moreira,



Abreu e Rique Neto (2012). Miguel et al., (2010) e Miguel et al., (2017) retrataram em suas amostras adultos, incluindo em ambos estudos mulheres e homens. Já Ladislau, Guimarães e Souza (2015), discorreram a respeito da IE dos idosos.

Além disso, ocupações e outros constructos também têm sido correlacionados a Inteligência Emocional, como nos estudos de Gomes e Siqueira (2010), que analisam as cinco habilidades da Inteligência emocional (autoconsciência, automotivação, autocontrole, empatia e sociabilidade) em estudantes universitários do curso de Psicologia. Araújo et. al., (2012) envolvem os profissionais da saúde de modo interdisciplinar e os cuidados paliativos à Inteligência Emocional. Ainda, Marques (2011); Gonzaga e Monteiro (2011) abordam o a correlação de IE e liderança com foco nos gestores empresariais. No contexto educacional Pires et al. (2016) se debruçaram a investigar, correlacionando a ocupação do professor e também o sistema educacional à IE.

Considerações finais

Conclui-se que a pesquisa referiu-se à ampliação da análise teórica, gerando novas reflexões e repercussões sobre o tema, o que contribui com a agenda de pesquisa no campo da IE e para o conhecimento das publicações existentes correlacionadas ao assunto.

Os artigos dessa revisão alcançaram espaços e realidades variados e ainda demonstraram sua aplicabilidade analítica e avaliativa em públicos diversos. Segundo Gonzaga e Monteiro (2011), a quantidade de publicações de produção nacional referentes ao tema da IE ainda tem se mostrado um tanto quanto tímida, se considerar que já existem centros de pesquisa no mundo dedicados ao assunto. Com isso, faz-se notório o consenso dentre os pesquisadores em geral no que tange a precisão de continuidade e amplitude das pesquisas no Brasil, observando o alcance daquelas internacionais e os benefícios de tais já confirmados.

Referências

GIL, Antônio Carlos, 1946. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONZAGA, Alessandra Rodrigues; MONTEIRO, Janine Kieling. Inteligência emocional no Brasil: um panorama da pesquisa científica. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 27, n. 2, p. 225-232, 2011.



LADISLAU, Roberta; GUIMARÃES, Josely Gomes; DE SOUZA, Wânia Cristina. Percepção de expressões faciais emocionais em idosos com doença de Alzheimer. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 28, n. 4, p. 804-812, 2015.

MIGUEL, Fabiano Koich et al. Alexitimia e inteligência emocional: estudo correlacional. **Psicologia: teoria e prática**, v. 12, n. 3, p. 52-65, 2010.

MIGUEL, Fabiano Koich; ZUANAZZI, Ana Carolina; VILLEMOR-AMARAL, Anna Elisa de. Avaliação de aspectos da inteligência emocional nas técnicas de Pfister e Zulliger. **Temas em Psicologia**, v. 25, n. 4, p. 1853-1862, 2017.

MOREIRA, Pollyana de Lucena; ABREU, Eloá Losano de; RIQUE NETO, Júlio. Influência da idade e do contexto socioeducacional na compreensão emocional de crianças. **Estudos psicológicos**, Campinas, v. 29, n. supl. 1, p. 761-767, 2012.

PAVARINI, Gabriela; LOUREIRO, Carolina Piazzarollo; DE HOLLANDA SOUZA, Débora. Compreensão de emoções, aceitação social e avaliação de atributos comportamentais em crianças escolares. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 24, n. 1, p. 135-143, 2011

PIRES, Weber. Inteligência emocional: Uma reflexão oportuna para as organizações educacionais. **REBES** - ISSN 2358-2391, Pombal – PB, Brasil, v. 6, n.3, p. 29-33, Abr-Jun, 2016.

PIRES, Jeferson Gervasio et al. Evidência de Validade da Medida de Atenção Plena pela Relação com Outras Variáveis. **Psico-USF**, v. 23, n. 3, p. 513-526, 2018.



INTELIGÊNCIA EMOCIONAL – CARACTERIZAÇÕES DE INSTRUMENTOS PSICOMÉTRICOS

Sara Ferreira Silva
Faculdade de Educação e Meio Ambiente
sarasilvaff4@gmail.com

Fabiula de Amorim Nunes
Faculdade de Educação e Meio Ambiente
fabiulanunes@outlook.com

Resumo: Inteligência emocional (IE) tem sido assunto de pesquisas por todo o Brasil, porém ainda há elevada concentração regional da produção acadêmica. Essa pesquisa teve como objetivo, apresentar o cenário da produção acadêmica brasileira no período de 2010 a 2018 acerca da Inteligência Emocional com o foco na localização geográfica e nos instrumentos de medida apresentados nas pesquisas. Utilizou-se das pesquisas publicadas em revistas científicas, cadastrados no período de 2010-2018 nas bases de dados SciELO, na Biblioteca Virtual de Psicologia (BVS) e na Sumários. A metodologia adotada foi a revisão sistemática da literatura de cunho descritivo. As regiões Sudeste e Sul são as de maior incidência das pesquisas no campo da IE. São apresentados os instrumentos de medida específicos do campo da IE que foram utilizados nos estudos verificados na revisão.

Palavras-chave: Avaliação psicológica. Testes de Inteligência emocional. Localização geográfica.

Introdução

A presente pesquisa buscou apresentar o cenário da produção acadêmica brasileira no período de 2010 a 2018 acerca da Inteligência Emocional (IE) com o foco na localização geográfica e nos instrumentos de medida apresentados nas pesquisas. À medida que as especulações, estudos e conhecimentos acerca da IE aumentaram criaram-se vários modelos e instrumentos afim de investigá-la e analisá-la mais profundamente. A respeito dos testes, Gonzaga e Monteiro (2011), dizem que dentre eles os que mais se destacam são as escalas baseadas em desempenho comparadas às de autorrelato, entretanto, investigações a respeito das mesmas ainda precisam serem feitas. Vieira-Santos et al. (2018) alertam a respeito de restrições quanto ao uso de Instrumentos de IE no Brasil para o uso profissional, os quais são permitidos somente para pesquisa, conforme diretrizes da Resolução 005/2012 do Conselho Federal de Psicologia. Nessa revisão alguns testes específicos para avaliação da IE foram abordados, – MSCEIT, TIEC e o MIE – os quais serão descritos de forma sistemática a seguir.



Metodologia

Trata-se de uma revisão bibliográfica de forma sistemática, sendo descritiva (GIL, 2010). Os estudos encontrados foram selecionados de acordo com o objetivo. Após essa primeira etapa de levantamento bibliográfico, fez-se mais uma seleção dos estudos, os quais satisfaziam plenamente os critérios de inclusão: a) Texto completo disponível para acesso; b) Pesquisas e artigos científicos realizadas no Brasil em Português, exceto referências de autores clássicos e internacionais; c) Delimitação de período temporal de 2010-2018; d) Ausência de limitação para a abordagem metodológica (teórico ou empírico); e) Pesquisas que contenham alguma das palavras-chaves. Critérios de exclusão: a) Artigos que não tinham foco no assunto e no tema; b) Materiais não científicos; c) Pesquisas que excedem o período temporal de 2010-2018; d) Pesquisas que não contenham as palavras-chaves; e) Artigos em língua estrangeira. Utilizou-se das pesquisas publicadas em revistas científicas, cadastrados no período de 2010-2018 nas bases de dados SciELO, na Biblioteca Virtual de Psicologia (BVS) e na Sumários.

Resultados e discussão

De acordo com os achados da presente pesquisa, no quadro 6 são apresentados os instrumentos de medida específicos do campo da IE que foram utilizados nos estudos verificados na revisão. São descritos os nomes completos, as siglas, os autores responsáveis pela versão original das medidas, bem como a frequência e porcentagem de uso nas pesquisas identificadas nesta revisão.

Instrumento	Sigla	Autores (ano)	Frequência	%
Teste de Inteligência Emocional para Crianças	(TIEC)	Bueno (2008)	1	25
Medida de Inteligência Emocional	(MIE)	Siqueira, Barbosa e Alves (1999)	2	50
Mayer, Salovey e Caruso Emotional Intelligence Test (versão em português),	(MSCEIT)	Mayer, Salovey e Caruso (1999)	1	25

Quadro 6 - Instrumentos empregados para mensurar IE mencionados nos artigos analisados
Fonte da pesquisadora.

O MSCEIT - Mayer, Salovey e Caruso Emotional Intelligence Test, desenvolvido por Mayer, Salovey e Caruso (2002), foi pensado cuidadosamente com o propósito de mensurar o construto por desempenho, assim como os demais instrumentos de inteligência. Essa utilização



da medida, por desempenho, é importante devido a avaliação ser focada no quanto uma pessoa constata ter as capacidades, e não o quanto ela julga ter, como em escalas de autorrelato. O MSCEIT foi construído semelhante aos testes de inteligência, ou seja, por desempenho, e tem se mantido em destaque em utilização já que tem sido a preferência nas pesquisas. Esses dados podem ser considerados indício de que a IE é uma inteligência, até mesmo por ser mais bem avaliado por essa modalidade de desempenho (VIEIRA-SANTOS et al., 2018).

Na pesquisa de Gonzaga e Monteiro (2011), a qual tinha por objetivo examinar a utilização do teste MSCEIT em artigos publicados no Brasil ele verificou que das 18 pesquisas quantitativas encontradas, 11 utilizaram o teste MSCEIT, confirmando a preferência dos pesquisadores nacionais por esse instrumento para medição da IE. O uso do MSCEIT apresenta vantagens (ex.: quanto a histórico de aplicação em diferentes públicos e nos cinco continentes, quanto a escala de medição por habilidades, a qual se destoa das demais escalas de autoavaliação). Há registros de aplicação desse teste em centenas de pesquisas no mundo inteiro e sua última revisão é de 2002. Contudo, fazem-se ainda necessários estudos complementares e a validação da versão MSCEIT para o Brasil (GONZAGA; MONTEIRO, 2011).

O Teste de Inteligência Emocional para Crianças (TIEC) foi criado e validado por Bueno (2008) com foco na população brasileira infantil. Esse teste tem por objetivo medir dois componentes gerais da inteligência emocional infantil: o experiencial e o estratégico. O mesmo é composto por tarefas de desempenho concernentes à oito histórias, as quais são apresentadas às crianças utilizando-se áudio previamente gravado e apresentação de figuras ilustrativas. Essas histórias retratam as emoções de alegria, tristeza, raiva, medo, ansiedade, aceitação, aversão e surpresa (PAVARINI et al., 2011).

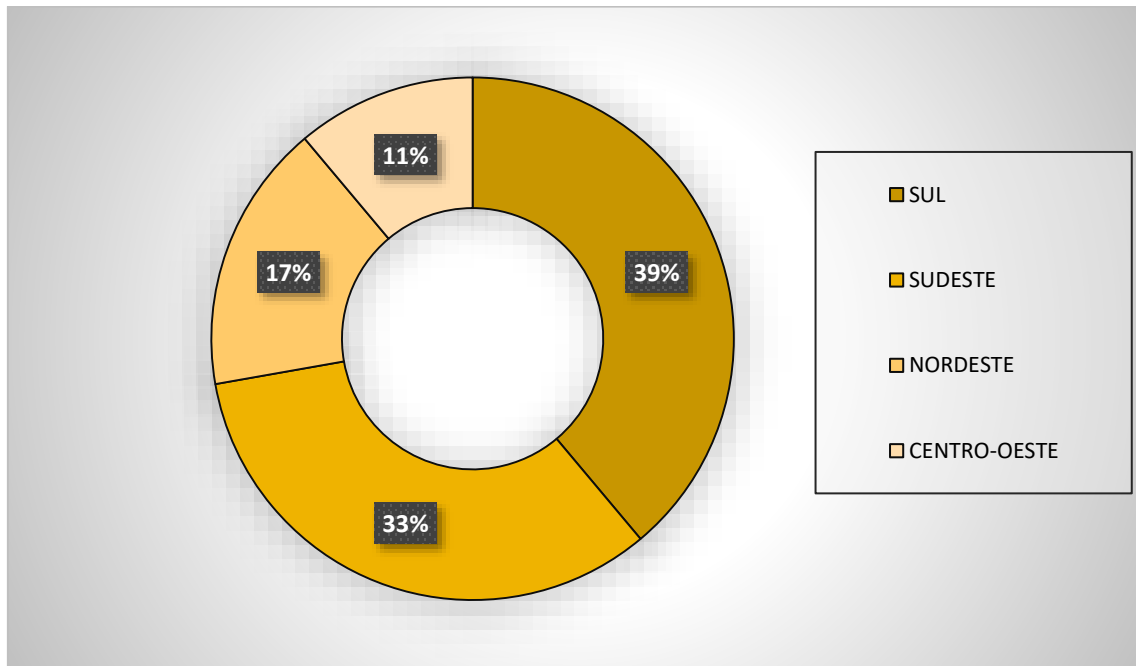
A Medida de Inteligência Emocional (MIE) foi desenvolvida por Siqueira, Barbosa e Alves, em 1999. O instrumento tem a finalidade de medir os cinco componentes da inteligência emocional, baseados na teoria de Daniel Goleman, quais sejam: Empatia, Sociabilidade, Automotivação, Autocontrole e Autoconsciência. Consiste em uma escala de Likert de 59 itens em que há quatro opções de pontuações, sendo 1 para nunca e 4 para sempre baseados na frequência da emissão dos comportamentos listados (PIRES et al., 2018).

Além desses, outros testes compuseram a amostra, porém eles abordavam somente uma das habilidades da IE e outros faziam referência a outras temáticas como, por exemplo, à atenção plena, como também haviam questionários socioeconômicos e de dados biodemográficos.



Foi possível notar que a região Sudeste e Sul são as de maior incidência das pesquisas no campo da IE. O gráfico a seguir apresenta as regiões do Brasil que cediam as instituições dos autores participantes da revisão.

Gráfico 1 - regiões dos artigos da revisão



Considerações finais

Nota-se que os objetivos aqui definidos foram alcançados, considerando a concentração geográfica de publicações a respeito da IE no território brasileiro demonstrada na escassa abrangência territorial dos estudos, os quais predominaram em poucos estados das regiões sul, sudeste, nordeste e centro-oeste do país e são nulos na região norte do país.

Referências

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo. Atlas, 2010.

GONZAGA, Alessandra Rodrigues; MONTEIRO, Janine Kieling. Inteligência emocional no Brasil: um panorama da pesquisa científica. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 27, n. 2, p. 225-232, 2011. Disponível: https://www.researchgate.net/profile/J_MONTEIRO/publication/262547828_Emotional_intelligence_in_Brazil_An_overview_from_scientific_research/links/547331810cf24bc8ea19c93e.pdf Acesso: 6 de dezembro de 2018.



GONZAGA, Alessandra Rodrigues; MONTEIRO, Janine Kieling. Inteligência emocional e qualidade de vida em gestores brasileiros. **Avaliação Psicológica: Interamerican Journal of Psychological Assessment**, v. 10, n. 2, p. 117-127, 2011.

<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5115947> Acesso: 6 de julho de 2019.

MAYER, J. D.; SALOVEY, P; CARUSO, D. R. **Mayer-Salovey-Caruso Emotional Intelligence Test (MSCEIT) user's manual**. Toronto, Ontario, Canada: MHS Publishers, 2002, pp. 3-31.

PAVARINI, Gabriela; LOUREIRO, Carolina Piazzarollo; DE HOLLANDA SOUZA, Débora. Compreensão de emoções, aceitação social e avaliação de atributos comportamentais em crianças escolares. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 24, n. 1, p. 135-143, 2011.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/prc/v24n1/v24n1a16.pdf> Acesso em: 6 de julho de 2019.

PIRES, Jeferson Gervasio et al. Evidência de Validade da Medida de Atenção Plena pela Relação com Outras Variáveis. **Psico-USF**, v. 23, n. 3, p. 513-526, 2018. Disponível:

<http://www.scielo.br/pdf/pusf/v23n3/2175-3563-pusf-23-03-513.pdf> Acesso em: 6 de julho de 2019.

VIEIRA-SANTOS, Joene et al. Inteligência emocional: revisão internacional da literatura. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, v. 9, n. 2, p. 78-99, 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/eip/v9n2/a06.pdf>. Acesso: 6 de julho de 2019.



Eixo: Formação em Psicologia



ATUAÇÃO PROFISSIONAL DOS PSICÓLOGOS (AS) EGRESSOS (AS) DA UNIR

Mirian Rocha de Almeida
Universidade Federal de Rondônia
almeida.mirianrocha@hotmail.com

Esthela Bianchini Hipólito da Silva
Universidade Federal de Rondônia
esthela_bianchini@outlook.com

Luís Alberto Lourenço de Matos
Universidade Federal de Rondônia
lumatospvh@hotmail.com

Resumo: Este estudo teve como objetivo investigar a atuação dos psicólogos egressos da UNIR, inscritos no CRP-20 – Seção Rondônia, que atuam no estado de Rondônia. Por intermédio do CRP-20 foi enviado, via endereço eletrônico, um questionário com questões fechadas e abertas sobre as características inerentes a atuação profissional. Foram convidados a participar todos os egressos do curso de Psicologia da UNIR, sendo a amostra final composta por 35 psicólogos. Os resultados demonstraram em relação à atuação profissional, os resultados indicam que 88,57% dos egressos atuam como psicólogos, a principal área de atuação é a Psicologia Clínica, a abordagem psicanalítica é a mais utilizada, a maioria dos psicólogos trabalham no setor público (60,71%), ganham entre 3 a 9 salários mínimos, trabalham entre 6 e 8 horas (38,71%) e a principal dificuldade no trabalho é a inadequação do espaço de trabalho (29,03%). Os resultados apontam a importância do conhecimento sobre a atuação profissional do psicólogo para que se possa identificar os seus desafios e a sua relação com o processo formativo.

Palavras-chave: Atuação Profissional. Psicologia. Egressos.

Introdução

A realização de pesquisas científicas que busquem subsídios e propiciem reflexões acerca das particularidades da atuação dos psicólogos, dos compromissos sociais que caracterizam a Psicologia, bem como ressaltem os problemas do processo formativo e os seus reflexos no exercício profissional são indispensáveis para um constante processo de reflexão, de mudança e de retroalimentação do processo formativo.

As pesquisas com egressos do curso de psicologia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) têm sido raras, registrando-se apenas o estudo desenvolvido por Matos e Silva no ano de 2004.

Em virtude de a pesquisa mencionada ter sido realizada há 15 anos, quando ainda estava começando a implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação



em Psicologia (Resolução nº 8, de 7 de maio de 2004), é fundamental a realização de uma pesquisa atual que contemple as mudanças ocorridas neste período.

A presente pesquisa apresenta relevância científica e social, pois possibilita uma reflexão crítica sobre a situação do curso de Psicologia da UNIR, fornecendo elementos fundamentais para a formação de um quadro mais realista sobre a situação do referido curso no que se refere à atuação profissional, propiciando informações relevantes para a comunidade acadêmica da UNIR, para o Conselho Regional de Psicologia e a sociedade.

Metodologia

No que diz respeito aos objetivos, esta pesquisa é considerada exploratória e descritiva. Em relação à abordagem trata-se de uma pesquisa quantitativa que teve como objetivo investigar o processo de formação dos psicólogos que se graduaram na Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e que estão inscritos no Conselho Regional de Psicologia 20 - Seção Rondônia.

Foram convidados a participar da pesquisa todos os psicólogos inscritos no CRP 20 – Seção Rondônia (aproximadamente 1.500 profissionais), sendo a amostra final composta por 35 psicólogos egressos da UNIR. O contato com os profissionais se deu por intermédio do CRP 20 – Seção Rondônia, via endereço eletrônico.

O instrumento utilizado para a produção dos dados foi o questionário, sendo elaborado em consonância com as questões e os objetivos da pesquisa e disponibilizado na plataforma *Jot Form*, compreendeu questões fechadas e abertas.

Os procedimentos éticos adotados nesta pesquisa estão em conformidade com as disposições das Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde

Resultados e discussão

Verifica-se que dos 35 participantes, 31 (88,57%) exercem atividades laborais na área da psicologia. Tais resultados são superiores aos encontrados na pesquisa nacional, na qual 62,1% exercem atividade exclusivamente na área da Psicologia, 22,1% atuam tanto na área da psicologia quanto fora dela, 9,1% atuam fora da área da psicologia e 6,6% estão desempregados (HELOANI; MACÊDO; CASSIOLATO, 2010).



No que diz respeito ao desejo de mudar de profissão, 87,10% não possuem o desejo de mudar, enquanto 6,45% possuem e 6,45% responderam que talvez pudessem mudar de profissão.

No que se refere às áreas de atuação em psicologia, pode-se observar que a Psicologia Clínica (58,06%) é a principal área de atuação profissional, seguidas pela Docência (29,03%), Psicologia Hospitalar/Saúde (22,58%), Psicologia Organizacional (22,58%) e Psicologia Jurídica (19,35%). Nos dados da pesquisa nacional, efetuada por Bastos, Gondim e Borges-Andrade (2010), os principais resultados foram: Clínica (53%), Saúde (27,9%), Organizacional/Trabalho (25,1%), Docência (14,5%) e Educacional (9,8%).

Observa-se, portanto, a predominância da área clínica como a principal área de atuação, o que provavelmente está relacionada à formação oferecida pela UNIR na matriz curricular que vigorou até 2014, com disciplinas majoritariamente voltadas para a área clínica, pois esta sempre foi a área de estágio que mais despertou interesse, bem como pela possível identificação dos egressos com o modelo médico de profissão liberal e mais próximo do imaginário social da profissão.

No que se refere as orientações teóricas adotadas pelos psicólogos na sua prática laboral, a abordagem psicanalítica se destaca como a mais utilizada pelos psicólogos egressos da UNIR (41,95%), seguida pela cognitivo-comportamental (25,81%), humanista (25,81%) e sócio-histórica (16,13%). Este predomínio do referencial psicanalítico corrobora o fato de a Clínica ser a principal área de atuação e pode ser explicado em virtude da forte ênfase desta abordagem nas disciplinas e estágios na matriz curricular vigente até o ano de 2014.

No que se trata do setor que mais contrata os 28 profissionais que atuam exclusivamente como psicólogos, o setor público congrega 60,71% dos profissionais, o setor privado engloba 25% e 32,14% são autônomos. Portanto, a maioria dos psicólogos são trabalhadores assalariados, seja trabalhando no setor público, seja na iniciativa privada.

No que diz respeito à renda mensal, a maioria ganha entre 3 a 6 salários mínimos (32,26%) e 6 a 9 salários mínimos (32,26%), totalizando 64,52% que ganham entre 3 a 9 salários mínimos. Apenas 12,09% ganham acima de 9 salários mínimos, enquanto 19,35% ganham entre 1 a 3 salários mínimos. De acordo com Heloani, Macêdo e Cassiolato (2010), na média nacional, a maior parte dos psicólogos encontra-se na faixa de renda entre 3 a 6 salários mínimos (27,3%).



É importante observar que os psicólogos que recebem mais de nove salários mínimos são todos servidores públicos e têm apenas um vínculo de trabalho, o que revela que o setor público concentra os maiores salários entre os psicólogos egressos da UNIR que participaram da presente pesquisa.

A maior carga horária diária é encontrada entre os psicólogos que trabalham entre 6 a 8 horas (38,71%), entre 4 a 6 horas (25,81%), mais de 8 horas (22,58%) e até 4 horas (12,90%). Observa-se, portanto, que 64,52% dos egressos da UNIR trabalham entre 4 a 8 horas diárias, o que demonstra uma carga razoável de trabalho. No entanto, a preocupação reside nos 22,58% que trabalham mais de 8 horas diárias, ou seja, mais de 40 horas semanais, pois o trabalho do psicólogo, geralmente, está vinculado a situações de conflito causadoras de sofrimento e dor, o que pode vir a causar adoecimento físico e, principalmente, mental.

Em relação às dificuldades encontradas no trabalho como psicólogo, os participantes relataram que as principais se referem à inadequação do espaço de trabalho (29,03%), à falta de material (25,81%), problemas com a equipe de trabalho (22,58%), pouco investimento em capacitação profissional (19,35%) e à baixa remuneração (16,35%).

Considerações finais

No que diz respeito à atuação profissional, os resultados são positivos, pois um número expressivo atua como psicólogos, o que parece ser indicativo de um mercado de trabalho promissor.

Ao final da pesquisa é preciso tecer algumas considerações metodológicas relevantes. O número reduzido de participantes dificulta a representação da realidade dos egressos do curso de Psicologia da UNIR, sendo necessária a realização de novos estudos que abarquem uma amostra mais significativa. Há de se considerar também a limitação já apontada no fato de os participantes da pesquisa estarem inscritos no CRP-20, não englobando, portanto, os egressos não inscritos, o que poderia alterar, em parte, os resultados.

Referências

BASTOS, A. V. B.; GONDIM, S. M. G.; BORGES-ANDRADE, J. E. O psicólogo brasileiro: sua atuação e formação profissional. O que mudou nas últimas décadas? In: YAMAMOTO, O. H.; COSTA, A. L. F. (Org.). **Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil**. Natal: EDUFRN, p. 257-271, 2010.



BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde, MS/CNS, Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012. Estabelece as diretrizes e normas regulamentadoras da pesquisa envolvendo seres humanos. Disponível em:

http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html. Acesso em: 28jan. 2019.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Resolução 510**, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Disponível em:

<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2019.

BRASIL. **Resolução nº 8**, de 7 de maio de 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia. Brasília, DF: Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces08_04.pdf. Acesso em: 12 ago. 2018.

HELOANI, R.; MACÊDO, K. B.; CASSIOLATO, R. O exercício da profissão: características gerais da inserção profissional do psicólogo. In: BASTOS, A.V.B.; MATOS, L. A. L.; SILVA, J. C. B. **O perfil do psicólogo na cidade de Porto Velho**, 2004.

Agência Financiadora: Pesquisa financiada pela Fundação Universidade Federal de Rondônia, através do Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC/UNIR/CNPq), ciclo 2018-2019.



PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DOS PSICÓLOGOS E PSICÓLOGAS EGRESSOS DA UNIR

Mirian Rocha de Almeida
Universidade Federal de Rondônia
almeida.mirianrocha@hotmail.com

Esthela Bianchini Hipólito da Silva
Universidade Federal de Rondônia
esthela_bianchini@outlook.com

Luís Alberto Lourenço de Matos
Universidade Federal de Rondônia
lumatospvh@hotmail.com

Resumo: Este estudo teve como objetivo investigar o perfil sociodemográfico dos psicólogos e psicólogas egressos da UNIR, inscritos no CRP-20 – Seção Rondônia, que atuam no estado de Rondônia. Por intermédio do CRP-20 foi enviado, via endereço eletrônico, um questionário com questões fechadas e abertas sobre as características sociodemográficas. Foram convidados a participar todos os egressos do curso de Psicologia da UNIR, sendo a amostra final composta por 35 psicólogos. Os resultados demonstraram que a maioria dos psicólogos e psicólogas são pardos, do gênero feminino, com idades entre 26 e 30 anos e solteiros. Os resultados apontam a importância do conhecimento sobre a composição do perfil sociodemográfico do psicólogo para que se possa identificar os seus desafios e caminhos percorridos.

Palavras-chave: Perfil Sociodemográfico. Psicologia. Egressos.

Introdução

Segundo Bastos e Gondim (2010), os campos profissionais e a Psicologia caracterizam-se como espaços múltiplos e diversificados, geralmente constituídos por conflitos de diversas ordens – teóricos, técnicos, políticos e ideológicos – e pela preocupação em construir uma identidade própria a partir da diversidade que a diferencia.

Nesta perspectiva, a realização de pesquisas científicas que busquem subsídios e propiciem reflexões acerca das particularidades sociodemográficas dos psicólogos, dos compromissos sociais que caracterizam a Psicologia, bem como ressaltem os seus reflexos no exercício profissional são indispensáveis para um constante processo de reflexão e de mudança.

As pesquisas com egressos do curso de psicologia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) têm sido raras, registrando-se apenas o estudo desenvolvido por Matos e Silva no ano de 2004.



Esta pesquisa é fruto da necessidade e importância do curso de Psicologia da UNIR se conhecer, para possíveis enfrentamentos para que possa viabilizar um crescimento constante. A presente pesquisa apresenta relevância científica e social, pois possibilita uma reflexão crítica sobre a situação do curso de Psicologia da UNIR.

Metodologia

No que diz respeito aos objetivos, esta pesquisa é considerada exploratória e descritiva. Em relação à abordagem trata-se de uma pesquisa quantitativa que teve como objetivo investigar o processo de formação dos psicólogos que se graduaram na Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e que estão inscritos no Conselho Regional de Psicologia 20 - Seção Rondônia.

Foram convidados a participar da pesquisa todos os psicólogos inscritos no CRP 20 – Seção Rondônia (aproximadamente 1.500 profissionais), sendo a amostra final composta por 35 psicólogos egressos da UNIR. O contato com os profissionais se deu por intermédio do CRP 20 – Seção Rondônia, via endereço eletrônico.

O instrumento utilizado para a produção dos dados foi o questionário, sendo elaborado em consonância com as questões e os objetivos da pesquisa e disponibilizado na plataforma *Hot Form*, compreendeu questões fechadas e abertas.

Os procedimentos éticos adotados nesta pesquisa estão em conformidade com as disposições das Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde

Resultados e discussão

A maioria dos psicólogos (60%) é do gênero feminino e apenas 40% dos participantes são do gênero masculino. Tal resultado corrobora outros estudos realizados no Brasil, como a pesquisa nacional sobre a profissão do psicólogo no Brasil executada por Bastos, Gondim e Rodrigues (2010), na qual 83,3% dos participantes são do sexo feminino, assim como, a pesquisa de Santos *et al* (2014) realizada com psicólogos inscritos na subseleção leste do CRP – 04, na qual 88,2% são do sexo feminino. Matos e Silva (2019), na pesquisa sobre a formação da psicologia em Rondônia, verificou que 73,3% dos psicólogos são do sexo feminino e 26,67% do sexo masculino.



Pode-se observar que a maior parte dos participantes (40%) se encontra na faixa etária entre 26 e 30 anos de idade, dado que se encontra de acordo com outras pesquisas que também encontraram o predomínio desta faixa etária (SANTOS *et al*, 2014; CRP – 08, 2010).

No que diz respeito ao estado civil, 40% dos psicólogos são solteiros e 37,14% casados, o que demonstra um equilíbrio entre ambos. No entanto, se somarmos os 8,57% que se encontram em união estável aos casados, temos 45,71%, quase a metade dos respondentes. Tais resultados corroboram com achados obtidos pelo CRP – 08 (2010) que encontrou 50% de casados/união estável e os de Santos *et al* (2014) que encontraram um total de 48,2% casados e 42,4% de solteiros e os de Matos e Silva (2019) com um total de 50,83% de casados/união estável e 34,17% de solteiros. No entanto, diferem dos resultados obtidos por Martins, Matos e Maciel (2009) que constataram que 63,3% dos participantes eram solteiros e 31,7% casados.

Em relação à cor/etnia observa-se que 48,57% são da cor parda, enquanto 42,88% da cor branca e 5,71% da cor preta. É de se destacar a mudança entre os resultados dos estudos de Matos e Silva (2019), onde 47,50% dos psicólogos de Rondônia afirmaram ser da cor branca, 40,83% da cor parda e 7,50% da cor preta. Nota-se diferenças também ao comparar com a pesquisa de Santos *et al* (2014) com os psicólogos da subsede leste do CRP – 04 (2014), onde 56,5 % dos psicólogos inscritos neste CRP se autodeclararam brancos, 30,6% pardos, 5,9 negros e 5,9 amarelos.

No que diz respeito ao estado civil, 40% dos psicólogos são solteiros e 37,14% casados, o que demonstra um equilíbrio entre ambos. No entanto, se somarmos os 8,57% que se encontram em união estável aos casados, temos 45,71%, quase a metade dos respondentes. Tais resultados corroboram com os achados obtidos pelo CRP – 08 (2010) que encontrou 50% de casados/união estável e os de Santos *et al* (2014) que encontraram um total de 48,2% casados e 42,4% de solteiros e os de Matos e Silva (2019) com um total de 50,83% de casados/união estável e 34,17% de solteiros. No entanto, diferem dos resultados obtidos por Martins, Matos e Maciel (2009) na pesquisa com egressos da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), as quais constataram que 63,3% eram solteiros e 31,7% casados.

Considerações finais

Os resultados revelam um perfil caracterizado por profissionais do gênero feminino, o que também se observa em outros estudos brasileiros. No entanto, o gênero masculino é um pouco maior quando comparado com os resultados de outras pesquisas, o que pode expressar



uma particularidade local ou uma tendência de que a profissão esteja atraindo mais o gênero masculino do que no passado, pois a profissão, desde o seu surgimento no Brasil, sempre esteve associada ao gênero feminino.

Outra característica é a jovialidade, uma vez que quase a metade se encontra na faixa dos 20 a 30 anos de idade, o que demonstra o interesse que o curso desperta nos mais jovens. Este resultado, possivelmente, está associado ao fato de o curso de Psicologia da UNIR ser integral, o que dificulta o acesso de pessoas com mais idade e que estejam trabalhando.

Em relação à cor/etnia há um pequeno predomínio de pardos, o que está de acordo com os resultados do IBGE (2010) para o estado de Rondônia, ainda que numa porcentagem um pouco inferior.

Quanto ao estado civil, há um ligeiro predomínio de solteiros. No entanto, quando se leva em consideração os que se encontram em união estável, o número de casados aumenta.

Ao final da pesquisa é preciso tecer algumas considerações metodológicas relevantes. O número reduzido de participantes dificulta a representação da realidade dos egressos do curso de Psicologia da UNIR, sendo necessária a realização de novos estudos que abarquem uma amostra mais significativa.

Referências

BASTOS, A. V. B.; GONDIM, S. M. G.; BORGES-ANDRADE, J. E. O psicólogo brasileiro: sua atuação e formação profissional. O que mudou nas últimas décadas? In: YAMAMOTO, O. H.; COSTA, A. L. F. (Org.). **Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil**. Natal: EDUFRRN, p. 257-271, 2010.

BASTOS, A. V. B.; GONDIN, S. M. G. (Org.). **O trabalho do psicólogo no Brasil: um exame à luz das categorias da psicologia organizacional e do trabalho**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

BASTOS, A.V.B.; GONDIM, S.M.G.; RODRIGUES, A.C.A. Uma categoria profissional em expansão: quantos somos e onde estamos. In: BASTOS, A.V.B.; GONDIM, S.M.G. **O trabalho do psicólogo no Brasil: um exame à luz das categorias da psicologia organizacional e do trabalho**. Porto Alegre: Artmed, 2010. Cap. 2, p. 32-44.

CONSELHO REGIONAL DO PARANÁ. **Levantamento do Perfil Profissional e das Condições de Trabalho dos Psicólogos do Paraná – CRP – 08**, 2010. Disponível em: <https://transparencia.cfp.org.br/wp-content/uploads/sites/9/2019/01/265.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2019.



MARTINS, K.P.H.; MATOS, T.G.R.; MACIEL, R.H.M.O. Formação em psicologia e as novas demandas sociais: relatos dos egressos da Universidade de Fortaleza. **Rev. Mal-Estar Subj.**, Fortaleza, v. 9, n. 3, p. 1023-1042, set. 2009.

MATOS, L. A. L.; SILVA, E. B. H. A formação em psicologia: um estudo a partir da visão dos profissionais inscritos no CRP – 20 – Seção Rondônia. In: TAMBORIL, M. I. B.; ZIBETTI, M. L. T.; URNAU, L. C. (Org.). **Diálogos amazônicos em Psicologia**. Porto Velho: Temática Editora, 2019. (E-book).

MATOS, L. A. L.; SILVA, J. C. B. **O perfil do psicólogo na cidade de Porto Velho**, 2004.

SANTOS et al. Perfil dos psicólogos inscritos na subsele leste do CRP-04. **Psicologia, Ciência e Profissão**, v. 34, n. 4, p. 864-878, 2014.

Agência Financiadora: Pesquisa financiada pela Fundação Universidade Federal de Rondônia, através do Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC/UNIR/CNPq), ciclo 2018-2019.



Eixo: Orientação Vocacional



ORIENTAÇÃO VOCACIONAL: RELATO DE EXPERIÊNCIAS DA DISCIPLINA DE ESTÁGIO BÁSICO IV

Amanda Caroline Soares Rodrigues
Centro Universitário São Lucas
amanda.carol.rs@gmail.com

Maria Lúcia Costa Souza
Centro Universitário São Lucas
luciamoria1@hotmail.com

Rute Cândido da Silva
Centro Universitário São Lucas
rutesilvacandido@hotmail.com

Resumo: Este trabalho teve como objetivo apresentar os relatos de experiências de um processo em Avaliação Psicológica voltada para Orientação Vocacional. Essa modalidade de avaliação tem como objetivo auxiliar o indivíduo na sua escolha profissional, fazendo uso de técnicas e métodos que contribuem para conhecer aspectos relacionados a si mesmo e áreas que o indivíduo tem afinidade. A orientação vocacional foi realizada na Escola Carmela Dutra em Porto Velho, foi realizada uma palestra para os alunos do ensino médio com o objetivo de apresentar o serviço de Orientação Vocacional e falar sobre as profissões e a escolha da profissão. Foram realizadas avaliações psicológicas de orientação vocacional para os alunos que manifestaram interesse. Foi utilizado, questionários e testes psicológicos (EMEP, TDP e QUATI) para os estudantes do 2º ano do Ensino Médio. A experiência de participar desse processo mostrou-se de suma importância para as alunas, pois acrescentou a prática e teoria na vivência acadêmica.

Palavras-chave: Orientação vocacional. Testes psicológicos. Adolescente.

Introdução

Andrade e Sales (2017) relatam que a Avaliação Psicológica é um procedimento sistemático exclusivo da psicologia que evidencia características psíquicas e comportamentais do indivíduo. Do planejamento até conclusão do processo avaliativo o psicólogo se apoia em bases teóricas e técnicas como observação, entrevistas, dinâmicas de grupos ou testes psicológicos, que certificam a cientificidade da análise dos resultados. Um processo avaliativo é organizado por um psicólogo de forma ética e científica. A partir da junção de todas as informações adquiridas por meio das técnicas ou testes psicológicos, o profissional pode traçar o perfil psicológico com os aspectos de personalidade, conflitos intrínsecos, comportamentos e habilidade de uma pessoa, e ajudá-lo de acordo com a demanda inicial, que pode ser para fins, educacionais, jurídicos, de saúde, organizacional e orientação vocacional (ANDRADE &



SALES, 2017). Orientação Vocacional é uma modalidade de avaliação psicológica que utiliza de teorias e técnicas que evidencia habilidades e subjetividade do indivíduo que poderão ser melhores aproveitadas nos aspectos sociais e no trabalho; o público principal que busca esta orientação são adolescentes que se aproximam do término dos estudos básicos, e já sonham ou sentem necessidade de ingressar em uma carreira profissional de forma assertiva (POLLI, 2011). O adolescente ao passar por um procedimento de avaliação vocacional, pode adquirir bem mais que um direcionamento profissional. Ele é levado a autorreflexão, a transformação do eu, ao entendimento da responsabilização por todas as suas escolhas, uma vez que o mesmo tem a oportunidade de perceber a necessidade de fazer a escolha certa, que tende a ser para toda a vida. Este processo leva ao amadurecimento e gera autonomia. Sobre a importância da Orientação Vocacional Melo-Silva, Lassance e Soares (2004) discorrem que pessoas bem orientadas na escolha da profissão contribuem para o melhor desempenho de carreiras profissionais no país.

Metodologia

O processo de Orientação Vocacional foi realizado na Instituição de Ensino Estadual Carmela Dutra, na cidade de Porto Velho, com a participação das alunas Amanda Caroline Soares Rodrigues, Maria Lucia Costa Silva e Rute Candido da Silva, como requisito para aprovação na disciplina de Estágio Básico IV do curso de Psicologia do Centro Universitário São Lucas, tendo como orientadora a professora Aryanne Pereira de Freitas. O trabalho contou com a participação de sete estudantes do 2º ano do Ensino Médio, os encontros tinham duração média de uma hora e foi executado no total de cinco encontros.

No dia 12 de setembro de 2018, foi realizada uma palestra junto aos alunos da Instituição Carmela Dutra de Porto Velho para apresentação do que é a Orientação Vocacional; no encontro seguinte do dia 19 de setembro de 2018, foi executado uma dinâmica de grupo com o objetivo de interagir com os participantes e tornar o momento dinâmico e interessante para os alunos sendo entregue um questionário para preencherem em sala; no dia 26 de setembro de 2018 foram aplicados os testes EMEP (Escala de Maturidade para Escolha Profissional), objetiva compreender a maturidade do sujeito na escolha profissional e TDP (Testes das Dinâmicas Profissionais), que visa identificar os interesses e preferências na área profissional; no encontro do dia 03 de outubro de 2018 foi aplicado o teste QUATI (Questionário de Avaliação Psicológica), objetiva identificar o perfil tipológico e as profissões mais relacionadas a eles; e



por fim no dia 10 de outubro de 2018 foi realizada a devolutiva com os alunos que participaram da Orientação Vocacional. Todos os encontros aconteceram na Instituição de Ensino Estadual Carmela Dutra.

Resultados e discussão

A Orientação Vocacional realizada na Instituição de Ensino Estadual Carmela Dutra possibilitou uma agregação da teoria e prática, algo muito importante para um aluno de graduação, foi notória a nossa insegurança, porém com o auxílio da professora e orientadora da matéria e do estágio conseguimos realizar com sucesso o objetivo. Um aspecto importante constatado nessa experiência é em como a Avaliação Psicológica pode ser impessoal, portanto o profissional de Psicologia deve compreender o indivíduo em todas as suas facetas e integralidade.

Ao término dos encontros era realizado, em sala de aula, o compartilhamento das experiências vividas pelos alunos da disciplina e orientação para termos subsídios para a análise do material coletado, a correção era feita com auxílio de outros acadêmicos mais experientes, algo compartilhado foi o receio de uma correção incorreta que acarretasse em prejuízo ao laudo, apesar dos receios, mostrou-se uma experiência enriquecedora que somará aos conteúdos ministrados em sala aula, gerando uma confiança maior para os acadêmicos.

O ponto preocupante que gerou insegurança foi a elaboração do laudo, a preocupação estava em apresentar as reais características apontadas nos instrumentos utilizados, sem ser muito diretiva ou taxativa, porém mostrou-se fascinante visualizar que as informações coletadas pelos diferentes testes utilizados no trabalho convergiram apontando a importância de um trabalho sustentado em evidências empíricas.

Esta experiência confirma as teorias estudadas de que todos os profissionais da psicologia precisam ter conhecimento sobre avaliação psicológica, contudo o psicólogo que opta por essa prática, necessita aprofundar-se em conhecimentos e manter-se atualizado, além da obrigação de ser rigoroso na aplicação dos instrumentos, com muito compromisso e ética, uma vez que serão expostos e documentados conteúdos tão particulares do outro.



Considerações finais

A orientação vocacional tem como objetivo auxiliar o estudante em sua escolha profissional, através de um processo cuidadoso e responsável que tem início e fim, e conta com instrumentos, métodos e teoria validando o procedimento da avaliação. Tal processo de Orientação Vocacional teve por objetivo expandir o conhecimento e aproximar os estudantes de psicologia no contexto profissional, sendo possível conhecer o processo e participar dele até o momento final. Essa experiência possibilitou responsabilidade e trabalho em equipe, proporcionando o aprendizado que implementará o arcabouço acadêmico e crescimento profissional.

Referências

ANDRADE, Josemberg Moura de; SALES, Hemerson Fillipy Silva. A diferenciação entre Avaliação Psicológica Testagem Psicológica: questões emergentes. In. LINS, Manuela Ramos Caldas; BORSA, Juliane Callegaro (Org.). Avaliação psicológica Aspectos teóricos e práticos, Petrópolis: Vozes, 2017.

MELO-SILVA, Lucy Leal; LASSANCE, Maria Célia Pacheco; SOARES, Dulce Helena Penna. A Orientação Profissional no contexto da Educação e Trabalho. Ribeirão Preto: Revista Brasileira de Orientação Profissional, v. 5, n. 2, p. 31-52, 2004. Disponível em: <http://atividadeparaeducacaoespecial.com/wp-content/uploads/2014/09/educa%C3%A7%C3%A3o-e-trabalho.pdf>. Acesso em: 05/11/2018

POLLI, Mariana Fralletti de. Análise da produção brasileira sobre avaliação psicológica em orientação profissional. Londrina: Estudos Interdisciplinares em Psicologia, v. 2, n. 1, p. 103-121, 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/eip/v2n1/a08.pdf>. Acesso em: 05/11/2018



Eixo: Psicologia do desenvolvimento



REPERTÓRIO DE HABILIDADES SOCIAIS EM ACADÊMICOS DE PSICOLOGIA DE UMA FACULDADE PARTICULAR DO MUNICÍPIO DE CACOAL-RO

Júlia Fonseca
Faculdade de Ciências Biomédicas de Cacoal
juliafonseca.psicologia@gmail.com

Kimberlin De Miranda Da Silva
Faculdade de Ciências Biomédicas de Cacoal
kimberlindemiranda@gmail.com

Raiane Legora Bozi
Faculdade de Ciências Biomédicas de Cacoal
raianelegora@gmail.com

Resumos: As Habilidades Sociais são o conjunto de comportamentos que possibilitam aos indivíduos se relacionarem de maneira adequada nos contextos sociais. Este trabalho tem por objetivo verificar o repertório de habilidades sociais dos alunos de graduação em Psicologia e realizar a correlação entre os *scores* de habilidades sociais e perfis sociodemográficos. Participaram da pesquisa 148 alunos do primeiro ao décimo período do curso de psicologia de uma faculdade particular do município de Cacoal-RO, que responderam a um questionário sociodemográfico e ao Inventário de Habilidades Sociais 2 (IHS2-DEL-PRETTE). Para a análise dos dados foi empregada a estatística correlacional e paramétrica e correlacionado os cinco fatores do IHS 2 com os dados sociodemográficos dos participantes. O resultado geral demonstrou que a amostra feminina se apresenta mais socialmente habilidosa do que a masculina, porém na análise pela média por período a amostra masculina apresentou melhores resultados. Foi observado ainda que não houve uma alteração significativa dos períodos iniciais em relação aos finais.

Palavras-chave: Habilidades sociais. Psicologia. Graduandos de Psicologia.

Introdução

As Habilidades Sociais referem-se a comportamentos sociais que um indivíduo possui em seu repertório e que possibilitam o manejo das mais variadas situações existentes nas relações interpessoais (CARNEIRO; TEIXEIRA, 2011). De acordo com Tavares, Couto e Silva (2012) as Habilidades Sociais são o conjunto de comportamentos que possibilitam aos indivíduos se relacionarem de maneira adequada nos contextos sociais.

Habilidades sociais é o conjunto de comportamentos que possibilitam ao indivíduo se relacionarem de maneira adequada nas relações de convívio social. Quanto mais habilidoso socialmente o indivíduo for, melhor serão suas relações interpessoais, isso terá reflexo na sua vida profissional, pessoal e social (TAVARES; COUTO; SILVA, 2012).



De acordo com Caballo (1996) as pessoas estão na maior parte do tempo e, em contextos diversos, envolvidas em interações sociais, deste modo tais interações se constituem de uma das principais ferramentas de atuação do psicólogo. As Habilidades Sociais são inerentes a atuação do psicólogo, pois este profissional necessita de tal repertório comportamental para lidar com as situações ocorrentes em sua prática (CARNEIRO; TEIXEIRA, 2011).

Na atuação profissional do psicólogo é necessário um repertório adequado de habilidades sociais que contribuirá nas relações interpessoais ao longo dessa atuação nas diversas áreas da psicologia, por isso a importância de avaliar durante a formação acadêmica o repertório das habilidades sociais, e se no decorrer do curso tal repertório é aprimorado (BANDEIRA *et al.*, 2006).

Deste modo, este trabalho tem por objetivo verificar o repertório de habilidades sociais dos alunos de graduação em Psicologia; realizar comparação dos scores gerais dos participantes do sexo feminino e masculino, bem como dos scores por período.

Metodologia

O tipo de amostra utilizada no presente estudo é a amostra randomizada, que se trata de uma amostra casual estratificada. Sendo assim foram convidados a participar do estudo 173 alunos de graduação em Psicologia de uma faculdade particular do município de Cacoal-RO, de ambos os sexos, maiores de dezoito anos, matriculados do primeiro ao décimo período do curso de Psicologia. A amostra coletada foi de 148 alunos, sendo que, até o término da coleta, 05 alunos haviam trancado o curso, 01 havia transferido para outra instituição, 01 ultrapassava a idade limite do teste e 18 não quiseram participar, não houve exclusão pelos critérios de exclusão.

Os critérios de inclusão foram ser acadêmico do curso de Psicologia e os de exclusão foi possuir diagnóstico de Transtorno de Ansiedade Social ou Depressão Maior, que tornam o processo de interações sociais mais difíceis, e por isso, seriam uma condição alteradora para as aprendizagens de habilidades sociais que o curso poderia oferecer. O local da pesquisa foi em uma sala de aula da própria faculdade onde os alunos estudam.

Os materiais utilizados foram um questionário sociodemográfico e o Inventário de Habilidades Sociais 2 (IHS-2) (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2018). Após a submissão e aprovação pelo Comitê de Ética e Pesquisa da FACIMED, um órgão ligado a CONEP –



Comissão Nacional de Ética em Pesquisa e Ministério da Saúde, os alunos foram convidados e informados do objetivo e procedimento do estudo, sendo a participação de forma voluntária. A coleta de dados foi realizada com três alunos por vez, sendo realizada em duas etapas: inicialmente era realizada uma entrevista individual para identificar se o participante possuía algum dos critérios de exclusão, e posteriormente o preenchimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, do questionário sociodemográfico e a aplicação do Inventário de Habilidades Sociais 2 (IHS-2) (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2018).

Para esta pesquisa foi utilizado o Inventário de Habilidades Sociais 2 (IHS2) (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2018) composto por 38 questões que descrevem situações de relações interpessoais gerais, sendo dividido em 05 fatores que que avaliam âmbitos de interações sociais.

No estudo foi empregado a estatística descritiva dos resultados e a abordagem da pesquisa é quantitativa, a qual se constitui de um método em que se analisa tudo o que pode ser quantificável. Nesse sentido serão descritos os scores gerais dos participantes do sexo feminino e masculino, bem como dos scores por período.

Resultados e discussão

O gráfico 01 apresenta os scores gerais apresentados pela amostra do sexo feminino. Observa-se que o resultado de maior valor foi relativo o score de bom repertório de HS (43%), seguido dos repertórios médio inferior (26%) e inferior (13%). Os repertórios menos frequentes foram, respectivamente, o repertório altamente elaborado (11%) e elaborado (7%).



Gráfico 3: Eixo Y apresenta as porcentagens da amostra de mulheres que participaram da pesquisa. O eixo X corresponde aos scores apontados pelo teste de habilidades sociais.

No gráfico 02 apresenta os scores gerais apresentados pela amostra do sexo masculino. Observa-se que o resultado de maior valor foi relativo o score de repertório inferior de HS (41%), seguido do bom repertório (32%) e repertório elaborado (16%). Os repertórios menos



frequentes foram o repertório altamente elaborado e médio inferior (ambos com 5%). Nessa análise geral foi observado um melhor desempenho das HS da amostra feminina em relação a masculina. Porém como veremos a seguir na análise da média a amostra masculina apresentou melhores resultados em 6, dos 10 períodos pesquisados.

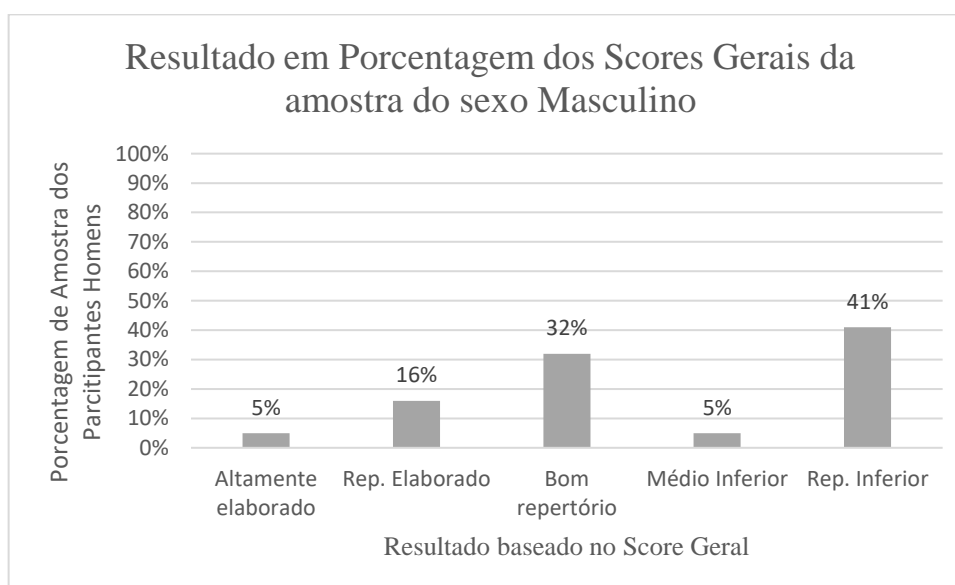


Gráfico 4: Eixo Y apresenta as porcentagens da amostra de homens que participaram da pesquisa. O eixo X corresponde aos scores apontados pelo teste de habilidades sociais.

O gráfico 03 apresenta as notas médias de score do sexo feminino e masculino por período. Observa-se que as mulheres apresentaram médias superiores apenas no 3º, 5º, 7º e 8º período. Sendo assim os homens apresentariam um melhor repertório de HS, corroborando com o estudo de Penha e colaboradores (2016), com 35 profissionais da saúde, onde a subescala total do IHS os resultados foram parcialmente semelhantes, porém os residentes do sexo masculino apresentaram melhor repertório de habilidades sociais que o grupo de residentes do sexo feminino. Todavia Leite-Salgueiro, Nunes e Caldas (2018) analisaram as habilidades sociais de 60 jovens universitários, das áreas de humanas e exatas, e os resultados apontaram que o grupo feminino apresentou-se mais hábil socialmente do que o grupo masculino.

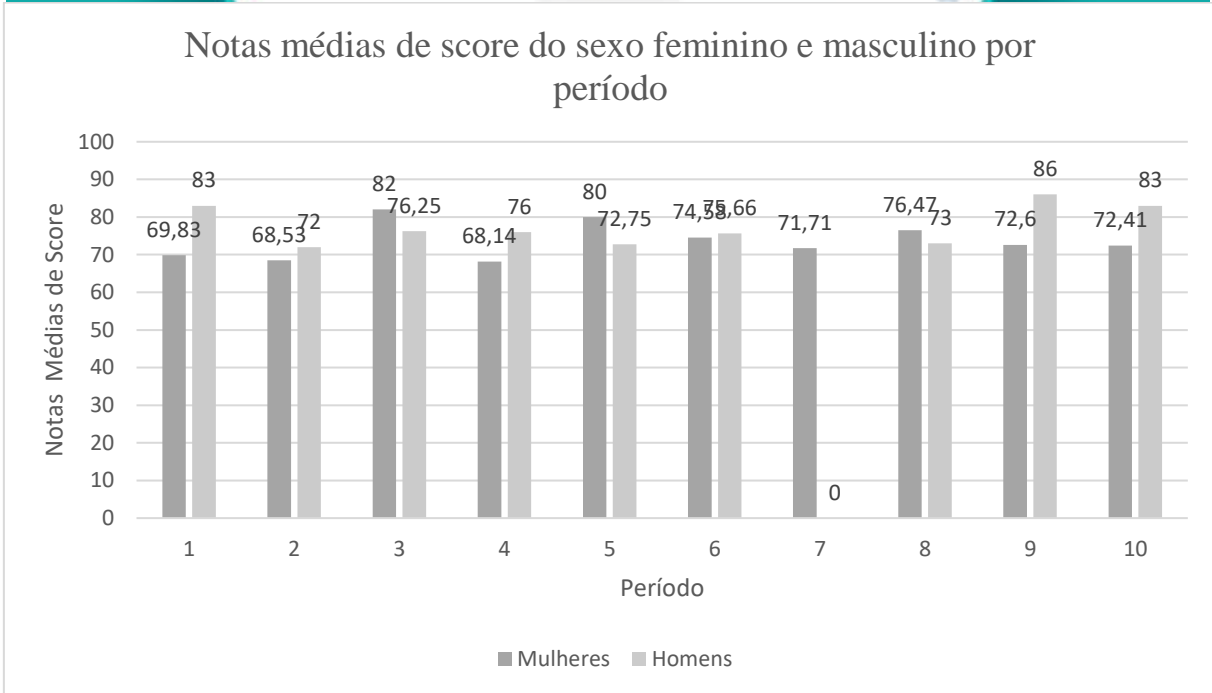


Gráfico 5: Eixo Y apresenta as notas médias de score da amostra de mulheres e homens que participaram da pesquisa. O eixo X corresponde aos scores apontados pelo teste de habilidades sociais.

Nota-se que não houve alterações relevantes acerca das médias comparadas nos períodos iniciais e finais em ambos os sexos. Demonstrando assim que o repertório de HS é pouco desenvolvido no decorrer do curso. Em discordância Bolsoni-Silva e Matsunaka (2017) realizaram um estudo com 15 estudantes do curso de psicologia em três momentos distintos: no início, no meio e no final do estágio em Psicologia Clínica. Os resultados apontaram que no início do estágio os participantes apresentavam um bom repertório de HS e os resultados evoluíram no decorrer do estágio, chegando a melhores resultados ao final deste.

Considerações finais

O resultado geral demonstrou que a amostra feminina se apresenta mais socialmente habilidosa do que a masculina, porém na análise pela média por período a amostra masculina apresentou melhores resultados. Foi observado ainda que não houve uma alteração significativa dos períodos iniciais em relação aos finais, ressaltando a relevância de ser trabalhado o desenvolvimento das HS durante a graduação, uma vez que estas são importantes para a atuação em psicologia.

Tal resultado se embasa na literatura (BOLSONI-SILVA; MATSUNAKA, 2017; LEITE-SALGUEIRO; NUNES; CALDAS, 2018; PENHA et. al., 2016), todavia,



posteriormente, com a análise de mais dados obtidos na pesquisa pode-se obter resultados mais precisos.

Referências

BANDEIRA, Marina et al. Habilidades interpessoais na atuação do psicólogo. **Interação em Psicologia**, v. 10, n. 1, 2006.

BOLSONI-SILVA, Alessandra Turini; MATSUNAKA, Mayara Paula da Silva. O papel da supervisão em terapia comportamental quanto à promoção de habilidades sociais em estagiários de psicologia. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, 10 (2), 204 – 214, jul-dez, 2017.

CABALLO, Vicente E. (1996). **Treinamento em Habilidades Sociais. Manual de técnicas de terapia e modificação do comportamento**. Livraria Santos Editora. São Paulo: São Paulo, 2007.

CARNEIRO, Ariana Aguiar; TEIXEIRA, Catarina Malcher. Avaliação de Habilidades Sociais em alunos de graduação em Psicologia da Universidade Federal do Maranhão. **Psicologia: Ensino & Formação**, 2(1): 43-56, 2011.

DEL PRETTE, Z. A. P.; DEL PRETTE, A. Inventário de habilidades sociais 2 (IHS2-Del Prette): manual de aplicação, apuração e interpretação. São Paulo: Pearson Clinical Brasil, 2018.

PENHA, Livia de Ângeli Silva et al. Avaliação das habilidades sociais de residentes de um hospital universitário. **Psicologia, Saúde & Doenças**, v. 17, n. 2, p. 162-178, 2016.

TAVARES, Wanessa Marques; COUTO, Gleiber; SILVA, Renata Limongi França Coelho. Perfil de relações interpessoais e Habilidades Sociais de estudantes de Psicologia. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, Londrina, vol. 3, n. 1, p. 75-92, jun. 2012.